



UFRGS
PPGMUSPA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO

Enilda Ribeiro

PROFISSÃO: ARQUITETA

ENILDA RIBEIRO E AS MEMÓRIAS DO DEBATE
POLÍTICO-PROFISSIONAL NO SEU ARQUIVO PESSOAL

CAMILA CASAROTTO MARTINS

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO**

CAMILA CASAROTTO MARTINS

PROFISSÃO: ARQUITETA
ENILDA RIBEIRO E AS MEMÓRIAS DO DEBATE
POLÍTICO-PROFISSIONAL NO SEU ARQUIVO PESSOAL

Porto Alegre

2024

CAMILA CASAROTTO MARTINS

PROFISSÃO: ARQUITETA

ENILDA RIBEIRO E AS MEMÓRIAS DO DEBATE
POLÍTICO-PROFISSIONAL NO SEU ARQUIVO PESSOAL

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPGMusPa) da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (FABICO) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Museologia e Patrimônio.

Orientadora:
Prof^a. Dr^a. Anna Paula Moura Canez

Porto Alegre

2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor Carlos André Bulhões

Vice-Reitora Patrícia Pranke

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

Diretora Ana Maria Mielniczuk de Moura

Vice-Diretora Vera Regina Schmitz

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO

Coordenadora Ana Carolina Gelmini de Faria

Coordenadora Substituta Anna Paula Moura Canez

CIP - Catalogação na Publicação

Casarotto, Camila

Profissão: Arquiteta: Enilda Ribeiro e as memórias do debate político-profissional no seu arquivo pessoal / Camila Casarotto. -- 2024.

214 f.

Orientador: Anna Paula Canez.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Arquivos pessoais. 2. Patrimônio documental. 3. Acervos de Arquitetura e Urbanismo. 4. Instituto de Arquitetos do Brasil. 5. Enilda Ribeiro. I. Canez, Anna Paula, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio

Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação - Rua Ramiro Barcelos, 2705, sl.203

Bairro Santana - Porto Alegre - RS

CEP: 90035-007

Telefone 51 3308-2163

E-mail: ppgmuspa@ufrgs.br

CAMILA CASAROTTO MARTINS

PROFISSÃO: ARQUITETA

ENILDA RIBEIRO E AS MEMÓRIAS DO DEBATE
POLÍTICO-PROFISSIONAL NO SEU ARQUIVO PESSOAL

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPGMusPa) da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (FABICO) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Museologia e Patrimônio.

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Anna Paula Canez – PPGMusPa/UFRGS (Orientadora)

Prof^a. Dr^a. Luisa Gertrudis Durán Rocca – PPGMusPa/UFRGS (Examinadora)

Prof^a. Dr^a. Maria Stephanou – PPGEDU/UFRGS (Examinadora)

Prof^a. Dr^a. Ana Gabriela Godinho Lima – PPGAU/Mackenzie (Examinadora)

AGRADECIMENTOS

O processo de pesquisa é, muitas vezes, solitário. Mas não caminho sozinha: trago comigo pessoas e afetos que contribuíram para este trabalho — às vezes com uma informação, uma palavra amiga ou simplesmente dando sentido à jornada.

Agradeço primeiramente à minha família, minha base, meu apoio para qualquer hora: mãe, pai, Nani e Beni. Homenageio aqui também o Lek, meu amado parceiro de quatro patas que me deixou ainda no início do mestrado.

Às/aos colegas e professoras do PPGMusPa, especialmente à turma de 2021, pelas trocas, desabafos e risadas que compartilhamos, e mais especialmente às/aos amigas/os que o mestrado me trouxe para o coração, Aline, Giovanna, Marília, Nicholas e Rafael.

Às/aos colegas e professoras/es do curso de Museologia da UFRGS, especialmente à turma de 2019, pelas experiências e crescimento que tivemos juntos ao longo da graduação, e mais especialmente a Débora, Diully, Bruna, Nati e Vini, pela amizade que construímos — minha experiência na Museologia não seria a mesma sem vocês desde o começo.

À minha orientadora Prof^a. Dr^a. Anna Paula Canez, pela empolgação com a pesquisa desde o início e pelo apoio nos momentos de encruzilhadas. Teus relatos de admiração pela Enilda foram incentivadores ao longo deste processo.

À banca examinadora deste trabalho, Prof^a. Dr^a. Luisa Gertrudis Durán Rocca, Prof^a. Dr^a. Maria Stephanou e Prof^a. Dr^a. Ana Gabriela Godinho Lima, e à Prof^a. Dr^a. Ana Carolina Gelmini de Faria, que integrou a banca de qualificação desta dissertação — mulheres, professoras e pesquisadoras que admiro, pelas valiosas contribuições.

À Prof^a. Dr^a. Jeniffer Cuty, por me inserir no universo do IAB, pela sugestão do tema desta dissertação e pelo incentivo inicial para que eu me inscrevesse no processo seletivo do mestrado.

A todas as pessoas que passaram pelos acervos do IAB-RS e contribuíram para a sua organização e preservação, especialmente àqueles de quem me aproximei mais: Tamáris Pivatto, Osmar Weyh, Fernando Ferreira, Rosângela Ramos, Ana Luísa Seixas, Jamile Ghisio e às professoras Jeniffer Cuty e Márcia Bertotto.

Ao IAB-RS, por me acolher na sua sede por tanto tempo nas consultas ao arquivo histórico e por lutar por uma cidade mais justa, democrática e igualitária.

Às instituições que visitei em busca de documentos sobre Enilda Ribeiro e às pessoas que me receberam, especialmente à arquivista Carmen Valenti, do Arquivo Histórico do Instituto de Artes da UFRGS (AHIA/UFRGS), e aos servidores Natasha Duarte Amarante e Luciano Bruno Giacobbe, da Divisão de Gestão Documental da Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio (SMAP) da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA), pela atenção dedicada.

À Prof^a. Dr^a. Leolíbia Linden, à arquivista Jamile Ghisio e ao arquivista Leonardo Krob, pelas orientações que me deram sobre uma área que me atravessou profundamente neste trabalho e que passei a admirar ainda mais: a Arquivologia.

Aos arquitetos Rodrigo Troyano e Cícero Alvarez, pelas conversas que tivemos sobre os seus trabalhos e pela sua demonstração de admiração e carinho por Enilda Ribeiro.

Ao Claudio Mendicelli, que contribuiu imensamente para esta pesquisa com os seus relatos saudosos sobre sua relação com Enilda e Demétrio.

Ao Rodrigo Mendes, que me presenteou com uma conversa cheia de afeto sobre sua relação com a avó Enilda.

Por fim, meu agradecimento e reconhecimento a todos os profissionais que trabalham com patrimônio cultural, persistentes em uma área que nem sempre recebe a devida atenção e orçamento, mas que é fundamental para democratizar a cultura e construir uma sociedade mais justa por meio da preservação da memória.

A Enilda Ribeiro, *in memoriam*,
pela sua existência, pelas suas lutas.
A ti, toda a minha admiração.

LUTE A LUTA COMO VOCÊ ACHA QUE DEVE LUTAR E NÃO COMO EXIGEM QUE VOCÊ LUTE QUE VÃO DIZER QUE VOCÊ NÃO SABE O QUE É UMA LUTA QUE VÃO DIZER QUE VOCÊ NÃO TEM FORÇA PARA LUTAR QUE VÃO DIZER QUE ELES É QUE SABEM LUTAR QUE VÃO DIZER QUE ELES LUTAM HÁ MAIS TEMPO DO QUE VOCÊ LUTA QUE VÃO DIZER QUE É MELHOR VOCÊ DESISTIR DA LUTA QUE VÃO DIZER QUE NÃO É ASSIM QUE SE LUTA QUE VÃO DIZER QUE VOCÊ NÃO SABE LUTAR QUE VÃO DIZER QUE VOCÊ NUNCA LUTOU QUE VÃO DIZER QUE VOCÊ NÃO ESTÁ LUTANDO A MESMA LUTA QUE ELES ESTÃO LUTANDO OS SUPOSTOS DONOS DA LUTA.

Santarosa Barreto
A Luta, 2018-19

RESUMO

Esta dissertação, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGMusPa/UFRGS), tem como objeto de análise o arquivo pessoal de Enilda Ribeiro, sob a guarda do Departamento do Rio Grande do Sul do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-RS). Seu objetivo principal é analisar se esse arquivo se constitui como um patrimônio documental. Enilda Ribeiro (1923-2010) foi uma arquiteta e urbanista, pioneira e representativa em seus espaços de ação. Foi a primeira mulher diplomada em curso superior de Arquitetura no Rio Grande do Sul, em 1950. Em coautoria com Demétrio Ribeiro, projetou o prédio do Colégio Estadual Júlio de Castilhos, um dos ícones da Arquitetura Moderna em Porto Alegre. Foi perseguida na Ditadura Civil-Militar: em 1964, foi expurgada da UFRGS e dispensada da Prefeitura de Porto Alegre. Foi a primeira mulher presidenta do IAB-RS (1980-1981) e se destacou no debate político-profissional nas entidades de Arquitetura e Urbanismo, principalmente na luta por um conselho profissional próprio. O trabalho analisa o seu arquivo pessoal, que guarda predominantemente documentos institucionais de entidades com as quais se envolveu na década de 1980, cujos conteúdos abarcam o debate sobre a política e o exercício profissional em Arquitetura e Urbanismo, bem como o papel da arquiteta como articuladora nas arenas de debate e como quem se preocupou em guardar essas memórias. Por fim, considera a importância da preservação do arquivo pessoal de Enilda Ribeiro para a memória e a identidade de um campo profissional e para a visibilização da memória de uma mulher arquiteta, mas tensiona as possibilidades da sua patrimonialização. Conclui que a constituição do arquivo como patrimônio documental depende de um olhar atento da coletividade para a sua valoração, bem como a adoção de políticas e práticas de gestão de acervos pela instituição custodiadora e o cumprimento de etapas de patrimonialização, para as quais este trabalho pretende contribuir.

PALAVRAS-CHAVE: Arquivos pessoais. Patrimônio documental. Acervos de Arquitetura e Urbanismo. Instituto de Arquitetos do Brasil. Enilda Ribeiro.

ABSTRACT

This dissertation, presented to the Postgraduate Program in Museology and Heritage of the Federal University of Rio Grande do Sul (PPGMusPa/UFRGS), has as its object of analysis the personal archive of Enilda Ribeiro, under the custody of the Institute of Architects of Brazil, Rio Grande do Sul Department (IAB-RS). Its main objective is to analyze if this archive constitutes documentary heritage. Enilda Ribeiro (1923-2010) was an architect and urban planner, pioneer and representative in her spaces of action. She was the first woman to graduate from a higher education course in Architecture in Rio Grande do Sul, in 1950. In co-authorship with Demétrio Ribeiro, she designed the building of the Colégio Estadual Júlio de Castilhos, one of the icons of Modern Architecture in Porto Alegre. She was persecuted during the Civil-Military Dictatorship: in 1964, she was purged from UFRGS and dismissed from Porto Alegre City Hall. She was the first female president of the IAB-RS (1980-1981) and stood out in the political-professional debate in Architecture and Urbanism entities, mainly in the fight for a specific professional council. This work analyzes her personal archive, which predominantly stores institutional documents from entities with which she was involved in the 1980s, whose contents encompass the debate on politics and professional practice in Architecture and Urbanism, as well as the role of the architect as an organizer in the debate arenas and as a person who was concerned with keeping these memories. Finally, it considers the importance of preserving Enilda Ribeiro's personal archive for the memory and identity of a professional field and for making the memory of a woman architect visible, but it stresses the possibilities of its patrimonialization. It concludes that the constitution of the archive as documentary heritage depends on a careful look by the community for its valuation, as well as the adoption of collection management policies and practices by the custodian institution and the fulfillment of patrimonialization stages, for which this work aims to contribute.

KEYWORDS: Personal archives. Documentary heritage. Architecture and Urbanism Collections. Institute of Architects of Brazil. Enilda Ribeiro.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	– Jornal do IAB, Nº 9, dezembro de 1980	19
Figura 2	– Enilda Ribeiro em sua ficha de aluna no IBA, de 1946	35
Figura 3	– Maurício Cravotto entre alunos e professores do IBA, em 1948	38
Figura 4	– Enilda Ribeiro cumprimenta Maurício Cravotto, em 1948	38
Figura 5	– Oscar Niemeyer em meio a alunos e professores do IBA, em 1949	39
Figura 6	– Integrantes da excursão da AAPA à Bahia e a Minas Gerais	41
Figura 7	– Enilda Ribeiro em frente à Câmara Municipal de Mariana (MG) em 1948	42
Figura 8	– Convite de formatura do curso de Arquitetura do IBA, em 1950	43
Figura 9	– Notícia sobre delegação gaúcha no III Congresso Brasileiro de Arquitetos	45
Figura 10	– Convocação da Comissão Especial de Investigação Sumária	48
Figura 11	– Solicitação de aposentadoria de Enilda Ribeiro na PMPA	51
Figura 12	– Enilda Ribeiro, Luís Fernando Corona e Carlos Fayet no IBA, em 1950	56
Figura 13	– Carlos Fayet, Luís Fernando Corona e Enilda Ribeiro no IBA, em 1950	56
Figura 14	– Projeto “Residência para Canôas” na Revista Espaço	58
Figura 15	– Projeto do Colégio Estadual Júlio de Castilhos	59
Figura 16	– Enilda Ribeiro e Demétrio Ribeiro apresentam o projeto “Julinho”	60
Figura 17	– Enilda Ribeiro e Demétrio Ribeiro são premiados pelo projeto “Julinho”	60
Figura 18	– Reportagem sobre a campanha “por uma Faculdade de Arquitetura”	67
Figura 19	– Festival Crioulo pela Paz, no Parque da Redenção, em Porto Alegre	75
Figura 20	– Escrita e assinatura de Enilda Ribeiro no Livro de Atas do ano de 1952	82
Figura 21	– Enilda Ribeiro na Galeria de Presidentes do IAB-RS	83
Figura 22	– Enilda Ribeiro no I Encontro Estadual de Arquitetos, em 1980	84
Figura 23	– Alguns exemplares de revistas presentes no Arquivo Enilda Ribeiro	93
Figura 24	– Desenho de Enilda Ribeiro de 1948	94
Figura 25	– Acervos do IAB-RS no início do trabalho do Projeto de Extensão	100
Figura 26	– Reconhecimento inicial dos acervos do IAB-RS	100
Figura 27	– Caixas do Arquivo Enilda Ribeiro na estante superior	102
Figura 28	– Arquivo Histórico Demétrio Ribeiro com novo mobiliário	103
Figura 29	– Arquivo Enilda Ribeiro em caixas de polionda e novo mobiliário	104
Figura 30	– Tratamento arquivístico do Arquivo Enilda Ribeiro em andamento	105
Figura 31	– Repositório digital com documentos do Arquivo Enilda Ribeiro	106
Figura 32	– Quadro de arranjo documental do Arquivo Enilda Ribeiro	107
Figura 33	– Documento manuscrito por Enilda Ribeiro para as Eleições do IAB/RS	114
Figura 34	– Anotações da Reunião de Diretoria do dia 18 de novembro de 1980	118
Figura 35	– Campanha do Movimento Gaúcho em Defesa da Cultura	120
Figura 36	– Anotações de Enilda Ribeiro para o I Encontro Estadual de Arquitetos	121
Figura 37	– Anotações de Enilda Ribeiro sobre as finanças do IAB-DN	127
Figura 38	– Rascunho de correspondência enviada ao IAB-AL	128
Figura 39	– Cronograma dos debates para reformulação da legislação profissional	130
Figura 40	– Rascunho de correspondência da CDEN a conselheiros do CONFEA	134
Figura 41	– Reportagem da Revista OBRA sobre fraude nas eleições do CONFEA	136
Figura 42	– Material de campanha da Chapa 2 às eleições da FNA em 1986	138

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHDR/IAB-RS	Arquivo Histórico Demétrio Ribeiro do Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento do Rio Grande do Sul
AHIA/UFRGS	Arquivo Histórico do Instituto de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
BN Digital	Coleção Digital de Jornais e Revistas da Biblioteca Nacional
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAU/BR	Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil
CAU/RS	Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul
CEIS-URGS	Comissão Especial de Investigação Sumária da Universidade do Rio Grande do Sul
CREA-RS	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos
CONFEA	Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (antigo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia)
COSU	Conselho Superior do Instituto de Arquitetos do Brasil
FNA	Federação Nacional dos Arquitetos
IAB	Instituto de Arquitetos do Brasil
IAB-DN	Instituto de Arquitetos do Brasil, Direção Nacional
IAB-RS	Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento do Rio Grande do Sul
IAB-SP	Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento de São Paulo
IBA	Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul
MGDC	Movimento Gaúcho em Defesa da Cultura
NPH	Núcleo de Pesquisa Histórica da UFRGS
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PMPA	Prefeitura Municipal de Porto Alegre
SAERGS	Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
1.1	Encontros com papéis: notas do percurso teórico-metodológico.....	26
2	ENILDA RIBEIRO: UMA MULHER COMUNISTA, ARQUITETA E URBANISTA	32
2.1	Estudante em formação, arquiteta e urbanista em ação	34
2.2	Arquiteta à esquerda: política e militância na profissão.....	64
3	O ARQUIVO PESSOAL DA ARQUITETA ENILDA RIBEIRO NO IAB-RS.....	89
3.1	Uma miscelânea de papéis: itinerários de um arquivo em processo	91
3.2	Enilda Ribeiro na primeira pessoa do plural: memórias da luta pela profissão	107
3.3	O arquivo pessoal de Enilda Ribeiro se constitui como um patrimônio?.....	144
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	166
	ANEXOS.....	173
	REFERÊNCIAS	205

I

INTRODUÇÃO

1 INTRODUÇÃO

Enilda Ribeiro teve uma vida dedicada à sua profissão: arquiteta e urbanista. Nascida em 1923 na cidade de Rio Grande, iniciou, em 1948, os estudos no curso de Arquitetura do Instituto de Belas Artes (IBA) em Porto Alegre. Em 1952, tornou-se a primeira mulher a se formar em um curso superior de Arquitetura no Rio Grande do Sul. Era uma época de difusão da Arquitetura Moderna no Brasil — em Porto Alegre, Enilda Ribeiro foi uma das primeiras e poucas mulheres que assinaram projetos considerados ícones modernistas. Entre eles, destaca-se o projeto do Colégio Júlio de Castilhos, o “Julinho”, na década de 1950, em coautoria com Demétrio Ribeiro (que foi seu professor no IBA e companheiro até o fim da vida).

A história de Enilda Ribeiro é marcada pela esquerda comunista. Durante sua formação, teve contato com nomes de influência desse espectro político na Arquitetura, como o próprio Demétrio Ribeiro, Edvaldo Pereira Paiva e Edgar Graeff, além de colegas que seguiram a mesma filiação à corrente ideológica. Não por acaso, foi perseguida na Ditadura Civil-Militar: em 1964, foi expurgada das suas atividades docentes na Universidade e demitida do cargo de urbanista na Prefeitura de Porto Alegre. Alinhada à esquerda, Enilda Ribeiro defendia uma arquitetura mais democrática, comprometida com a realidade social. Por isso, lutou pela autonomia da profissão, que só cumpriria a sua função social como um campo profissional independente. Seu engajamento político já se evidenciava durante a sua formação, como uma das lideranças da campanha Por Uma Faculdade de Arquitetura (PUFA), que defendia a criação de um curso independente das Artes e da Engenharia na recém federalizada Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

A luta pela autonomia da profissão foi a tônica da sua atuação profissional. Após a anistia, em 1979, Enilda Ribeiro optou por não retomar suas funções na Universidade e na Prefeitura — preferiu se dedicar à defesa da Arquitetura e do Urbanismo nas entidades profissionais, especialmente no Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), com o qual sempre manteve relação próxima. Em 1981, tornou-se a primeira mulher presidenta do Departamento do Rio Grande do Sul (IAB-RS). Ao longo da década, dedicou-se à luta por um conselho profissional próprio, que viria a se consolidar somente em 2010, com a criação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) — poucos meses depois de Enilda Ribeiro falecer, no mesmo ano.

* * *

Nada disso eu sabia quando olhava aquelas caixas de documentos no arquivo do IAB-RS. Por muito tempo intocadas, elas chamavam atenção, mas discretamente — como se apenas aguardassem um olhar mais atento. Eu sabia apenas que haviam pertencido a uma arquiteta e urbanista pioneira, a primeira presidenta mulher do IAB-RS. Só isso já serviu como faísca para a curiosidade. Em meio aos trabalhos nos acervos, ouvir as memórias sobre Enilda Ribeiro, de pessoas que conviveram com ela, acabou por despertar a minha identificação com essa mulher ainda pouco conhecida e estudada. Não por acaso, chego até esta dissertação, em que apresento os resultados de uma pesquisa que me fez imergir em seu arquivo pessoal. São papéis que fizeram parte da sua vida, que testemunharam parte da história política da profissão e que evidenciam a sua importância no campo profissional de arquitetas, arquitetos e urbanistas.

Em 2020, ainda aluna do curso de Bacharelado em Museologia da UFRGS, ingressei como bolsista em um Projeto de Extensão vinculado ao IAB-RS, coordenado pela Prof^a. Dr^a. Jeniffer Cuty. O objetivo do projeto era realizar a gestão técnica dos acervos do IAB-RS, compostos por itens museológicos, arquivísticos e bibliográficos, em uma proposta interdisciplinar entre a Museologia, a Arquivologia e a Biblioteconomia. A parceria entre a Universidade e o IAB-RS foi fruto de uma preocupação do Instituto com a sua memória institucional, ressaltada na ocasião dos seus 70 anos, em 2018. Ao se deparar com a dificuldade de encontrar informações na desorganização dos acervos, o Instituto procurou a Universidade em busca de orientação técnica.

O envolvimento com o Projeto de Extensão me fez imergir no universo de preservação dos acervos de Arquitetura e Urbanismo. Como Vice-Diretora Técnica do Centro de Memória do IAB-RS (constituído em maio de 2021), ingressei na Rede Brasileira de Acervos de Arquitetura e Urbanismo, criada em 2019. Participar de discussões com outras instituições custodiadoras, sobre teorias e práticas da preservação desse tipo de acervo, foi enriquecedor para a minha trajetória na Museologia e me inseriu na temática do patrimônio documental da Arquitetura, para além do patrimônio arquitetônico edificado. Foi uma oportunidade também de aproximação com as discussões sobre tratamento arquivístico, o que até então era

novidade para uma estudante de Museologia, comprometida com a preservação da cultura material em seus diversos suportes.

A participação no Projeto de Extensão me inseriu também no universo do IAB e da política profissional na área da Arquitetura. O Instituto, tanto na sua Direção Nacional (IAB-DN) quanto no Departamento do Rio Grande do Sul (IAB-RS), tem uma atuação de relevância histórica no debate político-profissional e nas lutas pelo direito à cidade e à moradia. No arquivo histórico do IAB-RS, chamado de Arquivo Histórico Demétrio Ribeiro (AHDR), que perpassa a gestão de seus ex-presidentes, estão registros desse percurso como associação profissional de arquitetas, arquitetos e urbanistas, em defesa da dimensão social e democrática da profissão. É no AHDR que estão guardadas as caixas do Arquivo Enilda Ribeiro¹ — o objeto de estudo deste trabalho.

Desde o início do Projeto de Extensão, as caixas desse arquivo eram assunto nas conversas da equipe extensionista, interessada em conhecer melhor aquele acervo e a história da arquiteta. Apesar do interesse, a única interação que eu havia tido com os documentos foi o seu acondicionamento, em 2021, para caixas de material mais adequado para a sua conservação. Em 2019, uma arquivista iniciou o tratamento arquivístico dos documentos, mas esse trabalho foi interrompido em 2020. Durante a pesquisa, descobri que a doação do arquivo ao IAB-RS ocorreu provavelmente em 2011, por iniciativa do secretário pessoal da arquiteta. Portanto, é provável que as caixas tenham ficado intocadas por muitos anos.

Foi, então, na elaboração do anteprojeto de pesquisa para o processo seletivo do mestrado que esse arquivo se tornou um objeto de análise e passou a me despertar reflexões e questionamentos. Afinal, quais documentos estavam naquelas caixas? O que eles poderiam apresentar sobre a história de Enilda Ribeiro e do IAB-RS? De que forma aquele acervo poderia ser tratado pela instituição? Embora ainda não pudesse responder a essas questões, elas já instigavam a investigação. Então, já durante o mestrado, sob a perspectiva do patrimônio cultural,

¹ Ao iniciar a pesquisa, uma das primeiras indagações que surgiu foi sobre a nomenclatura que deveria ser dada a essa massa de documentos: arquivo, fundo, coleção ou acervo. Existem diferentes concepções e um debate contínuo (Fukuhara; Troitiño, 2022) sobre esses termos na Arquivística. A fim de evitar imprecisões, embora tenha iniciado o trabalho nomeando como “fundo”, optei por adotar o termo “arquivo” para me referir ao conjunto de documentos, que carece de análise pormenorizada, por profissional arquivista, da sua proveniência e organicidade para uma melhor definição, considerando a sua complexidade como arquivo pessoal.

passei a mergulhar nas histórias da arquiteta, no Arquivo Enilda Ribeiro e nas possibilidades da sua patrimonialização, a fim de responder às dúvidas que pairavam.

A expectativa, ao abrir as caixas do Arquivo Enilda Ribeiro, era encontrar documentos sobre a sua vida profissional, talvez desenhos, croquis, cartas, diários, maquetes, projetos ou outras preciosidades do seu passado. No entanto, o arquivo se mostrou mais complexo — e um tanto mais enfadonho — do que eu esperava. Me deparei com documentos das mais diversas origens, a maioria de cunho institucional, como atas e relatórios de gestão, relativos às atividades de Enilda Ribeiro no IAB-RS e no IAB-DN, mas também em outras entidades, como o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) e a Federação Nacional dos Arquitetos (FNA). Percebi, aos poucos, que os papéis eram predominantemente da década de 1980, mas sem qualquer ordenação cronológica ou temática aparente.

Ao longo da pesquisa, me senti como em um jogo de quebra-cabeças, em que as peças se encontravam dispersas nas diferentes caixas e precisavam se encontrar para formar um quadro que fizesse sentido. A complexidade do Arquivo Enilda Ribeiro, sem qualquer tratamento técnico até então, foi acentuada para mim por não ser arquivista, o que exigiu da pesquisa uma aproximação com os conceitos e metodologias da Arquivologia na intenção de melhor compreender o arquivo. Mas, ao mesmo tempo que o trabalho se mostrou desafiador, também significou um privilégio, por ser a primeira pesquisadora a adentrar no arquivo, abrir as caixas e explorar os documentos que por tanto tempo ficaram desconhecidos.

No entanto, dado o recorte temporal do Arquivo Enilda Ribeiro, tive que recorrer a arquivos de outras instituições e a publicações e produções acadêmicas que mencionavam a arquiteta, a fim de melhor conhecê-la. À medida que soube mais sobre Enilda Ribeiro, compreendi melhor o conteúdo dos documentos do seu arquivo pessoal e as memórias deixadas como rastros nos papéis, a serem perseguidas e desvendadas. O debate político-profissional nas entidades de Arquitetura e Urbanismo, conteúdo predominante no arquivo, teve importante significado na sua atuação profissional e representa grande contribuição da arquiteta para a história da profissão. Não por acaso, “Profissão: Arquiteta” é o título desta dissertação, em referência a uma edição do Jornal do IAB (Figura 1) publicada

durante a presidência de Enilda Ribeiro no Instituto. O título remete a toda a sua dedicação à Arquitetura ao longo da vida — mas, é claro, flexiona para o gênero feminino para demarcar a valorização da mulher arquiteta neste trabalho.

Figura 1 – Jornal do IAB, Nº 9, dezembro de 1980



Fonte: Arquivo Enilda Ribeiro, Caixa 4 (Jornais de Boletins), AHDR/IAB-RS.

No início da pesquisa, eu já estava ciente da importância da preservação do arquivo pessoal de Enilda Ribeiro para a memória da Arquitetura e do Urbanismo, a memória institucional do IAB, da própria arquiteta e até mesmo de outras entidades profissionais. Mas ainda me perguntava como o Instituto poderia se comprometer com a sua preservação e disponibilizá-lo para acesso público, para a realização de pesquisas, exposições e outras ações de difusão, que contribuiriam para a visibilização de Enilda Ribeiro, principalmente devido às históricas dificuldades de sustentação financeira do IAB-RS.

Entre idas e vindas — e muitos descaminhos — no percurso da pesquisa, até aprofundar o conhecimento sobre Enilda Ribeiro e amadurecer a compreensão do seu arquivo pessoal, foi possível delimitar a problemática que norteou a investigação: o que o Arquivo Enilda Ribeiro nos apresenta? De acordo com seu conteúdo e características, pode ser considerado um patrimônio documental? Se

sim, como pode ocorrer a sua patrimonialização? Afinal, parecia evidente (e isso se confirmou) que os documentos guardavam memórias importantes da profissão e da própria arquiteta e careciam de preservação e difusão, mas o processo de patrimonialização traz alguns desafios e diferentes perspectivas que levantam questionamentos e provocam discussões. Não por acaso, trago ao final do trabalho a indagação se o Arquivo Enilda Ribeiro se constitui como um patrimônio — sem a pretensão de alcançar uma resposta definitiva —, após apresentar e analisar os itinerários de vida de Enilda Ribeiro e o seu arquivo pessoal guardado pelo IAB-RS.

Na investigação dessa problemática, a pesquisa teve como objetivo principal analisar se o arquivo pessoal de Enilda Ribeiro se constitui como um patrimônio documental. Para se aproximar deste objetivo geral, foram delimitados os seguintes objetivos específicos: conhecer as histórias de vida de Enilda Ribeiro como estudante, arquiteta e militante pela profissão; analisar os itinerários do Arquivo Enilda Ribeiro desde a produção e acumulação dos documentos até a sua institucionalização pelo IAB-RS; analisar o conteúdo dos documentos do arquivo pessoal de Enilda Ribeiro e sua relevância como suporte de memórias; e propor um debate crítico sobre as possibilidades de patrimonialização do arquivo.

A busca por essas respostas foi o que determinou os caminhos da pesquisa e suas potenciais contribuições para o meio social e o campo acadêmico, que partiram da identificação de lacunas e potencialidades nos quatro eixos deste trabalho: (1) Enilda Ribeiro e seus contextos de atuação; (2) gênero na Arquitetura e a visibilização de arquitetas mulheres na história do campo; (3) a patrimonialização de arquivos pessoais; (4) e a preservação de acervos de Arquitetura e Urbanismo no Brasil. Justifica-se, assim, a importância desta pesquisa.

Inicialmente, chamou atenção a escassez de trabalhos sobre Enilda Ribeiro em bibliotecas e repositórios de teses, dissertações e periódicos². Entre eles, destaca-se a dissertação de Livia Nunes (2016), que estuda os cinco professores da Faculdade de Arquitetura expurgados da UFRGS na Ditadura Civil-Militar — um deles, Enilda Ribeiro. Ainda no tema dos expurgos, é importante citar o livro “Universidade e repressão: os expurgos na UFRGS” (Holzmann, 2008), um

² Foram consultados, digitalmente, o Catálogo de Teses e Dissertações e o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o Repositório Digital da UFRGS (Lume), o Catálogo Online de Bibliotecas da UFRGS (SABi) e, presencialmente, a Biblioteca do IAB-RS.

documento sobre o processo dos expurgos na Universidade; e a dissertação de Jaime Mansan (2009), também fundamental para a compreensão desse processo. Essas obras ajudaram a compreender o contexto do afastamento sumário de Enilda Ribeiro da UFRGS, fato marcante na sua vida.

No contexto da Arquitetura Moderna, Sérgio Marques (2012) abordou a obra dos arquitetos Carlos Fayet, Cláudio Araújo e Moacyr Moojen Marques — Enilda Ribeiro aparece entre essas e outras figuras emblemáticas da Arquitetura de Porto Alegre entre as décadas de 1950 e 1970. Alessandra Szekut (2008) também aborda o período da Arquitetura Moderna em Porto Alegre, com ênfase na obra do arquiteto Luís Fernando Corona, que foi colega de Enilda Ribeiro no IBA. Já Daniel Fischmann (2023) pesquisa sobre projetos residenciais modernistas em Porto Alegre, de 1949 a 1970; entre eles, estão três projetos de Enilda Ribeiro. Outra referência importante para a pesquisa foi o livro de Alberto Xavier e Ivan Mizoguchi (1987), que consiste no primeiro catálogo de exemplares da Arquitetura Moderna em Porto Alegre, construídos entre 1935 e 1985. Entre os projetos, os autores apresentam o Colégio Estadual Júlio de Castilhos, o “Julinho”, um dos principais trabalhos de Enilda Ribeiro, em coautoria com Demétrio Ribeiro — frequentemente referenciado como o único autor do projeto.

Enilda Ribeiro e Demétrio Ribeiro foram companheiros na vida pessoal e profissional. O arquiteto se destacou como pensador e crítico da Arquitetura no Brasil, foi professor no IBA e na UFRGS, presidente do IAB-RS entre 1968 e 1969 e do IAB-DN entre 1977 e 1979, além de atuar em outras entidades profissionais. Enilda Ribeiro e Demétrio Ribeiro desenvolveram projetos juntos, abriram um escritório em conjunto e transitavam num mesmo círculo social. Porém, sobre essa relação, é importante pontuar o que já identificou Livia Nunes (2016): Enilda Ribeiro, como companheira de Demétrio Ribeiro, tem sua atuação e produção profissional muitas vezes ocultas pela popularidade do arquiteto, sobretudo em trabalhos desenvolvidos com ele.

Sobre Demétrio Ribeiro, há a dissertação de Rodrigo Troyano (2018), que analisa o projeto arquitetônico do Julinho a partir da investigação sobre a formação profissional do arquiteto e seu ideário vinculado ao Realismo Socialista. O autor foca no arquiteto e menciona que a atuação de Enilda Ribeiro no campo da Arquitetura de Porto Alegre “poderia ser objeto de investigações em pesquisas acadêmicas

futuras” (Troyano, 2018, p. 22, nota de rodapé).

Outro aspecto importante sobre a trajetória de Enilda Ribeiro é a sua atuação como aluna no IBA e na defesa da criação da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. Sobre a gênese do ensino da Arquitetura em Porto Alegre, Renato Fiori (1992) é uma referência fundamental para este trabalho. Nesse tema, é importante mencionar também o livro “Arquitetura UFRGS: 50 anos de histórias”, organizado por Flávia Licht e Salma Cafruni (2002), que reúne importantes textos de personagens marcantes da história da Faculdade, inclusive de Enilda Ribeiro. Outro trabalho importante é o de Bruno de Mello (2016), que faz uma historiografia das origens do ensino do Urbanismo na Faculdade de Arquitetura da UFRGS.

É importante notar que muitos trabalhos apenas citam o nome de Enilda Ribeiro ou apresentam algum fragmento da sua trajetória, geralmente como coadjuvante, enquanto se ressaltam outros atores, como no caso dos arquitetos modernistas — homens, em sua grande maioria, inclusive Demétrio Ribeiro. Esta dissertação, por outro lado, aborda Enilda Ribeiro como protagonista, figura central da análise para contextualizar e compreender o seu arquivo pessoal. A fim de visibilizar a figura de Enilda Ribeiro, a pesquisa traz o ineditismo de analisar a arquiteta em sua singularidade e diversas facetas, especialmente considerando sua representatividade como mulher em contextos majoritariamente masculinos.

O “1º Diagnóstico de Gênero na Arquitetura e Urbanismo”³, realizado pela Comissão Temporária para a Equidade de Gênero do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), mostra a urgência do tema na Arquitetura e Urbanismo, com uma lacuna evidente entre as condições de mulheres e homens na profissão. A partir do diagnóstico, o CAU/BR lançou a “Política do CAU para a Equidade de Gênero”⁴, que reúne diretrizes para a profissão a serem implementadas. Um dos eixos da política é a “Equidade na História da Arquitetura e Urbanismo”, que busca promover uma percepção mais justa e abrangente da história da profissão, divulgar exemplos de protagonismo feminino na área, entre outras ações. Esta pesquisa, portanto, está alinhada às novas diretrizes do conselho

³ CAU/BR. *Diagnóstico revela o perfil da desigualdade de gênero na Arquitetura e Urbanismo*. 4 ago. 2020. Disponível em: <https://www.caubr.gov.br/diagnostico-revela-o-perfil-da-desigualdade-de-genero-na-arquitetura-e-urbanismo/>. Acesso em: 28 ago. 2022.

⁴ CAU/BR. *Política do CAU para a Equidade de Gênero*. Edição digital: CAU/BR, [2021]. Disponível em: <https://www.caubr.gov.br/equidade/wp-content/uploads/2021/03/politica-do-cau-para-a-equidade-de-genero-7-compactado.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2024.

profissional e coloca a questão do gênero como um dos seus eixos.

Os repositórios de teses, dissertações e periódicos apresentam inúmeros trabalhos realizados nos últimos anos que buscam visibilizar a atuação de mulheres arquitetas e urbanistas na história. Não ter sua memória registrada e visibilizada não significa que as mulheres não estavam presentes na história da Arquitetura e do Urbanismo — mas, atravessadas por uma sociedade patriarcal, a história e a memória do campo se tornaram predominantemente masculinas.

A dissertação de mestrado de Érica Martins (2019) visibiliza a trajetória da arquiteta Nícia Paes Bormann, profissional carioca que construiu parte da sua carreira no Ceará. Cinthia Serrano (2013) destaca as trajetórias da engenheira Carmen Portinho e das arquitetas Déa Paranhos e Lina Bo Bardi — esta última certamente uma das arquitetas mais conhecidas e pesquisadas no país. Julia Meneghel (2023) analisa a linguagem projetual da arquiteta Maria do Carmo Schwab, que se destacou na produção modernista no Espírito Santo. Andréa Porto (2021) traz ainda uma importante contribuição para os estudos de gênero na Arquitetura, ao visibilizar as trajetórias de arquitetas cruzadas pelas de seus maridos, também arquitetos, em parcerias profissionais. Chama atenção, entre os trabalhos pesquisados, a escassez de referências a arquitetas da Região Sul do país, com exceção ao trabalho de Clarissa Terra (2023) sobre a invisibilidade das arquitetas no Rio Grande do Sul. A presente dissertação pretende contribuir também para essa visibilização, por meio de uma figura representativa no Estado.

Ana Gabriela Godinho Lima (2014), em seu pioneiro trabalho de levantamento de mulheres arquitetas na América Latina do século XX, enfatiza que as mulheres sempre influenciaram de forma decisiva a evolução da profissão, embora a história ressalte as figuras superlativas e as obras de prestígio de arquitetos homens. No entanto, a autora entende ser importante se contrapor à ideia dos “superarquitetos” e, sem desconsiderar a relevância das figuras proeminentes, ter em vista que a história da Arquitetura vai além delas. Muitas vezes, as contribuições das arquitetas são silenciosas, escondidas atrás das pranchetas, apagadas em trabalhos feitos por elas mas assinados por homens, que, em muitos casos, são seus maridos ou companheiros. É isso que ocorre com Enilda Ribeiro, cujas contribuições para a profissão estão escondidas em textos escritos em nome de coletivos ou em projetos assinados por figuras masculinas nas equipes que integrou. O projeto do “Julinho”,

por exemplo, tem a sua assinatura, mas é o nome de Demétrio Ribeiro que historicamente é ressaltado. Portanto, esse ponto de vista foi importante para compreender a atuação da arquiteta e sua relevância na história da profissão, como alguém que trabalhou diligentemente — muitas vezes, silenciosamente, nos bastidores — pelo fortalecimento da Arquitetura.

Outro importante aspecto que demonstra a relevância da pesquisa é que os trabalhos citados sobre Enilda Ribeiro e sobre mulheres arquitetas adotam a perspectiva da Arquitetura ou da História em suas análises, enquanto este trabalho se insere na área do Patrimônio. É importante ressaltar que não cabe aqui analisar o mérito arquitetônico ou conferir valor à obra de Enilda Ribeiro, o que pode ser objeto de futuros trabalhos acadêmicos na área de Arquitetura e Urbanismo. Esta pesquisa, por outro lado, analisou o arquivo pessoal de Enilda Ribeiro como suporte de memórias e como patrimônio, considerando os arquivos pessoais como passíveis de patrimonialização. Nesse sentido, foi importante também a aproximação com o conceito de arquivos pessoais e suas possibilidades de patrimonialização.

Ao iniciar a pesquisa com o Arquivo Enilda Ribeiro, me questionei se aquele conjunto documental poderia ser classificado como arquivo pessoal, uma vez que abrange predominantemente documentos institucionais. Mas entendi o arquivo como um conjunto de documentos, acumulados e guardados pela arquiteta (doados ao IAB-RS após o seu falecimento), decorrentes das suas atividades enquanto esteve em relação com entidades profissionais da Arquitetura. São testemunhos da sua atuação em defesa da profissão, registros mantidos em função do seu papel no debate político-profissional. Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, arquivo pessoal é o arquivo de pessoa física (Arquivo Nacional, 2005, p. 34). Essa definição, no entanto, não abarca a complexidade do conceito. Heloísa Bellotto (2006) aborda os arquivos pessoais dentro da categoria de arquivos privados, compostos por um conjunto orgânico de documentos produzidos e/ou recebidos por uma pessoa física que constituem seu testemunho e que podem ser abertos à pesquisa pública (Bellotto, 2006). Dessa forma, atribuo o conceito de arquivo pessoal ao Arquivo Enilda Ribeiro e reflito sobre as práticas de arquivamento de si no processo de produção do arquivo.

Ao selecionar e organizar os documentos, a arquiteta fez também uma seleção sobre as memórias que, a partir das suas subjetividades, desejava

preservar — não apenas sobre a sua existência individual, mas principalmente sobre o campo profissional. Nesse tema, é importante mencionar a edição da Revista Estudos Históricos referente a arquivos pessoais⁵, de 1998, que reúne uma série de artigos sobre as escritas de si, a constituição de memórias individuais e o estatuto dos arquivos pessoais no campo arquivístico. Philippe Artières (1998) e Terry Cook (1998) são relevantes para a compreensão dessas práticas e conceitos. Ressalta-se que a intenção desta pesquisa não foi se aprofundar no tratamento técnico do acervo, embora esse assunto seja abordado. O trabalho analisou o arquivo pessoal à luz do patrimônio cultural, assim como na pesquisa de Vania Machado (2016) sobre Judith Cortesão, cujo arquivo pessoal é analisado pela autora como suporte de memórias da sua trajetória de vida.

A pesquisa também se insere nas discussões sobre acervos de Arquitetura e Urbanismo. Tal como ocorre nesta dissertação, trabalhos que tomem esse tipo de acervo como objeto de análise ou como fonte de informação documental são fundamentais para evidenciar a sua relevância acadêmica e histórica e, portanto, a importância também da sua preservação. É o que ocorre também no trabalho de Anna Canez (1998) que, a fim de compreender a trajetória do arquiteto Fernando Corona, analisa os seus diários e manuscritos como fontes primárias — também utilizados como documentos na presente dissertação.

Nos últimos anos, algumas notícias motivaram debates sobre a preservação desses acervos no Brasil. Em 2020, Paulo Mendes da Rocha, arquiteto brasileiro de projeção internacional, doou todo o seu acervo à Casa da Arquitectura, em Matosinhos, Portugal (Segawa, 2020). No ano seguinte, mais um acervo relevante para o Brasil — o espólio do arquiteto e urbanista Lucio Costa — foi entregue à mesma instituição, em doação negociada e efetivada pela sua família (Costa, 2022). As notícias motivaram manifestações contrárias e favoráveis ao envio dos acervos de Arquitetura a outro país, em vez da sua manutenção e preservação no Brasil, como o artigo de Lira *et al.* (2021), que discute o papel, a agência e as potencialidades desses acervos nas atividades de ensino e pesquisa. Já em 2024, o acervo do paisagista Roberto Burle Marx foi transferido para a Casa Cavanelas, na região serrana do Rio de Janeiro, a fim de potencializar sua importância — uma

⁵ Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/issue/view/287>. Acesso em: 4 set. 2022.

notícia positiva para a preservação e valorização dos acervos arquitetônicos no Brasil (Wisnik, 2024).

Portanto, a preservação dos acervos de Arquitetura e Urbanismo no Brasil, nos seus mais diversos suportes e tipologias, é assunto premente no campo arquitetônico, em diálogo com profissionais da Arquivologia, Museologia, Biblioteconomia, História e Patrimônio. Nesse sentido, esta dissertação contribui para a discussão sobre as formas e os desafios da preservação desse tipo de acervo, por meio do caso de um arquivo pessoal que guarda memórias importantes da profissão e de uma figura representativa da Arquitetura no Rio Grande do Sul.

1.1 Encontros com papéis: notas do percurso teórico-metodológico

Enilda Ribeiro me despertou curiosidade. Queria saber mais sobre aquela arquiteta que nomeava o arquivo que conheci no IAB-RS. Ainda durante o período em que fui bolsista do Projeto de Extensão na instituição, conheci memórias de quem havia convivido com ela e histórias contadas pelos corredores. Por isso, meu desejo inicial, já na pesquisa de mestrado, foi conhecer melhor essa mulher arquiteta, urbanista e comunista. Compreender aspectos da vida de Enilda Ribeiro contribuiria para contextualizar o arquivo e entender a partir de que olhar os documentos foram produzidos, reunidos e doados.

Porém, eu sabia que aquele arquivo no IAB-RS englobava apenas uma pequena parcela da história de Enilda Ribeiro. Ainda no início da pesquisa, eu havia explorado três caixas do arquivo, entre as 36 armazenadas no Arquivo Histórico do IAB-RS, que me revelaram seu limite temático e temporal. Por isso, no percurso metodológico da pesquisa, me voltei primeiramente a outros arquivos que tinham relação com a história de Enilda Ribeiro como estudante, professora, arquiteta e militante, bem como a produções acadêmicas e bibliográficas relacionadas à sua trajetória. O resultado desta pesquisa inicial está descrito e analisado no Capítulo 2 desta dissertação, referente aos itinerários de vida da arquiteta Enilda Ribeiro.

Segundo Eva Lakatos e Marina Marconi (2003, p. 174), o levantamento de dados é o primeiro passo de qualquer pesquisa científica, com a intenção de recolher informações prévias sobre o tema. Essa etapa da pesquisa é realizada de duas maneiras: pesquisa documental (ou de fontes primárias) e pesquisa

bibliográfica (de fontes secundárias). Neste trabalho, portanto, realizei uma pesquisa documental como forma de aproximação com a história de Enilda Ribeiro, com foco em instituições com as quais a arquiteta estabeleceu alguma relação acadêmica, profissional ou política. Além das três caixas do Arquivo Enilda Ribeiro no Arquivo Histórico do IAB-RS, consultei as seguintes instituições:

- Arquivo Histórico do Instituto de Artes da UFRGS (AHIA/UFRGS);
- Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho (AHPAMV);
- Núcleo Administrativo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS;
- Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CAU/RS);
- Colégio Estadual Júlio de Castilhos (CEJC);
- Núcleo de Pesquisa Histórica da UFRGS (NPH-UFRGS);
- Divisão de Gestão Documental da Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio (SMAP) da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA);
- Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul (SAERGS);
- Coleção Digital de Jornais e Revistas da Biblioteca Nacional (BN Digital).

Em todas essas instituições, encontrei documentos que faziam referência a Enilda Ribeiro e que contribuíram para compreender aspectos das vivências da arquiteta. Dispersos e escassos, esses documentos sobre Enilda Ribeiro foram reunidos, descritos e analisados de forma inédita nesta dissertação.

Além da pesquisa documental, utilizei também a pesquisa bibliográfica como forma de aproximação com a arquiteta. A busca pelo termo “Enilda Ribeiro” em repositórios digitais e a pesquisa pela temática da Arquitetura Moderna em Porto Alegre na Biblioteca do IAB-RS permitiram encontrar referências à arquiteta que também contribuíram para essa pesquisa inicial.

Assim, a pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica foram os pontos de partida para a exploração inicial do objeto de análise, que permitiu compreender melhor a pessoa responsável por acumular aqueles documentos. A partir da aproximação inicial, foi necessário voltar os olhos para o objeto deste trabalho, o Arquivo Enilda Ribeiro guardado no IAB-RS, agora contextualizado na sua trajetória de vida. Então, deparei-me com uma infinidade de papéis, uma massa documental reunida em 36 caixas-arquivo, que foram doadas ao IAB-RS. O que fazer, então,

com essa enorme quantidade de documentos? De que forma analisar todas as informações que eles trazem?

Certamente a pesquisa teria uma abordagem qualitativa, já que meu interesse era investigar uma realidade em sua complexidade, na dinâmica das relações sociais, permeadas por significados, crenças, valores e atitudes, inquantificáveis por natureza. Nesse tipo de pesquisa, “a preocupação do pesquisador não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória etc.” (Goldenberg, 2004, p. 14). Além disso, teria uma finalidade exploratória (Gil, 2018), já que se trata de uma primeira aproximação acadêmica e científica com o objeto, que pode levantar hipóteses para investigações futuras.

A partir dessa caracterização, analisei qual seria a metodologia mais adequada para investigar o objeto. Embora a análise de conteúdo se apresentasse como uma possibilidade mais evidente, entendi que as respostas para os meus questionamentos careciam de outra perspectiva, atenta às relações estabelecidas entre o arquivo, os documentos e o meio social, desde a sua produção e acumulação até a sua institucionalização. Por isso, no percurso metodológico, orientado pelo objetivo e pelo problema da pesquisa, a etnografia se mostrou um caminho adequado para explorar o objeto de análise.

Essa metodologia permitiu a análise do arquivo e dos documentos com um olhar sensível para os contextos, relações e sentidos que o arquivo pessoal de Enilda Ribeiro envolve. Segundo Cornélia Eckert e Ana Luiza da Rocha (2008), para a coleta dos dados, o método etnográfico exige do pesquisador um deslocamento da sua cultura para se situar no interior do fenômeno investigado. Para as autoras, na etnografia, a observação direta é a técnica privilegiada para a investigação dos saberes e práticas da vida social e o reconhecimento das ações e representações coletivas na vida humana.

Neste trabalho, ao longo do processo de imersão nas 36 caixas-arquivo, realizei diversas anotações em um caderno que me acompanhou nas manhãs e tardes que passei na sala do Arquivo Histórico do IAB-RS. No encontro com os papéis do Arquivo Enilda Ribeiro, o caderno de notas se tornou aliado para organizar pensamentos, registrar epifanias e identificar informações que não estavam evidentes nos documentos, mas que poderiam ser compreendidas por meio deles. O

apoio dessas anotações, então, permitiu compreender melhor os conteúdos dos documentos e os itinerários do arquivo.

Mas, como explicam Letícia Ferreira e Laura Lowenkron (2020), a bibliografia sobre a etnografia de documentos ainda é escassa, sendo poucas as produções que se debruçam sobre essa metodologia de pesquisa ou que apontam caminhos teórico-metodológicos para a sua aplicação. Este trabalho, embora não pretenda se aprofundar na discussão sobre a metodologia, permitiu me aproximar da etnografia de documentos e da etnografia de arquivos e contribuir minimamente para a sua construção. Para isso, foi necessário me aprofundar na metodologia e nos trabalhos que discutem as suas abordagens. No Capítulo 3, discorro um pouco mais sobre essa metodologia e de que forma foi aplicada.

A fim de analisar o objeto e responder às questões da pesquisa, foram definidos três conceitos norteadores do embasamento teórico: arquivos pessoais, memória social e patrimônio cultural, bem como as suas inter-relações. Inicialmente, a concepção de arquivos pessoais em perspectiva etnográfica de Luciana Heymann (2009; 2013) foi fundamental para analisar o Arquivo Enilda Ribeiro e compreender sua complexidade, bem como problematizar o conceito no campo arquivístico. Além disso, o conceito de “campo”, a partir de Pierre Bourdieu (Catani *et al.*, 2017) foi importante para compreender a atuação, as movimentações e as estratégias de Enilda Ribeiro na área profissional da Arquitetura e Urbanismo.

Paul Ricoeur (1997; 2007) apresenta a noção de “rastros”, entendendo o arquivo como um lugar social que se relaciona com a realidade e confronta o passado e o presente. No campo da memória social, Joël Candau (2009; 2012) analisa as relações entre memórias individuais e coletivas e traz o conceito de “sociotransmissores” como potencializador de uma metamemória coletiva. O Arquivo Enilda Ribeiro, entendido neste trabalho como suporte de memórias da Arquitetura, das entidades e de Enilda Ribeiro, foi analisado a partir dessas concepções.

Já no campo do patrimônio, José Reginaldo Gonçalves (2007) discute esse conceito como categoria de pensamento, presente em todas as sociedades humanas a partir da prática do colecionamento. Leonardo Castriota (2009), por sua vez, analisa o conceito de patrimônio cultural na modernidade, bem como o seu alargamento nas últimas décadas — o que permite analisar o Arquivo Enilda Ribeiro sob essa compreensão. Ressaltando o caráter processual do patrimônio cultural,

Jean Davallon (2014) discute os "gestos de patrimonialização" e apresenta as etapas necessárias para esse processo, fundamental para discutir neste trabalho as possibilidades da patrimonialização do Arquivo Enilda Ribeiro.

A dissertação se divide em dois capítulos principais, que apresentam respectivamente os itinerários da vida de Enilda Ribeiro e o seu arquivo pessoal, além deste capítulo introdutório e das considerações finais. "Enilda Ribeiro: uma mulher comunista, arquiteta e urbanista" é o capítulo que apresenta e analisa fatos marcantes da história de Enilda Ribeiro, desde a sua entrada no curso de Arquitetura do IBA até a década de 1980, quando ainda estava atuante nas entidades de Arquitetura e Urbanismo. Está dividido em dois subcapítulos: o primeiro disserta sobre aspectos da sua formação e exercício profissional como arquiteta e urbanista, enquanto o segundo aborda seu posicionamento político e atuação militante em defesa da profissão.

Após discutir aspectos da vida de Enilda Ribeiro, a dissertação traz o capítulo "O arquivo pessoal da arquiteta Enilda Ribeiro no IAB-RS", que se volta para a análise do seu arquivo pessoal. O primeiro subcapítulo apresenta os itinerários do Arquivo Enilda Ribeiro, desde a sua produção e acumulação até a sua institucionalização; o segundo subcapítulo analisa os documentos do arquivo como suportes de memória da arquiteta e do debate político-profissional; por fim, o terceiro subcapítulo discute o Arquivo Enilda Ribeiro como patrimônio cultural arquivístico e as possibilidades e desafios da sua patrimonialização. As análises e reflexões permitem encerrar o percurso da escrita com as Considerações Finais, que retomam sinteticamente os resultados da pesquisa e abrem possibilidades para inúmeras investigações, em diferentes áreas do conhecimento, dada a potência do objeto em análise.

2

**ENILDA RIBEIRO:
UMA MULHER COMUNISTA,
ARQUITETA E URBANISTA**

2 ENILDA RIBEIRO: UMA MULHER COMUNISTA, ARQUITETA E URBANISTA

Enilda Ribeiro foi uma mulher em meio a muitos homens. Na década de 1950, foi uma das pioneiras entre as mulheres arquitetas que lutavam para constituir um campo específico de conhecimento e atuação profissional, independente da Engenharia e das Artes, e que defendiam uma Arquitetura mais solidária, próxima da realidade social brasileira e suas desigualdades. No período da ditadura civil-militar no Brasil, sua identificação como comunista foi pretexto para os desmandos de quem estava no poder, sob um golpe de estado, que deixou marcas indeléveis no país e em cada pessoa injustiçada naquele momento, tal qual Enilda Ribeiro. Já na década de 1980, destacou-se como articuladora das discussões sobre a política profissional da Arquitetura e Urbanismo, principalmente pela criação de um conselho profissional próprio, fundamental para a identidade da profissão e o reconhecimento da sua importância. Enilda foi uma entre muitos, mas não apenas mais uma.

Para analisar a atuação de Enilda Ribeiro, é importante invocar a noção de campo desenvolvida por Pierre Bourdieu (Catani *et al.*, 2017). O sociólogo parte do conceito de habitus, fundamental em sua obra, que pode ser definido basicamente como as estruturas sociais que moldam os comportamentos dos indivíduos — sua forma de agir, pensar e sentir — e definem o lugar que eles ocupam no espaço social. O habitus tem origem e se expressa nas interações dos indivíduos, como agentes nos campos em que estão inseridos. Cada campo tem sua estrutura própria de funcionamento, com regras tacitamente definidas que refletem o habitus daquele grupo na prática. No entanto, é também espaço de disputa dos habitus, em que os agentes, dominantes e dominados, confrontam-se em torno de um capital simbólico específico de cada campo, desigualmente distribuído entre os agentes. De acordo com a posição que ocupam, os agentes podem adotar estratégias de conservação (dominantes) ou de subversão (dominados) da relação de forças existente.

Enilda Ribeiro pode ser interpretada como uma agente no campo profissional que, desde o seu período de estudante, acumulou capital político que a credenciou a ocupar posições de destaque nas entidades profissionais. Junto a outros agentes da Arquitetura, trabalhou para que o campo profissional adquirisse autonomia com estratégias de subversão em relação às Artes, mas, principalmente, à Engenharia, a fim de constituir um campo profissional próprio. Como será apresentado neste

capítulo, professores e alunos do curso de Arquitetura do IBA que se engajaram na defesa da profissão são agentes do campo que, na década de 1950, lutaram pela criação da Faculdade de Arquitetura como uma estratégia de subversão no campo. Posteriormente, a criação de um conselho profissional próprio e a reforma da legislação se consolidaram também como estratégias de subversão que fortaleceram a luta pela autonomia do campo. Como espaço social de disputas, o campo da Arquitetura não se consolidou sem confrontos e resistência por parte dos engenheiros, que adotaram uma série de estratégias de conservação das forças existentes, manifestadas por meio de acordos políticos entre agentes aliados e boicotes às propostas e decisões dos arquitetos e arquitetas.

Neste capítulo, portanto, apresento fatos e momentos relevantes sobre a vida de Enilda Ribeiro, que constituem a sua memória no meio social e visibilizam a sua importância na história da Arquitetura e Urbanismo, inclusive como mulher em um campo historicamente ocupado por homens. Os dados foram coletados por meio de pesquisa documental e bibliográfica — em fontes primárias, foram consultados documentos de instituições com as quais Enilda Ribeiro estabeleceu alguma relação acadêmica, profissional ou política; já em fontes secundárias, foram consultados repositórios digitais e bibliotecas em busca de referências a Enilda Ribeiro e à temática da Arquitetura Moderna em Porto Alegre. Esta pesquisa avançou para além dos documentos guardados pelo IAB-RS no arquivo pessoal da arquiteta, que se restringem principalmente à década de 1980, a fim de conhecer mais da trajetória de Enilda Ribeiro, compreender a partir de que olhares e vivências se deu a produção do arquivo, bem como contextualizá-lo nas suas experiências de vida.

Ressalto que não tenho aqui a intenção de biografar a vida da arquiteta, muito menos abarcar a sua completude — impossibilidade já apontada por Pierre Bourdieu (2006). A partir do conceito de ilusão biográfica, apresentado pelo autor, entendo ser impossível reconstituir uma vida, de forma fiel ao passado, linear e cronológica, já que o biógrafo apresenta uma narrativa a partir da sua interpretação sobre as fontes disponíveis e das representações que elabora sobre o biografado. Portanto, o que trago aqui são percepções e interpretações, perpassadas por subjetividades e intencionalidades, sobre determinados acontecimentos de uma vida — apenas uma das narrativas possíveis sobre a arquiteta, com ênfase nos aspectos acadêmicos, profissionais, políticos e militantes.

Enilda Ribeiro nasceu em 25 de abril de 1923, na cidade de Rio Grande (RS), filha do construtor José Ribeiro e de Laura Quaresma Ribeiro⁶, irmã de Elaine Ribeiro, nascida em 1921, e de Edson Ribeiro, nascido em 1925⁷. Estudou no Colégio Sévigné, em Porto Alegre (RS), durante o 1º ciclo do Curso Secundário, concluído em 1943; e no Colégio Municipal Lemos Junior, em Rio Grande (RS), durante o 2º ciclo do Curso Secundário, concluído em 1945⁸. Para analisar a história de Enilda Ribeiro, a pesquisa focou na sua vida adulta, a partir do ano de 1946, quando ingressou no curso de Arquitetura do Instituto de Belas Artes (IBA) do Rio Grande do Sul, até a década de 1980, quando ainda se mantinha ativa nas discussões sobre a política profissional. Enilda Ribeiro faleceu no dia 24 de abril de 2010, mesmo ano em que foi criado o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), o conselho profissional próprio de arquitetas, arquitetos e urbanistas pelo qual Enilda Ribeiro tanto lutou. Nos subcapítulos seguintes, apresento fatos relevantes da sua vida, divididos em dois enfoques principais: sua formação acadêmica e exercício profissional; e a sua formação e atuação política e militante.

2.1 Estudante em formação, arquiteta e urbanista em ação

A vida acadêmica de Enilda Ribeiro está entrelaçada com o histórico dos primeiros cursos de Arquitetura e Urbanismo no Rio Grande do Sul. De acordo com Fiori (1992), entrou em funcionamento, em 1945, o primeiro curso superior de Arquitetura no Rio Grande do Sul, no Instituto de Belas Artes (IBA), que, posteriormente, viria a ser o Instituto de Artes da UFRGS. Anterior a ele, em 1939, havia sido criado o curso técnico de Arquitetura, na mesma instituição, o que sugere uma intenção antiga de criar aquele curso. Ainda no ano de 1945, mas posterior à criação do curso do IBA, a Escola de Engenharia (EE) da Universidade do Rio

⁶ Conforme Registro Civil de nascimento de Enilda Ribeiro ([ANEXO A](#)).

⁷ Informações sobre os irmãos de Enilda Ribeiro foram relatadas por Claudio Mendicelli, secretário pessoal da arquiteta. Edson Ribeiro foi responsável pelo projeto do estádio do Grêmio Esporte Clube, em colaboração com Plínio de Almeida, e posteriormente migrou para os Estados Unidos (Marques, 2012, p. 140). Edson Ribeiro e Plínio de Almeida aparecem na lista da primeira turma de engenheiros-arquitetos graduados no Rio Grande do Sul, em 1949. (*PRIMEIRA turma de arquitetos gaúchos completa 50 anos*. Arquiteto/RS - Jornal dos Arquitetos do Estado do Rio Grande do Sul. s.l., dez/1999-jan/2000. Arquivo do SAERGS.). A trajetória de Edson Ribeiro ainda carece de pesquisa, assim como a de Elaine Ribeiro, sobre quem não se encontrou mais dados.

⁸ Documentos referentes a registros civis e à trajetória estudantil de Enilda Ribeiro se encontram no Arquivo Histórico do Instituto de Artes da UFRGS (AHIA/UFRGS).

Grande do Sul (URGS, atual UFRGS) criou o seu curso de Engenheiros-Arquitetos, “numa reação clara ao avanço do IBA sobre o ensino superior na área da construção civil” (Fiori, 1992, p. 183), parecendo ser formado às pressas, enquanto o curso de Arquitetura do IBA vinha sendo planejado há mais tempo. Essa visível rivalidade será detalhada no próximo subcapítulo, que aborda a polarização política e ideológica entre os dois cursos.

Em 17 de abril de 1946, Enilda Ribeiro (Figura 2) fez sua inscrição no concurso de habilitação à 1ª série do curso de Arquitetura do IBA. Tendo sido aprovada, requereu ao Diretor do IBA, no dia 30 de abril de 1946, sua matrícula na 1ª série do curso de Arquitetura⁹. Enilda Ribeiro ingressou na segunda turma deste curso, em que era a única mulher ao lado de nove homens. Cabe ressaltar que a primeira turma era constituída apenas por homens. Portanto, Enilda Ribeiro foi a primeira mulher a ingressar no curso de Arquitetura do IBA.

Figura 2 – Enilda Ribeiro em sua ficha de aluna no IBA, de 1946



Fonte: AHIA/UFRGS.

⁹ Documentos de inscrição no Concurso de Habilitação e matrícula na 1ª série do curso de Arquitetura disponíveis no AHIA/UFRGS.

A criação de um curso de Arquitetura no estado, que representa a busca por autonomia e consolidação do campo profissional, coincide com o processo de afirmação da Arquitetura Moderna em Porto Alegre — contexto do qual Enilda Ribeiro participou ativamente ao longo da sua formação, entre 1946 e 1950. Conforme Fiori (1992, p. 184), o curso se colocou desde o início numa posição predominantemente moderna. Embora o IBA viesse opondo resistência à arte moderna, em uma linha bastante conservadora, o ano de 1945 marca o início da fase em que essa vertente passou a ser mais aceita no estado. Apesar disso, a busca pela autonomia profissional e expressiva da Arquitetura era tida como um dos ideais fundamentais dos professores e alunos do curso de Arquitetura do IBA, o que fez a formação se afastar, embora não totalmente, das artes plásticas. Por outro lado, no processo de difusão da Arquitetura Moderna no Brasil, essa área profissional ampliou seu campo de atuação e buscou seu reconhecimento como disciplina autônoma do conhecimento, ao mesmo tempo que se afastava da Engenharia: “o arquiteto começa a ser entendido (e inicialmente por si próprio) como um profissional que deve ser capaz de dominar o projeto e a construção em seus vários aspectos” (Fiori, 1992, p. 108).

Demétrio Ribeiro, professor do curso, foi um dos principais representantes das ideias modernas da Arquitetura no estado do Rio Grande do Sul. O arquiteto foi professor de Enilda Ribeiro nas disciplinas de Composições de Arquitetura I e II, no curso de Arquitetura do IBA, e teve grande influência em toda a sua formação e atuação profissional, tendo inclusive se tornado seu companheiro e com ela mantido um relacionamento pelo resto da vida¹⁰. O pensamento de Demétrio Ribeiro sofreu influência do meio uruguaio, especialmente por meio da figura do arquiteto Maurício Cravotto. Eis um resumo da perspectiva de Demétrio Ribeiro:

[...] entendendo que a arquitetura não deve ser antagônica à bagagem cultural das pessoas, Ribeiro considera que deve haver uma busca de adequação ao meio cultural, com um "resgate" mesmo de elementos populares tradicionais. Há aí um certo distanciamento em relação ao que ele entende ser a arquitetura moderna dominante no centro do país, vista em parte como "formalista", como uma espécie de moda, que poderíamos

¹⁰ Claudio Mendicelli relatou que Enilda Ribeiro e Demétrio Ribeiro se casaram provavelmente em 1974 (embora não se lembre exatamente), após o falecimento da ex-esposa do arquiteto, de quem já havia se separado anos antes. Há também um documento no Arquivo Enilda Ribeiro que se refere a uma declaração da arquiteta de que desejava manter seu nome de solteira (Enilda Ribeiro) após o casamento, mas o documento não está assinado nem tem data.

aqui qualificar de estilística [...]. Esta arquitetura moderna brasileira, influenciada sobretudo por Le Corbusier, tende a ser considerada, pela corrente representada por Demétrio Ribeiro, como uma novidade formal que se distancia das aspirações populares, numa perspectiva alienante. (Fiori, 1992, p. 254)

A influência de Maurício Cravotto no curso do IBA ficou evidente em visita realizada a Porto Alegre no ano de 1948. Uma notícia divulgada na época informava que o “Prof. Maurício Cravotto presentemente dirige o Instituto de Urbanismo e o curso de post-graduados em Arquitetura da Universidade de Montevideo”¹¹. A visita do arquiteto uruguaio foi amplamente divulgada na imprensa, conforme documentação encontrada no AHIA/UFRGS. Maurício Cravotto foi convidado a realizar um curso de Grandes Composições de Arquitetura e Urbanismo, com a frequência dos estudantes do terceiro e quarto ano do curso de Arquitetura e dos alunos matriculados no curso de Urbanismo do IBA, além de palestras abertas ao público. Na Figura 3, vê-se Maurício Cravotto (sentado à mesa, a segunda pessoa da direita para a esquerda) em meio a alunos e professores do curso¹². Entre eles, está Enilda Ribeiro, a única mulher na fotografia, à época no terceiro ano do curso. Já na Figura 4, Enilda Ribeiro está cumprimentando o arquiteto Maurício Cravotto, no mesmo dia da fotografia anterior.

¹¹ *CHEGA hoje a Porto Alegre o ilustre arquiteto professor Maurício Cravotto*. Porto Alegre, 3 de julho de 1948. Grupo: 4 – Arquitetura, Período: 1941/1965, Caixa 2, AHIA/UFRGS.

¹² A identificação das pessoas retratadas na fotografia da visita de Maurício Cravotto ao IBA se encontra no [ANEXO B](#) deste trabalho.

Figura 3 – Maurício Cravotto entre alunos e professores do IBA, em 1948



Fonte: AHIA/UFRGS.

Figura 4 – Enilda Ribeiro cumprimenta Maurício Cravotto, em 1948



Fonte: AHIA/UFRGS.

Outra visita ilustre ao longo da formação em Arquitetura de Enilda Ribeiro foi realizada pelo arquiteto Oscar Niemeyer, em 1949. A convite do curso de Urbanismo do IBA para ser paraninfo da primeira turma de formandos, o arquiteto carioca realizava naquele ano sua segunda visita ao Rio Grande do Sul:

Nesta segunda viagem, igualmente realizada de táxi, como a primeira, veio acompanhado de Eduardo Corona, convidado como paraninfo da turma de Urbanismo do IBA proposto em 1945 e criado em 1947 (primeiro curso de urbanismo do Brasil) [...]. Conjuntamente com a turma de formandos composta dos Engenheiros Nelly Peixoto Martins, Sérgio Correa e Francisco Riopardense de Macedo, o meio acadêmico do IBA mobilizou-se para prestigiar a presença do arquiteto carioca, que por sua vez, além do discurso de formatura, realizou duas palestras no IBA e uma mesa redonda na casa de Fernando Corona, além de duas entrevistas concedidas ao Correio do Povo e à revista o Globo. (Marques, 2012, p. 73, nota de rodapé)

Assim como a visita de Cravotto, a presença de Niemeyer em Porto Alegre foi amplamente divulgada na imprensa. Na Figura 5, é possível ver o grupo de alunos que acompanhou a mesa redonda na casa de Fernando Corona. Entre eles, está Enilda Ribeiro, já no quarto ano do curso — mais uma vez, a única mulher na foto.

Figura 5 – Oscar Niemeyer em meio a alunos e professores do IBA, em 1949



Fonte: Acervo Sra. Magali Corona (Szekut, 2008, p. 22).

As visitas de Maurício Cravotto e Oscar Niemeyer, além da proximidade com Demétrio Ribeiro, demonstram como Enilda Ribeiro foi impactada pelas ideias da Arquitetura Moderna e da consolidação de um campo profissional autônomo ao longo da sua formação. Essas influências podem ser percebidas, mais adiante, nos projetos desenvolvidos pela arquiteta e nos posicionamentos que assumiu em sua atuação política e militante.

Outra experiência interessante de Enilda Ribeiro como estudante no curso de Arquitetura do IBA foi a sua participação na Associação Araújo Porto Alegre (AAPA). Criada em 1947, a associação reunia estudantes do IBA, tendo como finalidade “o estudo, a documentação e a divulgação da Arquitetura e das Artes Plásticas”¹³. Notabilizou-se especialmente pela realização de viagens de estudos, em busca de uma estética moderna essencialmente ligada ao povo brasileiro e a fim de revalorizar a arte colonial e barroca e a cultura popular (Bohns, 2005).

Enilda Ribeiro se juntou a esse grupo. Embora não conste na documentação como associada, a estudante participou de viagens organizadas pela AAPA, como à Bahia e a Minas Gerais (em 1948) e a Santa Cruz e Candelária (em 1951). Segundo Canez (1998, p. 123), “estas excursões tinham como objetivo desenhar, pintar e esculpir e, com o material produzido, realizar exposições”. Na viagem à Bahia e a Minas Gerais, os estudantes produziram 300 obras, que foram expostas em Salvador, Belo Horizonte e Porto Alegre. A Figura 6 mostra uma parte do grupo que participou dessa primeira viagem, em visita ao governador do Rio Grande do Sul. Entre os excursionistas, estão três mulheres: Cristina Balbão, Dorothéa Pinto da Silva e Enilda Ribeiro (em ordem, da esquerda para a direita). Já a Figura 7 mostra uma fotografia, encontrada no Arquivo Enilda Ribeiro, que provavelmente foi tirada na viagem a Minas Gerais, em 1948, na cidade de Mariana (MG).

Fernando Corona, pai de Luís Fernando Corona, relatou em seus diários pessoais a viagem realizada pela AAPA à Bahia e a Minas Gerais, tendo acompanhado a excursão como professor convidado. Em trechos em que cita Enilda Ribeiro, é possível compreender um pouco mais sobre a viagem:

¹³ *Estatutos*. Associação Araújo Porto Alegre (AAPA). Livro de Atas (doação de Cícero Alvarez), AHDR/IAB-RS. No Estatuto, constam ainda os sócios fundadores da AAPA, estudantes de Arquitetura e de Artes Plásticas: Ruy Miranda Falcão, presidente; Carlos Galvão Krebs, secretário; Remo José Irace, tesoureiro; Carlos Maximiliano Fayet; Emílio Mabilde Ripoll; Jorge Sirito de Vives; Luiz Eduardo Santos; Luís Fernando Corona; Luiz Florencio Braga; Plínio Cesar Bernhard; e Roberto Bins.

Antes de terminar esta campanha baiana, contarei o espaço de uma noite no Terreiro de Joãosinho da Goméia. Chegamos lá pelas 10 horas da noite e já as arquibancadas do terreiro estavam povoadas de gente. Fayet, Enilda e meu filho Luis ficaram embaixo pois eles queriam desenhar alguns tipos do candomblé. Também estava Vitorio Gheno. (p. 424)

Três dia meu filho ficou na cama sem poder ter visto a maravilha de Congonhas. [...] Naquela mesma noite, vésperas da nossa saída de Congonhas (Luis estava melhor mas continuava acamado sob os cuidados da Enilda Ribeiro, que ele gostava muito e juntos estudavam. Enilda desenhava muito bem e era filha de um construtor português da cidade de Rio Grande. Aquela noite o jantar oferecido pelo engenheiro Homero Homem foi excelente e a confraternização melhor. (p. 437-439)¹⁴

Figura 6 – Integrantes da excursão da AAPA à Bahia e a Minas Gerais



Fonte: Porto Alegre, Diário de Notícias, 31 dez. 1947. AHIA/UFRGS.

¹⁴ *Diário de Fernando Corona (1895 – 1979)*, Ano 37, 1948 - fls 557 a 604 do original. AHIA/UFRGS.

Figura 7 – Enilda Ribeiro em frente à Câmara Municipal de Mariana (MG) em 1948



Fonte: Arquivo Enilda Ribeiro, AHDR/IAB-RS.

Enilda Ribeiro recebeu o diploma de arquiteta em 1950. A colação de grau ocorreu no dia 20 de dezembro de 1950, no Auditório Tasso Corrêa, pertencente ao IBA. A turma era formada por 19 diplomandos, como consta no convite de formatura (Figura 8): Antônio Magadan, Charles René Hugaud, Claudio Dytz, Dirceu Berclaz, Emílio Mabilde Ripoll (orador), Enilda Ribeiro, Fernando Petersen Lunardi, Flávio Tarquínio Pufal, Gino Máximo Panciera, Jayme Luna dos Santos, Jaír Amaury Koebe, João Barbosa dos Santos Filho, Luís Fernando Corona, Luiz Lampert

Gaertner, Moacy Zamora, Paulo Vallandro, Tasso Olímpio Pufal, Alfredo Leboutte e Mario José Corrêa. Tasso Bolivar Dias Corrêa foi convidado como paraninfo, Demétrio Ribeiro foi homenageado de honra, Maurício Cravotto foi homenageado especial, e o senador Joaquim Pedro Salgado Filho recebeu homenagem póstuma.

Figura 8 – Convite de formatura do curso de Arquitetura do IBA, em 1950



Fonte: AHIA/UFRGS

Cabe observar, mais uma vez, que Enilda Ribeiro era a única mulher no grupo de formandos, assim como ocorreu na turma em que ingressou no IBA. Anteriormente a ela, somente homens ingressaram e se diplomaram no curso. Portanto, Enilda Ribeiro foi a primeira mulher diplomada em curso superior de Arquitetura no Rio Grande do Sul. É importante ressaltar que outras mulheres já haviam se diplomado no curso de Engenheiros-Arquitetos da Escola de Engenharia e no curso técnico de Arquitetura do IBA. Mas Enilda Ribeiro é pioneira no primeiro curso de ensino superior em Arquitetura do estado, o que mostra a sua relevância para a história da Arquitetura no Rio Grande do Sul e para a representatividade das mulheres nesse campo profissional.

Enilda Ribeiro está também entre as primeiras mulheres arquitetas a obterem registro no conselho profissional, então chamado de Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio Grande do Sul¹⁵. Conforme contato por e-mail com o atual Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul (CREA-RS), informações fornecidas pela área de registro do conselho indicaram que Enilda Ribeiro foi a terceira mulher a obter registro profissional, sob o nº 7329, no dia 24 de abril de 1953. Alguns dias antes dessa data, em 16 de abril de 1953, outras duas profissionais mulheres foram registradas no CREA-RS: Arlete Schneider Sauer, registro nº 7160, diplomada em 22 de dezembro de 1949 como engenheira-arquiteta pela Escola de Engenharia da URGs; e Léa Maria Bastos de Oliveira, registro nº 7631, diplomada em 14 de dezembro de 1951 como arquiteta pelo IBA, na turma posterior à de Enilda Ribeiro¹⁶.

A formação acadêmica de Enilda Ribeiro seguiu posteriormente no ano de 1954, quando ingressou no curso de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS, após a Universidade passar pelo processo de federalização, em 1950. Esse curso de graduação, já previsto no ano de criação da Faculdade de Arquitetura, em 1952, foi aprovado pela Universidade apenas em 18 de fevereiro de

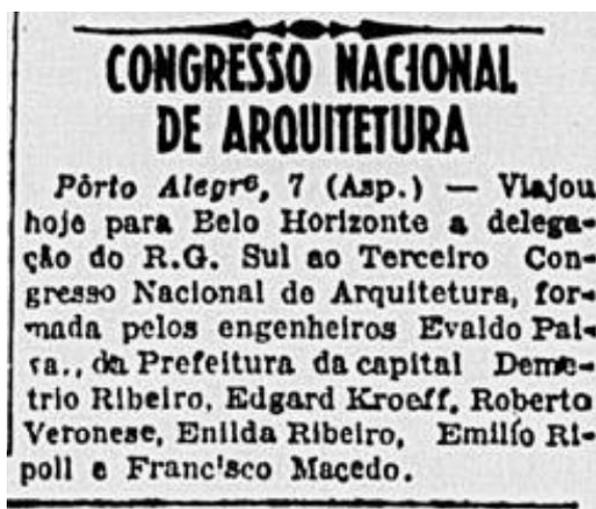
¹⁵ Até 2010, o CREA realizava o registro profissional de arquitetas e arquitetos. Naquele ano, foi promulgada a Lei 12.378, de 31 de dezembro de 2010, que, entre outras providências, cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e conselhos regionais. A partir de 2011, os registros profissionais de arquitetas e arquitetos passaram a ser realizados pelo CAU.

¹⁶ As edições nº 41, de janeiro de 2008, e nº 61, de setembro de 2009, da publicação Conselho em Revista (organizada pelo CREA-RS), informam que Enilda Ribeiro foi a primeira mulher arquiteta a obter registro junto ao CREA-RS, em 1952, diferentemente do que mostram os dados obtidos junto à área de registro do conselho. Disponíveis em: <http://www.crea-rs.org.br/site/arquivo/revistas/ed41.pdf>; <http://www.crea-rs.org.br/site/arquivo/revistas/ed61.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2024.

1954. De maneira geral, o ensino no curso de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura seguiu a linha do curso de Urbanismo do IBA, criado em 1947 (Mello, 2016). Em consulta ao Arquivo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS, constatou-se que Enilda Ribeiro se inscreveu no concurso de habilitação ao curso de Urbanismo em 1954, conforme Edital nº 3/54, de 11 de março daquele ano. Foram inscritos 14 candidatos na primeira turma do curso, inclusive Enilda Ribeiro. A formação tinha duração de dois anos e contemplava disciplinas com professores como Demétrio Ribeiro, Edvaldo Pereira Paiva, Nelly Peixoto Martins, entre outros nomes. Em 1955, Enilda Ribeiro recebeu o diploma de urbanista — segundo Rovati (2001, p. 266), a primeira mulher a obter esse título no Rio Grande do Sul.

Diplomada como arquiteta e antes de entrar no curso de Urbanismo, Enilda Ribeiro já havia iniciado suas atividades profissionais. Em 1950, abriu um escritório de arquitetura em parceria com Demétrio Ribeiro (Troyano, 2018, p. 17). Em julho de 1953, participou do III Congresso Brasileiro de Arquitetos, na cidade de Belo Horizonte, integrando a delegação gaúcha formada por Edvaldo Pereira Paiva, Demétrio Ribeiro, Edgar Graeff, Roberto Veronese, Emílio Ripoll e Francisco Riopardense de Macedo (Figura 9).

Figura 9 – Notícia sobre delegação gaúcha no III Congresso Brasileiro de Arquitetos



Fonte: Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 8 jul. 1953, 1º Caderno, p. 9. BN Digital.

Ainda em 1953, iniciou sua atuação como instrutora de ensino na Faculdade de Arquitetura da UFRGS. Também ao lado de Demétrio Ribeiro, professor catedrático das disciplinas de Composições de Arquitetura I e II, Enilda Ribeiro

auxiliava em tarefas pedagógicas, na elaboração de projetos pelos alunos e em bancas de avaliações. No arquivo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS, consta uma correspondência de 1960, do Diretor da Faculdade (Prof. João Baptista Pianca), endereçada ao Reitor da Universidade (Prof. Dr. Elyseu Paglioli), que informa sobre a aprovação por unanimidade de Enilda Ribeiro (entre outros “Colaboradores de Ensino”) em prova de habilitação, perante respectivas Comissões Julgadoras. É provável que este documento se refira à aprovação de Enilda Ribeiro para sua atuação como Assistente nas disciplinas de Composições de Arquitetura, ao lado de Demétrio Ribeiro — atividade que manteve até 1964.

Sobre esse momento da vida profissional de Enilda Ribeiro, César Dorfman, arquiteto, ex-aluno de Demétrio Ribeiro e Enilda Ribeiro e amigo do casal, fez um relato que indica alguns traços da personalidade da arquiteta:

Na época em que Demétrio Ribeiro foi meu professor, já estava casado com Enilda Ribeiro, sua ex-aluna e companheira pelo resto da vida. Ela fazia parte do grupo de professores que auxiliavam Demétrio, o Catedrático, no atelier. Em matéria de personalidade eram muito diferentes, para não falar em opostos. Ele, normalmente reservado, sisudo, de fala mansa, ela expansiva, gritona, brincalhona, sanguínea. Demétrio, e este era um comportamento comum a quase todos catedráticos, raramente ia à mesa de desenho de algum aluno. Ficava sentado à sua mesa, na parte da frente do atelier, assessorando a quem ali fosse. Enilda, assim como os outros professores assistentes, passava o tempo todo indo de mesa em mesa. Como consequência, naturalmente nos aproximamos mais dela. (Dorfman, 2017, p. 28-29)

Em 15 de outubro de 1960, Enilda Ribeiro iniciou outra atividade profissional: urbanista na Divisão de Urbanismo da Secretaria Municipal de Obras e Viação (SMOV) da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA). Conforme seu currículo profissional ([ANEXO C](#)), Enilda Ribeiro integrou, em 1962, a Comissão de Organização de Concursos para Monumentos em Porto Alegre. Ainda conforme esse documento, em 1963, passou a integrar também a Comissão de Racionalização dos Transportes Coletivos em Porto Alegre, como representante da Divisão de Urbanismo. Em documento¹⁷ endereçado ao Prefeito de Porto Alegre na época (José Loureiro da Silva), o Secretário da SMOV, Eng. Walter Haetinger, fez a indicação de Enilda Ribeiro para compor aquela comissão. No período entre 1960 e

¹⁷ *Ofício 319/61 - SMOV. Porto Alegre, 7 de junho de 1963.* Divisão de Gestão Documental da Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (SMAP/PMPA).

1964, como funcionária do município, executou estudos de traçados viáveis em Porto Alegre, entre outros projetos e análises.

Em 1964, as duas atividades profissionais que Enilda Ribeiro exercia — professora na Faculdade de Arquitetura da UFRGS e urbanista na Prefeitura de Porto Alegre — foram interrompidas no contexto do golpe que instaurou a Ditadura Civil-Militar no Brasil. O primeiro Ato Institucional do governo golpista, conhecido posteriormente como AI-1, foi publicado em 10 de abril de 1964, com a seguinte redação:

Art. 7º - Ficam suspensas, por seis (6) meses, as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade.

§ 1º - Mediante investigação sumária, no prazo fixado neste artigo, os titulares dessas garantias poderão ser demitidos ou dispensados, ou ainda, com vencimentos e as vantagens proporcionais ao tempo de serviço, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, mediante atos do Comando Supremo da Revolução até a posse do Presidente da República e, depois da sua posse, por decreto presidencial ou, em se tratando de servidores estaduais, por decreto do governo do Estado, desde que tenham tentado contra a segurança do País, o regime democrático e a probidade da administração pública, sem prejuízo das sanções penais a que estejam sujeitos. (Vide Lei Complementar nº 5, de 1970)

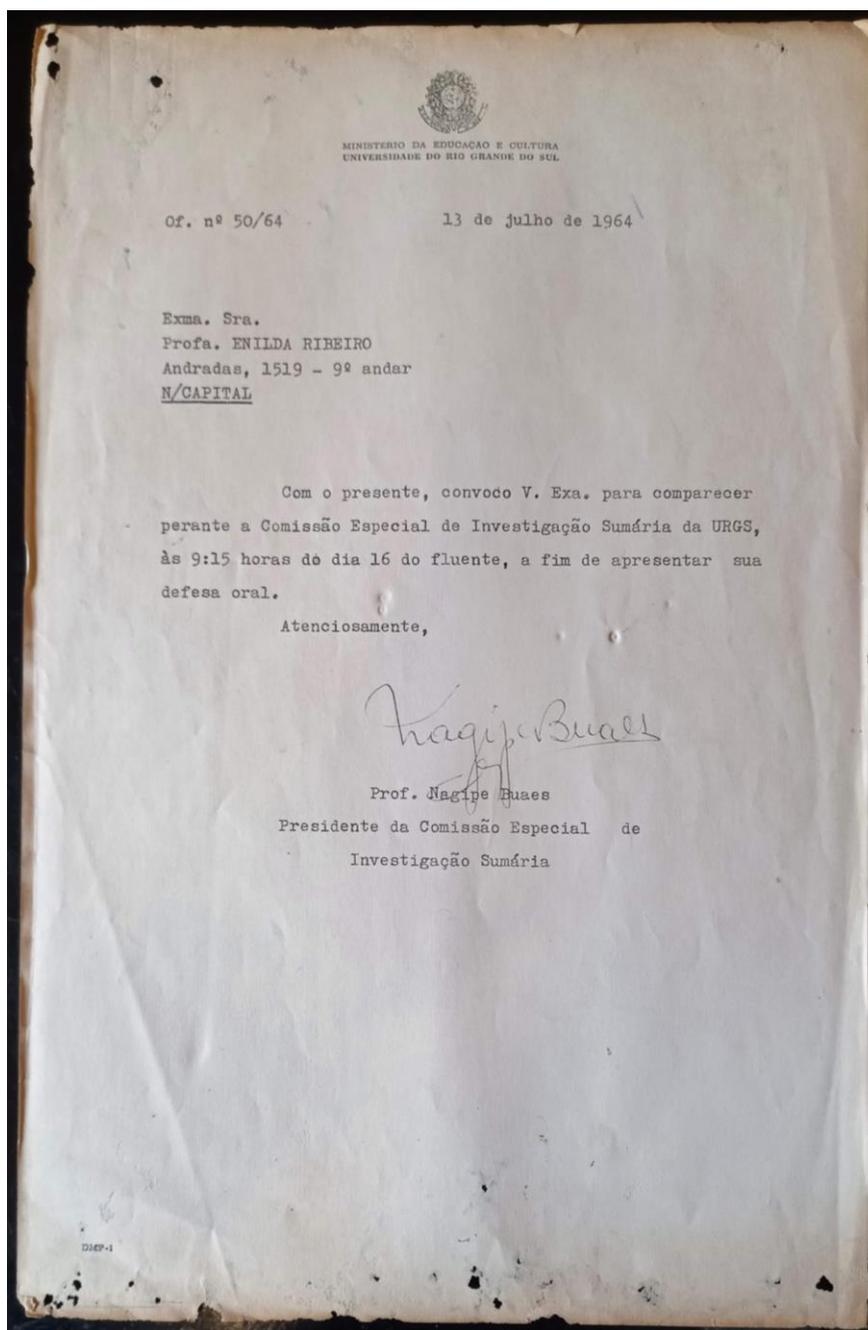
§ 2º - Ficam sujeitos às mesmas sanções os servidores municipais. Neste caso, a sanção prevista no § 1º lhes será aplicada por decreto do Governador do Estado, mediante proposta do Prefeito municipal. (Brasil, 1964)

De acordo com Mansan (2009, p. 71), “estavam assim lançadas as fundações do processo repressivo no país. Suspendidas por seis meses as garantias de vitaliciedade e estabilidade, todos tornavam-se alvos potenciais para a perseguição”, especialmente aqueles identificados com ideais da esquerda política. Foi o que aconteceu com Enilda Ribeiro.

Anexado ao AI-1, constava a primeira leva de punições a pessoas incluídas na “lista negra” do regime: “era a primeira ação do novo regime contra os mais importantes auxiliares e colaboradores do presidente João Goulart, deposto alguns dias antes” (Oliveira, 2000, Apresentação). Em decorrência do AI-1, Enilda Ribeiro foi expurgada da UFRGS, em decreto publicado no Diário Oficial da União de 25 de setembro de 1964, em que era identificada como Instrutora de Ensino Superior (Oliveira, 2000, p. 104). Enilda Ribeiro, entre outros vários docentes da Universidade, foi investigada pela Comissão Especial de Investigação Sumária da

Universidade do Rio Grande do Sul (CEIS-URGS). Conforme documento de 13 de julho de 1964 (Figura 10), a arquiteta foi convocada a comparecer perante a CEIS-URGS às 9h15min do dia 16 daquele mês, a fim de apresentar a sua defesa oral. O professor Nagipe Buaes, presidente da CEIS-URGS, assinou o documento. Enilda Ribeiro foi punida com a sanção de aposentadoria, com vencimentos e vantagens proporcionais ao tempo de serviço (Mansan, 2009, p. 115-116).

Figura 10 – Convocação da Comissão Especial de Investigação Sumária



Fonte: Arquivo Enilda Ribeiro, Caixa 11, AHDR/IAB-RS.

O decreto levou ao afastamento sumário de 11 docentes da Universidade — outros expurgos ainda ocorreram por meio de um decreto em 1969. Em 1964, em termos quantitativos, a unidade de ensino mais atingida foi a Faculdade de Arquitetura, com o expurgo de seis professores: Demétrio Ribeiro, Edgar Graeff, Edvaldo Pereira Paiva, Enilda Ribeiro e Nelson Souza, todos identificados com a esquerda comunista da época, além de Luís Fernando Corona, que, embora não tivesse o mesmo perfil político-ideológico, provavelmente foi punido por sua proximidade e convivência com os demais professores (Mansan, 2009, p. 123-124).

Como previa o § 2º do art. 7º do AI-1, os servidores municipais também ficavam sujeitos às sanções previstas no § 1º, ou seja, também poderiam ser demitidos, dispensados, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados. Foi o que aconteceu com Enilda Ribeiro, que, em 1964, era urbanista da Prefeitura e foi dispensada com base no AI-1. Em documento disponível na Divisão de Gestão Documental (SMAP/PMPA), constam informações sobre a admissão, a demissão e o tempo de serviço de Enilda Ribeiro na Prefeitura:

Admitida na categoria de empregado municipal, na função de arquiteto, nível 8, da Secretaria Municipal de Obras e Viação, em 15-10-1960; demitido, a contar de 7-10-1964, por ato do Sr. Governador do Estado do Rio Grande do Sul, como incurso em sanção prevista no art. 7º, § 1º, do Ato Institucional, de 9-4-1964, regulamentado pelo Decreto Federal de nº 53.897, de 27-4-1964 e de acôrdo com o relatório geral da Comissão Especial de Averiguações, nomeada pelo Decreto nº 2764 de 15-5-1964, do Sr. Prefeito Municipal. Conta, no período de 15-10-1960 a 6-10-1964, com 3 anos, 11 meses e 9 dias, de serviço público municipal [...].¹⁸

Portanto, o AI-1 afastou sumariamente Enilda Ribeiro de suas atividades profissionais no ano de 1964, o que é um fato marcante para a sua vida. O expurgo da Universidade e a dispensa da Prefeitura representam não apenas a cessão de proventos naquele momento, mas também o afastamento de atividades significativas para o seu posicionamento político-ideológico, que está no centro da sua vida acadêmica e profissional¹⁹. Pode-se observar, no Quadro 1, que elenca os projetos desenvolvidos por Enilda Ribeiro ao longo da sua trajetória profissional, que existe um hiato de produção entre o ano de 1962 e 1972. Não se pode tomar como uma

¹⁸ *Informação nº 78 – Informações Fl. Nº 3, Ref. Exp. 12.312/65.* Divisão de Gestão Documental da SMAP/PMPA.

¹⁹ Os aspectos político-ideológicos envolvidos no expurgo de Enilda Ribeiro da UFRGS e na sua demissão da PMPA são aprofundados no próximo subcapítulo.

conclusão, já que outros projetos e outros dados podem ainda ser encontrados, mas é possível depreender dessa informação que o afastamento das suas atividades profissionais, bem como a perseguição política à qual foi submetida, afetaram a sua produção como arquiteta e urbanista. A partir de 1972, conforme o levantamento, Enilda Ribeiro retomou os projetos e, como informa Nunes (2016, p. 79), prestou assessoramento urbanístico para a empresa Proenge entre 1976 e 1979, ainda durante o período de afastamento.

Em 1979, foi sancionada a Lei da Anistia (Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979). Conforme a legislação, seriam anistiadas todas as pessoas que haviam cometido crimes políticos ou eleitorais, que haviam tido seus direitos políticos suspensos ou que eram servidores públicos e haviam sofrido punições com base em Atos Institucionais e Complementares. Dessa forma, a situação de Enilda Ribeiro coadunava com a Lei da Anistia. Porém, após a promulgação dessa lei, a arquiteta renunciou à possibilidade de retornar à docência. Entre os professores da Faculdade de Arquitetura que foram expurgados em 1964 e 1969 e anistiados em 1979, quatro retornaram à Universidade: Demétrio Ribeiro, Edgar Graeff, Carlos Fayet e Emílio Ripoll. Luís Fernando Corona, que também havia sido expurgado da Faculdade de Arquitetura, faleceu em 9 de fevereiro de 1977 (Canez, 1998), antes da promulgação da Lei da Anistia.

Já na PMPA, após a anistia, Enilda Ribeiro solicitou a sua aposentadoria como servidora municipal em 26 de dezembro de 1979 (Figura 11), tendo recebido proventos proporcionais ao tempo em que ficou afastada, além de avanços, gratificações adicionais e licenças-prêmio, considerando como efetivo exercício o período de afastamento punitivo.

Figura 11 – Solicitação de aposentadoria de Enilda Ribeiro na PMPA

Exmo. Sr. Dr. Prefeito Municipal de Porto Alegre.

51516

ILEGIVEL 01152

ENILDA RIBEIRO, Arquiteta, ex-servidora dessa
Município, demitida com base no Ato Ins-
titucional nº 1, de 1964, e agora beneficiada
pela Lei de Anistia (Lei nº 6683, de 28 de a-
gosto de 1979), vem respeitosamente à presen-
ça de Vossa Excelência para dizer do seu inte-
resse em ser APOSENTADA, realizando-se o cál-
culo de seus proventos com o cômputo e consi-
deração de todos os direitos e vantagens que
leis posteriores ao seu afastamento do servi-
ço público municipal asseguraram aos colegas
da requerente que se achavam na mesma situa-
ção funcional.

N.T.
P.D.

Porto Alegre, 26 de dezembro de 1979.

Enilda Ribeiro
ENILDA RIBEIRO

End.- Av. Independência nº 30, ap. 1906
tel.: 24-90-73

00120

620092

Ao longo da sua trajetória acadêmica e profissional, Enilda Ribeiro desenvolveu diversos projetos de relevância, ainda como estudante de Arquitetura e Urbanismo, como profissional liberal ou como funcionária pública municipal. No Quadro 1, foram elencados todos os projetos encontrados durante a pesquisa que indicam Enilda Ribeiro como autora, seja individualmente, seja em colaboração. Esses trabalhos certamente carecem de pesquisas, no sentido de compreender a sua linha profissional, sob o viés arquitetônico e urbanístico, mas também político e ideológico.

Quadro 1 – Projetos desenvolvidos pela arquiteta e urbanista Enilda Ribeiro

Projeto	Ano	Ocupação de Enilda Ribeiro	Informações	Fonte
Residência para Canôas	1949	Estudante do curso de Arquitetura do IBA (4º ano)	<ul style="list-style-type: none"> Projeto publicado na Revista Espaço (ano 2, n. 4, dez. 1949); Projeto publicado no Catálogo da Exposição Coletiva realizada por alunos do IBA em 1949. 	AHIA/UFRGS
Asilo para Velhos Indigentes	1949	Estudante do curso de Arquitetura do IBA (4º ano)	<ul style="list-style-type: none"> Projeto publicado no Catálogo da Exposição Coletiva realizada por alunos do IBA em 1949. 	AHIA/UFRGS
Centro Vicinal	1949	Estudante do curso de Arquitetura do IBA (4º ano)	<ul style="list-style-type: none"> Projeto publicado no Catálogo da Exposição Coletiva realizada por alunos do IBA em 1949. 	AHIA/UFRGS
Sede da Sociedade dos Amigos da Praia do Imbé (SAPI)	1951	Arquiteta (profissional liberal)	<ul style="list-style-type: none"> Projeto premiado em 2º lugar em concurso público²⁰. 	Szekut, 2008, p. 115
Hotel no Balneário de Atlântida	1951	Arquiteta (profissional liberal)	<ul style="list-style-type: none"> Projeto em colaboração com Demétrio Ribeiro; Projeto premiado em 3º lugar em concurso público²¹. 	Otto, 2016, p. 99-100

²⁰ “O projeto para a nova sede da SAPI (Sociedade dos Amigos da Praia do Imbé) é resultado de Concurso Público de anteprojeto de arquitetura promovido pelo Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento do Rio Grande do Sul (IAB/RS) e patrocinado pela SAPI, em 1951. O concurso foi amplamente divulgado e teve grande aceitação por parte dos arquitetos, havendo, ao todo, treze trabalhos inscritos. [...] O júri, composto por Paulo de Gouvêa, Milton U. Lança, e Diogo Ferraz Filho, representantes da SAPI, e Edgar Graeff e Demétrio Ribeiro, representantes do IAB-RS, premiou o arquiteto Luís Fernando Corona com o 1º lugar e, a arquiteta Enilda Ribeiro com o 2º lugar”. (Szekut, 2008, p. 115)

²¹ “O anteprojeto do hotel foi escolhido através de um concurso promovido pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-RS), divulgado em 16 de outubro de 1951 no jornal Correio do Povo. Inscreveram-se oito concorrentes [...]. Apenas três anteprojetos foram recebidos pelo IAB [...]. A proposta vencedora foi a de pseudônimo Neptuno, da autoria do arquiteto Mauro Guedes de Oliveira. O anteprojeto intitulado Marisco, de Fernando Corona, obteve a segunda colocação e o de codinome Albatroz, de Enilda Ribeiro ficou com o terceiro lugar”. (Otto, 2016, p. 99-100)

Residencial	1952	Arquiteta (profissional liberal)	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto em colaboração com Edgar Graeff; • Endereço: Rua Cônego Viana, nº 48(?), Bela Vista (Porto Alegre); • Propriedade de Leopoldo Agostini; • Construção de Eng. Paulo Julio Leggerini e [nome ilegível]. 	Divisão de Gestão Documental (SMAP-PMPA); Fischmann, 2023; disponível no ANEXO E
Residencial	1952	Arquiteta (profissional liberal)	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto em colaboração com Edgar Graeff; • Endereço: Rua Santa Cecília, 1990 (Porto Alegre); • Propriedade de Isaac lochpe. 	Fischmann, 2023
Plano Diretor de Passo Fundo	1952	Arquiteta (profissional liberal)	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto em colaboração, coordenado por Edvaldo Pereira Paiva; • Colaborou com estudos paisagísticos para o projeto. 	Rovati, 2001, p. 266
Colégio Estadual Júlio de Castilhos	1953	Arquiteta (profissional liberal)	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto em colaboração com Demétrio Ribeiro; • Projeto vencedor de concurso público promovido pelo governo estadual. 	Xavier; Mizoguchi, 1987, p. 104-105; Arquivo do IAB-RS; entre outras fontes
Plano Diretor de Gramado	1956	Urbanista (profissional liberal)	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto em colaboração; • Projeto premiado em 1º lugar em Concurso Público de Pré-Planos. 	AHDR/IAB-RS
Pré-Plano para a Urbanização do Delta do Jacuí	1956	Urbanista (profissional liberal)	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto em colaboração com Demétrio Ribeiro; • Projeto premiado em 2º lugar no concurso público²². 	AHDR/IAB-RS; MARQUES, 2012, p. 45-46
Hospitalar	1956	Arquiteta (profissional liberal)	<ul style="list-style-type: none"> • Endereço: Rua Don Pedro II (Porto Alegre); • Propriedade de Casa de Saúde Independência LTDA; • Projeto em conjunto entre Enilda Ribeiro e Demétrio Ribeiro. 	Divisão de Gestão Documental (SMAP-PMPA); disponível no ANEXO E
Plano Diretor de Marau	1957	Urbanista (profissional liberal)	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto premiado em 1º lugar em Concurso Público de Pré-Planos. 	AHDR/IAB-RS
Plano Diretor de Tapera	1957	Urbanista (profissional liberal)	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto em colaboração; • Projeto premiado em 1º lugar em Concurso Público de Pré-Planos. 	AHDR/IAB-RS

²² A primeira edição da Revista ESPAÇO-Arquitetura, que tinha o nome de Enilda Ribeiro no seu Conselho de Redação, publicou os projetos classificados para o Concurso Público para o Plano Piloto do Delta do Jacuí, promovido pela Secretaria de Obras Públicas do Estado, nos anos de 1950. O concurso foi vencido pela equipe constituída por Edvaldo P. Paiva, Carlos M. Fayet, Roberto F. Veronese e Moacyr Moojen Marques. Em segundo lugar, estava o projeto de Enilda Ribeiro e Demétrio Ribeiro; em terceiro, de Danilo Landó, Castelar Peña e outros; em quarto, do Eng. Geraldo Coufal; e, em quinto, de Lincon Ganzo de Castro e Flávio Soares. (Marques, 2012, p. 45-46)

Residencial	1957	Arquiteta (profissional liberal)	<ul style="list-style-type: none"> • Endereço: Rua Dona Leonor esq. Rua Cabral (Porto Alegre); • Propriedade de José Ribeiro. 	Divisão de Gestão Documental (SMAP-PMPA); Fischmann, 2023; disponível no ANEXO E
Novo traçado da Avenida Farrapos	1958	Urbanista (profissional liberal)	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto em colaboração com Demétrio Ribeiro. 	AHDR/IAB-RS; Ruschel, 2004, p. 94-95
Plano Diretor de Panambi	1958	Urbanista (profissional liberal)	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto em colaboração com Demétrio Ribeiro; • Projeto premiado em 1º lugar em Concurso Público de Pré-Planos. 	AHDR/IAB-RS; BN Digital
Plano Diretor de Espumoso	1958	Urbanista (profissional liberal)	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto premiado em 1º lugar em Concurso Público de Pré-Planos. 	AHDR/IAB-RS
Plano piloto para a cidade universitária de Passo Fundo	1959	Urbanista (profissional liberal)	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto em colaboração; • Projeto premiado em 2º lugar no concurso público. 	AHDR/IAB-RS
Praça dos Açorianos em Porto Alegre	1962	Urbanista na Divisão de Urbanismo (SMOV-PMPA)	<ul style="list-style-type: none"> • Responsável pelo desenho arquitetônico e paisagístico da Praça dos Açorianos e entorno da Ponte de Pedra. 	AHDR/IAB-RS; Marques, 2012, p. 439
Clube Campestre de Rio Grande	1962	Arquiteta (profissional liberal)	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto premiado com “Medalha de Prata” no II Salão de Arquitetura. 	AHDR/IAB-RS; Biblioteca do IAB-RS
Residencial	1972	Arquiteta (profissional liberal)	<ul style="list-style-type: none"> • Endereço: Av. Copacabana, 23 (Porto Alegre); • Propriedade de Afranio Araujo; • Anotação de Responsabilidade Técnica – A.R.T. nº 2982. 	Arquivo do CAU/RS
Residencial	1972	Arquiteta (profissional liberal)	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto de reforma (projeto arquitetônico e instalações sanitárias); • Endereço: Rua Mariz e Barros, nº 502 (Porto Alegre); • Propriedade de Nelson Ferreira Coutinho; • Anotação de Responsabilidade Técnica – A.R.T. nº [ilegível]. 	Arquivo do CAU/RS
Comercial	1973	Arquiteta (profissional liberal)	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto de construção e instalação sanitária; • Endereço: Av. Cel. Aparício Borges, nº 1768 (Porto Alegre); • Propriedade de Leon Dziekaniak; • Anotação de Responsabilidade Técnica – ART nº 2520/73. 	Arquivo do CAU/RS; disponível no ANEXO F
Fundação Ernesto	1975	Arquiteta (profissional liberal)	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto de restauração; • Projeto em colaboração com 	Oliveira, 2016, p. 114

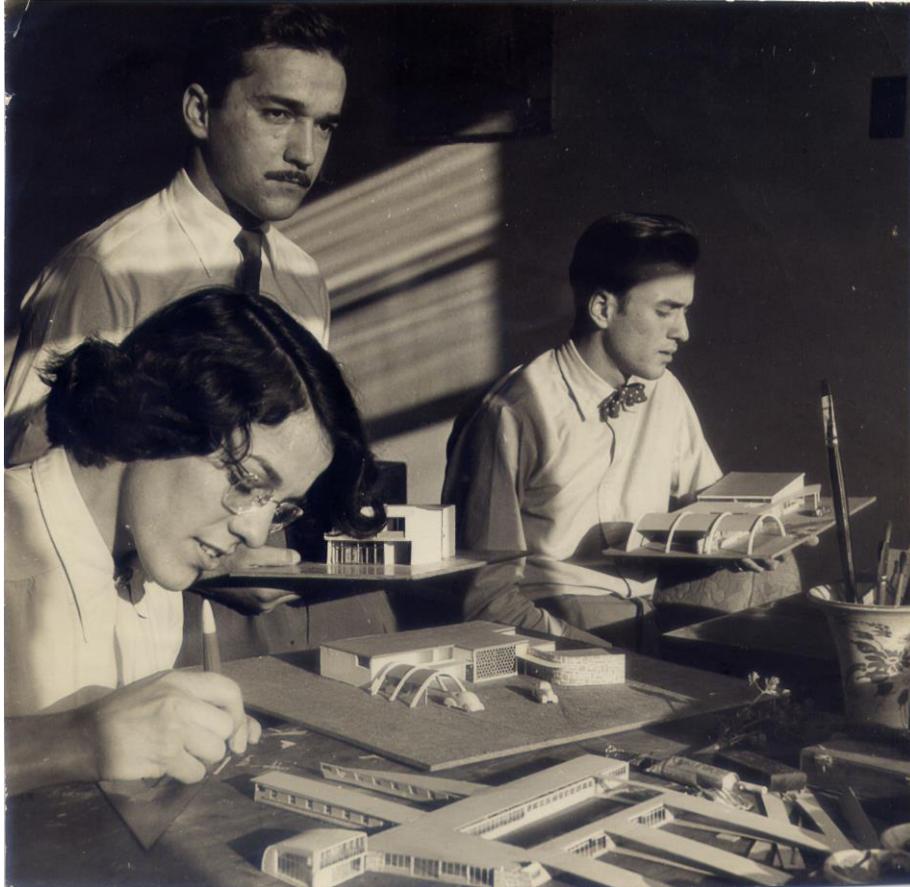
Frederico Scheffel (Novo Hamburgo)			Nelson Souza.	
Residencial e comercial	1978	Arquiteta (profissional liberal)	<ul style="list-style-type: none"> • Endereço: Rua Dr. Timóteo, nº 883 (Porto Alegre); • Propriedade de Manoel Antonio Pitta Pinheiro de Albuquerque; • Anotação de Responsabilidade Técnica – A.R.T. nº 123101. 	Arquivo do CAU/RS
Anteprojeto para as áreas verdes do Núcleo Urbanístico Novo Hamburgo	1979	Sem informações	<ul style="list-style-type: none"> • Sem informações. 	Nunes, 2019, p. 79
Projeto Arquitetônico e Assessoria	1984	Arquiteta (profissional liberal)	<ul style="list-style-type: none"> • Endereço: Rua Dr. Jorge Fayet, nº 151 (Porto Alegre); • Propriedade de Maria Cristina Lins Portella Nunes; • Anotação de Responsabilidade Técnica – A.R.T. nº 756168. 	Arquivo do CAU/RS
Residencial e comercial	1986	Arquiteta (profissional liberal)	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto arquitetônico de um prédio residencial e comercial; • Endereço: Rua Sete de Setembro, nº 107 (Pelotas); • Propriedade de Mario Miranda Vasconcellos; • Anotação de Responsabilidade Técnica – ART nº 942895. 	Arquivo do CAU/RS; disponível no ANEXO F
Pré-plano para a cidade de Bento Gonçalves	s/d	Urbanista (profissional liberal)	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto premiado em 2º lugar em concurso público. 	AHDR/IAB-RS
Residencial	s/d	Arquiteta (profissional liberal)	<ul style="list-style-type: none"> • Endereço: Av. Guaíba, Bairro Assunção (Porto Alegre); • Residência do ex-deputado Carlos Araújo. 	Relato de Ana Lúcia Goelzer Meira

Fonte: elaborado pela autora, 2024.

Enilda Ribeiro está entre os principais profissionais arquitetos envolvidos no período da Arquitetura Moderna em Porto Alegre, junto a nomes com quem desenvolveu projetos em coautoria, como Demétrio Ribeiro, Edgar Graeff, Nelson Souza, Carlos Fayet e Luís Fernando Corona. Como estudante, tinha proximidade principalmente com os dois últimos: Fayet, que tinha um traço parecido com o seu²³, e Coroninha, como era chamado por amigos e colegas (Figuras 12 e 13).

²³ Segundo relato do arquiteto Cícero Alvarez.

Figura 12 – Enilda Ribeiro, Luís Fernando Corona e Carlos Fayet no IBA, em 1950



Fonte: Acervo pessoal de Enilda Ribeiro (arquivo digital cedido por Cícero Alvarez).

Figura 13 – Carlos Fayet, Luís Fernando Corona e Enilda Ribeiro no IBA, em 1950



Fonte: Acervo pessoal de Enilda Ribeiro (arquivo digital cedido por Cícero Alvarez).

Os traços modernistas, sob influência do meio uruguaio, começaram a se tornar evidentes já nos primeiros projetos como estudante no curso de Arquitetura do IBA. Em 1948, um grupo de alunos do IBA organizou uma revista denominada Espaço – Revista de Arquitetura, Urbanismo e Arte. De acordo com Marques (2012, p. 45), a Espaço foi criada com patrocínio da revista Ante-projeto, do Rio de Janeiro. Aos moldes da sua patrocinadora e da revista Pilottis, de São Paulo, dedicava-se à afirmação da Arquitetura Moderna no contexto nacional e regional. Conforme exemplar da edição de nº 4, ano 2 (1949), encontrado no AHIA/UFRGS, na Direção da revista estavam Carlos Fayet, Enilda Ribeiro, Nelson Souza, Jorge Sirito de Vives e Luís Fernando Corona.

Naquela edição, foram publicados projetos de estudantes do IBA em diversas séries do curso. Conforme Fiori (1992, p. 280), Demétrio Ribeiro considerava esses projetos publicados entre os melhores trabalhos de alunos, produzidos pelo "grupo ativo", que Ribeiro qualificava como modernos. Entre os trabalhos publicados, estava o projeto de Enilda Ribeiro (Figura 14), então no quarto ano do curso de Arquitetura, para uma residência em Canoas²⁴. Sobre esse projeto, Fiori (1992) comenta:

É um projeto muito pequeno e simples. O telhado "borboleta", as grandes aberturas, paredes com materiais vazados e a busca de uma solução funcional compacta e bem articulada são os traços principais, característicos da arquitetura moderna brasileira, e semelhantes aos dos outros projetos de residências que vimos.

Cabe mencionar ainda o tratamento bastante livre das áreas de jardim, com muitas formas curvas, também semelhantes aos projetos anteriores. Diferentemente, porém, a casa encosta totalmente um de seus lados na divisa do terreno, e a garagem encosta na outra divisa, havendo uma passagem entre ambos os volumes. Mas isto, a nosso ver, deve ser apenas devido à forma do terreno, estreito e comprido. O recuo de frente, por sua vez, é bastante grande. (Fiori, 1992, p. 292-293)

²⁴ Este projeto também foi apresentado em uma Exposição Coletiva realizada entre alunos do IBA em 1949, com trabalhos de pintura, escultura, arquitetura e cerâmica ([ANEXO D](#)).

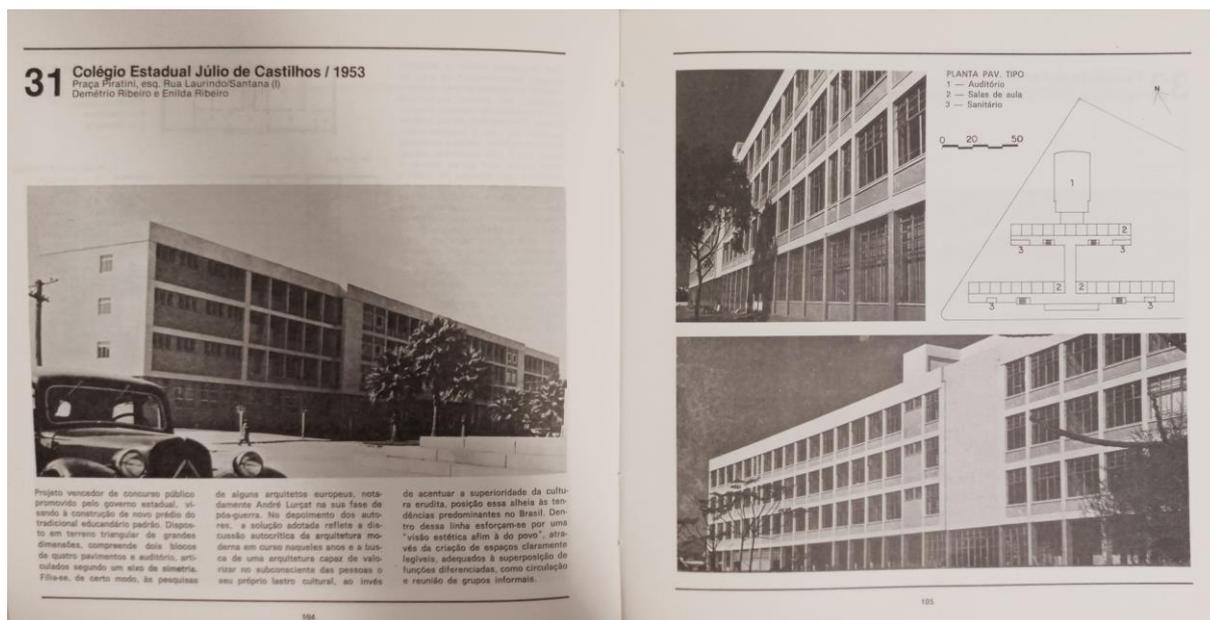
Figura 14 – Projeto “Residência para Canôas” na Revista Espaço



Fonte: Revista Espaço, Porto Alegre, 1949, n. 4, AHIA/UFRGS.

Mas o principal trabalho desenvolvido por Enilda Ribeiro que evidencia sua relevância para a Arquitetura Moderna em Porto Alegre é o projeto do Colégio Estadual Júlio de Castilhos (conhecido na cidade como “Julinho”), realizado em coautoria com Demétrio Ribeiro. O projeto é citado em um dos livros que é referência para o estudo da Arquitetura em Porto Alegre (Xavier; Mizoguchi, 1987). A obra traz o primeiro catálogo de exemplares desse estilo arquitetônico na cidade, construídos entre 1935 e 1985. Na Figura 15, visualiza-se a reprodução das páginas que apresentam o projeto de Enilda Ribeiro e Demétrio Ribeiro.

Figura 15 – Projeto do Colégio Estadual Júlio de Castilhos



Fonte: Xavier, Mizoguchi, 1987, p. 104-105.

O projeto do Colégio Estadual Júlio de Castilhos foi vencedor de um concurso público promovido pelo governo estadual. Alvarez (2008, p. 66) explica que o primeiro lugar foi conquistado pelo projeto chamado de "Julinho", dos arquitetos Demétrio Ribeiro e Enilda Ribeiro. Em segundo lugar, ficou o projeto "Espaciforme", dos engenheiros Sergio Mazzali e Ernesto Woebcke e dos arquitetos Sergio E. Pelegrini e Simão L. Ungar. E, em terceiro lugar, ficou o projeto "Thales", da firma Julio Bastian e Smith Ltda. Em 19 de novembro de 1952, os projetos vencedores foram informados pela Secretaria de Obras Públicas. Em data próxima, provavelmente ainda em 1952, foram expostos ao público, ocasião em que também foram entregues os prêmios a que fizeram jus (Figuras 16 e 17).

Figura 16 – Enilda Ribeiro e Demétrio Ribeiro apresentam o projeto “Julinho”



Fonte: Acervo pessoal de Claudio Mendicelli, [1952].

Figura 17 – Enilda Ribeiro e Demétrio Ribeiro são premiados pelo projeto “Julinho”



Fonte: Acervo pessoal de Claudio Mendicelli, [1952].

Sobre o projeto do “Julinho”, Xavier e Mizoguchi (1987) comentam:

Disposto em terreno triangular de grandes dimensões, compreende dois blocos de quatro pavimentos e auditório, articulados segundo um eixo de simetria. Filia-se, de certo modo, às pesquisas de alguns arquitetos europeus, notadamente André Lurçat na sua fase de pós-guerra. No depoimento dos autores, a solução adotada reflete a discussão autocrítica da arquitetura moderna em curso naqueles anos e a busca de uma arquitetura capaz de valorizar no subconsciente das pessoas o seu próprio lastro cultural, ao invés de acentuar a superioridade da cultura erudita, posição alheia às tendências predominantes no Brasil. Dentro dessa linha esforçam-se por uma “visão estética afim à do povo”, através da criação de espaços claramente legíveis, adequados à superposição de funções diferenciadas, como circulação e reunião de grupos informais. (Xavier, Mizoguchi, 1987, p. 104)

Esse texto, portanto, resume o posicionamento técnico e ideológico que orienta o projeto desenvolvido por Enilda Ribeiro e Demétrio Ribeiro. Na obra de Xavier e Mizoguchi (1987), sendo o número 31 de 160 trabalhos selecionados pelos autores, entende-se que o projeto do Colégio Estadual Júlio de Castilhos está entre os primeiros projetos referenciais de Arquitetura Moderna em Porto Alegre. Marques (2012) aponta ainda o projeto como uma “obra prototípica” do universo híbrido que mistura:

[...] a arquitetura moderna canônica, firmada no cenário brasileiro pelo contexto cultural do Rio de Janeiro dos anos 1930-1950, e esta arquitetura moderna estilística, influenciada tanto pelo expressionismo alemão aportado pela migração tardia monumentalizada por ocasião da Exposição do Centenário da Exposição Farroupilha em 1935, quanto pela arquitetura do leste europeu, adotada como referência cultural pelo chamado Realismo Socialista. (Marques, 2012, p. 143, nota de rodapé)

No centenário de nascimento de Demétrio Ribeiro, em 2016, foi anunciado o pedido de tombamento do prédio do Julinho pela Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre, dada a sua relevância como exemplar da Arquitetura Moderna praticada na cidade. Em reportagem do jornal Zero Hora²⁵, Demétrio Ribeiro é referido como o “arquiteto e urbanista responsável por projetar a construção”, mencionando Enilda Ribeiro apenas como sua mulher, que venceu o concurso de projetos com ele. Já em 6 de março de 2024, ocorreu o tombamento definitivo do

²⁵ ROSA, Eduardo. *Colégio Estadual Júlio de Castilhos será tombado em cerimônia nesta quinta-feira*. GaúchaZH, 1 set. 2016. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2016/09/colégio-estadual-julio-de-castilhos-sera-tombado-em-cerimonia-nesta-quinta-feira-7358928.html>. Acesso em: 28 mar. 2024.

imóvel²⁶. Nos fundamentos que justificam o tombamento, o texto refere que o prédio foi projeto por Demétrio Ribeiro e Enilda Ribeiro; no entanto, destaca que “a obra é do consagrado Arquiteto Demétrio Ribeiro” e menciona brevemente sua biografia, sem mais fazer referência à arquiteta — o que evidencia o seu apagamento, à sombra do seu companheiro.

Ao longo da década de 1950, percebe-se também o desenvolvimento de vários planos diretores e projetos urbanísticos por Enilda Ribeiro, especialmente para cidades do interior do Rio Grande do Sul, criados principalmente para participar de uma série de concursos públicos promovidos pela Secretaria de Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul. A maioria dos projetos foi realizada em equipe, ao lado de nomes como Demétrio Ribeiro e Edvaldo Pereira Paiva, sendo muitos deles premiados nos concursos e executados. Essa fase como urbanista evidencia sua relevância na produção urbanística do estado, de acordo com os ideais modernistas da época. É provável que suas atividades naquele período tenham colaborado para o seu ingresso na Divisão de Urbanismo da SMOV na PMPA, a partir do ano de 1960 (até 1964, quando foi demitida já no contexto da Ditadura Civil-Militar no Brasil).

Entre seus projetos urbanísticos, cabe destacar ainda três trabalhos elencados no quadro anteriormente apresentado, apesar das escassez de informações sobre eles: o pré-plano diretor de Panambi, de 1958; o novo traçado da Avenida Farrapos, também de 1958; e o Projeto da Praça dos Açorianos em Porto Alegre, de 1962.

O jornal Diário de Notícias, de 1957, noticiou o encerramento do concurso instituído para a elaboração do pré-plano diretor da cidade de Panambi. Demétrio Ribeiro e Enilda Ribeiro foram os vencedores; Carlos Fayet e Fernando Corona, 2º lugar; Danilo Landó, 3º lugar; e Roberto de Souza, 4º lugar²⁷. No entanto, em arquivos disponibilizados pelo Museu Municipal de Panambi, é possível verificar que o Plano Diretor de Panambi, instituído pela Lei nº 123/59, é assinado apenas por Demétrio Ribeiro. Portanto, cabe ressaltar que Enilda Ribeiro foi coautora do projeto

²⁶ *Extrato de Tombamento Definitivo – Colégio Estadual Júlio de Castilhos – Processo 16.0.000039110-0*. Diário Oficial de Porto Alegre, 13 mar. 2024, p. 51-52. Disponível em: https://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/5102_ce_20240313_executivo.pdf. Acesso em: 28 mar. 2024.

²⁷ *Encerrado o 1º. Concurso Público de Urbanização da Sec. de Obras Públicas*. Porto Alegre, Diário de Notícias, nº 237, 13. dez. 1957. BN Digital.

vencedor do 1º Concurso Público de urbanização da Secretaria de Obras do Estado; no entanto, a efetivação do Plano Diretor, em 1959, é assumida apenas por Demétrio Ribeiro. Não foi possível identificar os motivos para isso, mas é notório que a figura de Enilda Ribeiro é apagada nesse caso.

Sobre o projeto do novo traçado da Avenida Farrapos, Simone Ruschel (2004, p. 94-95) afirma que foi realizado também em colaboração com Demétrio Ribeiro, conforme documentos encontrados pela autora no Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho (AHPAMV). A proposta, proveniente da Secretaria de Obras e assinada pelos arquitetos, fazia uma alteração do perfil transversal da avenida, com detalhes para o canteiro central (em concreto pré-moldado, revestimento cerâmico e vegetação rasteira) e os passeios públicos (canteiros com vegetação do mesmo porte). Conforme a autora, que procurou Enilda Ribeiro em busca de informações, a arquiteta informou que não tinha mais lembranças sobre o projeto, dado o grande período que já havia se passado. A autora constatou ainda que a obra de remodelação da Avenida Farrapos foi executada, mas sem seguir o detalhamento proposto por Enilda Ribeiro e Demétrio Ribeiro, sem informações que justificassem esse fato.

Sobre o Projeto da Praça dos Açorianos em Porto Alegre, Marques (2012) informa que Enilda Ribeiro foi responsável pelo desenho do projeto arquitetônico e paisagístico da praça:

Na gestão do Prefeito Thompson Flores, o cruzamento entre a Borges de Medeiros e a Primeira Perimetral teve seu espaço ampliado a partir de diretriz elaborada pelo arquiteto Roberto Py Gomes da Silveira, com desenho urbano desenvolvido pelo arquiteto Cyrillo Crestani. O espaço generoso e o conjunto das obras, incluindo a escultura de Carlos Tenius, “Monumento aos Açorianos”, de 1973, constituíram o parque definitivo. A ideia era acentuar a Ponte de Pedra, mantida também como monumento, e implantar o viaduto moderno, projeto de Roberto Py Gomes, como contraponto, mantendo água sob duas pontes, agora como lago sobre o antigo leito do Arroio Dilúvio, com desenho da Arquiteta Enilda Ribeiro. (Marques, 2012, p. 439)

A gestão de Telmo Thompson Flores como Prefeito de Porto Alegre durou de 1969 a 1975. Portanto, não coincide com a data do projeto de Enilda Ribeiro, realizado em 1962, conforme o currículo profissional da arquiteta ([ANEXO C](#)). Uma hipótese é que Enilda Ribeiro tenha desenvolvido o projeto naquele ano, durante seu período como urbanista na PMPA, mas que ele não tenha sido executado.

Posteriormente, durante a gestão de Thompson Flores, o projeto do arquiteto Roberto Py Gomes da Silveira provavelmente agregou o desenho de Enilda Ribeiro, de maneira a destacar a Ponte de Pedra como monumento perante a construção do viaduto sobre a avenida da Primeira Perimetral.

2.2 Arquiteta à esquerda: política e militância na profissão

Enilda Ribeiro teve uma atuação política e militante destacada, especialmente considerando ser ela uma mulher arquiteta e urbanista pioneira em meios profissionais e políticos majoritariamente ocupados por homens. Sua prática profissional está diretamente relacionada à sua posição política, que transparece em seus projetos como arquiteta e urbanista, nas suas atividades como docente e nos motivos alegados para o afastamento das suas ocupações profissionais em 1964, na Ditadura Civil-Militar.

Embora esta pesquisa não contemple os anos anteriores ao ingresso de Enilda Ribeiro no curso de Arquitetura do IBA, é provável que o seu amadurecimento político e militante tenha se iniciado ao longo da faculdade. No curso, Enilda Ribeiro teve contato com professores e colegas que são importantes nomes da Arquitetura Moderna no Rio Grande do Sul — grupo ao qual a própria arquiteta se juntou. O curso de Arquitetura do IBA, que começou a funcionar em 1945, era identificado com a esquerda comunista, tendo Demétrio Ribeiro, que exerceu grande influência no pensamento e trajetória de Enilda Ribeiro, como um dos principais defensores dessa corrente ideológica. Segundo Fiori (1992),

É sabido que a militância política é muito forte, na época, dentro do IBA, e que quase todas as figuras de maior destaque e ação no curso de arquitetura, tanto entre os professores como entre os alunos, adotam posições políticas de esquerda, chegando mesmo à militância, como o próprio Demétrio Ribeiro. (Fiori, 1992, p. 252)

É importante notar que o posicionamento político à esquerda coaduna com as posições sobre a própria profissão, em um momento de consolidação da Arquitetura como campo profissional, tendo a perspectiva moderna como modelo à época. No Rio Grande do Sul, uma das marcas da Arquitetura Moderna foi a influência do meio uruguaio, principalmente sob a figura de Maurício Cravotto, como já explicado.

Demétrio Ribeiro, influenciado pela perspectiva uruguaia, adotou uma postura crítica em relação à Arquitetura Moderna praticada no centro do Brasil, tida por ele “como uma novidade formal que se distancia das aspirações populares, numa perspectiva alienante” (Fiori, 1992, p. 254). Então, no estado, adotou uma perspectiva social e política que influenciou uma geração de arquitetas e arquitetos. Em entrevista a Fiori (1992, p. 253), Enilda Ribeiro e Nelson Souza acentuaram “a questão da consciência social no curso e a visão de que a arquitetura devia ser uma resposta às exigências sociais”. Também em entrevistas para Fiori (1992), Carlos Fayet confirmou que as preocupações sociais sob ideologia esquerdista apareciam nas aulas, e Charles Hugaud observou o papel de Demétrio Ribeiro em alertar que o fundo político devia nortear a Arquitetura.

O posicionamento político de professores e alunos do curso de Arquitetura do IBA polarizava com o curso de Engenheiros-Arquitetos da Escola de Engenharia (EE) da URGs (atual UFRGS). Na década de 1940, esses eram os dois cursos de Arquitetura existentes em Porto Alegre e representavam a rivalidade do contexto internacional da época. Enquanto o curso de Arquitetura do IBA era tido como subversivo, o curso da EE era considerado reacionário. Segundo Nunes (2016, p. 163), essas características eram fundamentadas na figura dos seus professores: no IBA, Demétrio Ribeiro, Edvaldo Pereira Paiva e Edgar Graeff representavam o pensamento progressista, enquanto o professor Eugênio Steinhof, que se destacava na EE, representava o conservadorismo. Nascido em Viena, na Áustria, e naturalizado nos Estados Unidos, Steinhof desenvolveu um trabalho notável no modernismo europeu dos anos 1920. Sua naturalidade, no entanto, serviu de mote à rivalidade entre os dois cursos na década de 1940, ao se integrar à URGs: na época da polarização da Guerra Fria, de um lado estava o curso dos comunistas, enquanto, do outro lado, estava o curso liderado por um estadunidense.

Em 1948, foi decretada a fusão dos dois cursos, a partir da federalização da Universidade e da anexação do IBA à UFRGS. No entanto, dada a rivalidade entre os cursos de Arquitetura do IBA e da EE, o processo não se deu pacificamente. Enilda Ribeiro e Vera Fabrício Carvalho (2002)²⁸ relataram que a comissão formada

²⁸ O texto “Por uma Faculdade de Arquitetura – PUFA”, escrito por Enilda Ribeiro e Vera Fabrício Carvalho, é uma das poucas publicações da arquiteta encontradas nesta pesquisa. O livro “Arquitetura UFRGS: 50 anos de histórias”, organizado por Flávia Licht e Salma Cafruni, no qual o texto foi publicado, foi uma doação da arquiteta e professora Glenda Pereira da Cruz à Biblioteca

por professores do IBA e da EE e nomeada para tratar da fusão aprovou unanimemente a criação de uma Faculdade de Arquitetura independente a partir da integração entre os dois cursos. Porém, o Conselho Universitário se posicionou contra essa proposta e votou a favor de um Instituto de Arquitetura anexo à EE. Estava criado, assim, o cenário para um embate que tomou a imprensa e os debates profissionais e acadêmicos na época.

Naquele momento, arquitetas e arquitetos lutavam pela autonomia da profissão em relação às Artes e à Engenharia. Por isso, a criação de uma Faculdade de Arquitetura independente seria imprescindível para a consolidação do campo profissional. Iniciou-se, então, um movimento dos alunos do curso de Arquitetura do IBA pela criação de uma Faculdade de Arquitetura na UFRGS. Enilda Ribeiro se destacou como uma das lideranças desse movimento, chamado Por Uma Faculdade de Arquitetura (PUFA). A comissão que liderou a campanha era constituída pelos seguintes alunos do IBA: Paulo Vallandro, Luiz Radomski, Vera Fabrício, Ari Canarim, Jerson Hoyer, Carlos Fayet, Enilda Ribeiro, Aldrovando Guerra, Zeno Maranchini da Silva e Afrânio Loureiro. A campanha contou com o apoio de diversas entidades, como o IAB, a União Nacional dos Estudantes (UNE), a União Gaúcha dos Estudantes Secundários (UGES), além de diretórios acadêmicos e escolas de Arquitetura do Brasil. Senadores pelo Rio Grande do Sul, como Salgado Filho, Ernesto Dornelles e Camilo Mércio; professores do IBA, como Tasso Corrêa e Edgar Graeff; e importantes arquitetos brasileiros, como Oscar Niemeyer, também apoiaram o movimento PUFA.

Conforme Enilda Ribeiro e Vera Fabrício Carvalho (2002, p. 40), “foram realizadas passeatas, reuniões, distribuição de cartazes, notas para os jornais, ofícios a todas as faculdades de Arquitetura e até enviados representantes para atuarem junto aos deputados e autoridades no Rio de Janeiro”. Nos documentos do AHIA/UFRGS, encontram-se diversos recortes de jornal que demonstram a mobilização da campanha na época. Em notícia de 26 de março de 1950 (Figura 18), a comissão de alunos do IBA expôs os motivos para lançar uma campanha em prol da criação de uma Faculdade de Arquitetura.

do IAB-RS. Na página de abertura do texto sobre a PUFA, encontra-se uma dedicatória de Enilda Ribeiro a Glenda Pereira da Cruz: “Enilda Ribeiro. Para Glenda com velhas lembranças”.

Figura 18 – Reportagem sobre a campanha “por uma Faculdade de Arquitetura”

4.4.7

CORREIO DO POVO DOMINGO, 26 DE MARÇO DE 1950

Lançam-se os alunos do Instituto de Belas Artes na campanha “por uma Faculdade de Arquitetura”

Os alunos do Curso de Arquitetura do Instituto de Belas Artes, reunidos em Assembleia geral, de Miram egeram uma comissão para trabalhar em prol da criação de uma Faculdade de Arquitetura, em nosso meio. A referida comissão, agora, vem a público, para lançar a campanha, através da seguinte nota, em que examina todos os aspectos da controvérsia que se trata:

“A 1 de dezembro de 1948, por de reco n.º 413, da egracia Assembleia Legislativa do Estado, foi reincorporado o Instituto de Belas Artes à Universidade do Rio Grande do Sul, estatuinte o referido decreto que seriam fundidos os cursos de Instituto e da Escola de Engenharia.

Para dar cumprimento a essa deliberação, prof. Alexandre Martins da Rosa, reitor da Universidade, nomeou uma Comissão composta pelos seguintes professores: Arquitecto Demétrio Ribeiro — I.B.A.; arquitecto Ernani Corrêa — I.B.A.; engenheiro Fernando de Azevedo Moura — I.B.A.; engenheiro João Blanca — E.E.; engenheiro Leis Espartel — E.E.; engenheiro Dulio Bernardi — E.E..

A comissão foi presidida pelo engenheiro Leovegildo Paiva, da Escola de Engenharia. Após cuidadosas estudos, essa Comissão, opinou, unânimeamente, pela criação de uma FACULDADE DE ARQUITETURA, independente do I.B.A. e da E.E., onde atualmente funcionam os dois cursos. Apesar de indicada por tal comissão de técnicos especializados que se manifestou com perfeito conhecimento de causa, essa solução foi sumariamente ENGAVETADA.

Por que o sr. Alexandre Martins da Rosa, Magnífico Reitor da Universidade, não tomou conhecimento do parecer emitido pela Comissão por ele próprio nomeada? —

Quais os prejuízos com a criação da FACULDADE DE ARQUITETURA?

O estudante? O ensino? Ou, quem sabe, “alguns professores”?

Desprezando seus próprios Estatutos que prevêem o aviso prévio de, no mínimo, 48 horas, reuniu-se o Conselho de Diretores em dia santificado, 1 de novembro de 1949, sem a presença do Dr. Tasso Bolívar Dias Corrêa, Diretor do Instituto de Belas Artes e membro nato do Conselho, que se achava fora da Capital quando, poucas horas antes da reunião foi a direção do Instituto “avisada” da realização da mesma. Nessa reunião, convocada às pressas, foi ignorado o parecer da Comissão técnica para a criação da FACULDADE DE ARQUITETURA e aprovada a criação de um Instituto de Arquitetura anexo à Escola de Engenharia e a extinção sumária do Curso de Arquitetura do IBA, contrariando a lei 413 de 3-1-48 que prevê FUSÃO e não absorção.

Vale notar que essa resolução contou com voto favorável dos srs. prof. Leovegildo Paiva e Leis Espartel, respectivamente Presidente e membro da Comissão técnica que opinara pela criação da FACULDADE DE ARQUITETURA...

Perguntamos o porque de tão rápida e inexplicável mudança,

de parecer desses dois senhores, uma vez que haviam enviado ao mesmo Conselho uma opinião escrita e fundamentada, diametralmente oposta?

O projeto aprovado pelo Conselho Universitário foi levado à Assembleia Legislativa que, em boa hora, não tomou conhecimento da parte relativa à criação do Instituto de Arquitetura da Escola de Engenharia aprovando que trata dos vencimentos de professores assistentes. E inadvertidamente cremos nós, aprovou também a parte que trata da reestruturação dos quadros docentes, de maneia tal que ficaram extintos quinze (15) cargos de professores cateáticos do Curso de Arquitetura do Instituto de Belas Artes!!!

A manobra com tão atóxico projeto foi apresentado à Assembleia Legislativa é bastante singular. Aparece ele como um apêndice de outro projeto de lei de real interesse para a Universidade (equiparação dos vencimentos dos professores).

Em face do que relatamos, os estudantes de Arquitetura do Instituto de Belas Artes, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, elegeram uma Comissão para trabalhar em prol da criação da FACULDADE DE ARQUITETURA.

Vejamos quem se manifestou favoravelmente à criação da Faculdade:

a) A Comissão técnica especializada que estudou o assunto;

b) O Instituto de Arquitectos do Brasil, Departamento do Rio Grande do Sul;

c) Todos os membros do Conselho Universitário, em manifestação pessoal, em reunião no próprio Conselho.

Em resumo: As duas entidades que poderiam emitir um parecer mais abalizado sobre o assunto e o próprio Conselho Universitário, pela unanimidade de seus membros.

Por ocasião da criação da Faculdade Nacional de Arquitetura, o então Ministro da Educação Dr. Gustavo Capanema teve oportunidade de assim se expressar:

“A formação do arquiteto não poderá resultar de uma “soma de estudos independentes, uns de ordem técnica outros de ordem artística. A fim de que esse ensino, em si mesmo tão característico e diferenciado, e tão cheio de dificuldades, possa ser feito em termos elevados e seguros, indispensável providência há de ser a fundação de FACULDADES apropriadas, que os tenham por especial objetivo”.

Juntamos a essa opinião a de todos os grandes mestres de Arquitetura e entendidos do assunto como Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Moraes de Los Rios, Le Corbusier, Gropius e outros.

Outro fato que é necessário se traga à público é o da interessante viagem do prof. Alexandre Martins da Rosa, Reitor da Universidade, ao Rio de Janeiro, a qual tinha por motivo, segundo suas próprias afirmações, “tratar da federalização da Universidade e trazer para o Rio Grande do Sul uma FACULDADE DE ARQUITETURA”.

No entanto, trouxe um Instituto de Arquitetura anexo à Escola de Engenharia, justificando sua nova atitude com a declaração de que “o Rio Grande do Sul possui CLIMA CULTURAL SUFICIENTE para uma Faculdade de Arquitetura”. Estranhamos essa afirmativa porquanto existem em Porto Alegre DOIS cursos de Arquitetura com a frequência aproximada de UMA CENTENA de alunos em cada um. Conclui-se daí que, ou realmente existe CLIMA CULTURAL SUFICIENTE para uma Faculdade de Arquitetura ou, então, existem em Porto Alegre quase duas centenas de INOCENTES que frequentam dois cursos de Arquitetura criados unicamente com o fito de lesar os co res públicos...

É interessante notar, também, que o processo de reconhecimento do Curso de Arquitetura do Instituto de Belas Artes exigiu a vinda a Porto Alegre de três Inspectores Federais os quais estudaram minuciosamente a organização e funcionamento do Curso em seus primeiros cinco anos de vida, levando nesse exaustivo e ininterrupto trabalho mais de três semanas. Fim a inspeção e diante da modelar organização e real eficiência de seu ensino, a Comissão, em seu relatório, emitiu parecer favorável ao reconhecimento definitivo enviando-o ao Conselho Nacional de Educação. Pouco tempo depois conseguiu a Escola de Engenharia trazer a Prática Alegre outra Comissão de Inspeção que fez o relatório do curso de 10 anos de vida do Curso de Arquitetura daquela Escola, no exíguo tempo de DOIS dias.

Cremos que nem mesmo uma simples leitura de tal relatório é possível em tão pouco tempo.

A Comissão de estudantes da Campanha POR UMA FACULDADE DE ARQUITETURA, dando início a seus trabalhos, vem por esta nota, esclarecer e pedir apoio a este movimento que deverá culminar com a criação de uma Faculdade de Arquitetura, única solução que poderá desagrar os foros de cultura do povo gaúcho, postos em dúvida pelo sr. Alexandre Martins da Rosa.

A Comissão: ass.) Paulo Valandro — Luiz Radomsky — Aldrovando Guerra — Carlos Maximiliano Fayet — Emília Ribeiro — Zeno M. da Silva — Jerson Hryer — Vera Fabricio — Ari Mazzini Canarin e Afrânio San tes Loureiro”.

Fonte: Correio do Povo, Porto Alegre, 24 mar. 1950. Grupo: 4 – Arquitetura, Período: 1941/1965, Caixa 2, AHIA/UFRGS.

Em uma notícia publicada em 30 de março de 1950²⁹, o Instituto de Arquitetos se posicionou a favor da campanha dos alunos: “a nossa autonomia profissional exige a autonomia do ensino da Arquitetura”, afirmou Edgar Graeff, em nome do IAB-RS. Em 7 de abril de 1950, os alunos do curso de Engenheiros-Arquitetos da EE se manifestaram contrários à criação da Faculdade de Arquitetura³⁰ — o que evidencia os embates travados em torno do assunto e veiculados pela imprensa. Enilda Ribeiro, como uma liderança desse movimento, provavelmente iniciou assim a sua militância em torno da política profissional, que se tornou uma causa importante ao longo da sua vida.

Naquela época, outras universidades e escolas do Brasil faziam o movimento de criação de cursos de Arquitetura independentes, em busca de estruturação e ambiente autônomos para o ensino. Enilda Ribeiro e Vera Fabrício (2002, p. 40) afirmam que houve, naquele contexto, a desanexação do curso de Arquitetura da Escola Nacional de Belas Artes para criar a Faculdade Nacional de Arquitetura; a separação do curso de Arquitetura da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo para criar a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo; o desmembramento da Escola de Arquitetura e Belas Artes de Minas Gerais para criar a Escola de Arquitetura da Universidade de Minas Gerais; e o desmembramento da Escola de Engenharia Mackenzie para dar lugar à Faculdade de Arquitetura Mackenzie. Então, em 1952, criou-se a Faculdade de Arquitetura da UFRGS:

A criação da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul dá-se, assim, neste contexto de formação de unidades de ensino arquitetônico autônomas. Começa ela a funcionar em 1952, a partir da fusão dos dois cursos de arquitetura existentes em Porto Alegre, no IBA e na Escola de Engenharia. Seu surgimento, portanto, faz parte da luta da arquitetura, enquanto área do conhecimento e campo profissional, por autonomia, reconhecimento e, também, por maior participação no mercado de trabalho, em geral dominado por engenheiros e por construtores sem formação universitária. Esta luta desenrola-se em nível nacional, inicialmente no centro do país, espalhando-se depois para as outras regiões, e está intimamente ligada à difusão da arquitetura moderna no Brasil. (Fiori, 1992, p. 113)

²⁹ *Define-se o Instituto dos Arquitetos do Brasil favoravelmente à campanha dos universitários.* Folha da Tarde: Porto Alegre, 30 mar. 1950. Grupo: 4 – Arquitetura, Período: 1941/1965, Caixa 2, AHIA/UFRGS.

³⁰ *Alunos do Curso de Engenheiros-Arquitetos de E.E. contrários à criação da Fac. de Arquitetura.* Diário de Notícias: Porto Alegre, 7 abr. 1950. Grupo: 4 – Arquitetura, Período: 1941/1965, Caixa 2, AHIA/UFRGS.

As ideias propagadas no IBA, relativas à esquerda comunista, consolidaram uma corrente ligada às ideias do Realismo Socialista, que seguiu também na Faculdade de Arquitetura por meio dos seus professores. Segundo Fiori (1992), “o realismo socialista seria a expressão artística considerada mais consequente para o desenvolvimento da sociedade socialista” (Fiori, 1992, p. 256). Para o autor, a perspectiva do Realismo Socialista sobre a arte tende a se prender aos aspectos sociais e criticar a dimensão criadora individual do artista — a busca por originalidade e autoexpressão seriam alienantes e formalistas. Em entrevista para o trabalho de Fiori (1992), Enilda Ribeiro falou sobre a presença do Realismo Socialista nas aulas e discussões do IBA:

Enilda Ribeiro confirma que há no IBA a discussão da arquitetura brasileira contemporânea com base no realismo socialista, pelo grupo de esquerda. [...] Talvez Enilda Ribeiro caracterize bastante bem a síntese arquitetônica tentada, afirmando que há a busca de uma arquitetura popular, moderna, e com o resgate de elementos tradicionais (não o tradicional acadêmico, como já colocamos). Essa busca, para ela, é também uma forma de luta pela arte e cultura brasileira e gaúcha. (Fiori, 1992, p. 255-256)

Em 1954, já diplomada como arquiteta, Enilda Ribeiro apresentou, com Demétrio Ribeiro e Nelson Souza, o texto “Situação da Arquitetura Brasileira” no IV Congresso Brasileiro de Arquitetos, em São Paulo. O texto se tornou uma das principais referências sobre a Arquitetura Moderna no Brasil. Os autores evidenciam sua posição alinhada ao Realismo Socialista ao propor uma discussão autocrítica da Arquitetura Moderna no Brasil. Enilda Ribeiro, Demétrio Ribeiro e Nelson Souza criticaram os conceitos e hábitos individualistas de arquitetos e artistas em geral, que dificultavam uma discussão sobre os problemas teóricos da Arquitetura. O entendimento de que a Arquitetura é uma questão de talento individual e a busca pela originalidade a todo custo estariam levando esses profissionais a desprezarem o estudo da realidade social e cultural do seu meio. Para eles:

Antes de tudo, deve ser considerada a natureza das relações existentes entre o conjunto das obras de arquitetura e a realidade brasileira. Os programas propostos atualmente aos arquitetos brasileiros, salvo exceções, correspondem aos interesses de um pequeno setor da população. São programas de necessidades representativos de uma minoria social cujos hábitos e tipo de vida diferem essencialmente dos hábitos e do tipo de vida das mais amplas camadas da população brasileira. (Ribeiro E.; Ribeiro D.; Souza, 2003, p. 204)

Segundo os autores, “a única solução para os problemas da nossa arquitetura estará na sua verdadeira democratização” (Ribeiro E.; Ribeiro D.; Souza, 2003, p. 206). Enilda Ribeiro, Demétrio Ribeiro e Nelson Souza entendiam que a Arquitetura não estava desvinculada dos problemas do povo brasileiro — portanto, as transformações que pretendiam para essa área no país dependiam de uma profunda mudança no cenário econômico, social e político do Brasil, e isso geraria novas condições de trabalho para os arquitetos.

A democratização da arquitetura somente se processará na base da satisfação das necessidades de toda a população brasileira. Nas condições atuais do Brasil, o ponto de partida de uma efetiva democratização da arquitetura só poderá ser a construção em grande escala, para atender às necessidades imediatas de milhões de brasileiros que hoje sofrem da falta de habitações condignas, de escolas, hospitais, estádios e locais para a cultura espiritual e física. (Ribeiro E.; Ribeiro D.; Souza, 2003, p. 204)

Assim, a maior parte da população, naquele momento à margem da Arquitetura brasileira, teria acesso aos serviços de arquitetas e arquitetos, bem como à participação na crítica e na evolução dessa prática profissional. Focada na satisfação das necessidades materiais e espirituais do povo, a Arquitetura brasileira alcançaria a sua evolução. Para isso, defenderam ainda, nas conclusões do texto, que os debates desses problemas no IAB, nas organizações estudantis e nas escolas eram uma necessidade urgente.

Outro texto que demonstra o posicionamento de Enilda Ribeiro foi publicado em 1958. Trata-se do Manifesto de Fundação da Revista ESPAÇO-Arquitetura, que Enilda Ribeiro assina como membra do Conselho de Redação, junto a outros nomes como os arquitetos Demétrio Ribeiro, Edgar Graeff, Edvaldo Pereira Paiva, Emil Bered, Luis Fernando Corona e Nelson Souza, os jornalistas Glênio Peres e P. F. Gastal, e o escultor Vasco Prado. Destaca-se que a arquiteta é a única mulher na lista de membros do Conselho de Redação. No Manifesto de Fundação, a revista se propõe a ser uma tribuna de debates de ideias e troca de experiências visando o desenvolvimento da Arquitetura, do Urbanismo e da Construção no Rio Grande do Sul. Esse espaço seria necessário porque essas áreas profissionais lidavam com a vida e a cultura das pessoas, não simplesmente com o interesse financeiro e material. Diz o texto:

Enquanto permanecermos riscando papéis, movendo ábacos, amontoando tijolos e fabricando cousas, não serviremos ainda plenamente aos interesses da sociedade. Somente alcançaremos cumprir nossa missão, quando sentirmos, — cada um na sua tarefa — que estamos construindo o bem-estar dos homens, o monumento das suas aspirações de vida e liberdade.³¹

Dada a escassez de publicações de autoria de Enilda Ribeiro, cabe ainda destacar um texto publicado na Revista Projeto, nº 72, de fevereiro de 1985, no espaço da Carta do Editor ([ANEXO J](#)). O artigo é assinado pelos arquitetos Enilda Ribeiro e Arnaldo Knijnik³², em nome da Direção Nacional do IAB, em que a arquiteta exercia o cargo de tesoureira naquele momento. O texto faz uma homenagem a Vilanova Artigas, arquiteto que recentemente havia falecido, em 12 de janeiro de 1985. Percebe-se no conteúdo a preocupação da arquiteta com as condições do fazer arquitetônico naquele momento e com a importância do papel dos arquitetos em se aproximar da cultura e da realidade socioeconômica do povo brasileiro, para que a Arquitetura cumprisse sua função essencial. Assim diz o texto:

Um arquiteto no lato sentido da palavra, Artigas enunciava o conceito de povo identificado culturalmente, o conceito de arquitetura como expressão produzida e determinada por um povo dotado de cultura. A abrangência e a amplitude da arquitetura assim concebida — do sócio-econômico até o poético — são um apelo constante ao aprofundamento da intimidade do arquiteto com a cultura do seu povo. [...]

É importante lembrar o significado dessa concepção no momento em que os processos econômicos da produção do espaço, a alienação cultural e a degradação do ensino ameaçam a arquitetura em sua unidade essencial.

A mensagem de Artigas é assim uma diretriz e uma bandeira no presente e no futuro imediato. (Ribeiro; Knijnik, 1985, p. 3)

Esses textos ajudam a entender a posição crítica de Enilda Ribeiro em relação à Arquitetura praticada no Brasil — tanto na década de 1950, quando a Arquitetura Moderna se consolidava como modelo, quanto posteriormente na década de 1980, quando o contexto brasileiro apontava para a redemocratização. Sua preocupação se centrava na vinculação da Arquitetura com os problemas socioeconômicos do povo brasileiro, contrária ao formalismo e a alienação que percebia na prática de muitos profissionais. Além disso, esses textos contribuem

³¹ *MANIFESTO de Fundação*. Revista ESPAÇO-Arquitetura: Porto Alegre, ano 1, nº 1, 1958. AHDR/IAB-RS.

³² Embora o artigo seja assinado pelos dois arquitetos, rascunhos encontrados no Arquivo Enilda Ribeiro no IAB-RS ([ANEXO J](#)), que será detalhado no próximo capítulo, demonstram que o texto foi pensado pela arquiteta e, por isso, contribui para compreender sua posição e pensamento.

também para compreender a vinculação político-ideológica de Enilda Ribeiro, ligada às ideias da esquerda comunista que, entre arquitetas e arquitetos, orientava a profissão a um forte compromisso social.

Segundo Nunes (2016, p. 91), em 1945, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) retornou à legalidade, após um período de perseguições e desarticulação do partido. Naquele ano, Demétrio Ribeiro assumiu a direção do Comitê de Porto Alegre do PCB, posição que ocupou até o fim da legalidade do partido. Também naquele ano, Luís Carlos Prestes, a grande figura comunista da época, saiu da prisão, viajou pelo Brasil e foi recebido com celebrações em Porto Alegre. Esse período de euforia e esperança fez crescer o número de militantes, o que provavelmente também incentivou Enilda Ribeiro a se filiar ao partido³³. Nunes (2016) informa mais detalhes sobre esse momento e sobre uma hipótese em relação à filiação de Enilda Ribeiro ao PCB:

Segundo Abreu, o PCB “no início da fase de redemocratização, em 1945, contava entre dois e cinco mil membros e, em 1946, de acordo com Leôncio Basbaum, atingiu 180 mil membros inscritos”³⁴. No caso do Comitê de Porto Alegre, entre os anos de 1945-1947, foram encontrados registros pela historiadora Marisângela T. A. Martins³⁵ de 581 membros, entre os quais Demétrio Ribeiro, então dirigente, e Edvaldo Pereira Paiva. Foram feitas menções a apenas 92 mulheres (quantia esta que demonstra tendência ao gênero masculino entre os filiados) e, dentre as quais, Enilda Ribeiro não aparece. Este fato corrobora a hipótese de que sua filiação apenas ocorreu na década de 1950, no mesmo período em que Nelson Souza. (Nunes, 2016, p. 93)

Tanto Enilda Ribeiro quanto outros arquitetos, como Demétrio Ribeiro, Nelson Souza, Edvaldo Pereira Paiva e Edgar Graeff, encontraram no comunismo a sua identidade social. Segundo Nunes (2016, p. 46-47), esse grupo passou a contestar a ordem vigente e colaborar para a transformação social:

Independente das particularidades na forma de militância, todos estiveram nitidamente empenhados na formação de uma nova concepção de mundo

³³ Nesta pesquisa, não foram encontrados dados sobre a filiação de Enilda Ribeiro ao PCB, mas variados relatos informam que esse fato ocorreu. Nunes (2016) ajuda a entender quando a sua filiação teria ocorrido — na década de 1950 (provavelmente em 1951) —, embora essa informação ainda careça de documentação.

³⁴ ABREU, Alzira Alves de. *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República*. In: CPDOC, São Paulo, 2015, p. 13.

³⁵ MARTINS, Marisângela. *De Volta para o Presente: Uma história dos militantes comunistas de Porto Alegre e suas representações acerca da democracia (1945-1947)*. 2000. Dissertação (Mestrado em História) - UFRGS, Porto Alegre, 2000, p. 43.

crítica ao senso comum. Ao perceberem as inúmeras contradições do sistema capitalista, Demetrio, Graeff, Paiva, Enilda e Nelson optaram pela ligação, de forma orgânica, a um grupo do qual economicamente não pertenciam (a classe proletária). Ao contrário de muitos arquitetos e urbanistas que não apresentavam consciência de sua participação política por meio do desempenho profissional, mas que, de forma intuitiva, acabavam por realizá-la com base na realidade social, este grupo de profissionais engajados possuía o desejo de militância em seus atos. (Nunes, 2016, p. 46-47)

Na prática da docência, como professores e instrutores na Faculdade de Arquitetura da UFRGS, esse grupo de arquitetos exercia sua militância política. Segundo Nunes (2016, p. 47-48), ao ingressarem no PCB, eles assumiram a função de intelectuais, cuja responsabilidade era de questionar a realidade e intervir criticamente na sociedade. Então, o engajamento a um projeto ideológico de cidade e sociedade se fazia cumprir essencialmente na transmissão de conhecimento por meio da docência na Universidade, onde podiam contribuir para o processo revolucionário de desalienação dos estudantes de Arquitetura e Urbanismo.

A militância comunista de Enilda Ribeiro também fica evidente com a sua participação em dois eventos, ocorridos em 1953, que se destacam na sua trajetória. Essas atividades foram relatadas, naquele ano, pela Seção de Informações da Delegacia de Ordem Social do Estado do Rio Grande do Sul³⁶, o que demonstra o monitoramento, realizado pelos órgãos policiais, dos eventos sociais e políticos da época. Um deles é a II Assembleia Nacional de Mulheres, realizada em Porto Alegre, no antigo Cinema Continente, entre os dias 9 e 11 de outubro de 1953, em que Enilda Ribeiro participou como delegada do Rio Grande do Sul. O evento foi convocado pela Federação de Mulheres do Brasil, organização fundada em 1949, de forte influência comunista, mas independente do PCB (Bandeira; Melo, 2010, p. 22). De acordo com a Delegacia de Ordem Social, o evento consistia em “mais um conclavo comunista de caráter nacional”, em que foram formadas diferentes comissões que indicam as temáticas debatidas: defesa dos direitos da mulher, defesa da infância, melhores condições de vida e defesa da paz³⁷.

³⁶ Documentos da Delegacia de Ordem Social estão disponíveis no Núcleo de Pesquisa Histórica (NPH) da UFRGS. Embora digitalizados em CDs, estão disponíveis apenas para consulta local, sem permissão para serem fotografados nem compartilhados pela internet. De acordo com a equipe do NPH, em contato por e-mail, “essas regras foram acordadas quando o acervo foi doado ao NPH pelo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, devido à legislação que resguarda a inviolabilidade da privacidade, da honra e da imagem das pessoas implicadas”.

³⁷ *Boletim Nº 19 RESERVADO*. Porto Alegre, 15 de outubro de 1953. Fundo DOPS, Disco 9, p. 170-

Nos registros da Delegacia de Ordem Social, Enilda Ribeiro aparece como uma das integrantes da mesa de abertura do evento:

E à noite de 10 do corrente, com o concurso de “trezentas delegadas”, foi instalada nesta Capital, no Cinema Continente, a II ASSEMBLEIA NACIONAL DE MULHERES, cujos trabalhos foram abertos pela representante da FEDERAÇÃO DE MULHERES DO BRASIL – ARCELINA MOCHEL GOTO que, primeiramente, deu à mesa a composição que segue: LILA RIPOLL GUEDES, EUNICE CATUNDA, FLORA MOURA E CUNHA, dra. ENILDA RIBEIRO, des. JOÃO PEREIRA SAMPAIO, dr. CLÁUDIO DE TOLEDO MÉRCIO, jornalista CÍCERO SOARES, ERNESTO FERREIRA, representantes de cada uma das “delegações” presentes e outros. E ato contínuo, entregou a presidência dos trabalhos à LILA RIPOLL GUEDES, reservando para si as atribuições de secretária geral do conclave.³⁸

Chamam atenção, nos registros da Delegacia de Ordem Social, o desdém dos relatores em relação ao evento e aos participantes, especialmente as mulheres. Os relatórios informam que as sessões plenárias “nada ofereceram de especial, além da repetição das arengas anteriores”, devido “principalmente ao semi-analfabetismo da grande maioria das ‘delegadas’”. É curiosa também outra observação, ao final do relatório: “é o que cabe informar sobre a II ASSEMBLEIA NACIONAL DE MULHERES, para nós, a mais fraca reunião comunista — de âmbito nacional — já realizada nesta Capital”³⁹.

Naquele mesmo ano, em agosto, foi realizada a Conferência Latino-Americana de Mulheres, em Brasília, também de alinhamento comunista e apoiada pela Federação de Mulheres do Brasil. No jornal *Imprensa Popular*, do Rio de Janeiro, a Comissão Organizadora divulgou uma lista de personalidades brasileiras que estavam apoiando a realização do evento⁴⁰. Entre os aderentes, está a arquiteta Enilda Ribeiro. Já em 24 de dezembro de 1957, o jornal *Imprensa Popular* noticiou uma mensagem assinada por um grupo de mulheres de Porto Alegre, inclusive Enilda Ribeiro. O texto fazia um apelo às mulheres brasileiras para que apoiassem o desejo de Anita Leocádia Prestes: passar o Natal ao lado de seu pai, que estava

173, Arquivo do NPH-UFRGS.

³⁸ *Boletim Nº 19 RESERVADO*. Porto Alegre, 15 de outubro de 1953. Fundo DOPS, Disco 9, p. 171, Arquivo do NPH-UFRGS.

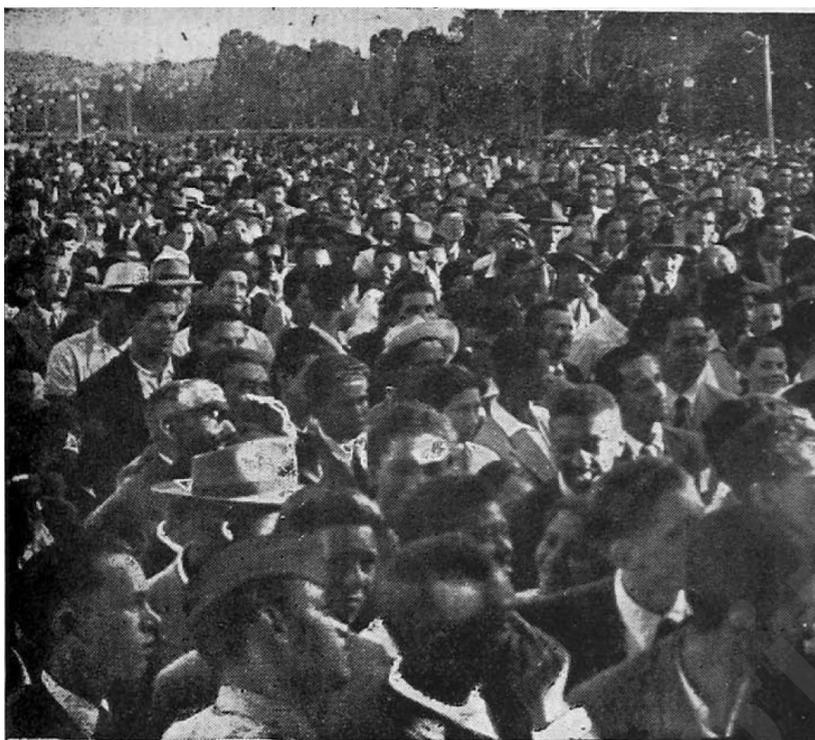
³⁹ *Boletim Nº 19 RESERVADO*. Porto Alegre, 15 de outubro de 1953. Fundo DOPS, Disco 9, p. 170, Arquivo do NPH-UFRGS.

⁴⁰ *Expressivo Apoio à Conferência Latino-Americana de Mulheres*. *Imprensa Popular*, 11 jul. 1954, p. 3, BN Digital.

preso⁴¹. Nesses casos, além do seu alinhamento com o comunismo, fica evidente o seu ativismo nas atividades em defesa da mulher.

Outro evento monitorado pela Delegacia de Ordem Social que demonstra o envolvimento de Enilda Ribeiro na militância comunista é o Festival Crioulo pela Paz, realizado em Porto Alegre, no Parque Farroupilha (Parque da Redenção), nos dias 14 e 15 de novembro de 1953 (Figura 19). De acordo com Duprat (2017, p. 152), o festival foi uma realização de representantes, no Rio Grande do Sul, do Movimento dos Partidários da Paz⁴², uma organização internacional liderada por comunistas. Com grande apelo popular, o festival tinha o lema “Feliz do povo que pode se divertir em paz!”. O evento apresentou manifestações artísticas ligadas às tradições regionais, como trovadores, gaiteiros, declamadores, músicos e danças folclóricas, atividades da lida do campo e exposições de gravuras, pinturas e desenhos.

Figura 19 – Festival Crioulo pela Paz, no Parque da Redenção, em Porto Alegre



Fonte: Revista Horizonte, Porto Alegre, ano 3, nº 3, nov./dez 1953, p. 81. NPH Digital.

⁴¹ Anita Leocádia Prestes é filha de Luís Carlos Prestes e Olga Benário Prestes (morta pelo regime nazista em 1942) e, em 1957, retornava ao Brasil após estudar na capital russa desde 1950.

⁴² Em 1949, o Partido Comunista da União Soviética havia determinado que a luta pela paz deveria ser prioridade nas linhas de atuação dos partidos comunistas. “O argumento era que as armas atômicas e bacteriológicas desenvolvidas e empregadas pelos Estados Unidos representavam um grande perigo para a humanidade e que esse país do Norte era inimigo da paz, promotor da guerra” (Duprat, 2017, p. 112).

Segundo os relatórios da Delegacia de Ordem Social, o festival era uma iniciativa da Federação da Juventude Farroupilha, que seria a “frente legal” da União da Juventude Comunista no Rio Grande do Sul. O evento ainda contava com o decisivo apoio do Movimento Estadual de Defesa da Paz, que, no entender da Seção de Informações da delegacia, era a “máscara” da Secretaria Política do comitê local do PCB (naquele momento, na ilegalidade). Os relatórios apresentam a convocatória do festival, assinada também por Enilda Ribeiro como “arquiteto”:

FESTIVAL CRIOULO PELA PAZ – FELIZ DO POVO QUE SE PODE
DIVERTIR EM PAZ

Convencida de que a veneração pelas tradições populares fortalece os vínculos do homem com a terra, de que resulta vigoroso o sentido de unidade nacional, foi que a Comissão abaixo firmada decidiu patrocinar a realização, nos dias 14 e 15 de novembro vindouro, de um grande FESTIVAL CRIOULO PELA PAZ a se desenvolver em um dos logradouros públicos desta capital.

Será uma festa do povo e para o povo. Convidamos portanto todas as pessoas, autoridades, entidades culturais e desportivas, artistas, associações de classe, o comércio, a indústria e a imprensa falada e a escrita a que prestigiem essa iniciativa, destinada a expressar os profundos sentimentos de amor ao Rio Grande e manifestar o carinho e o entusiasmo com que a gente simples do povo venera e defende as suas tradições.

Porto Alegre, setembro de 1953.

(ass.) Dr. JOSÉ ANTÔNIO ARANHA, advogado; Dr. MANOEL BRAGA GASTAL, advogado, vereador e radialista; GASTÃO HOFSTETTER, pintor; CÂNDIDO NORBERTO, deputado e radialista; HEITOR SALDANHA, poeta; GLÊNIO BIANCHETTI, pintor; JOSUÉ GUIMARÃES, vereador e jornalista; DEMÉTRIO RIBEIRO, arquiteto; NILTON NASCIMENTO, cineasta; P. F. GASTAL, jornalista; ENILDA RIBEIRO, arquiteto; RUBENS VIDAL, jornalista; DINORAH LUZ DO PRADO; poetisa; REINALDO MOURA, escritor; MARCOS IOLOVICH, escritor; RUBENS BELÉM, teatrólogo; NADRUZ, fotógrafo; CARLOS ANTÔNIO MANCUSO, pintor; NELSON SOUZA, arquiteto; EDISON NEQUETE, ator; LUPICÍNIO RODRIGUES, compositor; Dr. CLÁUDIO MÉRCIO, poeta; FLAMARION SILVA, poeta.⁴³

Em 1954, ocorreu o I Congresso Nacional de Intelectuais. Promovido pelo PCB, o evento aconteceu em Goiânia, de 14 a 21 de fevereiro daquele ano (inicialmente previsto para 24 a 31 de janeiro). Na Revista Fundamentos, alinhada ao partido comunista, o Congresso foi divulgado anunciando seu temário com três itens principais: a) defesa da cultura brasileira e estímulo ao seu desenvolvimento; b)

⁴³ *Boletim Nº 20 RESERVADO*. Porto Alegre, 31 de outubro de 1953. Fundo DOPS, Disco 10, p. 10-11, Arquivo do NPH-UFRGS.

intercâmbio cultural com todos os povos; c) problemas éticos e profissionais dos intelectuais⁴⁴. A Comissão Organizadora apresentou também os primeiros aderentes — uma grande lista de intelectuais (poetas, escritores, artistas, cientistas, educadores, profissionais liberais, técnicos universitários etc.) que apoiavam a realização do evento; entre eles, Enilda Ribeiro, identificada como “arquiteto”. Não se pode afirmar que Enilda Ribeiro esteve presente no evento, mas o seu apoio à convocatória demonstra mais uma vez seu alinhamento às iniciativas do PCB.

Em 1955, foi noticiada mais uma adesão de Enilda Ribeiro que demonstra seu posicionamento ao lado do comunismo, mas também contra a censura e o autoritarismo que dominavam na época. Na edição de 24 de novembro de 1955 do jornal *Imprensa Popular*, foi noticiado que intelectuais gaúchos defendiam o filme “Rio, 40 Graus”, que estava sendo censurado⁴⁵. Enilda Ribeiro, junto a outros diversos nomes da intelectualidade do Estado, havia enviado uma mensagem ao Ministro da Justiça para que revogasse a portaria de censura ao filme, instituída pelo coronel Côrtes, que atentava contra a liberdade de criação.

A participação de Enilda Ribeiro na II Assembleia Nacional de Mulheres e no Festival Crioulo pela Paz, bem como a adesão aos eventos e iniciativas comunistas na década de 1950, evidenciam não apenas o alinhamento da arquiteta com o comunismo, mas também a sua atuação militante nesse espectro político-ideológico e a favor dos direitos das mulheres. Além disso, em relação ao Festival Crioulo pela Paz e o apoio ao I Congresso Nacional de Intelectuais, a adesão de Enilda Ribeiro denota o seu alinhamento com o Realismo Socialista, que valorizava a arte e a cultura populares. Se a Arquitetura deveria se conectar com a realidade e as necessidades do povo brasileiro, como defendeu no texto “Situação da Arquitetura Brasileira”, era concebível que a arquiteta integrasse iniciativas de valorização das manifestações populares.

Como já foi mostrado, esses eventos foram monitorados pela Delegacia de Ordem Social, que acompanhava os movimentos sociais considerados suspeitos na década de 1950. Já em 1964, a partir do golpe militar, a participação de Enilda Ribeiro nesses eventos, a sua relação próxima com outros nomes identificados com

⁴⁴ *I CONGRESSO Nacional de Intelectuais*. Revista Fundamentos, ano VI, nº 34, jan. 1954, p. 42-44. BN Digital.

⁴⁵ *INTELECTUAIS Gaúchos Defendem ‘Rio, 40 Graus’*. *Imprensa Popular*, 24 nov. 1955, p. 4. BN Digital.

o PCB, entre outras motivações políticas foram alegadas como justificativa para o afastamento sumário das suas atividades profissionais. Como já foi relatado no subcapítulo anterior, Enilda Ribeiro foi expurgada das suas atividades como docente na UFRGS e demitida das suas atividades como urbanista na PMPA em 1964, em decorrência do decreto do AI-1. Conforme Holzmann (2008, p. 44), a participação de Enilda Ribeiro na II Assembleia Nacional de Mulheres, em 1953, foi apontada no arrolamento de fatos que atentavam contra a segurança nacional e, portanto, justificavam o impedimento do exercício da docência universitária.

Naquele período, Enilda Ribeiro foi convocada a prestar depoimentos sobre suas atividades junto aos órgãos de repressão. Na UFRGS, a aplicação do AI-1 se deu por meio da criação da Comissão Especial de Investigação Sumária (CEIS-URGS). Conforme documento apresentado na Figura 10, a arquiteta foi convocada a apresentar sua defesa oral à CEIS-URGS no dia 16 de julho de 1964. Segundo Mansan (2009), havia uma colaboração entre a CEIS-URGS, o Departamento de Ordem Política e Social do Estado do Rio Grande do Sul (DOPS/RS) e o 3º Exército, de maneira que as informações sobre os investigados eram compartilhadas entre essas instituições. Mansan (2009, p. 106) informa que, entre 26 de maio e 4 de junho de 1964, dezesseis professores da Universidade foram interrogados no Quartel General do 3º Exército, localizado no centro de Porto Alegre, na Rua dos Andradas — entre eles, Enilda Ribeiro.

Entrevistas de Enilda Ribeiro, Francisco Riopardense de Macedo e Nelson Souza para o trabalho de Mansan (2009) revelaram que os professores eram chamados a depor no Quartel General do 3º Exército em duplas. Enilda Ribeiro foi convocada a depor ao lado de Carlos Fayet, também arquiteto, docente da Faculdade de Arquitetura da UFRGS e funcionário da PMPA. A arquiteta relatou: “fomos chamados juntos o Fayet e eu. Eu ia meio assim, com uma pasta de dente e escova na bolsa, pois qualquer problema a gente era trancafiado” (Mansan, 2009, p. 125). Segundo Nelson Souza, a convocação tinha o “objetivo de incitá-los a colaborar com a ‘Operação Limpeza’ na universidade, particularmente junto aos estudantes” (Mansan, 2009, p. 107). Em relato à revista *Adverso*, Enilda Ribeiro afirmou também: “não sabemos até hoje o que consta em nosso depoimento, porque não nos deixavam ler e assinar. Nos acusaram de proselitismo, porque tínhamos uma forma moderna de lecionar. Disseram que aplicávamos teorias de esquerda nas

aulas"⁴⁶ (Bauer, 2006, p. 191).

Na Prefeitura de Porto Alegre, a aplicação do AI-1 se deu por meio da constituição da Comissão Especial de Averiguação (CEA). Enilda Ribeiro era funcionária da PMPA (urbanista na Divisão de Urbanismo da SMOV), e foi também demitida. Segundo Leal (2004, p. 14)⁴⁷ apud Bauer (2006, p. 191), a CEA "pretendia manter uma linha de coerência com os outros órgãos da administração governamental", o que levou à sua demissão. Enilda ainda argumentou que o seu expurgo da UFRGS fugia à competência da CEA, que teria sido constituída para averiguar fatos eventualmente verificados na Prefeitura. Mesmo assim, Enilda foi demitida.

Claramente, a vinculação de Enilda Ribeiro ao PCB e à esquerda comunista foi a motivação para a perseguição política que sofreu durante a Ditadura Civil-Militar no Brasil. De fato, Enilda Ribeiro se identificava como comunista. Em entrevista, ao discorrer sobre o perfil de Edgar Graeff, Enilda Ribeiro afirmou: "e nós éramos [...] [como] o Niemeyer, por exemplo, [...] [que] sempre foi um comunista que diz que era comunista (Mansan, 2009, p. 126). Enilda Ribeiro ainda refletiu que essa postura, de ter uma posição política bem definida, havia influenciado nas decisões que levaram aos expurgos da UFRGS e às demissões da PMPA. Na lógica dos golpistas, esse posicionamento político-partidário era uma ameaça à segurança nacional e justificava tais decisões arbitrárias.

Afastada das suas atividades profissionais na Universidade e na Prefeitura, Enilda Ribeiro passou a se dedicar, durante o restante da década de 1960 e ao longo dos anos 1970, a seus projetos arquitetônicos, como profissional autônoma e em colaboração com outros arquitetos⁴⁸. Embora sempre tenha mantido proximidade com o IAB, foi na década de 1980 que sua atuação política e militante ganhou força nas entidades profissionais de arquitetas, arquitetos e urbanistas.

Em 1979, no período de distensão da Ditadura Civil-Militar iniciada em 1964, foi sancionada a Lei da Anistia (Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979). Em 9 de julho de 1979, em carta endereçada aos membros do Congresso Nacional,

⁴⁶ *PROFESSORES relatam os Anos de Chumbo*. Adverso. Porto Alegre, 1ª quinz. abr. 2004, p. 11.

⁴⁷ LEAL, Carine. *O expurgo dos barnabés*. Já, Porto Alegre, dez. 2004, p. 14.

⁴⁸ Nesta pesquisa, não foram encontrados dados sobre a atuação política e militante de Enilda Ribeiro entre o ano de 1964, quando foi afastada de suas atividades profissionais na UFRGS e na PMPA, e 1979, ano de sua anistia. Provavelmente, as perseguições da Ditadura Civil-Militar aos comunistas reprimiram sua atuação política e militante.

professores universitários gaúchos atingidos pelos arbítrios da Ditadura Civil-Militar — entre eles, Enilda Ribeiro — manifestaram-se a favor de uma anistia geral, ampla e irrestrita, diferentemente do projeto de lei enviado pelo presidente da República ao Congresso, considerado pelos signatários “pervertido em seus termos e amesquinhado em seus efeitos”⁴⁹. Em relação especificamente à situação dos professores expurgados das universidades, consideravam inaceitável que eles fossem submetidos a uma comissão de readmissão subordinada ao Ministro da Justiça, levando-os novamente a um juízo político. Apesar das manifestações, o projeto de lei foi aprovado com poucas modificações. Então, após um longo período de perseguições, todas as pessoas que haviam sofrido punições com base nos Atos Institucionais seriam anistiadas. Dessa forma, Enilda Ribeiro poderia retornar às suas atividades profissionais.

No entanto, a arquiteta optou por não retomar a docência na UFRGS e por requerer sua aposentadoria pela PMPA. De acordo com reportagem do jornal *Arquiteto/RS* sobre o retorno à UFRGS dos professores expurgados, Enilda Ribeiro “declarou não ter aceito o seu cargo de volta por achar mais importante lutar pela classe dentro de uma entidade como o IAB do que voltar para as condições atuais de ensino na Universidade”⁵⁰. Como consta no texto “Situação da Arquitetura Brasileira”, de 1954, era uma necessidade urgente o debate dos problemas sociais, históricos e estéticos no IAB, nas organizações estudantis e nas escolas. Portanto, não surpreende que Enilda Ribeiro tenha se dedicado à militância profissional no IAB e em outras entidades profissionais depois de recusar o retorno à Universidade e se aposentar pela Prefeitura.

O IAB-RS foi uma das suas principais frentes de atuação pela militância profissional. O Departamento do Rio Grande do Sul do IAB foi fundado em 19 de março de 1948 em Porto Alegre, meses antes de a cidade sediar o II Congresso Brasileiro de Arquitetos (2 a 9 de outubro), como uma entidade independente que reúne arquitetas, arquitetos e urbanistas em torno de questões atinentes à sua profissão, especialmente nos âmbitos social, político e cultural. Como consta nos seus primeiros estatutos⁵¹, de 7 de abril do mesmo ano, “sua finalidade é

⁴⁹ *ANISTIA? A questão dos professores expurgados*. Arquivo Enilda Ribeiro, Caixa 7, AHDR/IAB-RS.

⁵⁰ *HOMENAGEM aos professores anistiados*. *Arquiteto/RS - Jornal do Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul*. [Porto Alegre], n. 15, set. 1980. Arquivo do SAERGS.

⁵¹ *Estatutos do Departamento do Rio Grande do Sul do Instituto de Arquitetos do Brasil*. 7 abr. 1948.

proporcionar aos arquitetos residentes no Estado, meios de coordenar seus esforços na defesa da profissão e desenvolvimento da arquitetura”. Segundo Passos e Ortácio ([2019?]), o IAB-RS é o quarto Departamento Estadual mais antigo no país e a primeira entidade exclusiva de arquitetos no Rio Grande do Sul, fato relevante diante da luta dos profissionais da área em conquistar sua autonomia e consolidar sua identidade. Entendendo que a Arquitetura e o Urbanismo estão diretamente relacionados às questões sociais, políticas e culturais do país e são afetados por elas, o IAB-RS traçou uma trajetória relevante envolvido com importantes fatos da história nacional, como na luta contra a Ditadura Civil-Militar, na discussão sobre política urbana na redemocratização, na criação da Faculdade de Arquitetura da UFRGS e do Conselho de Arquitetura e Urbanismo. Em todos esses temas, Enilda Ribeiro esteve envolvida — a depender da época, como estudante, profissional e integrante do Instituto.

Enilda Ribeiro iniciou sua relação com o IAB-RS logo após a sua fundação. O Instituto só contava com sócios que já tinham formação e atuação na área da Arquitetura, o que ainda não era o caso de Enilda Ribeiro. Então, ainda estudante, associou-se ao IAB-RS na condição de sócia-aspirante, em 4 de novembro de 1949⁵². Consta, em documento⁵³ do Arquivo Histórico do IAB-RS, que Enilda Ribeiro já era sócia-titular em 1951, quando já havia concluído sua formação no IBA. O registro traz a indicação da “nossa sócia titular arquiteta Enilda Ribeiro”, pela diretoria do IAB-RS, para integrar uma “Grande Comissão” que faria o plano de levantamento e construção da sede da Secretaria de Educação e Cultura. Em 1952, a arquiteta já assinava o Livro de Atas da entidade como 2ª Secretária Substituta (Figura 20), tendo Léa Oliveira como Secretária.

AHIA-UFRGS.

⁵² Essa informação se encontra em uma pequena anotação escrita à mão pela arquiteta, no rodapé de um dos documentos do Arquivo Enilda Ribeiro (Caixa 8), em meio a outros papéis que fazem uma retomada do histórico de diretorias do IAB-RS e principais feitos do Instituto.

⁵³ Caixa “Livros de Atas”, AHDR/IAB-RS.

Figura 20 – Escrita e assinatura de Enilda Ribeiro no Livro de Atas do ano de 1952

47

Adia suficiente a presença do arq. Demétrio
nessas comissões de que já é membro. O arq.
Távora propõe que se refira as atribuições do
arq. Demétrio. Deste dia não achar necessário.
Portas em votação as propostas dos arq.
Schlipmann e Demétrio foi aprovada por
maioria a do arq. Schlipmann. Nada mais
havendo a tratar foi encerrada a sessão de
que lavrei a presente até que vai por mim
e pelo Presidente assinada, depois de apro-
vada.

Enilda Ribeiro

Ata da reunião ordinária do dia 5 de agosto
de 1952. - Às 20,50 do dia 5 de agosto de 1952, na
sede do departamento, presentes os arquitetos Schlip-
mann, presidente; Charles Hugaud, vice presidente; Léa
Gliveis e Enilda Ribeiro, primeira e segunda secretária
substitutas, João Weindorfer tesoureiro e Vera Fabrício,
Salomão Knedler, Roberto Veronese, F. Müeller, Hernani
Correia e alguns sócios aspirantes, foi aberta a
sessão ordinária do mês de agosto. Com a
palavra o arquiteto Schlipmann, passa a ler a
carta enviada pelo arq. Demétrio Ribeiro, pedindo
demissão do cargo de diretor da Divisão Cultu-
ral. Arq. Schlipmann diz sentir muito pois coube-
fe os votos que deram motivo à presente de-
missão. Pelo arq. Veronese é pedida a leitura
da ata da sessão anterior que deu origem
ao pedido de demissão do arquiteto Demétrio. A
secretária Enilda lê a ata da sessão ante-
rior, ainda não transcrita no livro de atas por
não estarem as atas anteriores transcritas.

Fonte: Livro de Atas 1950-1955, p. 47. AHDR/IAB-RS.

Enilda Ribeiro provavelmente manteve relação com o IAB-RS ao longo das décadas de 1950, 1960 e 1970, embora se tenham poucos registros dessa época. Alguns documentos do Arquivo Enilda Ribeiro têm indícios de alguns dos seus vínculos com o Instituto. Entre 1955 e 1956, Enilda Ribeiro aparece como 2ª Secretária na diretoria do IAB-RS eleita para aquele biênio, presidida por Emil Bered, além de ser uma das nove mulheres integrantes do quadro associativo, que

continha 121 pessoas⁵⁴ — o que demonstra a disparidade de gênero na entidade naquele momento. Mais adiante, em 1977, Enilda Ribeiro se candidatou a Coordenadora da Comissão de Patrimônio do IAB⁵⁵, na única chapa concorrente, liderada por Telmo Magadan, que foi eleita naquele ano. Dessa maneira, a arquiteta exerceu essa função na diretoria do IAB-RS no biênio 1978-1979.

A sua vinculação histórica ao IAB-RS culminou, na década de 1980, na sua eleição como presidenta do Departamento Estadual. No ano de 1980, a chapa que tinha Enilda Ribeiro como candidata à presidência do IAB-RS foi eleita no pleito da entidade — um reconhecimento à sua já relevante história no IAB, na Arquitetura e no Urbanismo e nas discussões sobre a política profissional. Com a sua eleição, Enilda Ribeiro se tornou a primeira mulher a presidir o IAB-RS (Figura 21).

Figura 21 – Enilda Ribeiro na Galeria de Presidentes do IAB-RS



Fonte: Camila Casarotto, 2022.

A Chapa 1, candidata nas eleições para o biênio 1980-1981, tinha a seguinte

⁵⁴ IAB-RS. *Boletim Informativo Nº 1*. 1956. Arquivo Enilda Ribeiro, Caixa 5 (Jornais e Boletins), AHDR/IAB-RS.

⁵⁵ *SÓ uma chapa nas eleições do Instituto dos Arquitetos*. Zero Hora, 23 nov. 1977, p. 28. Arquivo Enilda Ribeiro, Caixa 8, AHDR/IAB-RS.

composição para o seu Conselho Diretor⁵⁶: Enilda Ribeiro (presidenta), Arnaldo Knijnik (1º vice-presidente), Claudio Fischer (2º vice-presidente), Lenora Alencastro (3ª vice-presidenta), Elena Graeff de Castro (secretária geral), Maria Dalila Bohrer (1ª secretária), Paulo Leonidas F. de Barros (2º secretário), Claudia P. Laydner (direção de finanças), José Guilherme Fuentefria (1º tesoureiro) e Claudio Ebbesen (2º tesoureiro).

Durante a sua gestão como presidenta do IAB-RS, Enilda Ribeiro foi a voz da entidade em diversas ocasiões. Em 1980, ocorreu o I Encontro Estadual de Arquitetos (Figura 22), do qual a arquiteta participou como representante do IAB-RS, entidade que promoveu o encontro, em conjunto com o SAERGS, e sediou o evento, na Rua Annes Dias, nº 166. Em 1988, ocorreu o II Encontro Estadual de Arquitetos, desta vez com Enilda Ribeiro como coordenadora do evento.

Figura 22 – Enilda Ribeiro no I Encontro Estadual de Arquitetos, em 1980



Fonte: Jornal Arquiteto/RS, n. 15, set. 1980. Arquivo do SAERGS.

O I Encontro Estadual de Arquitetos foi centrado nas discussões sobre a

⁵⁶ *Eleições para o Biênio 80/81*. Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento do Rio Grande do Sul. Arquivo Enilda Ribeiro, Caixa 7, AHDR/IAB-RS.

legislação profissional, a criação de um conselho profissional próprio e as condições de trabalho de arquitetas e arquitetos. Nesse sentido, cabe destacar uma fala de Enilda Ribeiro, em entrevista ao jornal O Engenheiro ([ANEXO I](#)), que representa a única manifestação da arquiteta, entre os arquivos consultados, sobre a disparidade de gênero na profissão. Em resposta ao entrevistador, que questionou sobre como se situa a mulher na Arquitetura, Enilda Ribeiro disse:

No I Encontro Estadual foi denunciada a discriminação da mulher na profissão em matéria de mercado de trabalho. Há firmas que não admitem mulheres na fiscalização das obras. O fato, porém, de haver um contingente feminino muito grande na Arquitetura acabará eliminando esses problemas. A pressão das mulheres na defesa de seus direitos deve ser exercida em todos os setores profissionais. Haja visto hoje a luta das mulheres brasileiras no setor do magistério.⁵⁷

Logo após sua experiência como presidenta do IAB-RS, Enilda Ribeiro integrou a diretoria eleita para o biênio 1982-1983, como titular para o Conselho Superior da entidade. Em seguida, compôs a chapa vencedora para a gestão do triênio 1982-1985 da Direção Nacional do IAB-RS. Na 68ª reunião do Conselho Superior do IAB, realizada nos dias 27, 28 e 29 de janeiro de 1983 em Maceió, Alagoas, apresentou-se a composição da chapa candidata à eleição da Direção Nacional para a gestão 1983-1985: Telmo Magadan (presidente), Antônio Carlos Campelo Costa (vice-presidente), Arnaldo Knijnik (secretário geral) e Enilda Ribeiro (tesoureira). Na mesma reunião, a chapa foi eleita por unanimidade e tomou posse⁵⁸.

Como tesoureira do IAB-DN, Enilda Ribeiro se envolveu na gestão financeira da entidade, em contato constante com os departamentos estaduais, associados e outras entidades profissionais, como se percebe em diversas correspondências encontradas no Arquivo Enilda Ribeiro do AHDR/IAB-RS. No entanto, sua atuação naquele período foi muito mais ampla que suas funções na tesouraria: Enilda Ribeiro participou ativamente das discussões sobre política urbana no processo de redemocratização do país e dos debates sobre a política profissional da Arquitetura, como será visto no próximo capítulo. Ainda nesta posição, a arquiteta atuou como

⁵⁷ ENILDA RIBEIRO fala sobre o IAB/RS. Entrevista. O Engenheiro – Órgão Oficial do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio Grande do Sul, nº 8, mai./jun. 1980. Arquivo Enilda Ribeiro, Caixa 14, AHDR/IAB-RS.

⁵⁸ 68ª Reunião do Conselho Superior do IAB – Gestão 80/82. Arquivo Enilda Ribeiro, Caixa 7, AHDR/IAB-RS.

representante do IAB-DN na Comissão Diretora das Entidades Nacionais (CDEN)⁵⁹, organização conveniada com o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA), que integrava as entidades nacionais representativas das profissões jurisdicionadas pelo Conselho e promovia discussões sobre a política profissional. Entre 1984 e 1985, Enilda Ribeiro foi secretária da CDEN, cujo coordenador era o engenheiro Luiz de Vasconcelos. Entre 1986 e 1988, foi coordenadora da CDEN, momento em que se destacou na articulação entre as entidades nacionais.

Esse período coincide com a Assembleia Nacional Constituinte (1987 e 1988) e os debates sobre política habitacional e urbana para a redação da nova Constituição, promulgada em 1988, para a qual as entidades de Arquitetura fizeram contribuições decisivas. Além disso, como coordenadora da CDEN, Enilda Ribeiro participou ativamente das discussões sobre a reformulação da legislação profissional e a desvinculação da Arquitetura em relação ao CONFEA e Conselhos Regionais. Embora as movimentações de arquitetas, arquitetos e urbanistas para a criação de um conselho profissional próprio já durassem décadas e tenham se aquecido nesse período, foi somente no século XXI que o campo profissional alcançou essa conquista: em 2010, foi promulgada a nova legislação (Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010) que regulamentou a profissão e criou o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU/BR e CAUs estaduais).

Em 1986, Enilda Ribeiro integrou a chapa concorrente à Presidência da Federação Nacional dos Arquitetos (FNA), nas eleições diretas para a gestão 1986-1989. A arquiteta concorria à vice-presidência, tendo o arquiteto Edison Eloy de Souza como candidato a presidente. A FNA é uma entidade de representação nacional de arquitetas e arquitetos, que congrega e coordena as ações dos sindicatos e associações profissionais estaduais. Àquela época, tinha apenas 6 anos de existência, mas já era reconhecida como uma entidade legal nacional. No entanto, a chapa de Enilda Ribeiro não foi eleita, tendo sido escolhida a chapa que tinha o arquiteto Newton Burmeister como candidato a presidente⁶⁰.

Na década de 1980, outra atuação de Enilda Ribeiro que se destaca é a sua participação no Movimento Gaúcho em Defesa da Cultura (MGDC). No início da

⁵⁹ Não foi possível confirmar até que data Enilda Ribeiro foi Coordenadora da CDEN, mas existem documentos no AHDR/IAB-RS de até 1988 em que consta a assinatura da arquiteta nessa função.

⁶⁰ *Sobre a FNA*. Disponível em: <https://www.fna.org.br/sobre-a-fna/>. Acesso em 4 dez. 2022.

década, a organização foi presidida pela artista Zoravia Bettiol. Posteriormente, Enilda Ribeiro candidatou-se a vice-presidenta da entidade e, em 1982, passou a presidir o MGDC. Entre outras ações, o MGDC se destacou na luta em defesa do prédio da Usina do Gasômetro como espaço cultural. Segundo Zoravia Bettiol, integrante do movimento, o grupo “elaborou manifestos, preparou uma carta aberta ao então governador Amaral de Souza, enviou pelos correios cartões pedindo apoio à população e procurou jornais e emissoras de TV”⁶¹, o que mobilizou o apoio da opinião pública e culminou no tombamento municipal do prédio em 1982, bem como a sua destinação para uso cultural.

De acordo com a documentação encontrada durante a pesquisa, a atuação de Enilda Ribeiro na militância política foi especialmente relevante durante a década de 1980. O papel da arquiteta no debate político-profissional nesse período, bem como as memórias da luta do campo profissional para constituir sua autonomia e identidade, serão apresentados no próximo capítulo, por meio de uma análise dos documentos do Arquivo Enilda Ribeiro no IAB-RS. Após esse período, durante as décadas de 1990 e 2000, não foram localizados documentos que indicassem uma atuação de destaque da arquiteta na militância pela profissão, embora tenha mantido sua vinculação com o Instituto e com os debates da profissão. Provavelmente Enilda Ribeiro se afastou gradualmente das suas atividades nas entidades de Arquitetura e Urbanismo, à medida que a idade avançava — embora, por todos os anos de dedicação à profissão, tenha se mantido como uma referência histórica para aquelas e aqueles que a sucederam.

⁶¹ *MOBILIZAÇÃO da comunidade garantiu existência do prédio da Usina do Gasômetro*. GaúchaZH, 16 ago. 2014. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/saude/vida/noticia/2014/08/Mobilizacao-da-comunidade-garantiu-existencia-do-predio-da-Usina-do-Gasometro-4576837.html>. Acesso em: 3 dez. 2022.

3

**ARQUIVO PESSOAL DA
ARQUITETA ENILDA RIBEIRO NO
IAB-RS**

3 O ARQUIVO PESSOAL DA ARQUITETA ENILDA RIBEIRO NO IAB-RS

Depois de conhecer aspectos importantes da vida de Enilda Ribeiro, me voltei para o seu arquivo pessoal, armazenado no IAB-RS, com o qual havia tido contato durante a minha experiência como bolsista de Extensão Universitária, em projeto conjunto entre o Instituto e a UFRGS. Naquele momento, no entanto, o contato com o Arquivo Enilda Ribeiro não passou de alguns olhares sobre as caixas e uma breve intervenção, com o objetivo de recondicionar os documentos em caixas adequadas para a sua conservação. Foi somente na execução desta pesquisa, principalmente após analisar outros arquivos sobre a vida da arquiteta, que me debrucei sobre as caixas e os documentos do arquivo pessoal de Enilda Ribeiro.

Inicialmente, o que vi foi apenas uma grande massa de documentos que ninguém sabia muito bem o que continha. Havia muitas indagações envolvendo aquele conjunto de caixas, além de curiosidades e expectativas de minha parte: o que havia dentro delas? Como elas chegaram até ali? Quem havia doado? A própria Enilda Ribeiro havia feito essa doação? Por que havia doado para o IAB especificamente? E o que o IAB-RS queria fazer com esse arquivo? A partir da pesquisa sobre a vida de Enilda Ribeiro, algumas respostas para essas perguntas foram se moldando. No entanto, era importante ainda analisar o conteúdo das caixas e seus documentos, além de aspectos da produção, guarda e institucionalização do arquivo como conjunto e o tratamento dado a ele até o momento.

Então, busquei suporte para a pesquisa no campo da Antropologia, que permitisse um olhar sensível sobre os documentos, o arquivo e as relações que eles estabeleceram com a realidade. Para isso, adotei a etnografia de documentos (ou etnografia documental) e um dos seus desdobramentos, a etnografia de arquivo, como abordagens metodológicas.

Diante da escassez de literatura sobre a metodologia, Letícia Ferreira e Laura Lowenkron (2020) procuram responder o que significa “etnografar documentos”, por meio da experiência de antropólogos e pesquisadores de outras disciplinas que incorporam um olhar antropológico em seus estudos, mas sem propor um sentido definitivo para a expressão. As autoras compreendem documentos de arquivos como artefatos etnográficos historicamente negligenciados na Antropologia, mas fundamentais para o trabalho em campo. Nesta perspectiva, é possível analisar não

apenas o que é dito (dimensão informacional ou referencial), mas também o modo como está inscrito (dimensão material e estética), em diferentes suportes materiais, caligrafias, assinaturas, brasões e outras inscrições, e como os documentos produzem realidades ou atuam sobre elas (dimensão performativa).

Para Ferreira e Lowenkron (2020), a etnografia documental tradicionalmente conferiu mais atenção aos conteúdos dos documentos, lidos de diferentes maneiras. No entanto, apontam que recentes pesquisas adotam a abordagem etnográfica com atenção à materialidade e à estética dos documentos, inclusive à vida social desses artefatos, em suas formas de organização, manipulação, arquivamento e circulação, assim como suas ressignificações nesses processos. Luciana Heymann (2013) adota essa abordagem por meio da etnografia de arquivo, que defende como um método que aproxima a Arquivologia e a Antropologia na análise de conjuntos de documentos:

Abordar os arquivos pessoais sob um olhar antropológico sugere deslocar a atenção dos documentos para o processo de constituição desses acervos. Nessa mirada, além dos gestos individuais de seleção e guarda dos registros, devem ser considerados os contextos nos quais os conjuntos documentais se inserem: contextos sócio-históricos mais amplos, de uma parte, e contextos arquivísticos nos quais são preservados, tratados e disponibilizados, de outra. (Heymann, 2013, p.67)

A autora foca na aplicação da metodologia em arquivos pessoais, embora também possa contemplar outros tipos de arquivos, públicos ou privados, a fim de compreender o seu processo de constituição — os sujeitos, as relações, os contextos e os sentidos presentes nos itinerários da sua existência. Heymann (2013) propõe a análise do arquivo como conjunto, por meio do deslocamento da atenção do pesquisador: dos documentos, de forma individualizada, para o processo de constituição do arquivo, de forma conjunta.

Neste capítulo, então, apresento o Arquivo Enilda Ribeiro com base neste olhar antropológico que a etnografia propõe. Interessa saber o que os documentos contêm e quais memórias eles guardam, como portadores de informações e evidências de uma época. Mas, por meio da etnografia de documentos, interessa também entender de que forma eles foram produzidos, em que materialidades se sustentam e o que isso diz sobre as relações estabelecidas entre os agentes do campo da Arquitetura naquele recorte temporal. Já a etnografia de arquivo permite

compreender de que forma o conjunto de documentos chegou até onde está, desde a sua produção e acumulação pela arquiteta até a sua institucionalização pelo IAB-RS, incluindo as escolhas, disputas, intencionalidades e subjetividades envolvidas nesses processos.

No primeiro subcapítulo, apresento um panorama sobre o arquivo pessoal de Enilda Ribeiro, sua composição e características, considerando os itinerários desde a sua guarda pela arquiteta e o início do seu tratamento pela instituição custodiadora. Em seguida, no segundo subcapítulo, analiso o conteúdo dos documentos e o que se pode compreender, a partir das memórias que eles guardam, sobre as relações no campo da Arquitetura e Urbanismo no Brasil, na década de 1980, e sobre a participação de Enilda Ribeiro nesse contexto. Enfim, no terceiro subcapítulo, a partir da análise do arquivo e seus documentos, discuto se esse conjunto pode se constituir como um patrimônio documental, de acordo com a sua relevância e significância social, mas diante de diferentes desafios e perspectivas para a sua patrimonialização.

3.1 Uma miscelânea de papéis: itinerários de um arquivo em processo

O arquivo pessoal de Enilda Ribeiro era uma grande miscelânea de papéis. Misturavam-se atas, correspondências, relatórios, circulares, jornais, periódicos e outras diversas espécies documentais⁶², de diferentes datas e épocas, alguns com textos manuscritos, outros datilografados e outros ainda digitados, muitos deles com várias cópias entre as diversas caixas. Relatórios institucionais de diferentes entidades nas quais Enilda Ribeiro atuou estavam reunidos com panfletos de viagem, certificados de eventos, cartões de visita, anotações de reuniões e assembleias, relatos de telefonemas, pequenos recados e notas — e até alguns documentos que pareciam estar ali “sem querer”⁶³... Entre os papéis, encontravam-se folhas em sulfite, recortes de jornal, fragmentos colados com fitas adesivas e outros suportes até curiosos.

⁶² Espécie documental é a “divisão de gênero documental que reúne tipos documentais por seu formato. São exemplos de espécies documentais ata, carta, decreto, disco, filme, folheto, fotografia, memorando, ofício, planta, relatório.” (Arquivo Nacional, 2005, p. 85)

⁶³ Essa foi a minha impressão, por exemplo, ao encontrar o documento que intima Enilda Ribeiro a depor à CEIS-URGS, nas investigações decorrentes do AI-1 que levaram ao seu expurgo (Figura 10), já que não tinha conexão temática ou temporal com os papéis próximos a ele.

A minha primeira impressão foi de uma organização um tanto desconexa, inclusive com documentos que me fizeram questionar por que estavam ali, por serem alheios à temática ou à datação dos demais. No entanto, existia uma ordenação primária desta miscelânea de papéis, na separação dos documentos em caixas. Eram 36 caixas-arquivo, identificadas com etiquetas escritas à mão da seguinte maneira⁶⁴:

- “Documentos Arq. Enilda”, em caixas numeradas de 01 a 22, algumas com anotações sobre o seu conteúdo;
- “Jornais Boletins Arq. Enilda”, em caixas numeradas de 01 a 10;
- “Enilda Caixa de Sapatos Faculdade de Arquitetura”;
- “Revista Projeto Arq. Enilda”;
- “Revistas Arq. Enilda”;
- “Revistas – Cuba Rusas Apxumekmupa Arq. Enilda”.

A identificação das caixas era um indicativo do que elas continham, mas não necessariamente se cumpria na realidade. As caixas identificadas como “Jornais Boletins Arq. Enilda”, por exemplo, guardavam jornais e boletins reunidos pela arquiteta, como se supõe pela etiqueta. No entanto, elas reuniam também alguns documentos institucionais, tais quais os das caixas identificadas como “Documentos Arq. Enilda”. Foram as caixas com essas duas identificações que passaram por uma análise mais atenta nesta pesquisa, a fim de identificar seus conteúdos, relações e contextos, o que será descrito no próximo subcapítulo.

As caixas “Revista Projeto Arq. Enilda”, “Revistas Arq. Enilda” e “Revistas – Cuba Rusas Apxumekmupa Arq. Enilda” guardavam exemplares de revistas (Figura 23). São números publicados desde a década de 1970 até os anos 2000, de periódicos como a revista Projeto, Projeto e Construção, Design & Interiores, Obra – Planejamento & Construção, Engenharia no Rio Grande do Sul, AAI em Revista,

⁶⁴ Foi com essa organização e identificação das caixas do Arquivo Enilda Ribeiro que trabalhei ao longo da maior parte da pesquisa. No entanto, no início de 2024, recebi o contato da arquivista Jamile Ghisio, que havia iniciado o tratamento arquivístico do conjunto documental, em um projeto que será melhor detalhado ainda neste subcapítulo. Quando esse projeto se iniciou, eu não havia finalizado a consulta às caixas — das 36, restaram 6 caixas que não consegui consultar a tempo, pois o projeto envolvia a sua reorganização. Esse fato, no entanto, não prejudicou a pesquisa nem a compreensão sobre o arquivo, pois a documentação já se tornara um tanto repetitiva.

além de edições internacionais (russas, cubanas, latino-americanas etc.). Essas revistas, que poderiam se juntar à numerosa hemeroteca da Biblioteca do IAB-RS, representam um rico acervo para a área de Arquitetura e Urbanismo, já que foram importantes para promover e difundir o fazer arquitetônico à sua época⁶⁵. No entanto, elas demandam uma análise pormenorizada dos projetos, artigos e imagens publicados, que o escopo deste trabalho não contemplou, mas que pode ser explorada em futuras pesquisas.

Figura 23 – Alguns exemplares de revistas presentes no Arquivo Enilda Ribeiro



Fonte: Elaboração da autora, 2023.

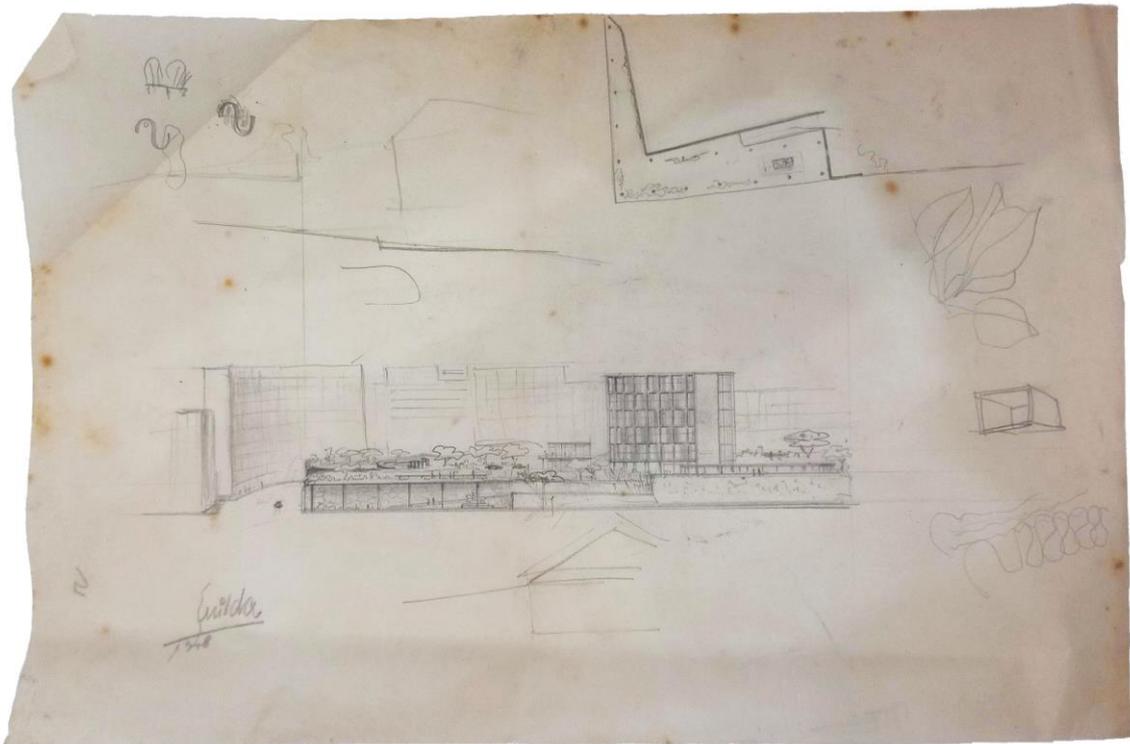
Já a caixa identificada como “Enilda Caixa de Sapatos Faculdade de Arquitetura” era a que me despertava maior curiosidade. Não foi possível identificar por que ela foi denominada assim, mas imaginei que esses documentos estivessem

⁶⁵ O arquiteto Eduardo Corona, na última edição da Acrópole, importante revista de Arquitetura no Brasil, profetizou o que vale também para outros periódicos da área: “Sua história diz bem de sua importância no campo da divulgação e da análise de nossa arquitetura contemporânea. Muita coisa, hoje, ao ser pesquisada com relação à evolução de nossa arquitetura, o terá que ser feita nas páginas da ACRÓPOLE e cada vez mais o será” (Corona, 1971, p. 6).

guardados em uma caixa de sapatos, na residência de Enilda Ribeiro, e tenham sido reconicionados para uma caixa-arquivo para ser doada ao IAB-RS, junto ao restante do arquivo. Provavelmente por esse motivo, os documentos desta caixa formavam um conjunto deslocado do recorte temático e temporal do arquivo.

Embora os documentos da “caixa de sapatos” apresentassem datas e assuntos aleatórios, predominavam aqueles referentes à época de Enilda como aluna do IBA, na década de 1940, e de quando já lecionava na Faculdade de Arquitetura, na década de 1950. Foi possível perceber também que estavam mais amarelcidos que o restante do arquivo, por serem mais antigos. Há, por exemplo, anotações sobre “Noções de geometria descritiva”, datadas de 1946; “Pontos da Cadeira de Arquitetura no Brasil IV Ano”, assinado por Enilda Ribeiro e Luís Fernando Corona; e um desenho assinado pela arquiteta em 1948 (Figura 24). No entanto, assim como as revistas, esses documentos não foram considerados para a análise e descrição realizada no próximo subcapítulo, já que fogem da temática e do período predominante na coleção, embora sejam importantes para a memória da arquiteta e a compreensão dos seus itinerários de vida.

Figura 24 – Desenho de Enilda Ribeiro de 1948



Fonte: Arquivo Enilda Ribeiro, Caixa “Enilda Caixa de Sapatos”, AHDR/IAB-RS.

Ao observar o conteúdo das caixas do Arquivo Enilda Ribeiro, que será detalhado no próximo subcapítulo, é possível perceber que se misturam também alguns documentos que pertenciam a Demétrio Ribeiro, companheiro de Enilda Ribeiro, tanto na sua vida pessoal quanto profissional. Enilda Ribeiro e Demétrio Ribeiro moraram juntos por várias décadas, embora não se tenha registro de a partir de que ano isso ocorreu. Então, é provável que, na esfera doméstica, muitos documentos tenham se misturado e que, após a morte do arquiteto, em 22 de outubro de 2003, Enilda Ribeiro tenha ficado com alguns registros da sua trajetória guardados em casa.

* * *

Para entender melhor a formação desse arquivo e a sua desordem e complexidade, seria necessário percorrer o seu itinerário antes da chegada ao IAB-RS. Como Enilda Ribeiro já faleceu, não seria possível recorrer ao seu relato para compreender as motivações e os processos de coleta, guarda e organização dos documentos. No entanto, em conversas com integrantes da equipe do IAB-RS, descobri que Enilda Ribeiro trabalhava com um secretário pessoal, que teria ajudado a arquiteta a organizar os documentos e levá-los até o Instituto. Madalena Gusen, secretária sênior do IAB-RS, que atua no Instituto desde a década de 1990, comentou que o conhecia, sabia o seu primeiro nome, Claudio, mas não tinha o seu contato. Então, por meio de buscas pela internet, foi possível identificar o seu nome completo — Claudio Fernando Mendicelli — e fazer contato com ele por telefone.

Segundo seu próprio relato, Claudio Mendicelli conheceu Enilda Ribeiro e Demétrio Ribeiro em 1983. Naquele ano, foi contratado para trabalhar como office boy pelo IAB-DN, quando a sua direção foi instalada na antiga sede do IAB-RS, em um edifício na Rua Annes Dias, nº 166, em Porto Alegre. Trabalhou nessa função até 1985, quando se encerrou a gestão. Depois, porém, manteve sempre contato com o casal e acabou se tornando secretário pessoal de Enilda Ribeiro e Demétrio Ribeiro, com quem criou uma relação próxima e afetuosa.

Claudio Mendicelli era um personagem importante para a pesquisa. Por meio dele, seria possível reconstituir os itinerários do arquivo antes da sua doação ao IAB-RS, o que até certo momento da pesquisa era uma incógnita. Suspeitava-se que

a própria Enilda Ribeiro havia organizado e doado os documentos antes de falecer. O contato com Claudio Mendicelli, no entanto, trouxe informações interessantes para esclarecer esse processo e responder algumas dúvidas que ainda pairavam. Segundo Luciana Heymann (2009), referindo-se aos arquivos pessoais, estudar a trajetória do conjunto documental e os investimentos das pessoas envolvidas na sua constituição é fundamental para contextualizar os documentos na perspectiva etnográfica, como explica neste trecho:

Entre os procedimentos que, hoje, me parecem mais importantes, encontram-se o levantamento da história de cada fundo, o contato com as pessoas envolvidas na acumulação, ordenamento e guarda dos papéis — antes e depois da morte do titular —, bem como o investimento nas intenções, projeções e expectativas depositadas no arquivo por esse último, tanto no momento em que seleciona documentos para serem guardados como depois, ao vislumbrar a possibilidade de atribuir a seu acúmulo documental um valor histórico ou patrimonial. Além do tradicional estudo da biografia do titular e da pesquisa sobre a trajetória do arquivo, em geral limitada ao registro dos deslocamentos e condições de depósito da documentação até a sua chegada à instituição de guarda, uma pesquisa aprofundada sobre a constituição e os investimentos dos quais o arquivo foi objeto pode ser fundamental à tarefa de contextualização dos documentos. (Heymann, 2009, p. 55)

A partir do contato com o secretário de Enilda Ribeiro, então, foi possível compreender melhor a formação do arquivo. Claudio Mendicelli relatou que, logo depois que Enilda Ribeiro faleceu, em 24 de abril de 2010, ele começou a reunir toda a papelada que estava na residência da arquiteta e a colocou, pouco a pouco, em caixas de arquivo. Em conversa com Rodrigo Mendes, neto de Demétrio Ribeiro e quem tinha Enilda Ribeiro como avó, foi decidido que aquilo que estava relacionado ao IAB seria doado ao Instituto. Não havia, porém, uma organização aparente nos documentos — à medida que Claudio identificava alguma relação do documento com o IAB, ia separando e colocando nas caixas⁶⁶. Então, após finalizar a organização das caixas, o próprio secretário as levou até o IAB-RS. Embora não se recorde precisamente, acredita que a doação se efetivou em 2011, ano seguinte ao falecimento da arquiteta.

Além dos documentos que foram doados ao IAB-RS, Claudio Mendicelli se

⁶⁶ O que se verifica, ao analisar os documentos do Arquivo Enilda Ribeiro, é que muitos documentos não estão relacionados ao IAB, e sim a outras entidades com as quais a arquiteta se vinculou, e outros sequer têm relação com a sua vida profissional, como cartões de Natal e outras correspondências. Provavelmente muitos documentos se misturaram no momento de separá-los e levá-los até o IAB-RS.

deparou também com outros papéis e objetos guardados pelos arquitetos, mas que, segundo a avaliação do secretário e dos familiares, deveriam ser direcionados para outros lugares. Alguns itens ficaram com netos, outros permaneceram na residência, enquanto alguns objetos foram doados a instituições, como o Museu da Eletricidade, o Museu da Comunicação Hipólito José da Costa e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS) — este com especial interesse na memória de Demétrio Nunes Ribeiro (1853-1931), avô do arquiteto e relevante personagem da política brasileira. Dessa forma, pode-se considerar que o arquivo pessoal de Enilda Ribeiro é um recorte de uma coleção de objetos e documentos que estavam sendo guardados pela arquiteta em sua residência, referentes não apenas às suas atividades profissionais, mas também à sua vida pessoal, objetos cotidianos e heranças de família. Por decisão do secretário e dos familiares da arquiteta, o espólio de Enilda Ribeiro foi dissociado e destinado para diferentes lugares.

Claudio Mendicelli relatou que considerava Enilda Ribeiro uma “acumuladora” — a arquiteta guardava em casa um grande volume de documentos e objetos. Segundo ele, havia muitos papéis na residência onde Enilda Ribeiro e Demétrio Ribeiro moravam. No entanto, Demétrio Ribeiro tinha um perfil diferente de Enilda Ribeiro e preferia descartar os documentos que já não tinham utilidade. Por isso, Claudio explicou que os documentos do arquiteto que aparecem no Arquivo Enilda Ribeiro foram guardados por iniciativa e interesse dela — se dependesse do arquiteto, talvez não estivessem lá⁶⁷.

Claudio Mendicelli entende também que Enilda Ribeiro levava muitos documentos para casa porque tinha medo de que eles se perdessem. Segundo ele, essa preocupação era mais evidente nos anos de Ditadura Civil-Militar, quando havia constante risco iminente de uma ação policial em locais tidos como suspeitos — como o IAB e outros locais de atuação da arquiteta provavelmente se enquadrariam. Isso pode ajudar a entender por que Enilda Ribeiro guardava em casa tantos documentos das entidades que integrou e por que ocorria essa mistura entre as esferas doméstica e institucional.

⁶⁷ Um trecho de uma reportagem após a morte de Demétrio Ribeiro revela esse comportamento. “Demétrio deixa, além da viúva, duas filhas, nove netos e quatro bisnetos. Em seu apartamento, no 19º andar de um edifício do Centro, com vista ampla para o Guaíba e para o skyline da Capital, não deixou um só desenho. – Era um desprendido – conta a viúva. – Não queria guardar nada.” (*UMA HERANÇA inscrita na geografia da Capital*. Zero Hora, ano 40, nº 13.945, 26 out. 2003.)

Outro fato que ajuda a entender por que todos esses documentos estavam guardados no apartamento de Enilda Ribeiro foi a mudança de sede do IAB-RS. Desde 1994, o Solar Conde de Porto Alegre, situado na esquina das ruas General Canabarro e Riachuelo, no Centro Histórico de Porto Alegre, pertence ao IAB-RS — resultado de uma negociação com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que cedeu o imóvel ao Instituto, em troca da restauração e manutenção do prédio e sua abertura para a comunidade. As intervenções de restauração tiveram início em 1999 e foram realizadas ao longo dos anos⁶⁸, mas a mudança ocorreu já em 2000, quando a antiga sede, na Rua Annes Dias, nº 166, foi vendida (Passos; Ortácio, [2019?]). Nesse contexto de mudança de sede, Enilda Ribeiro reuniu vários documentos que estavam guardados no antigo prédio, sem preocupação com a sua ordenação, e os levou para a sua casa, para que não se perdessem. Provavelmente muitos desses documentos que foram levados por Claudio Mendicelli para doação ao IAB-RS foram guardados por Enilda Ribeiro naquele período de mudança e, após o seu falecimento, estavam voltando para o Instituto, na sua nova sede.

Claudio Mendicelli relatou ainda que ajudou a levar para São Paulo os documentos referentes à gestão 1983-1985 do IAB-DN, que se instalou em Porto Alegre. Ao final dessa gestão, foi eleita a nova diretoria para o biênio 1986-1988, que foi presidida por Fábio Goldman e instalada no IAB-SP. Dessa forma, os documentos institucionais foram transferidos para a nova diretoria do IAB-DN. Apesar disso, muitos papéis do Arquivo Enilda Ribeiro são referentes a essa gestão (entre eles, muitas cópias e manuscritos), o que demonstra que, provavelmente, a arquiteta guardava muitos documentos institucionais consigo, evidenciando, mais uma vez, o cruzamento entre as esferas doméstica e profissional.

Após a doação do arquivo ao IAB-RS, provavelmente em 2011, as caixas permaneceram sob guarda do Instituto na sua sede, no Solar do IAB. Ao longo de vários anos, não passaram por qualquer tratamento técnico para a sua preservação, junto a outra infinidade de documentos institucionais, descuidados e dispersos em diferentes salas. Foi somente em 2018 que o arquivo histórico do IAB-RS, incluindo as caixas do arquivo pessoal de Enilda Ribeiro, recebeu atenção voltada para a sua gestão técnica.

⁶⁸ A restauração da fachada do Solar do IAB, inaugurada no dia 19 de agosto de 2023, é a mais recente intervenção. Disponível em: <http://iabrs.org.br/iab-rs-inaugura-fachada-do-solar-neste-sabado-19-de-agosto/>. Acesso em: 8 fev. 2024.

O Arquivo Enilda Ribeiro integra hoje o Arquivo Histórico Demétrio Ribeiro (AHDR), pertencente ao IAB-RS, que é resultado da acumulação de documentos ao longo da sua trajetória institucional, mas que também conta com doações de coleções de ex-presidentes, como é o caso da arquiteta Enilda Ribeiro. O Arquivo Histórico, em sua configuração atual, passou a ser organizado como fruto das movimentações para as comemorações dos 70 anos do IAB-RS, em 2018 (Passos; Ortácio, [2019?]). Naquele ano, a diretoria do IAB-RS (presidido à época pelo arquiteto Rafael Passos), representada pela arquiteta Tamáris Pivatto (Diretora Administrativa Adjunta), procurou o curso de Museologia da UFRGS e o CAU/RS para uma parceria, com o objetivo de organizar e sistematizar os acervos do Instituto, que incluíam itens arquivísticos, bibliográficos e museológicos, para que pudessem ser consultados em pesquisas. Como resultado dessa interação, foi criado o Projeto Acervos IAB-RS⁶⁹, por meio de um Projeto de Extensão Universitária denominado “Centro de Memória da Arquitetura e do Urbanismo do RS – IAB-RS”, coordenado pela Profa. Dra. Jeniffer Cuty, fruto de um Acordo de Cooperação Técnica entre UFRGS e IAB-RS, que contou com o apoio do CAU/RS.

Por meio de uma proposta interdisciplinar, a equipe extensionista foi formada por docentes e discentes das três áreas da Ciência da Informação: Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. Assim, o projeto realizou a gestão técnica dos acervos, baseada em diretrizes e metodologias de cada área. Inicialmente, em 2019, a equipe se deparou com um grande acúmulo de livros, caixas e papéis que compunham os acervos arquivístico e bibliográfico, dispostos principalmente em duas salas da sede do IAB-RS (Figuras 25 e 26). Em um trabalho inicial de reconhecimento, esses acervos começaram a ser separados e higienizados, já que estavam sem qualquer ordenação e em más condições de guarda e conservação. Esse trabalho deu início também à organização da hemeroteca do IAB-RS, com uma quantidade significativa de revistas.

⁶⁹ Parte do trabalho realizado ao longo do período do Projeto Acervos IAB-RS foi descrito nos artigos de Cuty *et al.* (2021), Martins *et al.* (2021) e Casarotto e Canez (2022) e no site “Acervos IAB-RS” (Disponível em: <https://www.ufrgs.br/acervosiabrs/>. Acesso em 8 fev. 2024).

Figura 25 – Acervos do IAB-RS no início do trabalho do Projeto de Extensão



Fonte: Osmar Weyh, 2019.

Figura 26 – Reconhecimento inicial dos acervos do IAB-RS



Fonte: Priscila Arigoni, 2019.

Durante o ano de 2019, a historiadora e arquivista Raquel Fonseca, contratada por meio de projeto financiado pelo CAU/RS⁷⁰, elaborou a Tabela de Temporalidade⁷¹ para a documentação contábil do IAB-RS, fez o acondicionamento e higienização preliminar de 12 caixas do Arquivo Histórico e revisou a documentação que poderia ser descartada.

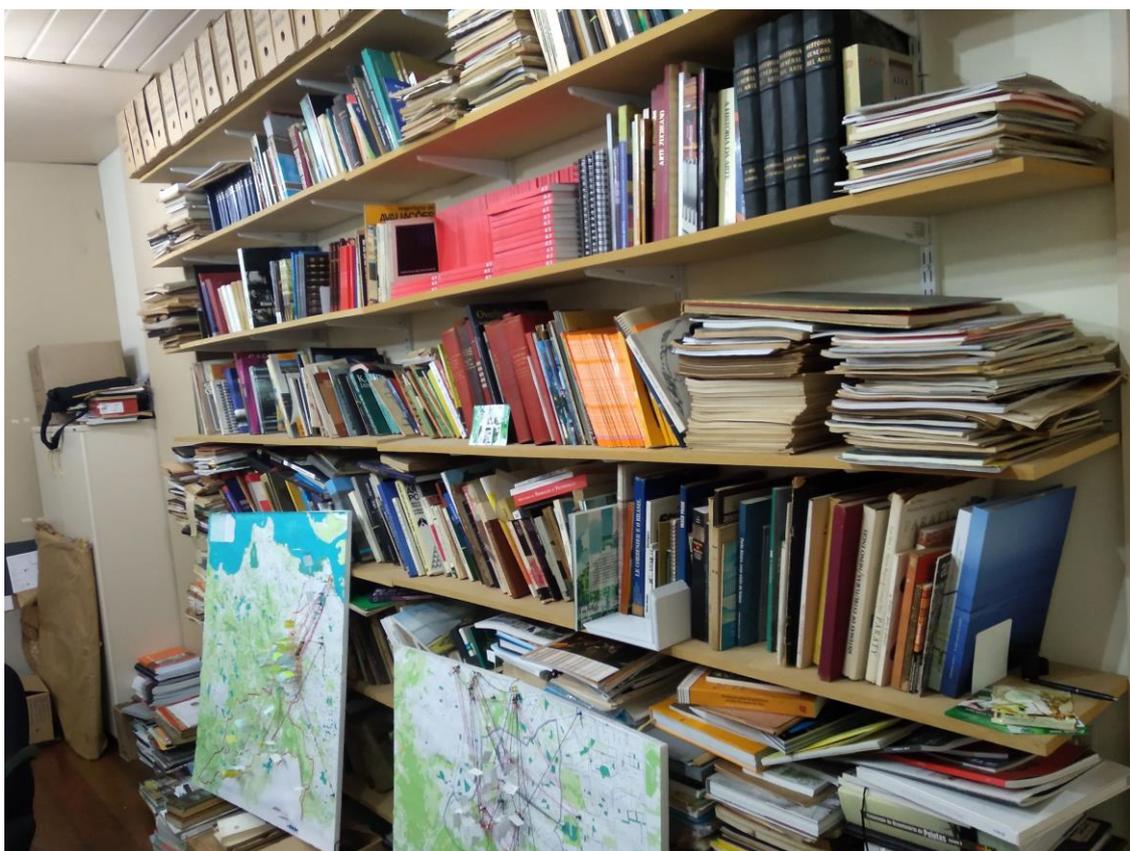
No trabalho inicial de reconhecimento dos acervos, a equipe também identificou a existência das caixas-arquivo de Enilda Ribeiro (Figura 27) e a importância da sua preservação, o que resultou no início do seu tratamento arquivístico. Elas estavam armazenadas em caixas de papel Kraft, identificadas com as mesmas categorias que foram elencadas no início deste subcapítulo. Durante aquele ano, a arquivista revisou parte do Arquivo Enilda Ribeiro e fez a descrição prévia dos documentos de quatro caixas, o que apontou a grande diversidade de documentação acumulada pela arquiteta. A descrição arquivística foi feita em planilha do programa Excel, com o uso dos seguintes campos: fundo (Arquivo Privado Enilda Ribeiro), caixa, tipo documental, autor, assunto, data tópica/cronológica, número de folhas e observações. Naquele ano, a equipe envolvida também promoveu um Curso de Extensão Universitária, com carga horária de 20h, chamado de “Arquivos de Instituições Culturais – IAB-RS”, direcionado a estudantes de Arquivologia. Neste curso, é provável que os alunos tenham realizado um exercício de conservação preventiva de documentos, com a higienização mecânica de uma pequena parcela do Arquivo Enilda Ribeiro⁷².

⁷⁰ Projeto aprovado como 3º colocado na Chamada Pública Nº 004/2018 – Edital de Patrocínios do CAU/RS. Disponível em: https://transparencia.caurs.gov.br/?page_id=7388. Acesso em: 22 nov. 2023.

⁷¹ Tabela de temporalidade é o “instrumento de destinação, aprovado pela autoridade competente, que determina prazos para transferência, recolhimento, eliminação e reprodução de documentos” (Bellotto; Camargo, 1996, p. 72).

⁷² Durante a pesquisa no Arquivo Enilda Ribeiro, encontrei em algumas caixas anotações como “turma foi até aqui” e “aula 13/09/2019 parou aqui”. Curiosa com esses registros, recuperei informações no Catálogo de Ações de Extensão da UFRGS, conferi fotos do curso “Arquivos de Instituições Culturais – IAB-RS” e fiz contato com a professora Jeniffer Cuty, que coordenou a atividade de Extensão. Embora não tivesse uma lembrança clara, ela acreditava que os alunos haviam feito um trabalho de higienização em alguns documentos das caixas de Enilda Ribeiro.

Figura 27 – Caixas do Arquivo Enilda Ribeiro na estante superior



Fonte: Osmar Weyh, 2019.

No entanto, o tratamento arquivístico foi interrompido em 2020, ano em que o Projeto de Extensão e o trabalho presencial nos acervos tiveram suas atividades suspensas devido à pandemia de Covid-19. O trabalho foi retomado, de forma híbrida (presencial e virtual), por volta da metade do ano, com foco na organização e seleção documental. Porém, com a saída da arquivista Raquel Fonseca, o tratamento não se voltou mais para o Arquivo Enilda Ribeiro. A partir da entrada do arquivista Fernando Ferreira (empresa Arquivar), em novo projeto financiado pelo CAU/RS⁷³, o foco do trabalho se voltou para outros documentos do Arquivo Histórico. Conforme o relatório de prestação de contas do projeto⁷⁴, entre maio e dezembro de 2020, mais de 100 caixas-arquivo foram avaliadas e mais de 4 mil documentos digitalizados, entre aqueles valorados como históricos para o Instituto.

⁷³ Projeto aprovado como 4º colocado na Chamada Pública Nº 003/2019 – Edital de Patrocínios do CAU/RS. Disponível em: https://transparencia.caurs.gov.br/?page_id=7413. Acesso em: 22 nov. 2023.

⁷⁴ Disponível em: <https://transparencia.caurs.gov.br/wp-content/uploads/cp3-2019-prestacao-contas-organizacao-do-acervo.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2023.

Além disso, naquele ano, o projeto Memória ArqUrbRS — uma parceria entre o IAB-RS, o Projeto de Extensão e a empresa Pangea Cultural (coordenada por Letícia de Cássia Oliveira) — foi contemplado no Edital nº 10/2020 Aquisição de Bens e Serviços⁷⁵, da Secretaria da Cultura do Rio Grande do Sul, com recursos da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020). Com isso, o IAB-RS adquiriu, entre outros equipamentos, mobiliário adequado para a guarda dos acervos. Ao longo de 2021, o novo mobiliário foi instalado e possibilitou organizar e armazenar os documentos do AHDR (Figura 28), bem como os livros e periódicos da biblioteca, que foi inicialmente batizada no projeto de Biblioteca Comunitária Arquiteta Enilda Ribeiro (BiCAER), e posteriormente apenas Biblioteca Enilda Ribeiro⁷⁶. O armazenamento dos acervos em novo mobiliário permitiu um grande avanço no Projeto Acervos IAB-RS, com a consolidação dos espaços de guarda nas salas da sede do Instituto, bem como a melhoria das condições de conservação de documentos, livros e periódicos, inclusive do Arquivo Enilda Ribeiro.

Figura 28 – Arquivo Histórico Demétrio Ribeiro com novo mobiliário



Fonte: Camila Casarotto, 2021.

⁷⁵ SECRETARIA DA CULTURA DO RIO GRANDE DO SUL. *Publicada lista de contemplados no Edital nº 10/2020 – Aquisição de Bens e Materiais*, 15 dez. 2020. Disponível em: <https://cultura.rs.gov.br/publicada-lista-de-contemplados-no-edital-n-10-2020-aquisicao-de-bens-e-materiais>. Acesso em: 19 nov. 2023.

⁷⁶ Mais detalhes sobre a Biblioteca do IAB-RS podem ser encontrados no Trabalho de Conclusão de Curso em Biblioteconomia de Osmar Weyh (2021).

Com o novo mobiliário, o Arquivo Enilda Ribeiro passou para um novo local de armazenamento, em uma sala no segundo andar da sede do IAB-RS (Figura 29). Além disso, os documentos, que estavam armazenados em caixas-arquivo de papel Kraft, desde o momento da doação ao IAB-RS, foram recondicionados pela equipe extensionista para caixas de plástico polionda, um material neutro, atóxico e inerte, que proporciona melhores condições de conservação preventiva aos acervos. As anotações que identificavam as caixas anteriores foram repassadas para as novas caixas, e a ordem dos documentos foi mantida, com o objetivo de manter a integridade do arquivo para posterior tratamento.

Figura 29 – Arquivo Enilda Ribeiro em caixas de polionda e novo mobiliário



Fonte: Camila Casarotto, 2021.

Em 2022, o Projeto de Extensão em parceria com o IAB-RS foi encerrado. Por isso, ao longo dos anos de 2022 e 2023, o tratamento técnico dos documentos e caixas do Arquivo Histórico do IAB-RS se manteve suspenso. Apenas o trabalho junto à Biblioteca Enilda Ribeiro teve continuidade, com a contratação de bibliotecários (mas, até o encerramento desta pesquisa, permanecia suspenso).

No final de 2023, o IAB-RS foi contemplado em mais um Edital de Patrocínio

do CAU/RS⁷⁷, que novamente permitiu a contratação de arquivista para dar continuidade ao trabalho no Arquivo Histórico do IAB-RS — desta vez, com foco no Arquivo Enilda Ribeiro. O trabalho da arquivista Jamile Ghisio, contratada para executar o projeto entre janeiro e março de 2024, contemplou um estudo sobre Enilda Ribeiro, a revisão das caixas, a identificação dos tipos de documentos que compõem o acervo, a elaboração do quadro de arranjo documental⁷⁸, a digitalização e a descrição de documentos selecionados e sua disponibilização em repositório digital. Todos os documentos foram retirados das caixas, analisados, reorganizados e reordenados. Na Figura 30, a arquivista fazia a separação dos documentos conforme os principais assuntos identificados, em janeiro de 2024. Na Figura 31, encontra-se o repositório digital, baseado no software Tainacan e inserido no site institucional do IAB-RS, em que foram disponibilizados alguns documentos para acesso público⁷⁹. E, na Figura 32, está o esquema do Quadro de Arranjo elaborado pela arquivista Jamile Ghisio.

Figura 30 – Tratamento arquivístico do Arquivo Enilda Ribeiro em andamento



Fonte: Camila Casarotto, 2024.

⁷⁷ Chamada Pública Nº 001/2023. Disponível em: https://transparencia.caurs.gov.br/?page_id=7564. Acesso em: 22 nov. 2023.

⁷⁸ Quadro de arranjo é uma expressão adotada em arquivos permanentes que se refere ao "esquema estabelecido para o arranjo dos documentos de um arquivo, a partir do estudo das estruturas, funções ou atividades da entidade produtora e da análise do acervo" (Arquivo Nacional, 2005, p. 73).

⁷⁹ Disponível em: <https://iabrs.org.br/acervodocumentalenildaribeiro/>. Acesso em: 20 mar. 2024.

Figura 31 – Repositório digital com documentos do Arquivo Enilda Ribeiro



**instituto de
arquitetos do brasil
rio grande do sul**

Receba Newsletter

IAB RS
PROJETOS
CONCURSOS
BENEFÍCIOS
COMUNICAÇÃO





Acervo Documental Enilda Ribeiro

Os documentos do Fundo Documental Enilda Ribeiro estão relacionados a documentos produzidos e acumulados pela própria Enilda Ribeiro no decorrer de suas atividades profissionais junto ao Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento do Rio Grande do Sul (IAB/RS) e em demais entidades relacionadas a sua vida profissional como um todo. [O ...](#) [\[Mostrar mais\]](#)

Ordenar [Z] - por Série -

Visualização: Cartões -

[Ver como...](#)

Mostrando apenas itens com o metadado Série preenchido. [Exibir mais](#) x

Filtros

- Recolher todos
- Série
- Título

Buscar metadados...

<p>Recorte de Jornal - Formatura de Arquitetura - 1950</p>  <p style="font-size: x-small;">Recorte de jornal com menção a Formatura de Arquitetura no ano de 1950 de Enilda Ribeiro e seus colegas.</p>	<p>Carta para Elaine e Mãe</p>  <p style="font-size: x-small;">Carta enviada por Enilda Ribeiro para sua irmã Elaine e sua mãe Laura, durante uma viagem para Cuba. Década de 80.</p>
<p>Sabatina de Francês</p>  <p style="font-size: x-small;">Atividade avaliativa de Francês realizada por Enilda Ribeiro quando cursou 2º ano Científico. Provável instituição Colégio Sévigné.</p>	<p>Foto Enilda Ribeiro</p>  <p style="font-size: x-small;">Foto de Enilda Ribeiro na juventude, sem data definida, em frente ao prédio da Câmara Municipal da Cidade de Mariana - MG, desenhando(esboçando) sentada no gramado.</p>
<p>Cartão de Visita - Presidente IAB RS</p>  <p style="font-size: x-small;">Cartão de Visita quando Enilda Ribeiro foi Presidente IAB - RS no biênio 1980/1981.</p>	<p>Ata Reunião IABRS</p>  <p style="font-size: x-small;">Ata da Reunião extraordinária do IABRS em 27 de junho de 1952. Enilda Ribeiro consta como 2ª secretária substituta, com Demétrio Ribeiro como Diretor Cultural.</p>

Exibindo itens 1 a 6 de 6.
Itens por Página: 12
Ir para página: 1



Atendimento IAB RS

E-mail:
iabrs@iabrs.org.br
Administração - (51)
3212-2552
Secretaria - (51)
98200-0058
Planos Unimed - (51)
98200-0058
Escola IAB RS -
iabrs@iabrs.org.br

Assessoria de Imprensa

Jornalista Sabrina
Ortácio
sabrinaortacio@gmail.com
(51) 98196-7951



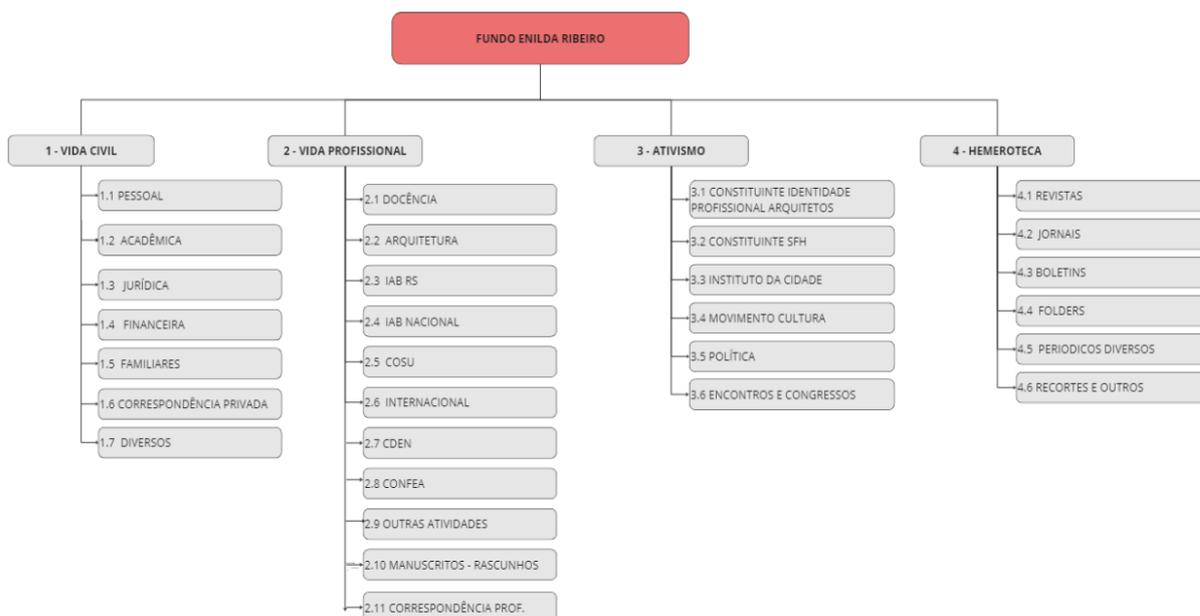




Rua General Canabarro, 363 - CEP 90010-160 - Centro - Porto Alegre

Fonte: Camila Casarotto, 2024.

Figura 32 – Quadro de arranjo documental do Arquivo Enilda Ribeiro



Fonte: Elaborado por Jamile Ghisio, 2024.

Mesmo com esta pesquisa ainda em andamento, foi possível contribuir para o projeto com informações que já haviam sido descritas e analisadas. Além disso, o IAB-RS justificou a escolha de trabalhar com o Arquivo Enilda Ribeiro neste projeto pela relevância da atuação de Enilda Ribeiro a favor da classe profissional e como ponto de partida para a digitalização e disponibilização pública dos documentos do AHDR em uma plataforma digital. Então, o projeto elaborado pelo IAB-RS e contemplado no Edital de Patrocínio do CAU/RS pode ser entendido já como fruto da presente pesquisa, que estimulou novos olhares sobre Enilda Ribeiro e instigou o Instituto a realizar o tratamento do seu arquivo pessoal, como forma de visibilizar a memória da arquiteta, do próprio IAB-RS e do debate político-profissional.

3.2 Enilda Ribeiro na primeira pessoa do plural: memórias da luta pela profissão

A partir da análise do arquivo como conjunto e seus itinerários, da acumulação até o tratamento técnico, pode-se partir para o estudo do seu conteúdo — sobre o que os documentos tratam e quais memórias guardam. Para isso, percorri a miscelânea de papéis do Arquivo Enilda Ribeiro em busca dos rastros que ficaram

pelo caminho, fragmentos do passado dispersos nas diversas caixas, sentindo-me como num jogo de quebra-cabeças, com peças para lá e para cá, muitas faltantes, mas capaz de compor um quadro de memórias.

Como pegadas, os rastros do passado guardam informações de quem passou por ali. Mas somente ao refazer o trajeto é possível buscá-las — é quando os rastros são tornados documentos e trazidos para o presente. Embora seja comum tratar como documento qualquer papel produzido no cotidiano de trabalho ou de estudo, nesta pesquisa é importante definir com mais precisão o conceito que utilizo para me referir aos suportes de memórias do Arquivo Enilda Ribeiro.

Segundo obras referenciais de terminologia arquivística, documento é a “unidade constituída pela informação e seu suporte” (Bellotto; Camargo, 1996, p. 28) ou a “unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato” (Arquivo Nacional, 2005, p. 73), podendo ter diversos gêneros (audiovisual, bibliográfico, iconográfico etc.) e tipos (oficial, pessoal, privado, público etc.). No entanto, o caráter informacional dos documentos não é dado *per se* — as coisas são tornadas documentos a partir de um olhar intencional. Nesse sentido, no âmbito das relações entre memória e história, Paul Ricoeur (1997) traz a noção de rastros, aos quais atribui o valor de *efeito-signo*, ou seja, um conector entre a coisa presente, visível aqui e agora, como vestígio de uma coisa passada, de algo que passou por ali mas não está mais. O rastro pode ser entendido como toda marca deixada por alguma coisa — “a passagem não existe mais, mas o rastro permanece” (Ricoeur, 1997, p. 201). O rastro evidencia que

[...] alguém passou por ali; o rastro convida a segui-lo, a voltar, por meio dele, se possível, até o homem e até o animal que passaram por ali; o rastro pode ser perdido; pode ele próprio perder-se, levar a lugar nenhum; pode também apagar-se: pois o rastro é frágil e exige ser conservado intacto, senão, a passagem realmente ocorreu, mas simplesmente ficou no passado; podemos saber por outros indícios que homens e animais existiram em algum lugar: eles permanecerão para sempre desconhecidos, se nenhum rastro levar a eles. (Ricoeur, 1997, p. 201)

Se há um rastro do passado, há como voltar pelos seus caminhos para saber o que passou por ali. Mas os rastros só se tornam documentos — portanto, suportes de informação — se há alguém para persegui-los, tratá-los, conservá-los; caso contrário, aquelas passagens se mantêm apenas no passado, sujeitas a se

perderem ou se apagarem. Então, dada a fragilidade dos rastros, eles precisam da intencionalidade sobre eles para virarem documentos, como significantes de fatos passados. Ricoeur (2007) entende que os rastros se tornam documentos apenas quando são interrogados pelo pesquisador ou historiador. Dessa forma, para o autor, os conceitos de rastro, documento e pergunta formam o tripé de base do conhecimento histórico.

Para o historiador, o documento não está simplesmente dado, como a ideia de rastro deixado poderia sugerir. Ele é procurado e encontrado. Bem mais que isso, ele é circunscrito, e nesse sentido constituído, instituído documento, pelo questionamento. [...] Torna-se assim documento tudo o que pode ser interrogado por um historiador com a ideia de nele encontrar uma informação sobre o passado. (Ricoeur, 2007, p. 189)

Para o autor, a memória arquivada representa a fase documental da operação historiográfica, momento da passagem da memória para a história. Para isso, trabalha com as noções de testemunho, arquivo e prova documental. Nesse processo, o testemunho, originalmente oral, é inscrito em marcas exteriores, que auxiliam o trabalho da memória. Esse é o instante crucial da memória arquivada, quando se constitui o arquivo como o lugar físico que abriga os rastros documentais, mas também, e especialmente, como lugar social que se relaciona com a realidade por meio da dialética entre passado e presente. No momento em que o historiador persegue os rastros e os questiona em busca de respostas para as suas hipóteses é que eles se tornam provas documentais.

Portanto, é com essa visão que exploro o Arquivo Enilda Ribeiro e seus documentos: perseguindo os rastros de memórias que os papéis guardam, procurando o que passou por ali mas não existe mais, entendendo-os como evidências de um passado e interrogando-os de maneira que tragam informações para além do que está na escrita. Dinâmico, em movimento, tal qual um caleidoscópio, o arquivo cria uma profusão de possibilidades de leituras e compõe novas imagens do passado a partir do presente, nos diferentes caminhos pelos quais os rastros conduzem.

É preciso pontuar ainda que “a memória é, acima de tudo, uma reconstrução continuamente atualizada do passado, mais do que uma reconstituição fiel do mesmo” (Candau, 2012, p. 9). Dessa forma, os rastros pelos quais o Arquivo Enilda Ribeiro conduziu nesta pesquisa representam um enquadramento do seu conteúdo,

uma visão possível a partir do presente e dos objetivos traçados, que pode se atualizar constantemente com novos olhares. Nesse enquadramento, coloca-se a dialética, situada a seu tempo, entre a lembrança e o esquecimento: enquanto alguns fatos são ressaltados, outros são apagados, esquecidos, deixados de lado. Neste momento, apresento uma das leituras possíveis entre os caminhos que percorri pelo arquivo.

* * *

Para organizar a análise dos documentos, foram selecionados aqueles que tinham alguma identificação de Enilda Ribeiro (escritos ou assinados pela arquiteta, com alguma citação ao seu nome ou endereçados a ela), de maneira que se pudesse compreender as relações que ela estabeleceu com o campo profissional, e vice-versa. Além disso, analisei apenas documentos do período predominante no Arquivo Enilda Ribeiro: a década de 1980. Entre esses documentos, foram analisados os contextos principais em que eles estavam inseridos no momento da sua produção, que resultaram nas categorias de identificação dos documentos, apresentadas a seguir, sendo que muitos deles foram classificados em mais de uma categoria. Na sequência, analiso as memórias contidas nos documentos do arquivo.

- **Gestões IAB:** circulares, atas, relatórios, planilhas e outros documentos referentes às gestões do IAB-RS (1955-56; 1976-77; 1978-79; 1980-81; 1982-83; 1986-87; 1990-91) e do IAB-DN (1977-79; 1980-83; 1983-85);
- **Sistema CONFEA/CREA:** artigos, manuscritos, atas, projetos de lei e outros documentos referentes ao Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA) e Conselhos Regionais (CREAs) e às discussões sobre a reformulação do Sistema CONFEA/CREA e da Lei 5194/66;
- **CDEN:** correspondências, circulares, atas e outros documentos referentes à Comissão Diretora de Entidades Nacionais (CDEN), órgão conveniado com o Sistema CONFEA/CREA, na qual Enilda Ribeiro teve participação ativa entre 1984 e 1985, como secretária, e entre 1986 e 1988, como coordenadora;
- **Sobre o IAB:** artigos, manuscritos, correspondências e outros documentos que discutem o papel social do IAB ou apresentam parte da sua história;

- **Exercício profissional:** artigos, manuscritos e outros documentos que discutem o exercício profissional de arquitetas e arquitetos e seu papel social;
- **Ditadura:** correspondências, artigos e outros documentos sobre o período da Ditadura Civil-Militar no Brasil e sobre o processo de anistia;
- **Constituinte:** artigos, reportagens, correspondências e outros documentos referentes à participação das entidades e profissionais de Arquitetura e Urbanismo na Assembleia Nacional Constituinte e na elaboração da Constituição Federal de 1988;
- **Eleições FNA 1986:** panfletos, circulares correspondências e outros documentos referentes à disputa pelas eleições da Federação Nacional dos Arquitetos (FNA) em 1986, das quais Enilda Ribeiro participou como candidata à 1ª vice-presidenta pela Chapa 2;
- **COSU:** atas, artigos, relatórios e outros documentos relativos a diferentes reuniões do Conselho Superior (COSU), órgão máximo deliberativo do IAB, composto por presidentes e conselheiros dos Departamentos Estaduais, que se reúnem duas vezes ao ano para definir a ação política do Instituto e aprovar deliberações de nível nacional;
- **I e II Encontro Estadual:** relatórios, releases, atas, manuscritos e outros documentos sobre o I Encontro Estadual de Arquitetos (1980), quando Enilda Ribeiro participou como presidenta do IAB-RS; e o II Encontro Estadual de Arquitetos (1988), que teve Enilda Ribeiro como coordenadora do evento;
- **CBA:** relatórios, materiais de divulgação, certificados e outros documentos referentes às edições VI, X, XI e XII do Congresso Brasileiro de Arquitetos (CBA);
- **UIA:** correspondências, artigos, reportagens e outros documentos referentes à União Internacional dos Arquitetos (UIA).
- **Porto Alegre:** artigos, reportagens e outros documentos relativos a questões de urbanismo da cidade de Porto Alegre, principalmente sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU);
- **MGDC:** artigos, atas, manuscritos e outros documentos sobre o Movimento Gaúcho em Defesa da Cultura (MGDC), coletivo com o qual Enilda Ribeiro se engajou desde a sua criação, em 1980, em conjunto com importantes nomes da cultura de Porto Alegre, como Zoravia Bettiol e Liana Timm;

- **Documentos pessoais:** cartões, correspondências, panfletos de viagem e outros documentos de cunho pessoal da arquiteta, sem relação direta com a sua atuação profissional.

A abordagem etnográfica que adotei para analisar o arquivo pessoal de Enilda Ribeiro permitiu aprofundar percepções sobre contextos, relações, conflitos e disputas imbricados no conjunto documental. Olívia Cunha (2004, p. 296) percebeu, ao analisar arquivos com um olhar etnográfico, que seus papéis, transformados em documentos, “revelavam muito mais do que vicissitudes biográficas; revelavam vínculos profissionais, intelectuais e relações de poder de natureza diversa”. Transformados em documentos, os papéis que encontrei no arquivo pessoal de Enilda Ribeiro também apresentavam muito mais que traços biográficos da arquiteta — eles guardavam evidências de acontecimentos do passado da Arquitetura e do Urbanismo no Brasil, por meio das relações estabelecidas no campo profissional, em um momento em que a profissão passava por embates em busca da sua identidade e autonomia.

Como já foi referido, Enilda Ribeiro assumiu a presidência do IAB-RS entre 1980 e 1981, como a primeira mulher a ocupar essa posição. Embora já tivesse envolvimento com o IAB e com a luta pela profissão há décadas, desde sua época de estudante, como foi apresentado no capítulo anterior, a gestão que se iniciou em 1980 inaugurou um período de efervescência nas suas atividades de militância nas entidades de Arquitetura e Urbanismo, que perpassam importantes momentos da história do país e do campo profissional. Os documentos do Arquivo Enilda Ribeiro, como rastros do passado da profissão, apresentam muito sobre o pensamento da coletividade, mas através do olhar da arquiteta em seus escritos, que representavam a visão das entidades profissionais nas quais ela estava inserida. No discurso de posse ([ANEXO H](#)), a direção eleita, presidida por Enilda Ribeiro, expôs a visão que direcionaria a gestão do IAB-RS naquele biênio. Destaco aqui um trecho do documento:

A luta pela utilização da Arquitetura tem sempre um sentido geral pois expressa a necessidade que a sociedade, como um todo, tem de encontrar soluções para seus problemas de vida urbana, de habitação, de meio ambiente, de lazer e de cultura.
Temos a responsabilidade social de atuar junto à comunidade a fim de

colaborar para que o povo compreenda a situação desses problemas que são fundamentais para a sociedade.

Essa atividade refletirá, necessariamente o pensamento da maioria, na medida em que houver uma participação mais expressiva dos arquitetos nas atividades da Entidade.

A primeira função do IAB é o convívio entre os arquitetos para que cada um possa ultrapassar os limites de sua situação profissional isolada e debater, trocar ideias, formar e defender a sua opinião sobre a profissão em seu conjunto e, assim contribuir para o desenvolvimento da arquitetura.⁸⁰

Percebe-se, na manifestação da direção, uma preocupação com a gestão participativa e democrática do Instituto, inserido no contexto de redemocratização do país naquele período, e com a responsabilidade social de arquitetas e arquitetos, que deveriam contribuir para a construção da Arquitetura de forma colaborativa e solidária, para além das suas atividades profissionais isoladas. Esse pensamento está alinhado à ideologia que Enilda Ribeiro seguiu desde os seus primeiros anos como estudante e profissional, a favor de uma Arquitetura mais próxima da realidade social brasileira, direcionada para a solução dos problemas da população, como defendeu no artigo “Situação da Arquitetura Brasileira” (Ribeiro E.; Ribeiro D.; Souza, 2003). Posição semelhante é defendida no texto de apresentação da candidatura da chapa. Eis alguns trechos do documento:

O processo de reconquista da democracia no país acarreta novas exigências de participação da categoria profissional, como parte integrante da sociedade civil.

O clima de debate que se instalou no país constitui também, por sua vez, um desafio aos arquitetos brasileiros, no sentido de exigir a sua participação no equacionamento dos problemas nacionais, nas áreas de sua competência específica. [...]

A uma nova Diretoria cabe portanto uma maior consolidação da prática democrática interna.⁸¹

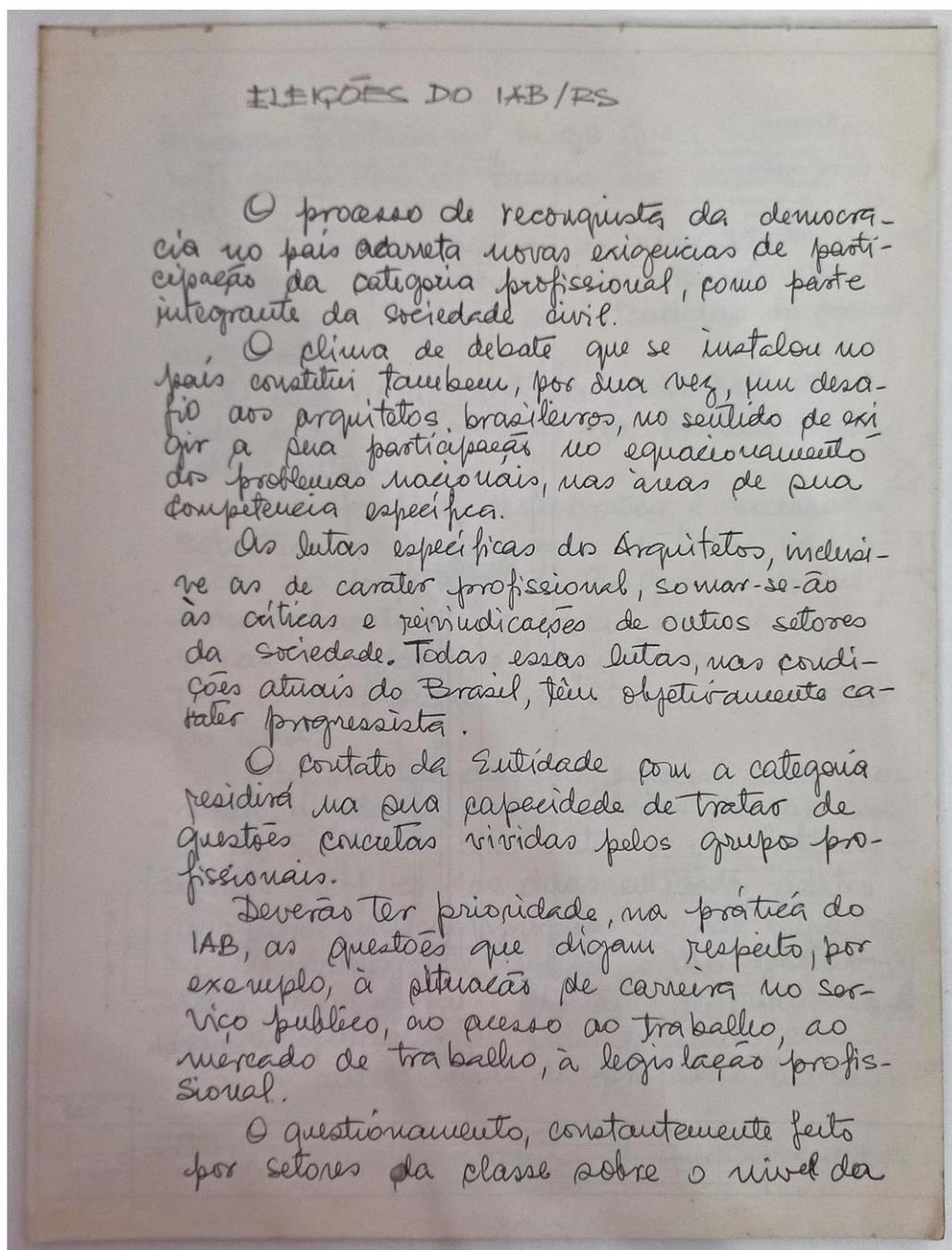
No Arquivo Enilda Ribeiro, existem duas versões deste texto: uma datilografada e outra manuscrita (Figura 33), na qual é possível identificar a caligrafia da arquiteta. Trata-se de um exemplo de algo recorrente nos documentos do arquivo: rascunhos de textos escritos à mão pela arquiteta, que posteriormente foram passados a limpo, datilografados e até publicados, muitas vezes sem a sua assinatura, ou assinados em coautoria, ou por outra pessoa ou por uma coletividade. Dessa forma, aparecem textos e artigos que muito provavelmente foram concebidos

⁸⁰ *Discurso de posse – Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento do Rio Grande do Sul.* Arquivo Enilda Ribeiro, Caixa 14, AHDR/IAB-RS. ([ANEXO H](#))

⁸¹ *Eleições do IAB/RS.* Arquivo Enilda Ribeiro, Caixa 1, AHDR/IAB-RS.

pela arquiteta, representativos do seu pensamento e diligência pelas entidades e pela profissão, mas que não são assinados por ela, e sim por um coletivo — como a chapa candidata à direção do IAB-RS, nesse caso —, como se ela estivesse falando por “nós”, na primeira pessoa do plural.

Figura 33 – Documento manuscrito por Enilda Ribeiro para as Eleições do IAB/RS



Fonte: Arquivo Enilda Ribeiro, Caixa 1, AHDR/IAB-RS.

Ainda durante a presidência de Enilda Ribeiro no IAB-RS, o IAB Nacional completou 60 anos, oportunidade em que a história e o papel do Instituto na sociedade foram bastante debatidos. Nesse sentido, os rastros do passado do Arquivo Enilda Ribeiro colaboram também para rememorar os sentidos da existência do IAB, como parte da sua memória institucional, bem como o pensamento de Enilda Ribeiro e dos agentes do campo naquele momento sobre isso. Em novembro de 1981, o Jornal do IAB publicou os registros de uma mesa-redonda que envolveu importantes nomes da Arquitetura no estado — Enilda Ribeiro, Augusto Portugal, Ivan Mizoguchi, Voltaire Danckwardt e Thêmis da Cruz Fagundes — para discutir o que era o IAB para eles, suas expectativas sobre o Instituto e seu possível esvaziamento. Na ocasião, Enilda Ribeiro expôs sua opinião sobre o Instituto:

Eu não quero colocar a questão do IAB como entidade abstrata, porque me dá a impressão que falamos sobre um prédio, esquecendo que o IAB são os arquitetos, são os profissionais. Então, eu usarei apenas a palavra “arquitetos”. Os arquitetos procuram se reunir, em seu fórum de debates que é a nossa entidade, assim como o nosso Sindicato. O êxito ou não das atividades de uma entidade está na participação que os arquitetos dão ou não ao seu local de debates. [...] Os momentos históricos que foram levantados aqui, a história da luta da nossa entidade, da luta dos arquitetos por sua identidade profissional, já foi dentro das nossas entidades. Isto é, os arquitetos têm acompanhado os momentos políticos, dando maior ou menor força ao seu fórum de debates, ao espaço onde se reúnem. Olhando este passado, vemos que o espaço de luta da sociedade brasileira, através dos seus representantes arquitetos. Os arquitetos lutaram por sua faculdade, por seu título, pelo seu salário profissional, e continuam lutando por sua identidade profissional que se consubstancia na luta pela legislação profissional.⁸²

Outro documento que evidencia o posicionamento de Enilda Ribeiro, em nome da direção do IAB-RS, sobre o papel e relevância do Instituto, é um artigo escrito pela arquiteta também decorrente da marca de 60 anos da Direção Nacional. Assim como na reportagem do Jornal do IAB, apresentada acima, uma das questões prementes naquele momento era o possível esvaziamento do Instituto, o que Enilda Ribeiro demonstra como uma preocupação; no entanto, a arquiteta ressalta o histórico de lutas da entidade e a sua representatividade para os profissionais da área. Estes são alguns trechos que destaco do artigo:

⁸² OS ARQUITETOS *definem* o IAB. Jornal do IAB, nº 14, nov. 1981. Arquivo Enilda Ribeiro, Caixa 4 (Jornais e Boletins), AHDR/IAB-RS.

Tem ou não tem razão de ser, nas condições atuais, a existência de uma entidade como o IAB, caracterizada exclusivamente pela congregação de pessoas com um título universitário comum? Essa pergunta já foi feita por muitos colegas que vêm na heterogeneidade da função do arquiteto a origem de interesses diferentes e mesmo contraditórios.

[...] O IAB-RS nos seus 32 anos de existência pode dar o seu depoimento neste 60º aniversário do IAB, numa contribuição a essa avaliação.

No início das atividades do IAB-RS, um reduzidíssimo número de associados (13 foram os fundadores) orientaram a entidade a defender o conceito da profissão, então praticamente desconhecida do grande público, a divulgar as obras de arquitetura e a estimular o trabalho individual dos arquitetos.

A necessidade de afirmar o caráter específico da profissão motivou a luta pelos concursos públicos de anteprojetos para obras significativas, e a criação do cargo de arquiteto na função pública estadual e municipal. Com a mesma motivação foi desenvolvida uma árdua luta pela criação de uma Faculdade de Arquitetura, a partir da fusão dos cursos então existentes no Instituto de Belas Artes e na Escola de Engenharia. O prestígio da Faculdade deveu muito à inclusão em seus quadros dos arquitetos mais consequentes na prática e na consciência profissionais.

Essa trajetória do IAB-RS levou-o a credenciar-se como entidade efetivamente representativa dos interesses dos arquitetos no estado. A conquista de representações em todos os órgãos vinculados aos problemas do espaço habitado e ao ensino, ensejou manifestações públicas da entidade sobre todas as questões da competência do arquiteto, como os problemas habitacionais e urbanos locais.⁸³

Nesses trechos, tanto do artigo escrito pela arquiteta quanto na sua participação na mesa redonda, fica evidente o engajamento de Enilda Ribeiro com o IAB desde a criação do Departamento Estadual, em 1948, quando ainda era estudante de Arquitetura no IBA. É uma história de lutas da entidade e de afirmação da autonomia e identidade da profissão que a própria Enilda Ribeiro vivenciou e testemunhou, passando pela criação da Faculdade de Arquitetura, os primeiros anos do curso, os concursos de anteprojetos (alguns dos quais a arquiteta venceu), entre outros fatos que foram relatados no capítulo anterior.

Essa vivência credenciou Enilda Ribeiro a ocupar a posição de presidenta naquele momento e ter o reconhecimento do campo como representante dos seus anseios e demandas. O campo é entendido aqui com base na obra de Pierre Bourdieu, como espaço social de disputas dos agentes em torno de um capital simbólico que define o habitus (Catani *et al.*, 2017). Ao longo dos anos dedicados à profissão, desde o período de estudante, Enilda Ribeiro acumulou capital político, reconhecido entre seus pares. Entre os agentes da Arquitetura, conquistou uma posição dominante, mesmo como mulher, capaz de mobilizar a classe em busca da

⁸³ Documento sem identificação (manuscrito). Arquivo Enilda Ribeiro, Caixa 7, AHDR/IAB-RS.

consolidação como campo profissional autônomo. Em relação à Engenharia, adotava estratégias para subverter as relações de força sobre o exercício profissional — o que culminou na criação do conselho profissional próprio e de uma legislação específica para a profissão, como será analisado mais adiante.

Durante o período da sua gestão como presidenta no IAB-RS, Enilda Ribeiro participou também do Movimento Gaúcho em Defesa da Cultura (MGDC), que reuniu diversas personalidades e entidades da cultura do Rio Grande do Sul, inclusive da área da Arquitetura. Em ata de reunião da diretoria do IAB-RS, realizada em 18 de novembro de 1980, Enilda Ribeiro relatou sobre a participação em um encontro convocado pela Associação Chico Lisboa⁸⁴ para tratar de problemas que a cultura no Estado vinha enfrentando:

Enilda relatou reunião a qual compareceu (convocada pela Associação Chico Lisboa) para tratar dos problemas que a cultura do Estado está enfrentando em todos os setores tais como demissões e atos arbitrários que vem sendo feitos pela Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo do Estado. Após esta reunião, houve outra no Auditório do IAB, a qual compareceu representantes de vários grupos culturais.

Nesta se tirou resolução de se fazer uma Reunião ampla dos setores profissionais e culturais do Estado, dia 20 de Novembro de 1980, para indicar uma comissão coordenadora permanente para o Movimento de Defesa da Cultura Gaúcha. Enilda esclareceu que até aqui participou como pessoa, e não como representante da Entidade dos Arquitetos, uma vez que não tinha o respaldo da Diretoria até o momento, e uma vez que a nossa profissão não tem vínculo direto com a Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo.

Colocou este assunto em discussão, para que a diretoria tomasse uma decisão sobre a nossa participação no movimento.

Ficou decidido que Enilda, Albano e Castelar vão participar de reunião amanhã dia 19 de Novembro junto com Julio e outros, Demétrio e Macedo, para saber maiores informações sobre o assunto e decidir sobre a participação do IAB no Movimento de Defesa da Cultura Gaúcha.⁸⁵

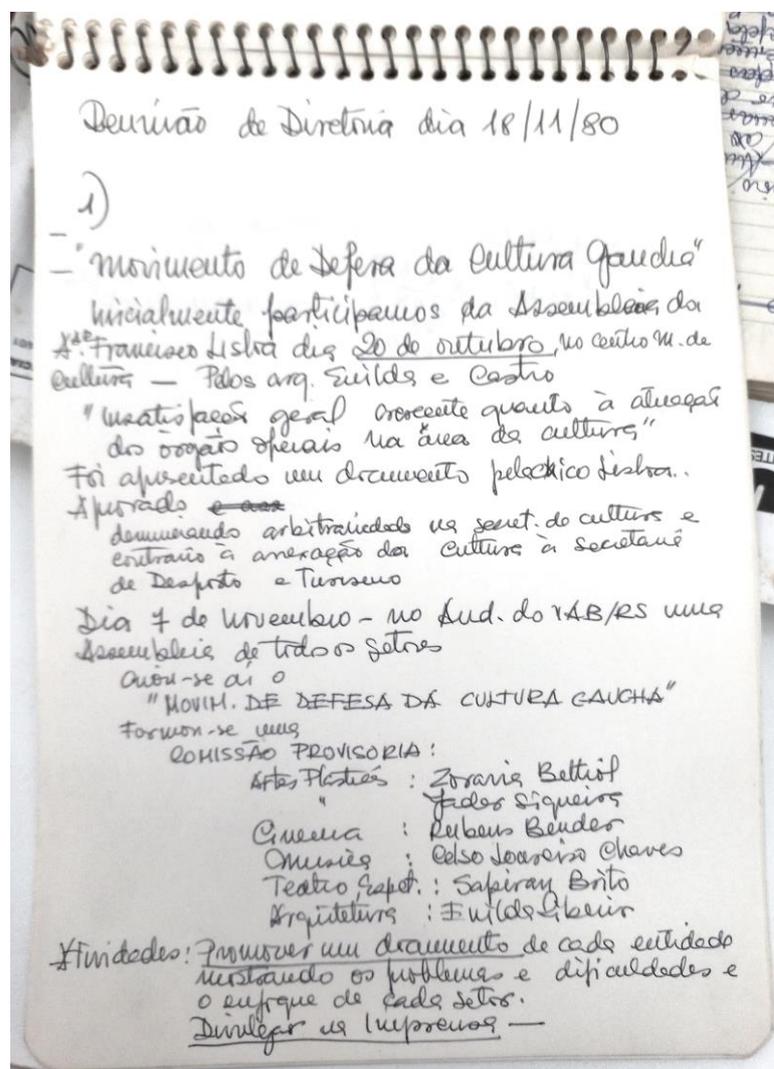
Nas reuniões relatadas por Enilda Ribeiro, estava sendo gestado o MGDC, ainda sem nome definitivo. Segundo anotações de Enilda Ribeiro (Figura 34), o Movimento foi criado naquela reunião no Auditório do IAB, realizada em 7 de novembro de 1980, quando foi constituída uma comissão provisória com representantes de diferentes setores da cultura: Zoravia Bettiol (Artes Plásticas),

⁸⁴ A Associação Riograndense de Artes Plásticas Francisco Lisboa, conhecida como Associação Chico Lisboa, é uma tradicional agremiação de artistas de Porto Alegre, fundada em 1938. É a mais antiga associação de artistas do Brasil ainda em funcionamento. Disponível em: <https://a.chicolisboa.com.br/>. Acesso em 11 jan. 2024.

⁸⁵ IAB – Departamento Do Rio Grande Do Sul – Gestão 80/81; *Reunião De Diretoria*, p. 4-5. 18 nov. 1980. Arquivo Enilda Ribeiro, Caixa 12, AHDR/IAB-RS.

Jader Siqueira (Artes Plásticas), Rubens Bender (Cinema), Celso Loureiro Chaves (Música), Sapiran Brito (Teatro) e Enilda Ribeiro (Arquitetura). Em 20 de novembro, uma nova assembleia criou oficialmente o MGDC, como sociedade civil sem fins lucrativos, conforme seu Estatuto⁸⁶, e em 27 de novembro, foi nomeada a sua comissão coordenadora. Entre os objetivos do MGDC, conforme seu Estatuto e sua Carta de Princípios, estão a mobilização para elaboração da política cultural do Estado, a conquista do seu poder de representatividade, o aprofundamento do contato de artistas e intelectuais com a população, a defesa dos seus direitos como trabalhadores e a pressão política apertada em defesa da cultura.

Figura 34 – Anotações da Reunião de Diretoria do dia 18 de novembro de 1980



Fonte: Arquivo Enilda Ribeiro, Caixa 15, AHDR/IAB-RS.

⁸⁶ *Movimento Gaúcho em Defesa da Cultura. Estatutos.* Arquivo Enilda Ribeiro, Caixa 9, AHDR/IAB-RS.

A primeira diretoria do MGDC era formada por Luiz Paulo Vasconcellos (presidente), Zoravia Bettiol (vice-presidenta), Evelyn Berg (1ª secretária) e Cláudia Lindner (2ª secretária), sendo que Zoravia Bettiol assumiu a presidência por quase todo o período da gestão. Enilda Ribeiro e José Albano Volkmer foram indicados como representantes da Arquitetura no Movimento. Nas eleições para a gestão do biênio 1982-1983 do MGDC, Enilda Ribeiro foi eleita vice-presidenta, tendo Carlos Carvalho como presidente, embora a arquiteta também tenha assumido a presidência em grande parte do período da gestão. Outros importantes nomes da cultura gaúcha, como Gilberto Perin, Liana Timm, Vera Chaves Barcellos, Sapiran Britto, Luis Antônio Assis Brasil e Paixão Côrtes, também participaram.

Embora tenha identificado uma insatisfação geral do setor cultural, o MGDC iniciou reivindicando a reestruturação e representatividade no Conselho Estadual de Cultura como uma das suas principais pautas. Em novembro de 1982, Enilda Ribeiro, como presidenta do MGDC, foi uma das organizadoras da II Semana da Cultura, patrocinada pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. No evento, ocorreram os Encontros com a Cultura, sob a temática “Cultura e Poder”⁸⁷, com a participação de importantes nomes como Bruno Kiefer, Moacyr Scliar, Antônio Hohlfeldt e os políticos Olívio Dutra, Alceu Collares, Pedro Simon e Jair Soares.

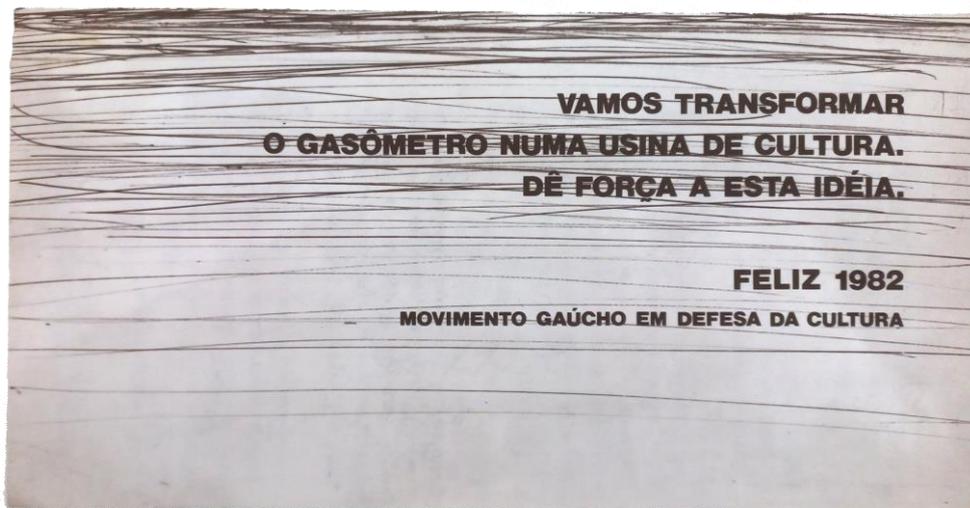
O MGDC se destacou em uma das lutas mais emblemáticas pela preservação do patrimônio cultural de Porto Alegre: a defesa da Usina do Gasômetro, que chegou a ser ameaçada de destruição. Em uma ata da reunião da diretoria em 26 de maio de 1981, consta um relato de Enilda Ribeiro: “o IAB fez uma proposta que foi anunciada publicamente: utilizar a Usina do Gasômetro como espaço cultural da cidade e convocar a população para dar apoio e se manifestar sobre esta questão”⁸⁸. Impulsionado pelo IAB-RS, o MGDC promoveu uma intensa campanha a favor da utilização do local pela cultura (Figura 35) e obteve vitória parcial ao ser definida a destinação do prédio para uso cultural. Em 1982, o prédio foi tombado pelo poder municipal e, em 1983, pelo Estado, sendo restaurado em 1988 e utilizado como centro cultural a partir de 1991⁸⁹.

⁸⁷ *Movimento Gaúcho em Defesa da Cultura e Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. II Semana da Cultura. Programa.* Arquivo Enilda Ribeiro, Caixa 9, AHDR/IAB-RS.

⁸⁸ *Ata de Reunião de Diretoria. Data: 26.05.81. Local: IAB-RS.* Arquivo Enilda Ribeiro, Caixa 12, AHDR/IAB-RS.

⁸⁹ IPHAE. *Bem Tombado. Usina do Gasômetro.* Disponível em: <http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosDetalhesAc&item=16118>. Acesso em: 4 jan. 2024.

Figura 35 – Campanha do Movimento Gaúcho em Defesa da Cultura



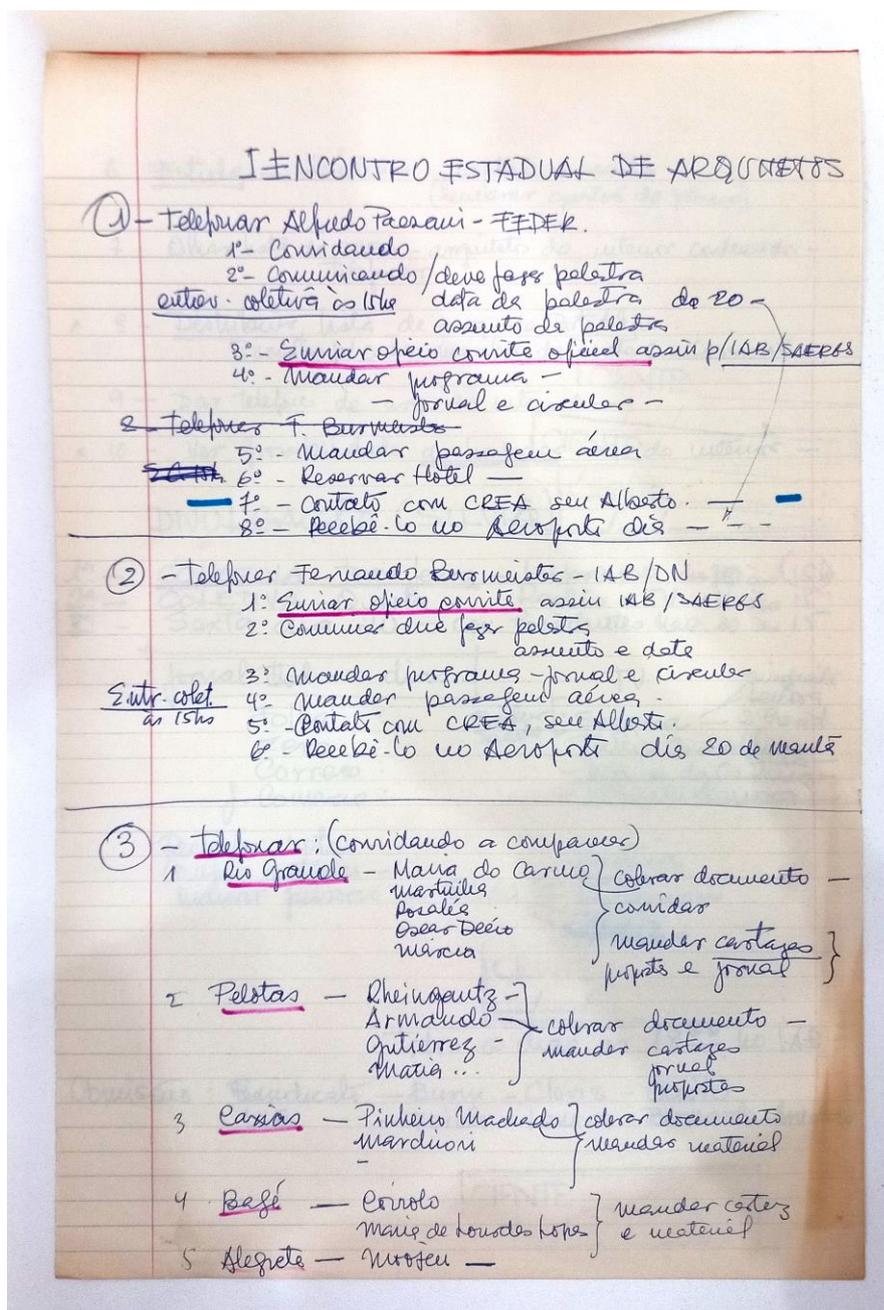
Fonte: Arquivo Enilda Ribeiro, Caixa 8, AHDR/IAB-RS.

A participação diligente de Enilda Ribeiro em um movimento pela cultura do Estado, tendo como principal expoente a defesa pela preservação da Usina do Gasômetro, coaduna com seu posicionamento, na década de 1950, a favor do Realismo Socialista, que enfatizava a arte e a cultura populares. Segundo Livia Nunes (2016, p. 129), esse programa soviético buscava “por meio da cultura, a aproximação ao povo e conseqüente auxílio em sua luta e promoção da igualdade”. Enilda Ribeiro entendia que a expressão cultural, aquela representativa da realidade social brasileira, era fundamental para a democratização da Arquitetura e o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária. Como importante agente na Arquitetura, Enilda Ribeiro defendeu a cultura como um dos pilares da atuação dos arquitetos e influenciou sua consolidação no habitus do campo. Não por acaso, a cultura também se tornou uma das bandeiras históricas do IAB, idealizado e instituído sob o espectro político-ideológico da esquerda comunista.

Durante a gestão do IAB-RS como presidenta, Enilda Ribeiro participou também da organização do I Encontro Estadual de Arquitetos, promovido pelo IAB-RS e o SAERGS e realizado nos dias 20, 21 e 22 de junho de 1980, no Auditório do IAB-RS. O evento demonstrou a capacidade de organização da classe nas discussões em torno de temas relevantes para a profissão, bem como o papel de Enilda Ribeiro como mobilizadora junto aos profissionais e importante agente do campo, reconhecida por seus pares. Um documento manuscrito (Figura 36) do

Arquivo Enilda Ribeiro demonstra a sua dedicação à organização do evento, por meio de uma lista de tarefas que incluía convites aos participantes, entre palestrantes e profissionais do interior do Rio Grande do Sul, cuja participação no evento era fundamental na visão da arquiteta. Durante a presidência do IAB-RS, Enilda Ribeiro demonstrou interesse e disposição na interiorização das discussões do Instituto, de maneira que alcançasse outras cidades do Estado além da capital.

Figura 36 – Anotações de Enilda Ribeiro para o I Encontro Estadual de Arquitetos



Fonte: Arquivo Enilda Ribeiro, Caixa 7, AHDR/IAB-RS.

Assim como outros escritos, esse documento não é um registro oficial, como atas de reuniões, relatórios de gestão, entre outros que também se fazem presentes no Arquivo Enilda Ribeiro. Diferentemente, eles estão na dimensão do ordinário, dos atos cotidianos de escrita, que não estão voltados para a criação de uma obra ou a consagração da palavra escrita (Fabre, 1993, p. 11). Mesmo que não prestigiados pela historiografia, legitimam-se como suportes de memórias e documentos para pesquisa, porque abordam sobre rotinas, tarefas e habilidades não prestigiadas e, assim, mostram muito mais sobre os processos do que, em muitos casos, os documentos oficiais. Neste documento, como exemplo, percebe-se a dedicação de Enilda Ribeiro na organização do evento e nos contatos com profissionais de outras cidades, de maneira que se realizasse um encontro proveitoso para arquitetas e arquitetos de todo o Estado, talvez como nenhuma outra pessoa tenha se dedicado naquele momento.

O I Encontro Estadual de Arquitetos contou com as falas de Fernando Burmeister, da Direção Nacional do IAB, vindo do Rio de Janeiro, e Alfredo Paesani, da Federação Sindical dos Arquitetos, vindo de São Paulo, que compuseram a mesa de abertura ao lado de Enilda Ribeiro e do arquiteto Newton Burmeister. Segundo a arquiteta, em documento que provavelmente tenha sido enviado à imprensa antes do evento⁹⁰, era aguardada com expectativa a presença dos arquitetos, que trariam informações importantes de uma reunião sobre a reformulação da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966. Essa legislação regulava o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo e havia criado os Conselhos Federal e Regionais, mas já era questionada pelos profissionais da Arquitetura. Em documento manuscrito por Enilda Ribeiro, que provavelmente foi utilizado pela arquiteta no pronunciamento de abertura do evento, em nome da direção do IAB-RS, ficam claras as demandas de arquitetas e arquitetos naquele momento em relação à sua legislação profissional e ao seu órgão de fiscalização:

Nós, os arquitetos estamos engajados numa luta por novas condições legais do exercício profissional.
Queremos que o nosso campo de atribuições seja respeitado e consagrado em lei, e que não fique na dependência de resoluções de um conselho.

⁹⁰ BURMEISTER, presidente Nacional do Instituto de Arquitetos e PAESANI, presidente da Federação Sindical de Arquitetos, em Porto Alegre. Arquivo Enilda Ribeiro, Caixa 7, AHDR/IAB-RS.

Queremos que, da mesma forma que as outras profissões, o exercício da arquitetura seja tarefa dos que estudaram arquitetura.
 Queremos um órgão de fiscalização eleito pelos arquitetos, que possa lutar por maiores garantias de trabalho.
 Sabemos que as profissões irmãs também têm graves problemas a resolver, e reivindicações a conquistar.
 Temos certeza de que as nossas lutas são convergentes.
 Todos precisam garantir o seu campo de ação, todos precisam valorizar a sua formação superior.
 Todos precisam de mais democracia no sistema de fiscalização e de representação.
 Todas as profissões técnicas em nosso país, precisam de novos instrumentos legais de defesa do valor do trabalho;
 Defesa contra as invasões do campo de competência;
 Defesa contra o aviltamento de salários e honorários;
 Defesa contra as intromissões nas responsabilidades profissionais;
 Defesa contra a ameaça de invasão do mercado por multinacionais;
 Defesa contra o desemprego.
 Essas necessidades nos unem. Devemos lutar juntos, respeitando a identidade de cada profissão.
 Devemos nos entender para somar perante as ameaças de fora que são muito mais graves. Devemos debater tudo com franqueza para nos entendermos.
 É dentro desse pensamento que trago a este Encontro a saudação cordial do Instituto de Arquitetos do Brasil.⁹¹

A criação de um conselho profissional próprio foi uma conquista marcante para arquitetas, arquitetos e urbanistas. Segundo os conceitos de Pierre Bourdieu (Catani *et al.*, 2017), a luta por mudanças no conselho e na legislação profissional pode ser entendida como uma das principais estratégias de subversão dos agentes da Arquitetura na luta por autonomia em relação à Engenharia, que reagiu diversas vezes em resistência a esse movimento, como tentativa de conservação da relação de forças existente, que favorecia os engenheiros. O CAU/BR e os CAUs regionais resultaram de mais de meio século de discussões e movimentações da categoria. Segundo Moreno e Echeverria (2020), até a década de 2000, arquitetas, arquitetos e urbanistas estavam vinculados ao “Sistema CONFEA/CREA”, que até então se referia ao Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA) e aos Conselhos Regionais (CREAs)⁹². Como foi analisado no capítulo anterior, a vinculação da Arquitetura com a Engenharia gerou diversos enfrentamentos, inclusive no plano político-ideológico, o que ficou evidente nos embates inseridos no contexto de criação da Faculdade de Arquitetura da UFRGS.

⁹¹ Documento sem identificação (manuscrito). Arquivo Enilda Ribeiro, Caixa 7, AHDR/IAB-RS.

⁹² Com a criação do CAU, em 2010, a Arquitetura deixou de fazer parte do Sistema CONFEA/CREA. Dessa maneira, o nome do conselho passou a ser Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA) e Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), mantendo as siglas anteriores.

Desde meados da década de 1940, em consonância com o movimento da Arquitetura Moderna no Brasil, arquitetos e urbanistas procuraram conquistar sua autonomia como um campo independente de outras áreas, especialmente da Engenharia. Nesta luta, a desvinculação do Sistema CONFEA/CREA e a conquista de um conselho profissional próprio seriam imprescindíveis. O primeiro projeto de lei visando a regulamentação da profissão surgiu em 1958, sob liderança dos arquitetos João Vilanova Artigas e Eduardo Kneese de Mello, pelo Departamento de São Paulo do IAB (IAB-SP). Em 1960, em evento promovido pelo CONFEA (sem a devida participação dos arquitetos⁹³), iniciou-se o debate que culminou na Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966. No passar dos anos, outros projetos de lei foram criados e engavetados, desarticulações da categoria desmobilizaram a luta, até que as entidades da Arquitetura conseguiram se rearticular para encaminhar a conquista. Enfim, a Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, regulamentou, de forma específica, o exercício da Arquitetura e Urbanismo no Brasil e criou o CAU/BR e os CAUs estaduais. Ao longo de 2011, ocorreu a transição, e a data de 15 de dezembro daquele ano marca a fundação da nova autarquia — processo que não ocorreu sem animosidades com o Sistema CONFEA/CREA.

Casualmente, a criação do CAU ocorreu no mesmo ano em que Enilda Ribeiro faleceu. Infelizmente a arquiteta e seu companheiro Demétrio Ribeiro não testemunharam a conquista pela qual tanto lutaram. Mas os documentos do arquivo pessoal Enilda Ribeiro guardam memórias desse processo, bem como da contribuição da arquiteta naquele contexto, especialmente durante a década de 1980, quando se aqueceram os debates pela criação do conselho profissional, nos anos de redemocratização do país.

Em 1979, aconteceu o X Congresso Brasileiros de Arquitetos (CBA), em Brasília. No documento final do evento, os arquitetos demonstraram insatisfação com o quadro da regulamentação e fiscalização profissional, tendo considerado necessária a modificação da legislação vigente à época (Lei nº 5194/66), com a

⁹³ O arquiteto Miguel Pereira relata: “Em 1960, acontece um Congresso Nacional, convocado pelo CONFEA, no Rio de Janeiro, no campus da PUC, tendo como objetivo, também, discutir o mesmo tema. Estavam presentes arquitetos, engenheiros e agrônomos. Quando nossa tese relativa à paridade nos conselhos foi deixada de lado, redigimos um manifesto, protestando contra a insensatez do fato e a natureza do ‘diálogo’, proposto pelo CONFEA. O manifesto foi lido, em plenário, pelo ilustre arquiteto brasileiro, Jorge Machado Moreira. Depois do que, os arquitetos retiraram-se do congresso, e o congresso acabou. Assim, a lei vigente, 5.194/66 não é uma proposta elaborada pelos arquitetos.” (Moreno; Echeverria, 2020, p. 9)

mobilização de um amplo debate da classe por meio de suas entidades e órgãos representativos⁹⁴. Embora arquitetas e arquitetos já estivessem envolvidos nas discussões há mais tempo, este documento foi disparador de uma série de ações nas entidades, inclusive no IAB-RS e no IAB-DN.

Como presidenta do IAB-RS entre 1980 e 1981, Enilda Ribeiro mobilizou debates sobre o tema entre profissionais do estado, inclusive de arquitetas e arquitetos do interior, como ocorreu no I Encontro Estadual dos Arquitetos. Em uma Circular do IAB-RS enviada aos associados, de 21 de julho de 1980, durante a presidência de Enilda Ribeiro no Instituto, o texto faz menção à criação do conselho (chamado ainda de “CRA”, sigla para Conselho Regional de Arquitetura), à aprovação de anteprojeto de lei no X CBA e à Comissão Tripartite criada para discutir o assunto entre as entidades do estado:

2-SOBRE A CRIAÇÃO DO CRA

Recebemos no dia 11.07.80, correspondência enviada pelo deputado federal Carlos Nelson Bueno, onde o mesmo expõe intenções de enviar à Câmara Federal proposta de criação do Conselho Federal e Conselhos Regionais de Arquitetura e Urbanismo, através de lei delegada pelo Presidente da República. A criação do CRA é uma das aspirações dos arquitetos, que está prevista no Anteprojeto de Lei Profissional elaborado pela Direção Nacional do IAB e aprovado no X Congresso, em Brasília. No mesmo Congresso ficou deliberado que o assunto legislação seria discutido amplamente entre os arquitetos, através dos departamentos e núcleos do IAB. No nosso departamento o assunto tem sido discutido numa comissão formada por representantes do IAB, do SAERGS e CREA - 8ª Região.⁹⁵

Alguns anos mais tarde, a arquiteta compôs a direção do IAB-DN para o triênio 1983-1985 — então, a partir desse período, destacou-se ainda mais como mobilizadora da categoria e articuladora das entidades na defesa da profissão. De acordo com o Relatório da Gestão 1983-1985 do IAB-DN⁹⁶, a direção foi eleita por unanimidade na 68ª reunião do COSU, realizada em Maceió de 26 a 29 de janeiro de 1983. Era composta por Telmo Borba Magadan (presidente), Antonio Carlos Campelo Costa (vice-presidente), Arnaldo Knijnik (secretário) e Enilda Ribeiro (tesoureira). A Direção Nacional do IAB foi instalada na sede do IAB-RS, já que o

⁹⁴ *Comissão Tripartite*. Arquivo Enilda Ribeiro, Caixa 15, AHDR/IAB-RS.

⁹⁵ *Circ. 06.80/81 Instituto de Arquitetos do Brasil Departamento do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 21 de julho de 1980. Arquivo Enilda Ribeiro, Caixa 14, AHDR/IAB-RS.

⁹⁶ *Relatório 83-85*, p. 5. Instituto de Arquitetos do Brasil. Arquivo Enilda Ribeiro, Caixa 6, AHDR/IAB-RS.

presidente, o secretário e a tesoureira eram associados deste Departamento Estadual — já o vice-presidente era do Ceará (IAB-CE). Durante a gestão, ocorreu fato inusitado: em 2 de maio de 1985, Telmo Magadan solicitou ao Conselho Superior do IAB sua licença do exercício da presidência, devido à sua nomeação para o cargo de presidente da Empresa Brasileira de Transporte Urbano (EBTU), vinculada ao Ministério dos Transportes — seguindo um dos princípios do Instituto, a “manutenção da independência de posições do IAB com relação a toda e qualquer forma de poder econômico e político”⁹⁷, defendido na plataforma da gestão. Na ocasião, Antonio Carlos Campelo Costa assumiu como presidente até o fim da gestão, de maneira que a presidência ficou distante da sua infraestrutura, de forma inédita para o IAB. Segundo o relatório, finalizar a gestão naquelas circunstâncias, sem prejudicar as tarefas, atestava a estabilidade e o amadurecimento da entidade em âmbito nacional.

Na plataforma da gestão eleita, estavam claras as linhas prioritárias para o triênio 1983-1985, que representavam as preocupações principais da classe profissional naquele momento:

- 1 – A discussão ampla da produção cultural dos arquitetos e de sua inserção em nossa realidade.
- 2 – A intensificação das lutas pela garantia das legítimas atribuições profissionais, pela valorização do trabalho do arquiteto, e pela melhoria da qualidade da formação profissional.
- 3 – A reestruturação financeira e funcional da entidade dando ênfase à ampliação de seu corpo de associados e de sua representatividade na categoria.⁹⁸

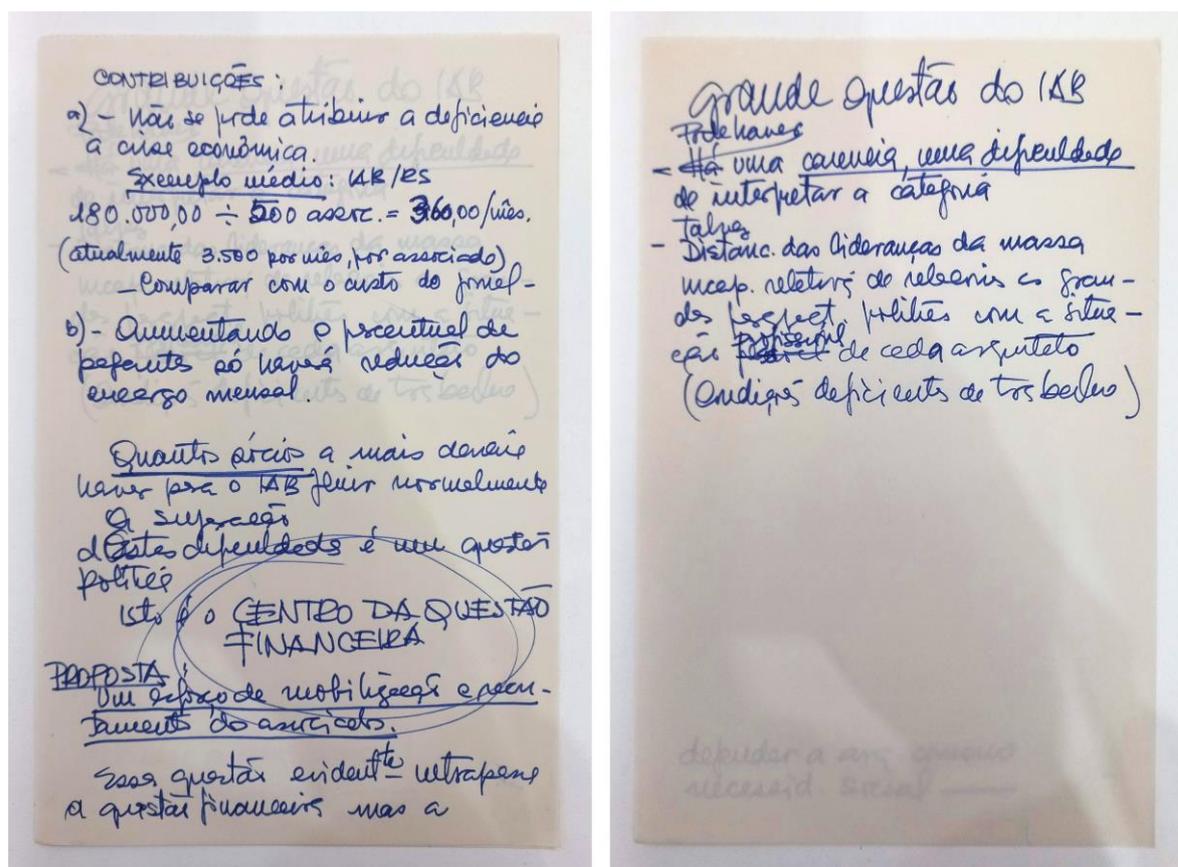
Enilda Ribeiro foi muito além da sua função na Tesouraria e se envolveu em diversas atividades, eventos, mobilizações e discussões. Mas, como tesoureira, tinha um importante trabalho a cumprir, dada a prioridade da gestão de reestruturar a entidade financeiramente, como disposto no item 3 das linhas prioritárias propostas. Há diversos documentos no Arquivo Enilda Ribeiro referentes à Tesouraria do IAB-DN durante os anos de 1983 e 1985, entre relatórios, planilhas, balancetes e anotações. Um dos registros que demonstra as atividades de Enilda Ribeiro nesta função é um papel manuscrito (Figura 37) com uma avaliação sobre a

⁹⁷ *Relatório 83-85*, p. 9. Instituto de Arquitetos do Brasil. Arquivo Enilda Ribeiro, Caixa 6, AHDR/IAB-RS.

⁹⁸ *Relatório 83-85*, p. 11. Instituto de Arquitetos do Brasil. Arquivo Enilda Ribeiro, Caixa 6, AHDR/IAB-RS.

situação financeira do IAB e a inadimplência de pagamentos dos Departamentos Estaduais à Direção Nacional. Nestas anotações, Enilda Ribeiro analisa que “não se pode atribuir a deficiência [escassez de contribuições] à crise econômica”, fazendo referência ao momento político e econômico do país. Além disso, reflete que “a superação destas dificuldades é uma questão política — isto é o centro da questão financeira”. Dessa forma, a arquiteta entendia que a questão financeira não estava isolada. De acordo com as anotações, a grande questão do IAB podia ser a dificuldade de interpretar a categoria, talvez com um distanciamento das lideranças de massa e a incapacidade de compreender as condições deficientes de trabalho de cada arquiteto. Mais uma vez, as anotações de caráter ordinário (Fabre, 1993) mostram sobre o processo, com análises e reflexões que não estão em documentos oficiais, mas que contribuíram naquele contexto.

Figura 37 – Anotações de Enilda Ribeiro sobre as finanças do IAB-DN



Fonte: Arquivo Enilda Ribeiro, Caixa 3, AHDR/IAB-RS.

Para iniciar a reestruturação financeira da entidade, Enilda Ribeiro, em nome da Direção Nacional, iniciou uma série de contatos com presidentas e presidentes dos Departamentos Estaduais, a fim de que saldassem suas dívidas com a Direção Nacional e efetuassem o pagamento das suas contribuições mensais. O rascunho da correspondência (Figura 38) enviada ao Departamento de Alagoas (IAB-AL) demonstra essa iniciativa e o tom dado pela arquiteta a essas cobranças, ressaltando o compromisso político que as entidades assumiram com a Direção Nacional. A exemplo deste documento, existem outros diversos rascunhos de correspondências aos Departamentos Estaduais, o que demonstra o papel de Enilda Ribeiro como importante agente do campo naquele momento, tendo o objetivo de alavancar a situação financeira da entidade.

Figura 38 – Rascunho de correspondência enviada ao IAB-AL

Tais, minhas ^{presidente} ~~estimadas~~ Alagoas
 Estou ansiosamente esperando a contribuição
 referente ao 1.º trimestre de 83
 9.517,00

Para nosso trabalho é uma quantia valiosa
 e, tenho certeza, para o Dep. de ~~Alagoas~~ ^{Alagoas} é inici-
 la ~~uma a sua contribuição~~ + é a afirmação de
 seu ^{compromisso} ~~apoio político~~ ~~dado a nossa entidade~~ para a
~~Direção Nacional~~ assumido em 29 de Janeiro.
 O apoio de vós ~~trabalha~~ ~~o~~ ~~sido~~ de nossa missão

Um amável abraço do
 tesoureiro Sílvia.

MEMORANDO

Fonte: Arquivo Enilda Ribeiro, Caixa 9, AHDR/IAB-RS.

Entre as linhas prioritárias de ação da gestão 1983-1985 do IAB-DN, também estava a questão da reformulação da legislação profissional e do Sistema CONFEA/CREA, que perpassou várias décadas e diretorias do IAB. Em fevereiro de

1984, o IAB-DN emitiu um documento⁹⁹ sintetizando sua posição sobre o debate da legislação profissional, a fim de contribuir para as discussões e unificar posições entre os profissionais. De acordo com o documento, havia distorções graves no Sistema CONFEA/CREA: as atribuições dos arquitetos não estavam definidas em lei, então sua definição dependia de um conselho profissional em que eles eram minoria e ainda eram conferidas a outras áreas que tinham apenas uma formação superficial em Arquitetura; e arquitetas e arquitetos não tinham uma instância específica com poderes para defender a Arquitetura e fiscalizar o exercício profissional, dependendo também de um conselho onde não formavam maioria.

Dessa forma, o IAB-DN entendia que somente um novo texto legal, aprovado pelo Congresso Nacional, poderia superar as falhas que há anos causavam danos à Arquitetura brasileira. O Instituto defendeu o texto do anteprojeto de lei aprovado no X CBA em 1979, elaborado pela gestão anterior (1977-1979) do IAB-DN, cujas principais recomendações estavam relacionadas ao âmbito da ação do arquiteto, à especificidade do ensino e à criação de um órgão específico de fiscalização. Para o IAB-DN, no entanto, definir em lei as atribuições dos arquitetos e a natureza da formação em Arquitetura era prioridade em relação à criação do conselho, já que essas definições não estariam mais sujeitas a um órgão, mas a uma legislação.

No Relatório da Gestão 1983-1985 do IAB-DN¹⁰⁰, há uma descrição do processo de reformulação da legislação profissional entre aqueles anos, do ponto de vista da Direção Nacional. Conforme o relatório, em 1983, foi criada a Comissão Diretora das Entidades Nacionais (CDEN), órgão conveniado com o CONFEA que deveria promover um debate entre as entidades profissionais vinculadas ao conselho, por recomendação da Comissão de Estudo para a Legislação Profissional (CELP). Inicialmente, Telmo Magadan, presidente do IAB-DN, assumiu como vice-coordenador da CDEN, sob a coordenação do engenheiro Wilson Gonçalves e, depois, do engenheiro Luiz de Vasconcelos. Enilda Ribeiro assumiu como secretária da CDEN entre 1984 e 1985, representando a Direção Nacional do IAB. Mas seu papel foi além de secretariar as reuniões: Enilda Ribeiro coordenou os debates nos Departamentos Estaduais do IAB, presidiu os encontros regionais em Belo

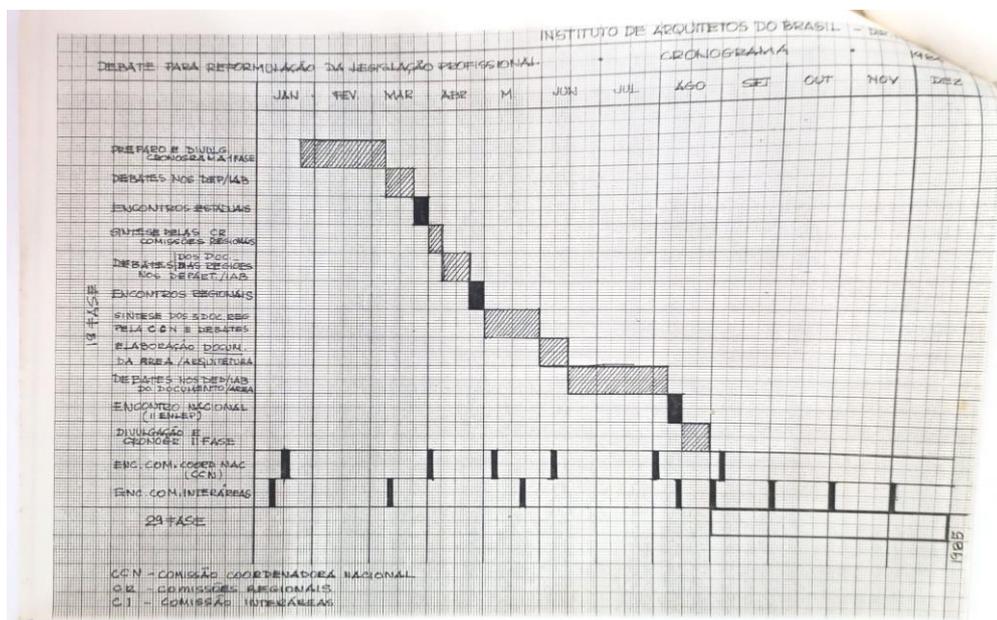
⁹⁹ *Ref. posição do IAB/DN sobre o debate da legislação profissional*. Porto Alegre, 08 de fevereiro de 1984. Arquivo Enilda Ribeiro, Caixa 6, AHDR/IAB-RS.

¹⁰⁰ *Relatório 83-85*, p. 37. Instituto de Arquitetos do Brasil. Arquivo Enilda Ribeiro, Caixa 6, AHDR/IAB-RS.

Horizonte, Fortaleza e Porto Alegre e ainda editou os boletins da CDEN para divulgar as discussões entre os profissionais. Foi um período de grande mobilização, recomendada pelo X CBA, para os debates sobre a legislação profissional entre as entidades, em que a arquiteta foi figura central para a sua organização.

Em uma Circular do IAB-DN¹⁰¹ enviada para todos os Departamentos Estaduais, de 1º de março de 1984, a Direção Nacional explicou o cronograma dos debates. Dos encontros estaduais, deveriam resultar posições documentadas pelos Departamentos do IAB, a serem levados para os encontros regionais (Regiões Norte/Nordeste, Centro e Sul), que deveriam elaborar um relatório com pontos a serem discutidos em encontro nacional. Anexado a esta Circular, consta um cronograma esquemático (Figura 39) com a sugestão do IAB-DN para a organização dos debates ao longo de 1984. Identifica-se, neste cronograma, a caligrafia de Enilda Ribeiro, como provável idealizadora daquele plano. No arquivo, consta ainda o rascunho da Circular¹⁰², também escrito por Enilda Ribeiro, o que reforça o papel da arquiteta no planejamento e mobilização dos encontros, mesmo que o documento tenha sido assinado, na versão final, por Telmo Magadan e Arnaldo Knijnik.

Figura 39 – Cronograma dos debates para reformulação da legislação profissional



Fonte: Arquivo Enilda Ribeiro, Caixa 13, AHDR/IAB-RS.

¹⁰¹ Circular IAB/DN 023/83.85. Porto Alegre, 01 de março de 1984. Arquivo Enilda Ribeiro, Caixa 13, AHDR/IAB-RS.

¹⁰² Circular 023 da Dir. Nacional aos Deptos. Assunto – Cronograma p/ Discussão da Legisl. Prof. (documento manuscrito). Arquivo Enilda Ribeiro, Caixa 2, AHDR/IAB-RS.

Os debates ocorreram ao longo de 1984. As posições documentadas nos encontros estaduais e regionais foram debatidas na 70ª reunião do COSU, em Brasília, em agosto daquele ano, dando origem à posição nacional do IAB sobre a legislação profissional. Esta foi apenas a 1ª fase dos debates, referente à área da Arquitetura, que ocorreu também nas outras áreas profissionais vinculadas ao conselho, mas sem o cumprimento exato dos prazos previstos, devido a atrasos no repasse de verbas pelo CONFEA para a sua realização. Em uma 2ª fase, os debates seriam entre as áreas e, devido aos atrasos, foram postergados para o ano de 1986.

O relatório final da 70ª reunião do COSU¹⁰³, por meio do grupo de discussão sobre legislação profissional (que Enilda Ribeiro integrou), faz menção a uma proposta de ação judicial, com o objetivo de ver declarado o direito exclusivo do arquiteto de exercer a atribuição de projeto. Outro documento, de 15 de outubro de 1984, relata uma reunião que deu andamento a essa questão, com a participação de representantes do IAB-DN, do IAB-RS, da FNA, do SAERGS e da Câmara de Arquitetura do CREA-RS, além de assessores jurídicos. Os participantes discutiram a possibilidade de ação judicial do ponto de vista estratégico, a viabilidade da tese a ser defendida e os riscos envolvidos. Decidiram, ao fim da reunião, pelo seu encaminhamento. Enilda Ribeiro foi indicada por Telmo Magadan, junto a outros nomes, para integrar a comissão que daria andamento ao estudo da ação judicial. É interessante perceber, por meio deste documento, o trânsito de Enilda Ribeiro entre os agentes do campo naquele momento, bem como o seu papel central nas discussões sobre a legislação profissional. Entre as suas falas durante a reunião, a arquiteta relembrou o anteprojeto de lei elaborado em 1979 e apresentado no X CBA e defendeu uma ação mais abrangente, com um projeto de lei que definisse as atribuições dos arquitetos e criasse um conselho próprio:

ENILDA: Diz que sempre defendeu o CRA, o conselho próprio. Em 79 foi feito um anteprojeto de lei que define esta lei própria para ser levado ao I ENLEP [Encontro Nacional sobre a Legislação Profissional] que aprovou sua utilização como base para estudo. Também acha importante frisar que não é o perfil do arquiteto que deve ser definido, mas sim o que é arquitetura. Isso deve ser divulgado através de campanha. Diz que no começo da reunião era contrária a um processo baseado na isonomia porque se basear na atual lei seria falho. Agora acha que deve-se entrar com um processo de mais conteúdo, até com o CRA ou apresentar uma lei

¹⁰³ *Relatório Final. 70ª Reunião do Conselho Superior do IAB. Brasília – 18 a 21 de agosto de 1984.* Arquivo Enilda Ribeiro, Caixa 3, AHDR/IAB-RS.

no Senado com um projeto abrangente com um sistema administrativo e conselhos próprios para cada categoria. Acredita que as atribuições devem ser definidas em lei. Lembra que, conforme informações trazidas por Borja, o CONFEA aprovou uma resolução que permite que os engenheiros fazer urbanismo, e urbanismo é arquitetura.¹⁰⁴

Em 1986, após encerrar a gestão do IAB-DN e assumir a coordenação da CDEN, Enilda Ribeiro deu continuidade aos encontros e mobilizações. Nos debates interáreas, cada setor apresentou suas propostas de modificação da Lei nº 5194/66 e se fortaleceu a ideia, a partir de iniciativa dos profissionais da Arquitetura, de criar um conselho interprofissional composto por subsistemas autônomos para as várias profissões envolvidas no CONFEA. Para arquitetas e arquitetos, era uma forma de conquistar autonomia dentro do Sistema CONFEA/CREA, diante do cenário político desfavorável para a criação de uma legislação própria, que restaria postergada.

No entanto, a proposta da Arquitetura, apoiada pelas outras áreas profissionais, encontrou resistência no grupo da Engenharia, cujas divisões internas impediram um posicionamento definitivo sobre a questão e inviabilizaram o esperado consenso. Diante disso, todo o processo de discussão foi paralisado no segundo semestre de 1986 — entidades nacionais da Engenharia se recusaram a participar das reuniões finais, que seriam conclusivas de todo o processo de debate entre entidades desenvolvido desde 1983. Então, as mobilizações de entidades e profissionais da Arquitetura, bem como de outras áreas do Conselho, voltaram-se para a defesa das eleições diretas no Sistema CONFEA/CREA, movimento que contou com profundo envolvimento de Enilda Ribeiro como coordenadora da CDEN.

O documento¹⁰⁵ que relata esse cenário, embora sem data, provavelmente foi elaborado pela gestão do IAB-DN do triênio 1986-1988, presidida por Fábio Goldman. No texto, a Direção Nacional menciona o momento de mobilização de arquitetos, engenheiros e agrônomos pelas eleições diretas no Sistema CONFEA/CREA, na esteira dos movimentos políticos brasileiros a favor da democracia. Na época, sufocado por uma grave crise econômica, o país viu surgir uma mobilização popular por eleições diretas para presidência, uma escolha que representasse a vontade da maioria, numa transição do período ditatorial para um

¹⁰⁴ *Súmula da reunião para encaminhamento da proposta das Câmaras de Arquitetura dos CREAs*, p. 5. Arquivo Enilda Ribeiro, Caixa 6, AHDR/IAB-RS.

¹⁰⁵ *O Atual Momento Da Legislação Profissional – Eleições Diretas?*. Arquivo Enilda Ribeiro, Caixa 15, AHDR/IAB-RS.

contexto democrático. Múltiplas representações civis se manifestavam em comícios e mostravam que a sociedade — não apenas um partido — estava organizada para demonstrar sua vontade (Pastro Oliveira; Marinho, 2012).

O documento da Direção Nacional explicava, no entanto, que a forma de eleição do presidente do CONFEA era definida em lei, portanto não bastava o movimento pró-diretas — era preciso submeter uma proposta à aprovação do Congresso Nacional, iniciativa que se mostrava inviável no cenário político do Sistema naquele momento. Dessa maneira, o movimento pelas eleições diretas no CONFEA e nos CREAs se limitava a defender que os conselheiros federais e regionais referendassem o nome indicado resultante de ampla consulta aos profissionais. Nesse sentido, o texto da Direção Nacional alertava a arquitetas, arquitetos e entidades sobre o que estava em jogo no movimento pró-diretas.

As eleições diretas para o CONFEA e os CREAs já eram defendidas há mais tempo, principalmente pelo grupo da Arquitetura, insatisfeito com suas condições de participação no Sistema. Na sessão de 22 de agosto de 1984, em Brasília, que deu posse a novos conselheiros do CONFEA para o triênio 1985-1987, Enilda Ribeiro foi responsável por ler e entregar ao presidente do conselho, Onofre Braga de Faria, um documento elaborado pela CDEN. Tratava-se do “Manifesto pelas Diretas para o CONFEA”, que defendia uma ampla consulta prévia, com voto direto e secreto de todos os profissionais registrados nos CREAs, para a presidência e direção do CONFEA. Após a leitura, o presidente esclareceu que havia conflitos que o impediam de levar o assunto ao plenário, já que a sessão seguinte elegeria a próxima gestão e seria inviável constituir uma diretoria provisória ou modificar a legislação vigente naquele momento. Nas manifestações seguintes, contrariando o presidente, alguns conselheiros apoiaram a proposta e defenderam que fosse discutida e avaliada em plenário (Brasil, 1984). No entanto, o manifesto não logrou sucesso naquela ocasião. Mas se manteve em debate para as eleições seguintes, apesar da resistência do presidente do conselho.

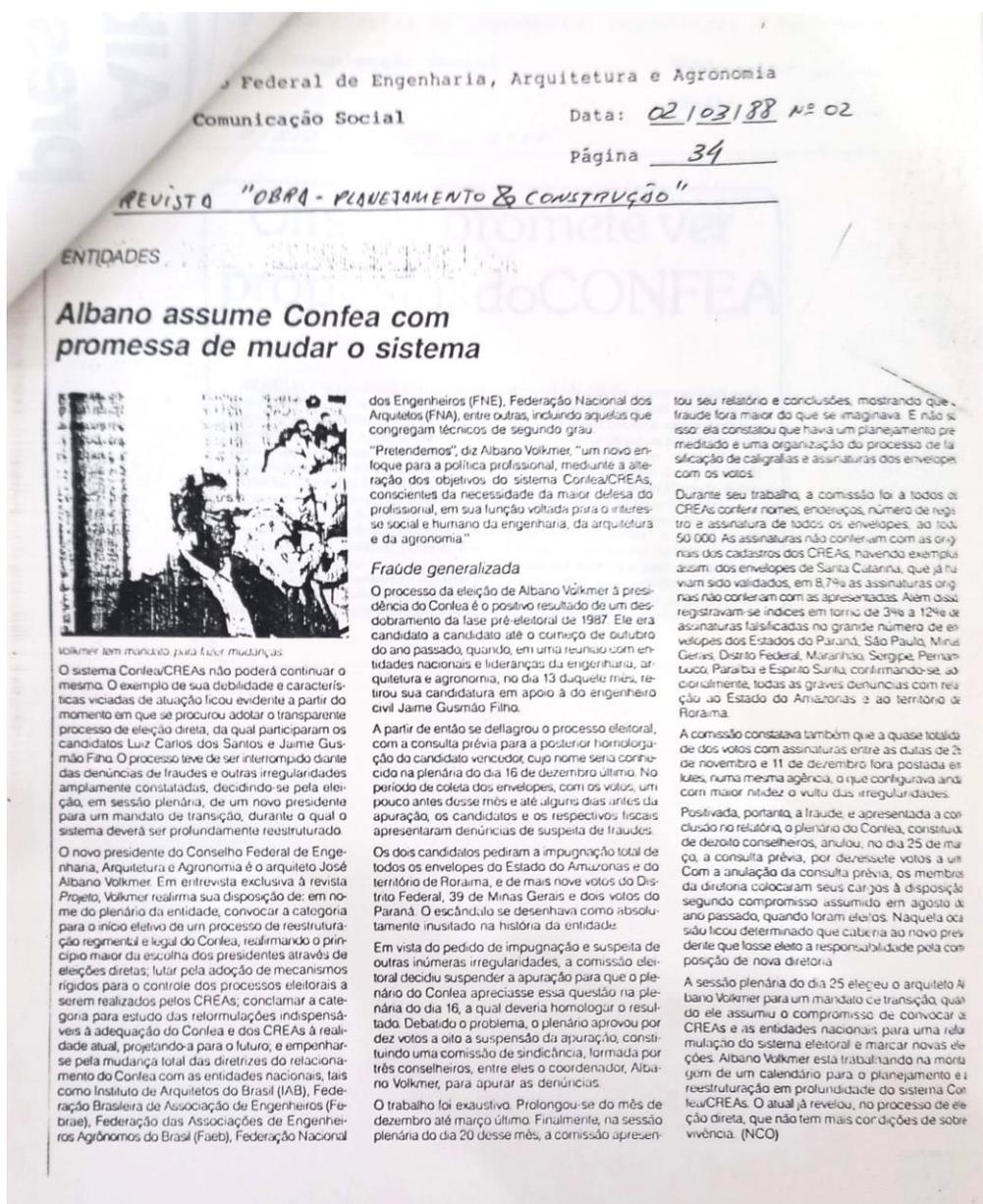
No segundo semestre de 1987, seriam realizadas novas eleições para presidente e diretoria do CONFEA e dos CREAs, momento em que o debate sobre as diretas voltou a se aquecer. Em reunião das entidades nacionais de

O rascunho faz menção a um documento da CDEN¹⁰⁷ que foi lido na sessão plenária de posse dos conselheiros do CONFEA no dia 26 de agosto de 1987. Esse documento ressalta que havia diversas propostas das entidades participantes para reformulação da legislação profissional e da organização do Sistema, que iam muito além das eleições. No entanto, essa era a questão atual e uma nítida preocupação dos profissionais das diversas áreas, que reiteravam a importância das eleições diretas para favorecer as mudanças exigidas.

O que resultou daquelas eleições, no entanto, foi um processo marcado por denúncias e fraudes. De acordo com reportagem da revista OBRA (Figura 41), de 2 de março de 1988, a disputa entre os candidatos Luiz Carlos dos Santos e Jaime Gusmão Filho conheceria seu vencedor no dia 16 de dezembro de 1987; no entanto, ainda no período de coleta dos votos da consulta prévia, os candidatos e respectivos fiscais apresentaram denúncias de fraude e manipulação. A apuração dos votos foi suspensa para que uma comissão de sindicância avaliasse as denúncias. Meses depois, em março de 1988, a comissão apresentou seu relatório: centenas de assinaturas haviam sido falsificadas nas votações em diversos CREAs do país. Assim, a consulta prévia foi cancelada. José Albano Wolkmer, que foi presidente do CREA-RS (1982-1984) e do IAB-RS (1976-1977) e era diretor da Faculdade de Arquitetura da UFRGS, foi eleito para um mandato de transição. Na ocasião, prometeu convocar a categoria para discutir a reestruturação regimental e legal do CONFEA, tendo como princípio as eleições diretas para a entidade.

¹⁰⁷ *Comissão Diretora das Entidades Nacionais. Documento lido no Plenário do CONFEA dia 26/08/87. Arquivo Enilda Ribeiro, Caixa 15, AHDR/IAB-RS.*

Figura 41 – Reportagem da Revista OBRA sobre fraude nas eleições do CONFEA



Fonte: Arquivo Enilda Ribeiro, Caixa 6, AHDR/IAB-RS.

Após o cancelamento das eleições de 1987, Enilda Ribeiro foi indicada para compor a comissão eleitoral de consulta prévia para presidência do CONFEA, nas eleições que estavam sendo planejadas pelo mandato de transição. No Arquivo Enilda Ribeiro, não encontrei registros de como se deu o desfecho desse processo. Lígia Maria Leite Pereira (2008), ao reconstituir a história do Sistema CONFEA/CREA, informa que, em 29 de julho de 1988, foi aprovado o regulamento para a consulta prévia e o calendário eleitoral, que findaria em dezembro com a posse do presidente eleito. Na apresentação do resultado ao plenário, em 25 de

novembro, o processo foi novamente questionado devido ao não cumprimento de prazos. Mas o resultado foi honrado: o candidato Frederico Victor Moreira Bussinger foi eleito presidente nas primeiras eleições diretas do Conselho.

O processo eleitoral do CONFEA, como um todo, serviu como um microcosmo do que ocorria na macropolítica do Brasil, em um momento de condução do país a uma democracia que representasse o povo brasileiro. O levante por eleições diretas para a presidência do Brasil ecoava também nas entidades profissionais e outros agrupamentos, tal qual ocorreu no Sistema CONFEA/CREA. Era um desejo manifestado por aqueles que sonhavam com um país democrático em todos os seus âmbitos.

Outra entidade profissional da área da Arquitetura em que a vontade por eleições diretas ecoava era a Federação Nacional dos Arquitetos (FNA). A FNA foi fundada em 1979, como entidade sindical que congrega os sindicatos estaduais da categoria. Em 1986, ocorreu o primeiro pleito da entidade com votação direta das arquitetas e arquitetos sindicalizados, para eleição da diretoria de 1986-1989. Naquelas eleições, a Chapa 2 – União e Mudança (Figura 42), de oposição, era composta por: Edison Eloy de Souza – SP (presidente), Enilda Ribeiro – RS (1ª vice-presidenta), Maria Lucia Malar – MG (2ª vice-presidenta), Celso C. C. Franco – SP (secretário geral), Emerson de Paula – SP (1º secretário), Luciano Guimarães – CE (2º secretário), Salma Cafruni – RS (3ª secretária), Luiz Salvador P. Gnoato – PR (4º secretário), Vasco de Mello – SP (tesoureiro geral), Nadia Cahen – SP (1ª tesoureira) e José Antonio Lemos dos Santos – MT (2º tesoureiro).

No documento que apresenta a plataforma da chapa, é possível compreender a sua posição: “Queremos propor a tarefa necessária e oportuna de dar à FNA o poder político real. Este poder que só emana da representação legítima da classe e lhe faculta participar da organização da sociedade brasileira”¹⁰⁸. Os candidatos entendiam que aquele pleito, com duas chapas candidatas, representava um avanço democrático para a entidade, mas também um risco ao desafiar a legislação vigente, que previa eleições indiretas pelo Conselho de Representantes dos Sindicatos. A chapa de Enilda Ribeiro reivindicava ainda que havia uma crescente sectarização política e instrumentalização partidária da FNA, que não correspondia ao caráter

¹⁰⁸ *Federação Nacional dos Arquitetos, Chapa 2 – União e Mudança, Plataforma.* Arquivo Enilda Ribeiro, Caixa 11, AHDR/IAB-RS.

amplo, plural e democrático praticado nas entidades estaduais. Ao final, no entanto, a chapa da situação foi a vencedora, consagrando o arquiteto Newton Burmeister como presidente¹⁰⁹.

Figura 42 – Material de campanha da Chapa 2 às eleições da FNA em 1986



Fonte: Arquivo Enilda Ribeiro, Caixa 11, AHDR/IAB-RS.

Esse cenário de democratização que atravessava o país também atravessou a história do IAB. Em 14 e 15 de abril de 1984, ocorreu uma reunião extraordinária de presidentes dos Departamentos Estaduais do IAB, em que se discutiu, entre outras questões, a manifestação do Instituto pelas “Diretas Já!”. O encontro aconteceu às vésperas da votação da Emenda Constitucional Dante de Oliveira, que trazia a proposta das eleições diretas para a presidência da República, depois de 20 anos de regime militar. No documento aprovado pela reunião de presidentes do IAB, assinado por Telmo Magadan e Arnaldo Knijnik, consta a posição definida pelos arquitetos em relação ao movimento:

¹⁰⁹ Sobre a FNA. Disponível em: <https://www.fna.org.br/sobre-a-fna/>. Acesso em 4 dez. 2022.

Reunidos no Rio de Janeiro, a Direção Nacional e os Presidentes de 16 dos Departamentos estaduais do Instituto de Arquitetos do Brasil, coerentes com o passado da entidade, reafirmam seu engajamento na luta de todo o povo brasileiro pela realização de eleições diretas já. [...]

O reencontro entre a Nação e um Governo legitimado pelo voto popular é o ponto de partida para o encaminhamento de uma nova política econômica, a reordenação do quadro político-institucional e a elaboração de uma nova Constituição.

Por isso tudo nos dirigimos:

AOS ARQUITETOS, para que se mantenham unidos em torno dos Comitês pelas Diretas Já, existentes em suas organizações profissionais.

AO POVO BRASILEIRO, para que se mantenha mobilizado e consciente do seu papel e de sua força no processo de construção de seu próprio destino.

AOS MEMBROS DO CONGRESSO NACIONAL, para que assumam efetivamente a representação do povo que os elegeu e a defesa da soberania da Nação, aprovando a emenda constitucional que restabelece as eleições diretas para Presidente da República já.¹¹⁰

No entanto, apesar da mobilização, a campanha não trouxe o resultado esperado: a Emenda Constitucional, votada no dia 25 de abril de 1984, não foi aprovada, por uma diferença de 22 votos entre os congressistas. Assim, “prevaleceu a opção pela transição negociada, o que demonstra a enorme (e histórica) distância entre a voz das ruas e o Congresso” (Pastro Oliveira; Marinho, 2012, p. 139).

A partir de então, os olhares se voltaram para o Colégio Eleitoral do Congresso Nacional, que elegeu Tancredo Neves e José Sarney para conduzir o país à redemocratização. Nesse processo, era esperada com expectativa a convocação da Assembleia Nacional Constituinte, que seria responsável por elaborar a nova Constituição Federal. Convocada em 1985 pelo presidente José Sarney, após a morte de Tancredo Neves, a Constituinte contou com ampla participação da sociedade, por meio do envio de sugestões e emendas populares de cidadãos e entidades representativas, e com os trabalhos de senadores e parlamentares constituintes. Em 1º de fevereiro de 1987, a Assembleia Nacional Constituinte foi instalada e, em 5 de outubro de 1988, foi promulgada a Constituição Federal, também chamada de Constituição Cidadã.

No informativo do IAB-DN, denominado Espaço¹¹¹, publicado em separata na Revista Projeto, a gestão do triênio 1983-1985 apresentou o documento “Os Arquitetos e a Constituinte”, aprovado no plenário do XII Congresso Brasileiro de

¹¹⁰ “Os arquitetos brasileiros e as eleições diretas já”. Documento aprovado pela Reunião de Presidentes do IAB – Rio de Janeiro 14 e 15 de abril de 1984. RELATÓRIO 83-85, p. 58. Instituto de Arquitetos do Brasil. Arquivo Enilda Ribeiro, Caixa 6, AHDR/IAB-RS.

¹¹¹ OS ARQUITETOS e a Constituinte. Espaço – Órgão Informativo do IAB/Nacional. Revista Projeto, [1985]. Arquivo Enilda Ribeiro, Caixa 11, AHDR/IAB-RS.

Arquitetos, realizado em Belo Horizonte, em 1985. O documento traz um panorama do momento político do país, de transição para a democracia, que colocava, de um lado, quem acenava com tímidas reformas e, do outro, quem defendia profundas mudanças para eliminar o autoritarismo e incluir a população nos processos decisórios. Quanto ao processo constituinte, arquitetas e arquitetos defendiam a ampla participação do povo como principal agente, diferentemente do que estava sendo proposto pelo governo. Assim se posicionaram os profissionais reunidos no XII CBA:

O XII Congresso Brasileiro de Arquitetos participa dessa avaliação e entende que seja fundamental:

- a) a revogação sumária das leis repressivas e de exceção, Lei de Segurança Nacional, Lei de Greve, Lei Falcão, bem como a extinção de todo o aparelho repressivo, a começar pelo SNI, DOI, CODIs etc., e todo o entulho autoritário;
- b) que sejam eliminadas das regras eleitorais atuais os casuísmos e que seja instituída a proporcionalidade federativa de acordo com o número de eleitores por Estado;
- c) que a assembléia nacional constituinte seja livremente eleita e que exerça suas funções soberanamente, sem que nenhum outro poder a sobreponha;
- d) garantias contra os efeitos do poder econômico na eleição, que os gastos sejam regulamentados e fiscalizados, tendo a população acesso a estes procedimentos;
- e) o repúdio à “comissão de notáveis” chamada pelo governo para elaborar um texto prévio, que poderá ser utilizado para substituir a livre expressão da vontade do povo brasileira e esvaziar a ANC;
- f) que sejam assegurados canais de comunicação permanente entre a ANC e a sociedade civil.¹¹²

A partir daí, o documento insere o papel dos arquitetos no processo constituinte e na futura carta constitucional, no sentido de contribuir para a construção de bases fundamentais para a justiça social, mas também de avançar na luta da categoria pela sua delimitação profissional. Para eles, a nova constituição deveria garantir os direitos fundamentais à habitação, ao meio ambiente construído, à cidade e à propriedade urbana, além de definir as responsabilidades do cidadão, dos promotores e proprietários imobiliários, dos que exploram atividades econômicas urbanas, das comunidades organizadas e, especialmente, do Estado. Entre as recomendações gerais, o documento final do XII CBA dispõe que:

¹¹² OS ARQUITETOS e a *Constituinte*. Espaço – Órgão Informativo do IAB/Nacional. Revista Projeto, [1985]. Arquivo Enilda Ribeiro, Caixa 11, AHDR/IAB-RS.

O XII Congresso Brasileiro de Arquitetos recomenda a ampliação da mobilização nacional pela constituinte com a participação das entidades representativas dos arquitetos nos plenários pró-participação popular ou comitês pró-constituinte existentes nos Estados e municípios, bem como através de iniciativas outras que contribuam para o esclarecimento e a organização das comunidades, como caravanas, mutirões etc. [...]

O XII Congresso Brasileiro de Arquitetos sugere uma relação de temas sobre os quais deveriam ser elaboradas propostas dos arquitetos e entidades:

- gestão da cidade e soberania dos cidadãos.
- habitação, propriedade do solo urbano, transporte, meio ambiente, gestão urbana, eleição municipal, tecnologia nacional, desenvolvimento urbano e saneamento.
- a nível profissional, avaliar as relações de formação, trabalho e produção da arquitetura.¹¹³

Na introdução a este documento, a diretoria do IAB-DN no biênio 1983-1985 apresentou um relato, já encerrando seu mandato, sobre suas ações políticas e de participação social no período da gestão. O texto informa que a situação política do país se refletia na vida do Instituto, de maneira que se percebia uma substituição do consenso antitadadura e pró-democracia por um novo quadro ideológico, em que se opunham profissionais partidários das mudanças por meio do governo vigente e aqueles que defendiam a sua substituição imediata. No entanto, reforça a posição de independência do IAB em relação ao poder público, partidos e grupos de influência para poder exercer o seu papel político e promover a unidade das tendências progressistas, a favor de avanços na política habitacional urbana, na renovação do ensino de Arquitetura e na adequação da legislação profissional — frentes tradicionais de reivindicação do IAB.

No Arquivo Enilda Ribeiro, consta um documento assinado por Roberto Freire, deputado federal constituinte eleito pelo PCB de Pernambuco. No texto, o político ressalta o histórico de lutas do IAB e as suas contribuições para a questão urbana da nova carta constitucional:

Testemunhas que somos do papel desempenhado pelo IAB, no período autoritário, como fórum acolhedor dos debates das forças democráticas e progressistas, desejamos salientar as contribuições por ele oferecidas nas recentes discussões nas Comissões da Assembléia Nacional Constituinte, possibilitando relevantes subsídios para o equacionamento do Capítulo da Questão Urbana.¹¹⁴

¹¹³ OS ARQUITETOS e a Constituinte. Espaço – Órgão Informativo do IAB/Nacional. Revista Projeto, [1985]. Arquivo Enilda Ribeiro, Caixa 11, AHDR/IAB-RS.

¹¹⁴ Documento sem identificação (datilografado, timbrado pela Câmara dos Deputados, assinado por Roberto Freire), [1988]. Arquivo Enilda Ribeiro, Caixa 15, AHDR/IAB-RS.

Não é possível identificar a finalidade do documento, mas o texto confirma a participação do IAB no processo constituinte, como uma importante entidade representativa de arquitetas, arquitetos e urbanistas, na linha do que defendia o documento final do XII CBA. O IAB, a FNA e a Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura (ABEA) foram convidados a debater a política habitacional e urbana nas reuniões da Subcomissão da Questão Urbana e Transportes. Em conjunto com a FNA e a Federação Nacional de Engenheiros (FNE), o IAB encaminhou proposta de emenda popular à Assembleia Nacional Constituinte, referente à questão urbana, subscrita por 131 mil eleitores. Dessa maneira, o Instituto contribuiu para incluir, de maneira inédita em textos constitucionais brasileiros, um capítulo sobre a política urbana na Constituição Federal de 1988, o que é considerado por muitos autores uma evolução histórica da agenda da reforma urbana no Brasil (Koury; Oliveira, 2021).

Como foi visto neste subcapítulo, o Arquivo Enilda Ribeiro pode ser compreendido em seus vários rastros do passado, que conduzem por caminhos diversos — da luta pela identidade da profissão até a criação de um conselho profissional próprio, da função social de arquitetas e arquitetos até as suas contribuições para o processo constituinte, do papel das entidades profissionais na sociedade até a participação de uma arquiteta nos debates políticos da profissão e na organização interna da classe profissional. Percorrer esses rastros, no entanto, só é possível porque Enilda Ribeiro se dedicou a guardar esses papéis, considerando-os testemunhos de um passado ao qual ela atribuía algum valor, que merecia ser lembrado.

A guarda dos documentos por Enilda Ribeiro remete aos gestos de arquivamento de si (Artières, 1998), característicos dos arquivos pessoais. Produzir arquivos é uma atividade funcional do cotidiano, mas não apenas isso: guardamos registros para não esquecer, para não sermos esquecidos, para pensar sobre o passado e o futuro, para construirmos a nossa identidade, enfim, para existirmos. Mas esse processo envolve escolhas e intencionalidades, porque “fazemos um acordo com a realidade, manipulamos a existência: omitimos, rasuramos, riscamos, sublinhamos, damos destaque a certas passagens” (Artières, 1998, p. 11). Assim, determinadas memórias são guardadas, enquanto outras são descartadas, como maneira de legar ao futuro apenas aquilo que nos interessa e construir uma imagem

social associada a uma imagem íntima de si próprio.

No entanto, o Arquivo Enilda Ribeiro indica menos um interesse individual de construção e perpetuação da imagem da arquiteta, e mais um empreendimento social, um comprometimento de Enilda Ribeiro com a sua profissão, alinhado ao seu histórico de dedicação à Arquitetura¹¹⁵. Como se depreende a partir dos documentos do seu arquivo, Enilda Ribeiro representa os coletivos que liderou ou com os quais se envolveu: ela fala “por nós”, luta “por nós” e, nesse caso, também guarda “por nós”. Portanto, no seu arquivo pessoal, em que predominam documentos institucionais, parece preponderar a sua preocupação em preservar as memórias da profissão, do IAB e demais entidades, embora uma dimensão individual esteja presente, já que os documentos perpassam momentos da sua vida. De qualquer forma, há também intencionalidades nos seus gestos de arquivamento: a arquiteta selecionou determinados papéis para serem guardados, como testemunhos das memórias às quais ela atribuía algum valor, enquanto outros foram descartados ou destinados a outros fins.

McKemmish (2018) analisa os arquivos pessoais como a produção de “provas de mim”, dado o valor testemunhal de um conjunto de documentos, guardados e mantidos por seu titular, sobre as suas atividades nos mais diversos âmbitos — pessoal, familiar, profissional, acadêmico etc. “O ato de arquivar é um ‘tipo de testemunho’. No plano pessoal, é um modo de evidenciar e memoriar nossas vidas — nossa existência, nossas atividades e experiências, nossas relações com os outros, nossa identidade, nosso ‘lugar’ no mundo” (McKemmish, 2018, p. 239). Mas é por causa dessas relações em sociedade que a autora defende também que os arquivos pessoais transbordam os limites de uma vida particular e se transformam em “provas de nós”, sempre vinculados à coletividade em que os documentos e o próprio arquivo são constituídos. O Arquivo Enilda Ribeiro, portanto, pode ser entendido nesse transbordamento: são “provas de mim”, que têm vestígios das atividades da arquiteta inserida no campo, mas também “provas de nós”, vinculadas aos grupos que Enilda Ribeiro integrou e representou, o que parece ser sua a intenção primordial, sempre diligente na sua atuação pela coletividade.

¹¹⁵ Faço essa inferência a partir da pesquisa, da compreensão do engajamento da arquiteta com os debates sobre a profissão ao longo da sua vida, mas não se trata de uma afirmação taxativa sobre sua intenção ao guardar os documentos, já que não há um testemunho direto dessa sua vontade.

3.3 O arquivo pessoal de Enilda Ribeiro se constitui como um patrimônio?

Memórias de Enilda Ribeiro, da Arquitetura, das entidades profissionais (IAB, CONFEA, FNA), do setor cultural de Porto Alegre, da Assembleia Nacional Constituinte, da política urbana no país — os documentos do Arquivo Enilda Ribeiro guardam rastros de diferentes grupos sociais e contextos de atuação. O valor dessas memórias, no entanto, depende da mirada da coletividade para avaliar a importância e a necessidade da sua preservação e, porventura, da sua patrimonialização. Neste subcapítulo, sem a pretensão de uma resposta definitiva, analiso se é possível compreender e institucionalizar o Arquivo Enilda Ribeiro como um patrimônio cultural arquivístico, as contribuições que esse processo poderia trazer e os desafios que estariam envolvidos.

No Arquivo Enilda Ribeiro, estão imbricadas memórias individuais da arquiteta e memórias da coletividade. Joël Candau (2012) analisa como se passa de formas individuais para formas coletivas de memória e identidade, considerando esses dois conceitos fundamentalmente entrelaçados — a memória como fonte primordial para a identidade, ou a memória como a identidade em ação, tanto no âmbito individual quanto no coletivo. Para tanto, o autor entende que existem três níveis de memória (Candau, 2012, p. 21-23): (1) a protomemória, ou memória de baixo nível, que constitui os saberes e as experiências individuais, incorporados socialmente e compartilhados pelos membros de uma sociedade, sem tomada de consciência, uma memória “imperceptível”; (2) a memória propriamente dita, ou memória de alto nível, que evoca lembranças, voluntária ou involuntariamente, sobre vivências, saberes, crenças, sensações etc. e que pode se beneficiar de extensões artificiais; (3) e a metamemória, que é a representação da faculdade da memória, o modo como os indivíduos se filiam ao passado e constroem a sua identidade.

No entanto, segundo o autor, somente a metamemória pode ser pretendida no âmbito coletivo, enquanto as memórias de baixo e alto nível apenas são possíveis individualmente. Dessa forma, o que se denomina de “memória coletiva” são apenas representações, relativas ao conceito de metamemória. Trata-se de “um enunciado que membros de um grupo vão produzir a respeito de uma memória supostamente comum a todos os membros desse grupo” (Candau, 2012, p. 24). Porém, no momento de verbalizar ou transcrever lembranças, elas não são

transmitidas da mesma forma que são conservadas — algumas partes são guardadas, ignoradas ou silenciadas. Dessa forma, a memória compartilhada se torna uma ilusão, pois as representações não descrevem uma memória comum à totalidade de um grupo. O que existe é uma metamemória coletiva, ou seja, um discurso metamemorial que não necessariamente descreve uma memória compartilhada do grupo, mas uma crença dos indivíduos de que se recordam da mesma maneira que os outros integrantes.

Um arquivo histórico pode vir a produzir diferentes discursos de caráter metamemorial, nunca estáveis, a depender das leituras historicamente situadas a que o arquivo está sujeito. É um dos espaços em que se passa do indivíduo para o grupo e se potencializam os discursos de metamemória coletiva por meio de sociotransmissores (Candau, 2009). Exteriorização da memória que permite a transmissão memorial, os sociotransmissores seriam todas as coisas, tangíveis ou intangíveis, que mobilizam o mundo e promovem a conexão entre as memórias dos indivíduos. No caso do Arquivo Enilda Ribeiro, os documentos podem ser entendidos como sociotransmissores, capazes de contribuir para discursos metamemoriais em torno, principalmente, da arquiteta, da profissão e das entidades profissionais. Como a memória alimenta a identidade, segundo Candau (2012), trata-se também de contribuir para a construção da identidade profissional, ou seja, uma forma de arquitetas, arquitetos e urbanistas se perceberem no mundo e se imaginarem coletivamente — atravessada, nesse caso, pelas discussões de gênero e pelo protagonismo das mulheres na profissão.

Se o Arquivo Enilda Ribeiro contribui para os discursos de metamemória coletiva da profissão e para a construção da sua identidade, pode-se trazer à discussão o conceito de patrimônio, que se relaciona com os dois conceitos já tratados. Gonçalves (2007) entende que patrimônio é uma das palavras mais usadas no cotidiano, com as mais diversas qualificações (econômico, financeiro, cultural, arquitetônico, histórico, artístico, etnográfico, genético etc.). Embora tenha adquirido o sentido atual na modernidade ocidental, no contexto de formação dos Estados Nacionais, o autor defende o patrimônio como uma categoria de pensamento comum a qualquer época, fundamental para a vida social e mental de toda coletividade humana. Trata-se de uma prática enraizada no colecionamento, outra categoria de pensamento universal: todo grupo humano exerce a atividade de

coleccionar objetos, prática que demarca um domínio subjetivo em oposição a outros grupos e, dessa forma, constitui os “patrimônios” dessa sociedade, embora nem sempre com o propósito de guardá-los e preservá-los.

Nos contextos sociais e culturais modernos, [...] discute-se a presença ou ausência do patrimônio, a necessidade ou não de preservá-lo, mas não a sua existência. Esta categoria é um dado de nossa consciência e de nossa linguagem; um pressuposto que dirige nossos julgamentos e raciocínios. (Gonçalves, 2007, p. 111)

A categoria patrimônio pode transitar de uma cultura para outra, assumir sentidos diversos, mas é sempre presente. Nesse sentido, entende-se que os documentos acumulados por Enilda Ribeiro e guardados pelo IAB-RS constituem um patrimônio, considerando-o como categoria de pensamento. Deriva de um colecionamento, a ser preservado conforme o valor que a sociedade atribuir a ele. No entanto, na concepção moderna do patrimônio, considerando a sua qualificação como cultural, é preciso ainda direcionar a discussão para o seu caráter político e normativo, que legitima determinadas memórias para serem preservadas e as institucionaliza de acordo com processos e mecanismos.

Candau (2012, p. 16) lembra que memória, identidade e patrimônio podem ser consideradas “as três palavras-chave da consciência contemporânea”, que ainda poderiam ser reduzidas a duas, entendendo o patrimônio como uma dimensão da memória. Segundo o autor, “o patrimônio é menos um conteúdo que uma prática da memória obedecendo a um projeto de afirmação de si mesma” (Candau, 2012, p. 163-164). Enquanto a memória é dinâmica, vulnerável, afetiva, o patrimônio é processual, institucionalizado, político. Então, na concepção moderna, quando a memória é inserida na dimensão política, como instrumento de poder, e adquire caráter processual, para ser legitimada e preservada, passa-se a falar de patrimônio.

Leonardo Castriota (2009) aborda a evolução do campo patrimonial e o alargamento do conceito de patrimônio, que contribui para analisar o caso do Arquivo Enilda Ribeiro. De acordo com o autor, o patrimônio cultural é um campo em rápida expansão e mudança, constantemente repensado e apropriado por diversos agentes — anteriormente limitado aos *experts* da área, mas hoje discutido publicamente nas mais diversas camadas sociais. A ampliação da abrangência do patrimônio se reflete em uma “inflação patrimonial” (Choay, 2006), um acúmulo

contínuo de objetos das mais diferentes naturezas a serem preservados, como sintoma de uma sociedade que busca constantemente presentificar o passado. Candau também alerta para a existência de uma febre patrimonial, que expressa “um modo de pensar retromaníaco” que se dedica a encontrar ou fabricar “tudo o que permite a um grupo narrar-se a si próprio” (Candau, 2012, p. 159). Os traços do passado são guardados, produzidos ou registrados tendo em vista uma ilusão de eternidade — a sua perda poderia representar uma perda de si próprio.

Segundo o autor, a intensificação dos processos de patrimonialização resulta em uma fragmentação cada vez maior das memórias e identidades nas sociedades ocidentais atuais. Mas, quando nos referimos a grupos sociais historicamente marginalizados, a patrimonialização representa uma forma de narrarem a si próprios, fortalecerem sua identidade e buscarem visibilidade. Dessa forma, o alargamento do conceito de patrimônio demonstra sua importância para a memória e a identidade dos mais variados grupos:

Assim, de um discurso patrimonial baseado na idéia consolidada do “monumento histórico e artístico”, que se referia aos grandes monumentos do passado, passou-se em nossa era para uma concepção do patrimônio entendido como o conjunto dos “bens culturais”, referente às diversas identidades coletivas. (Catriota, 2009, p. 12)

Com essa mudança, o conceito de patrimônio extrapolou também as edificações e a materialidade — passou a abranger não apenas os monumentos, aos quais se atribuíam valor histórico e artístico, mas também os saberes, práticas, expressões, obras, documentos e os mais diversos bens, de natureza material e imaterial, aos quais os grupos sociais atribuem valores referentes às suas vivências. Essa ampliação foi reconhecida no art. 216 da Constituição Federal de 1988:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, *documentos*, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (Brasil, 1988, grifo nosso)

Dessa forma, o campo do patrimônio, assumindo já sua qualificação cultural, deve considerar a amplitude atual do conceito e contemplar todas as suas variantes. No caso do Arquivo Enilda Ribeiro, sua patrimonialização se torna viável sob o conceito alargado de patrimônio cultural, que contempla os mais diversos suportes de memória (inclusive arquivos e documentos em papel), além dos monumentos consagrados. No entanto, carece ainda de conhecimento do seu conteúdo pela coletividade e sua consequente valoração.

A atribuição de valores simbólicos por um grupo social altera o estatuto original de elementos da natureza e da cultura e os torna dignos de preservação e transmissão a futuras gerações. Segundo Castriota (2009, p. 15), a ampliação do campo demandou um aprofundamento da investigação desses valores, tendo em vista a inclusão de novos atores — agora integrantes do processo de valoração, até então exclusivo a peritos, que acabavam por reproduzir uma visão hegemônica. Esse fenômeno no patrimônio cultural acompanhou a ampliação da noção de cultura, que deixou de “se relacionar exclusivamente com a chamada cultura erudita, passando a englobar também as manifestações populares e a moderna cultura de massa” (Castriota, 2009, p. 85). Assim, grupos sociais historicamente excluídos dos processos de patrimonialização agora são seus protagonistas. Como instrumento de poder, o patrimônio é também campo de disputa: coletivos diversos reivindicam o direito de inserir suas narrativas na história, visibilizar e fortalecer suas identidades, bem como definir o que desejam preservar como seu patrimônio cultural.

Enilda Ribeiro foi uma arquiteta e urbanista mulher em um campo profissional historicamente dominado por homens brancos. Foi pioneira como a primeira mulher a se formar em curso superior de Arquitetura no Rio Grande do Sul, uma das primeiras a obter registro profissional, uma das poucas associadas ao IAB-RS nas suas primeiras décadas de existência e, em 1980, sua primeira presidenta. No entanto, pouco se conhece publicamente sobre a sua história e suas contribuições para a Arquitetura e o Urbanismo, uma vez que a historiografia da profissão sempre privilegiou as memórias e trajetórias das figuras masculinas — como ocorre, aliás, com seu companheiro Demétrio Ribeiro, que tem amplo reconhecimento público. Portanto, a patrimonialização do Arquivo Enilda Ribeiro contribuiria para inserir na história da Arquitetura e do Urbanismo a figura de uma mulher, que atuou especialmente para a consolidação da profissão como campo autônomo e para o

fortalecimento da sua identidade. Esta dissertação, então, apresenta-se como um contributo ao reconhecimento do valor inédito do Arquivo Enilda Ribeiro, o que leva a recomendar a sua preservação.

A patrimonialização cultural de arquivos foi analisada por Francisco Cougo Jr. (2020), em uma perspectiva política, sócio-histórica e técnica sobre o contexto brasileiro. O autor entende que os conjuntos documentais estiveram, por muito tempo, em crônico descompasso com as políticas de preservação no Brasil, que privilegiavam os bens edificados, como igrejas barrocas e casarões centenários, de acordo com uma concepção tradicional de patrimônio. Para o autor, isso se explica pela complexidade da patrimonialização dos documentos arquivísticos, produzidos primariamente para fins administrativos, uma vez que esse processo dependia não apenas da sua valoração, mas também da redução ou extinção da sua função primária e da definição de critérios para essa mudança. A dimensão patrimonial dos arquivos só se tornou tão relevante quanto a administrativa quando os documentos passaram a ser fontes probatórias. A partir daí, gestos e atos legais e administrativos conformaram o patrimônio cultural arquivístico no Brasil, não sem envolver “embates, disputas e conquistas que marcam o Brasil enquanto nação” (Cougo Jr., 2020, p. 23).

Os dispositivos legais relativos aos arquivos, no entanto, historicamente tendem a priorizar a gestão e preservação dos documentos produzidos pela administração pública. Já os arquivos privados, em segundo plano, são definidos a partir dessa “matriz pública” que marca a história dos arquivos (Heymann, 2009). Dessa forma, os arquivos privados, inclusive os pessoais, ocupam lugar periférico na legislação arquivística e nas pesquisas e reflexões da disciplina arquivística:

Na medida em que as legislações nacionais refletem a preocupação do Estado em legislar sobre o patrimônio documental produzido sob sua égide e cuja custódia é de sua responsabilidade, compreende-se o lugar periférico dos arquivos privados – e mais ainda dos pessoais –, que escapam à sua tutela, nos textos de natureza legal. (Heymann, 2009, p. 42-43)

Dessa forma, a “matriz pública”, que privilegia os documentos públicos em detrimento dos privados, reflete-se também na complexidade específica da patrimonialização cultural de arquivos pessoais, que deve ser analisada no caso do Arquivo Enilda Ribeiro. Segundo Heymann (2009), a especificidade da acumulação

documental por indivíduos, que se diferencia da sistemática das instituições, tanto públicas quanto privadas, lança desafios para a sua gestão e patrimonialização. Essa tipologia de arquivos confronta os princípios que fundamentam a ciência arquivística clássica e exige um tratamento específico, que vem sendo discutido por autores da Arquivologia contemporânea.

Terry Cook (1998) foi um dos pioneiros a propor uma nova perspectiva sobre os arquivos pessoais. O autor lembra que arquivos pessoais e públicos se assemelham em alguns aspectos: ambos são evidências de transações da vida humana e surgem dentro de um contexto, como parte de alguma atividade ou necessidade. No entanto, no campo dos princípios e conceitos da Arquivologia clássica, as divergências se aprofundam. Segundo o autor, a arquivística clássica entende que os arquivos públicos ou institucionais são “acumulações naturais, orgânicas, inocentes, transparentes, que o arquivista preserva de modo imparcial, neutro e objetivo”, enquanto os arquivos pessoais são “artificiais, antinaturais, arbitrários, parciais, algo realmente mais próximo de um material de biblioteca, publicado, como as autobiografias e as memórias, do que de documentos de arquivos oficiais e públicos” (Cook, 1998, p. 131-132). Porém, o autor sugere que os pós-modernistas tendem a desnaturalizar o que se supõe natural, entendendo a Arquivologia como uma construção social, perpassada por tempo, espaço, lugar, classe, gênero e raça específicos. Dessa forma, defende que não há qualquer naturalidade nem neutralidade nos arquivos públicos e institucionais, tampouco nos pessoais — posição que aproxima os dois tipos de arquivo.

Arquivos pessoais representam uma tipologia singular de acervo que, sob a custódia do seu produtor, não são regidos por critérios rígidos e procedimentos metodológicos — eles sofrem intervenções não-controladas durante a sua formação. São documentos produzidos e mantidos por pessoas físicas, representativos de determinadas passagens da sua vida e das suas relações no meio social, que podem ser tornados públicos e preservados para o futuro. Mas, selecionados e organizados com determinadas intencionalidades, reveladores de aspectos da subjetividade e sociabilidade dos seus produtores, fogem à regra dos arquivos institucionais e dos princípios arquivísticos tradicionais.

Um dos fundamentos básicos da Arquivologia é o princípio da proveniência: “a origem do documento em um dado órgão gerador e o que ele [o documento]

representa, no momento de sua criação, como instrumento que possibilitará a consecução de uma atividade dentro de uma função [...] ou que provará o cumprimento dessa atividade” (Bellotto, 2006, p. 28). Também é chamado de princípio do respeito aos fundos, de forma que não se misturem com demais fundos de outras entidades produtoras. Outra base da arquivística é o princípio do respeito à ordem original, “segundo o qual o arquivo deveria conservar o arranjo dado pela entidade coletiva, pessoa ou família que o produziu” (Arquivo Nacional, 2005, p. 137). É por meio do cumprimento dos princípios da proveniência e do respeito à ordem original que um arquivo expressa a sua organicidade, outro conceito caro à Arquivologia, de maneira que o conjunto de documentos, acumulados e reunidos ao longo das atividades da entidade produtora, reflitam a sua estrutura e funcionamento e indiquem a razão da sua produção. Essa ideia está na base da teoria dos fundos, segundo a qual o conjunto de documentos de um arquivo deve retratar a infraestrutura e as funções do órgão gerador; “reflete, em outras palavras, suas atividades-meio e suas atividades-fim” (Bellotto, 2006, p. 28).

Esses conceitos, apresentados aqui de forma simplificada, adequam-se idealmente aos arquivos produzidos por instituições, públicas ou privadas. No entanto, são esses os preceitos que os arquivos pessoais desafiam:

A ideia da constituição de um conjunto orgânico de documentos, produto e reflexo das atividades da entidade produtora do acervo, tão cara à compreensão e à valorização dos arquivos públicos, parece adaptar-se perfeitamente aos arquivos privados institucionais, mas não nos parece suficiente para explicar o fluxo dos documentos que atravessam a vida de um indivíduo e muito menos as motivações e critérios que operam na seleção e guarda dos registros. Se o exercício de funções e o desempenho de atividades no domínio profissional podem, de alguma forma, ser aproximados do desempenho de atividades por um órgão ou entidade, ainda assim os critérios e as estratégias de guarda dos documentos podem ser bastante distintos. (Heymann, 2009, p. 44-45)

Dessa forma, em um arquivo pessoal, a informalidade do arquivamento tende a caracterizar o conjunto de documentos pela ausência de organicidade. Não há, nessa perspectiva arquivística, uma sistemática de acumulação e organização: os documentos podem ser reunidos de acordo com determinadas intenções do indivíduo e baseados na sua subjetividade, sem qualquer pretensão de objetividade ou criticidade. Em muitos casos, após a morte do indivíduo que produziu e reuniu os documentos, há interferências diversas no arquivo por familiares, funcionários e

outros possíveis atores. Além disso, os documentos fogem à motivação probatória, como ocorre nos arquivos institucionais — a acumulação de arquivos pessoais tem motivações particulares e íntimas, relacionadas à vida social, familiar, intelectual, política etc. do indivíduo; por isso, os documentos não se prestam a comprovar a sua atuação, mas servem como testemunhos de passagens da sua vida. Dessa forma, também abarca documentos de difícil identificação, que não indicam facilmente sua origem, datação ou o motivo da sua criação, enquanto os documentos institucionais costumam ser identificados por datas, assinaturas, brasões e outros elementos que são objetos de estudo da diplomática¹¹⁶.

Nesta pesquisa, o Arquivo Enilda Ribeiro é considerado um arquivo pessoal, por ter sido acumulado, reunido e guardado pela arquiteta, como testemunhos de passagens da sua vida, embora reúna uma série de documentos institucionais das entidades com as quais se envolveu. No entanto, não se pode dizer que o Arquivo Enilda Ribeiro cumpra os princípios da proveniência e do respeito à ordem original, tampouco que apresente organicidade. Trata-se de uma miscelânea de papéis, que reúne documentos das mais diversas origens, alguns produzidos no âmbito de diferentes entidades profissionais, outros na esfera doméstica, muitos de autorias diversas. As opções de acumulação e organização de Enilda Ribeiro, o recolhimento dos documentos por ocasião da mudança de sede do IAB-RS, a reunião arbitrária dos papéis pelo secretário Claudio Mendicelli para doação ao Instituto, entre outras situações, levaram o arquivo a ser assim. É preciso considerar, ainda, que a coleção original foi dissociada, uma vez que o secretário doou ao IAB-RS apenas documentos que julgou relacionados ao Instituto, enquanto outros papéis e objetos tiveram destinos diversos.

Dessa forma, diferentemente do que caracterizaria um arquivo institucional, que reflete a estrutura, funções e atividades da instituição que o produziu, o Arquivo Enilda Ribeiro não apresenta características de acumulação e organização que reflitam, na perspectiva tradicional arquivística, as funções e atividades da arquiteta. O arquivo não é resultado de uma acumulação orgânica ao longo dos anos de atuação da arquiteta — o que não desmerece a sua importância —, e sim de um investimento social de arquivamento, uma reunião intencional da arquiteta,

¹¹⁶ Diplomática é a “disciplina que tem como objeto o estudo da estrutura formal e da autenticidade dos documentos” (Arquivo Nacional, 2005, p. 70).

posteriormente reordenada pelo seu secretário pessoal. No entanto, o tratamento arquivístico, executado no início de 2024, buscou recuperar a organicidade do Arquivo Enilda Ribeiro, seguindo o princípio da proveniência, de maneira que os documentos fossem rearranjados de forma próxima à ordem da sua produção.

Heymann (2009) entende que a “matriz pública” também afetou a Arquivologia no seu aspecto metodológico, uma vez que a disciplina elaborou primeiramente conceitos e métodos dedicados aos documentos públicos e de natureza institucional e, posteriormente, aos arquivos pessoais. Nesse sentido, traz algumas proposições para o tratamento dos arquivos pessoais. Embora a Arquivologia preconize o método funcional, segundo o qual a classificação dos documentos deve partir das funções e atividades que os originaram, Heymann entende que a tarefa de identificar os contextos de todos os documentos de um arquivo pessoal pode não ser simples, uma vez que comporta uma ampla variedade de tipologias documentais. Dessa forma, muitos documentos que ficam em uma zona de indeterminação exigiriam uma investigação sobre usos e sentidos dados pelo titular, para além da abordagem funcional. Então, a autora defende que o tratamento arquivístico se dedique tanto para o contexto de produção dos arquivos (abordagem funcional) quanto para o de sua acumulação, atento à dinâmica e às motivações dos gestos pessoais de arquivamento, uma vez que os arquivos pessoais estão “submetidos não às injunções dos procedimentos administrativos, mas aos desígnios do indivíduo” (Heymann, 2009, p. 50). Dessa forma, sugere que arquivistas se atentem também às relações que o titular estabelece com o seu arquivo e os documentos, de maneira que se possa compreender o que o processo de acumulação pode indicar sobre a pessoa que se dedica a guardá-los:

Parece pertinente sugerir, portanto, para o tratamento dos arquivos pessoais, a inclusão de uma terceira categoria de nexos a ser perseguida pelo profissional de arquivo, além do nexo que une os documentos que compõem o arquivo entre si e do nexo que une os documentos às atividades que os originaram: o nexo que une o titular ao conjunto de documentos que constituem os “seus” papéis. (Heymann, 2009, p. 54)

Neste trabalho, a pesquisa desenvolvida pretende colaborar para a compreensão das motivações para a acumulação documental empreendida por Enilda Ribeiro, embora pouco se possa afirmar por não haver um testemunho direto das suas intenções. A hipótese que se levanta a partir desta pesquisa é que a

arquiteta acumulou esses papéis devido ao forte envolvimento com as entidades de Arquitetura e Urbanismo (muitas vezes em funções administrativas, de secretaria e tesouraria, afeitas à produção e acumulação de papéis), mas também por uma preocupação com a preservação das memórias da profissão na busca por identidade e autonomia. Além disso, compreender os itinerários do arquivo, como foi apresentado neste capítulo, pode ajudar a entender também o motivo de ter uma série de documentos de distintas datas e origens, organizados à maneira da sua produtora e de possíveis intervenções posteriores.

A discussão sobre a problemática do tratamento arquivístico de arquivos pessoais é fundamental, no caso do Arquivo Enilda Ribeiro, porque a sua possível patrimonialização implica no seu estudo e tratamento, de forma que possibilite a recuperação da informação e sua disponibilização para pesquisas e ações de extroversão. Essas etapas e ações são descritas por Jean Davallon (2014) por meio do conceito de “gestos de patrimonialização”, que evidencia o caráter institucional e processual do patrimônio em sua concepção moderna.

No artigo *El juego de la patrimonialización*¹¹⁷, o autor analisa duas perspectivas sobre o campo do patrimônio: o substancialismo, que entende que os objetos dignos de patrimonialização têm qualidades intrínsecas, um status pré-estabelecido, que cabe aos especialistas identificar; e o relativismo, segundo o qual o patrimônio é uma construção social sobre os objetos, a partir de valores atribuídos pelos sujeitos. Davallon entende como inviável o relativismo extremo, segundo o qual tudo pode ser patrimônio se alguém decidir que assim será, mas se filia à perspectiva antropológica do relativismo moderado.

Segundo os relativistas moderados, as características que justificam a patrimonialização dos objetos não estavam sempre ali, diferentemente do que dizem os substancialistas; tampouco são definidas pelos sujeitos sem qualquer fundamento de valor patrimonial, como creem os relativistas extremos. Para o autor, “o processo patrimonial é definitivamente uma construção, mas deve encontrar a sua coerência, o seu fundamento e a sua legitimidade no fato de poder e dever satisfazer determinadas condições” (Davallon, 2014, p. 57-58, tradução nossa). Assim, existiriam qualidades patrimoniais nos objetos, mas, como um fenômeno social e simbólico, deve-se entender por quais processos os patrimônios são construídos.

¹¹⁷ “O jogo da patrimonialização”, tradução nossa do espanhol.

Para isso, o autor lança mão do conceito de “gestos de patrimonialização”, que são as operações que entram em jogo no processo de transformação de bens culturais em patrimônios. Davallon (2014, p. 58-60) os classifica assim:

1. O interesse dado a um objeto por um grupo mais ou menos amplo e/ou organizado. Trata-se da percepção de que o objeto tem algum valor para o grupo, algo que vale a pena conservar.
2. O estudo do objeto, que mobiliza a produção de conhecimento sobre ele, a fim de estabelecer a sua natureza e origem.
3. A declaração oficial, por uma autoridade reconhecida, que atesta o patrimônio como tal por meio de um ato performativo.
4. A organização do acesso ao novo objeto patrimonial por parte da comunidade, cujos membros são beneficiários da sua existência.
5. A transmissão do objeto patrimonial para as gerações futuras, segundo o que a comunidade deseja preservar.

Para analisar as possibilidades de patrimonialização do Arquivo Enilda Ribeiro, podemos passar por cada um dos gestos elencados por Davallon. O primeiro momento da patrimonialização — o interesse do grupo sobre o objeto — está evidenciado na atitude da gestão atual do IAB-RS em desenvolver um projeto de tratamento arquivístico do Arquivo Enilda Ribeiro, já apresentado neste capítulo. Ressalta-se novamente que esta dissertação contribuiu para despertar a preocupação do IAB-RS em preservar e visibilizar o acervo. Esse projeto demonstra o interesse da coletividade, representada pela atual diretoria do Instituto, em valorizar a figura de uma arquiteta mulher e as questões de gênero na memória da Arquitetura e do Urbanismo. Isso evidencia que o interesse do grupo, ao qual Davallon se refere, é dado por um valor que não é “natural” do objeto, mas sim socialmente atribuído pelo olhar do presente, em um contexto sociocultural que coloca as desigualdades de gênero da profissão em relevo.

Mas é importante pontuar que esta primeira etapa só se cumpre com a mirada do grupo social sobre o objeto em questão. Como defende Gonçalves (2007, p. 215), o patrimônio deve encontrar ressonância junto ao seu público, ou seja, o poder de evocar as forças culturais dinâmicas e complexas que o objeto representa e das

quais emergiu. Portanto, não depende apenas da vontade de uma entidade, ainda que representativa dos profissionais da área, mas principalmente da repercussão junto à coletividade, o que ainda não foi atestado no caso do Arquivo Enilda Ribeiro.

Mas não basta que os sujeitos entendam objetos como patrimônios — é preciso cumprir ainda outras etapas. No segundo momento da patrimonialização, tem-se o estudo sobre o objeto, a produção de conhecimento sobre os bens culturais aos quais o grupo social atribui algum valor. Essa etapa é fundamental para estabelecer a natureza e a origem do objeto (não necessariamente a sua autenticidade). O Arquivo Enilda Ribeiro é objeto de análise deste trabalho, que pode contribuir também para esta etapa da sua possível patrimonialização. Se, como sugere Heymann (2009), o estudo sobre a biografia do titular, da trajetória do arquivo e dos investimentos sociais dos quais ele foi objeto precede o tratamento de um arquivo pessoal, então esta pesquisa contribui para esse conhecimento.

A terceira etapa consiste na declaração oficial, e aqui cabe uma análise mais aprofundada sobre as possibilidades de atos performativos para a patrimonialização do Arquivo Enilda Ribeiro:

Um objeto só se torna patrimônio quando é declarado como tal. Essa declaração é um ato performativo que pode assumir diversas formas, desde a simples expressão “isto é patrimônio” até o ato jurídico ou administrativo do registo ou da classificação. Para que um objeto seja reconhecido como patrimônio, esta declaração deve ser feita por uma autoridade reconhecida. (Davallon, 2014, p. 59, tradução nossa)

A declaração oficial é o principal gesto que evidencia a dimensão política e institucional do patrimônio. Não basta o interesse e valoração pela comunidade, nem a produção de conhecimento sobre os bens culturais — segundo o autor, é necessário que uma autoridade reconhecida declare o patrimônio como tal para conferir sua legitimidade. Cougo Jr. (2020) identificou cinco principais atos performativos de patrimonialização cultural de arquivos no Brasil: aquisição; recolhimento; tombamento; declaração de interesse público e social; e registro no Programa Memória do Mundo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Para esta análise, considere apenas as três últimas possibilidades de atos performativos, que o autor identifica como sendo de

caráter declaratório, já que entendo que o IAB não se adequa às outras¹¹⁸. No entanto, segundo o autor, poucos arquivos privados são tombados, e a declaração de interesse público e social praticamente suplantou esse mecanismo de patrimonialização, no caso específico dos arquivos. Por isso, o ato de tombamento, realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico (IPHAN) e pelos órgãos de defesa do patrimônio cultural em âmbito estadual e municipal, foi desconsiderado.

A declaração de interesse público e social é prevista na legislação desde 1991 (Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, conhecida como Lei de Arquivos), mas é regulamentada pelo Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002. O art. 22 do Decreto nº 4073/91 dispõe sobre a declaração de interesse público e social:

Art. 22. Os arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas que contenham documentos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento nacional podem ser declarados de interesse público e social por ato do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública. (Brasil, 2002)

Ainda segundo o Decreto, os proprietários ou detentores de arquivos privados declarados de interesse público são responsáveis pela preservação dos acervos sob sua custódia e ficam sujeitos à responsabilidade penal, civil e administrativa caso venham a desfigurar ou destruir documentos de valor permanente. Já as diretrizes e os procedimentos estão dispostos na Resolução nº 47, de 26 de abril de 2021, do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). A solicitação de declaração de interesse público e social pode ser realizada por qualquer pessoa física ou jurídica ou pela administração pública, apresentada ao CONARQ com uma série de informações sobre o acervo e seu detentor, passando por processamento técnico perante a Comissão de Avaliação de Acervos Privados (CAAP).

Entre os arquivos declarados de interesse público e social, encontram-se arquivos pessoais (como de Glauber Rocha, Darcy Ribeiro, Berta Gleizer Ribeiro, Oscar Niemeyer e Abdias Nascimento) e institucionais (como da Companhia e

¹¹⁸ O autor entende que aquisição e recolhimento têm caráter custodial, ou seja, a “declaração oficial” se dá por meio da responsabilização do agente patrimonializador pela custódia e preservação do arquivo (Cougo Jr., 2020). Para ser considerada como ato de “declaração oficial”, a aquisição (por compra, doação ou comodato) deve ser realizada por agente institucionalmente legítimo para a conformação patrimonial, do ponto de vista jurídico-administrativo — e, sendo entidade privada, deve ser reconhecida por seu interesse público, prerrogativa que o IAB-RS (ainda) não apresenta. Já o recolhimento, que consiste na entrada de documentos públicos em arquivos permanentes, não se aplica (a priori) a arquivos privados. Por esses motivos, aquisição e recolhimento não foram considerados para a análise do Arquivo Enilda Ribeiro.

Cervejaria Brahma e da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu). Talita dos Santos Molina (2003) analisou os arquivos pessoais avaliados pelo CONARQ, pelo IPHAN e o CONDEPHAAT (órgão de defesa do patrimônio do Estado de São Paulo). A autora identificou que “o empenho no tombamento e na declaração de interesse público e social deve-se, principalmente, ao reconhecimento cultural, científico e acadêmico a nível nacional destes acervos” e que os arquivos pertenciam a “personalidades que já tinham, em maior ou menor grau, alcançado reconhecimento e prestígio público em suas áreas de atuação” (Molina, 2013, p. 169).

Diante dessa análise, é possível questionar se esse instrumento de declaração oficial seria viável para o Arquivo Enilda Ribeiro, uma vez que a memória da arquiteta ainda tem pouca visibilidade e está em busca de reconhecimento, que deve ocorrer primeiramente no nível regional e, quiçá, posteriormente no nacional. Outra análise importante é que, entre os arquivos pessoais aprovados pelo CONARQ, apenas um deles se refere a uma mulher: o acervo da antropóloga Berta Gleizer Ribeiro. Essa escassez de arquivos de mulheres pode significar também uma barreira para a patrimonialização do Arquivo Enilda Ribeiro. Por outro lado, a declaração dos arquivos de Berta Gleizer Ribeiro, relacionado às memórias de mulheres e indígenas, e de Abdias Nascimento, associado às memórias da população negra, indicam um avanço na valorização de grupos sociais minorizados. Além disso, o CONARQ exige a integridade, a organização e a garantia de acesso público aos acervos (Molina, 2013), questões que ainda carecem de atenção do IABRS, principalmente a disponibilização pública aos documentos (os documentos ainda não foram descritos, não há uma política de consulta por pesquisadores e interessados, e apenas alguns documentos foram inseridos no repositório digital).

Já o Programa Memória do Mundo da UNESCO, chamado em inglês de Memory of the World (MoW), foi criado em 1992 com o objetivo de promover a preservação e o amplo acesso ao patrimônio documental da humanidade (Pereira Filho, 2018). Trata-se de um programa de âmbito mundial, organizado por meio de um comitê internacional e comitês regionais e nacionais, que registra arquivos de significância internacional, regional e nacional. O Comitê Brasileiro do Memória do Mundo foi instituído formalmente pelo Ministério da Cultura em 2004, embora tenha sido instalado apenas em 2007, ano em que foi lançado o primeiro edital de candidatura de acervos ao título de Memória do Mundo Nacional. Os editais foram

lançados anualmente até 2018; porém, no ano seguinte, o Comitê Nacional foi extinto pelo governo federal, junto a outros órgãos colegiados. Somente em 2023, a partir de uma mobilização protagonizada pelo Arquivo Nacional, a recomposição do MoW Brasil voltou à pauta (mas, até o momento, ainda não se consolidou)¹¹⁹.

Pereira Filho (2018) analisa que, entre os arquivos pessoais aprovados pelo MoW Brasil, a maioria das personalidades referenciadas por eles já são de conhecimento público. No entanto, “inserido no contexto geral do campo arquivístico brasileiro, o Programa se mostra aquém da capacidade de representar a diversidade social, cultural e histórica do país” (Pereira Filho, 2018, p. 218). A conclusão se deve ao fato de que a maioria das pessoas referenciadas pelos acervos são homens brancos das elites. Apesar disso, nomes como Nise da Silveira, Herbert de Sousa (Betinho), Paulo Freire e Abdias Nascimento aparecem entre os arquivos pessoais registrados como Memória do Mundo e apontam para outro caminho. Eis outra evidência de mudança para o reconhecimento de memórias subalternizadas: em 2023, o acervo “Feminismo, ciência e política – o legado de Bertha Lutz”, ativista pelos direitos políticos das mulheres no Brasil, tornou-se o 11º acervo brasileiro incluído no Registro Internacional do Programa Memória do Mundo¹²⁰.

Pode-se pensar na inclusão do Arquivo Enilda Ribeiro no Programa Memória do Mundo, de forma independente ou conjunta, considerando a possibilidade de uma solicitação com outras instituições custodiadoras de acervos de mulheres arquitetas (o acervo de Bertha Lutz, por exemplo, é custodiado por quatro instituições diferentes). Porém, a predominância de arquivos de homens evidencia uma barreira para a sua candidatura. O fato de que a maioria das personalidades representadas pelos arquivos pessoais aprovados no programa já são de conhecimento público também dificulta essa possibilidade, já que a memória de Enilda Ribeiro ainda carece de visibilidade e reconhecimento. Além disso, o processo de reativação do MoW Brasil cria um cenário de incerteza sobre a atuação

¹¹⁹ ARQUIVO NACIONAL. *Avança o processo para reativação do comitê nacional do programa Memória do Mundo, da Unesco*. Gov.br, 19 fev. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/canais_atendimento/imprensa/copy_of_noticias/avanca-o-processo-para-reativacao-do-comite-nacional-do-programa-memorias-do-mundo-da-unesco. Acesso em: 21 fev. 2024.

¹²⁰ ARQUIVO NACIONAL. *Unesco aprova inclusão de acervo de Bertha Lutz no programa Memória do Mundo*. Gov.br, 19 fev. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/canais_atendimento/imprensa/copy_of_noticias/unesco-aprova-inclusao-de-acervo-de-bertha-lutz-no-programa-memoria-do-mundo. Acesso em: 21 fev. 2024.

do Comitê nos próximos anos, já que sua recomposição ainda não está consolidada.

Tanto a declaração de interesse público e social quanto o Programa Memória do Mundo, como instrumentos que reconhecem a patrimonialização cultural de arquivos privados, são chancelas importantes para a proteção e preservação de acervos arquivísticos privados no Brasil. Eles permitem que os arquivos adquiram maior visibilidade e reconhecimento público, além de possibilitarem maior respaldo na busca por recursos de editais, patrocínios e formas de financiamento para a conservação, digitalização e outras ações de preservação do acervo. No entanto, não parecem ser instrumentos adequados para a declaração oficial do Arquivo Enilda Ribeiro como patrimônio cultural arquivístico, conforme os motivos elencados.

No entanto, a partir do tratamento arquivístico realizado e do entendimento do caráter permanente dos documentos, dada a sua relevância social e histórica, pode-se dizer que, mesmo sem as chancelas declaratórias, já se trata de um patrimônio documental que deve ser preservado pelo Instituto, embora ainda com etapas a cumprir. Afinal, a arquivística prevê que os arquivos de valor permanente devem ser mantidos pela instituição custodiadora, pois eles já perderam sua função primária (funcional, administrativa, jurídica) e entram no rol dos documentos de valor histórico. Essa valoração é dada a partir do ciclo vital dos documentos, que compreende a teoria das três idades: arquivo corrente, intermediário e permanente (Bellotto, 2006), definidos assim pela avaliação¹²¹ dos documentos. Classificados como permanentes, pela sua relevância para uma comunidade, os arquivos devem ter garantidos sua preservação, difusão e acesso pela instituição custodiadora, seja ela pública ou privada. Bellotto entende que esses arquivos constituem um patrimônio documental, mas somente aqueles documentos que:

- já cumpriram sua função imediata, ligada à razão pela qual foram gerados;
- que já não tramitam;
- que já passaram pelo arquivo corrente;
- que, já submetidos às tabelas de temporalidade, foram avaliados como de valor permanente, pela densidade de seu valor informativo testemunhal, tanto para a história institucional da entidade que os produziu/recebeu/acumulou, como para a sociedade, em cujo contexto viveu e atuou esta instituição.

¹²¹ Avaliação é o “processo de análise de documentos de arquivo, que estabelece os prazos de guarda e a destinação, de acordo com os valores que lhes são atribuídos” (Arquivo Nacional, 2005, p. 41).

Esses conjuntos documentais, portanto, reunidos nos arquivos permanentes também chamados históricos, vêm a constituir o patrimônio documental institucional, municipal, provincial/estadual ou nacional. (Bellotto, 2000, p. 154)

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística corrobora sua visão, ao definir o patrimônio documental arquivístico como o “conjunto dos arquivos de valor permanente, públicos ou privados, existentes no âmbito de uma nação, de um estado ou de um município” (Arquivo Nacional, 2005, p. 130).

No caso do Arquivo Enilda Ribeiro, os documentos já cumpriram sua função imediata e já não tramitam. Como o IAB-RS recebeu a doação dos documentos já na sua fase permanente, não cabe mais submetê-los à tabela de temporalidade — deve-se realizar a sua organização por meio do quadro de arranjo e da descrição documental para sua guarda definitiva, avaliar a possibilidade de eliminação de documentos (caso não tenham valor histórico ou informativo) e disponibilizar ao acesso público. A partir desse tratamento e do reconhecimento do valor histórico e permanente dos documentos, de forma interdisciplinar com a História, Arquitetura, Museologia, Patrimônio e outras áreas, o Arquivo Enilda Ribeiro pode ser considerado um patrimônio documental. Não há, nesse caso, declaração oficial por autoridade reconhecida, como preconiza Davallon. Mas o processo de tratamento e avaliação dos documentos, reconhecendo o seu valor permanente, pode ser considerado um ato performativo legitimado pela disciplina arquivística, que determina a responsabilidade da instituição custodiadora em preservar um patrimônio documental significativo para a coletividade.

Dando seguimento aos gestos de patrimonialização previstos por Davallon, após a declaração oficial, é preciso ainda tornar o objeto patrimonial acessível à sua comunidade (quarta etapa) e transmiti-lo a gerações futuras por meio da sua preservação (quinta etapa). Como foi visto, as instituições custodiadoras de arquivos permanentes devem garantir a sua preservação, difusão e acesso. “A custódia não se restringe a ‘velar’ pelo patrimônio documental. Ultrapassado totalmente o uso primário, iniciam-se os usos científico, social e cultural dos documentos” (Bellotto, 2006, p. 24). Dessa forma, tornam-se matéria-prima da história, suportes de informação que podem ser acessados por estudantes, pesquisadores e demais interessados, além de transmitidos a futuras gerações.

Os gestos finais de consolidação da patrimonialização evidenciam o que

defende Gonçalves (2007, p. 114): o patrimônio “não existe apenas para representar ideias e valores abstratos e para ser contemplado” — é usado sobretudo para agir e, de certo modo, construir e formar as pessoas. Por isso, a concepção moderna do patrimônio exige ações práticas de gestão e preservação para consolidá-lo como tal. É nesse sentido que se pode afirmar: não basta guardar. O patrimônio não serve para construir e formar as pessoas se está apenas armazenado em um local, sem acesso público, sem ações de difusão que o envolvam — tal qual o que ocorre atualmente com o arquivo pessoal de Enilda Ribeiro no Arquivo Histórico do IAB-RS.

O projeto já citado de tratamento do Arquivo Enilda Ribeiro representa um avanço importante no que se refere à preservação do acervo arquivístico do IAB-RS. Outros projetos nos anos anteriores também demonstram a preocupação institucional da entidade com a gestão dos acervos que estão sob sua guarda e com a sua disponibilização para acesso público. No entanto, não representam a consolidação de uma política de preservação dos seus acervos, que resulte em práticas e ações continuadas.

O IAB-RS, como instituição custodiadora, constituiu, em 2019, uma Comissão de Acervos (Martins *et al.*, 2021), que se tornou uma importante instância para a gestão dos acervos arquivístico, bibliográfico e museológico do Instituto, por meio da definição de políticas e da tomada de decisões sobre aquisição e descarte de itens. A criação do Centro de Memória do IAB-RS, em 18 de maio de 2021¹²², com a eleição da sua Diretoria (da qual fiz parte) no mesmo ano, foi outro importante passo para a institucionalização de processos voltados à gestão dos acervos, inclusive do Arquivo Histórico Demétrio Ribeiro, que guarda o Arquivo Enilda Ribeiro. No entanto, essas instâncias institucionais estão ainda em via de consolidação, o que seria fundamental para a criação de políticas de preservação dos acervos do IAB-RS. O cenário é dificultado pelas restrições orçamentárias do Instituto, que resulta em um trabalho predominantemente voluntário, na ausência de profissionais contratados e remunerados pelo Instituto (a não ser aqueles com contratos temporários viabilizados por editais) e na dificuldade de aquisição de materiais e equipamentos.

O IAB-RS também integra a Rede Brasileira de Acervos de Arquitetura e Urbanismo, criada em 2019 como um espaço de cooperação recíproca entre

¹²² ACERVOS IAB-RS. *Centro de Memória do IAB-RS*. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/acervosiabrs/centro-de-memoria-do-iab-rs/>. Acesso em: 5 mar. 2024.

instituições com vistas à preservação, difusão e estímulo à pesquisa de acervos brasileiros referentes à profissão¹²³. A participação na Rede possibilita ao Instituto a troca de experiências com instituições, inclusive outros Departamentos Estaduais do IAB, que desenvolveram ou estão estabelecendo suas políticas de gestão de acervos. Uma dessas instituições é o CAU/RS, que criou o seu Centro de Memória e já iniciou a digitalização dos seus acervos e disponibilização em repositório digital¹²⁴, principalmente composto por projetos arquitetônicos de valor histórico para o Estado do Rio Grande do Sul. O Centro de Memória do CAU/RS é regido por um Regimento Interno, que, entre outras questões, define a estrutura da entidade, composta por uma Direção, Comissão de Acervos e Conselho Consultivo. Homologada em 2022, a Política de Aquisição e Descarte de Acervos do Centro de Memória do CAU/RS é outro documento fundamental para a gestão, já que determina os procedimentos e critérios que embasam a aquisição e o descarte de acervos, de acordo com a missão e os objetivos da instituição. O desenvolvimento da entidade, sua estrutura, instrumentos, documentação, entre outros aspectos, podem servir de exemplo e inspiração para o IAB-RS, considerando as especificidades de cada instituição.

Por fim, entendo que o Arquivo Enilda Ribeiro já está no caminho para a sua patrimonialização, como forma de garantir a sua preservação e difusão, que contribuiriam para reconhecer a importância da arquiteta e visibilizar as memórias que ela se dedicou a guardar em nome da coletividade. O arquivo já é um patrimônio, como categoria de pensamento, mas ainda carece de maior reconhecimento histórico, cultural e socioprofissional para a sua valoração e do cumprimento de etapas processuais para a sua legitimação. Mas, entendendo os documentos do Arquivo Enilda Ribeiro como permanentes após seu tratamento, o IAB-RS já se compromete com a sua preservação, mesmo sem as chancelas oficiais dos principais atos performativos de patrimonialização de arquivos privados no Brasil — a declaração de interesse público e social e o Programa Memória do Mundo —, que não parecem ideais para as características atuais do arquivo. Dessa forma, a responsabilidade pela custódia do arquivo pelo IAB-RS reforça a necessidade da adoção de políticas de gestão dos seus acervos, fundamentais para consolidar e garantir o trabalho de preservação ao longo do tempo.

¹²³ IAB-SP. *Rede de acervos de arquitetura e urbanismo*. Disponível em: <https://www.iabsp.org.br/rede-de-acervos-de-arquitetura-e-urbanismo/>. Acesso em: 21 fev. 2024.

¹²⁴ Disponível em: <https://centrodememoria.caurs.gov.br/>. Acesso em: 21 fev. 2024.

Assim, ao finalizar o percurso de discussão sobre o Arquivo Enilda Ribeiro, remeto a um poema que nos lembra que, para a sua preservação, não basta guardar um acervo trancado, escondido, às escuras:

Guardar uma coisa não é escondê-la ou trancá-la.
Em cofre não se guarda coisa alguma.
Em cofre perde-se a coisa à vista.
Guardar uma coisa é olhá-la, fitá-la, mirá-la por admirá-la, isto é, iluminá-la
ou ser por ela iluminado.
Guardar uma coisa é vigiá-la, isto é, fazer vigília por ela, isto é, velar por ela,
isto é, estar acordado por ela, isto é, estar por ela ou ser por ela.
Por isso melhor se guarda o vôo de um pássaro
Do que um pássaro sem vôos.

(Antonio Cicero, 1996, p. 11)

4

CONSIDERAÇÕES FINAIS

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar o arquivo pessoal de Enilda Ribeiro foi um desafio, mas também um privilégio. Me debrucei nas caixas de documentos da arquiteta, mergulhei nas suas histórias de vida e conheci profundamente uma figura admirável da história da Arquitetura e do Urbanismo, que merece ser mais conhecida, lembrada e reverenciada. Ao longo do processo de pesquisa, lamentei por não ter conhecido Enilda Ribeiro em vida, porque certamente teríamos muito para conversar. Mas a imersão nos seus documentos proporcionou uma conexão entre mim e ela que, em muitos momentos do processo, foi o que me impulsionou.

Muitas vezes relegada ao papel de coadjuvante nos contextos em que se inseriu, desde a época de estudante até sua atuação nas entidades profissionais, Enilda Ribeiro deve ser celebrada como uma das protagonistas na luta pela autonomia e identidade da profissão de arquitetas, arquitetos e urbanistas. A conquista provavelmente mais significativa do campo profissional — a reformulação da legislação profissional e a criação do CAU, específico da Arquitetura e do Urbanismo e independente das Engenharias — só se consolidou após inúmeras batalhas que a arquiteta enfrentou integrando grupos, movimentos e entidades profissionais.

O trabalho muitas vezes silencioso, de bastidores, de organização interna das entidades e de articulação do campo profissional que a arquiteta exercia merece ser valorizado. Suas contribuições não estão em publicações célebres ou grandes discursos proferidos — na documentação consultada, verificou-se que Enilda Ribeiro pouco publicou. A arquiteta trabalhava menos sob os holofotes e mais nos bastidores, no pensar a profissão e mobilizar a luta. Anotava muito, parecia pensar escrevendo, mas não era sempre que ela assinava, porque seu trabalho era pelo coletivo. Secretariava reuniões, redigia atas, articulava discussões, enviava correspondências e mobilizava arquitetas e arquitetos nas entidades.

Essa função de articuladora se evidenciou quando ela foi coordenadora da CDEN, comissão criada para reunir as entidades de Arquitetura, Engenharia e Agronomia e discutir questões relacionadas à política profissional, em meio a embates entre as diferentes profissões integrantes do CONFEA. Enilda Ribeiro foi alguém que lutou pela profissão, que pensou o papel de arquitetas e arquitetos para

a sociedade, as formas de articulação nas entidades profissionais e as estratégias de busca por autonomia, que transitou entre importantes agentes do campo — tornando-se um deles —, com o respeito e o reconhecimento dos seus pares. Após a anistia, promulgada em 1979, acreditando em rumos mais democráticos para o país, foi a isso que dedicou a sua vida.

Mesmo destacando aqui a relevância do seu trabalho de bastidores pela profissão, não se pode deixar de reconhecer a sua importância também no ofício da Arquitetura e do Urbanismo. Principalmente na década de 1950, Enilda Ribeiro também foi uma arquiteta de obras superlativas, especialmente quando nos referimos ao projeto do Colégio Estadual Júlio de Castilhos, que é um dos ícones da Arquitetura Moderna em Porto Alegre. Em uma época de pouca representatividade feminina na profissão, Enilda Ribeiro se destacava com trabalhos que conquistavam os primeiros lugares em concursos públicos e projetos de planos diretores para cidades do Rio Grande do Sul, mesmo que nem sempre tivessem a sua assinatura.

Toda a sua caminhada e as lutas que enfrentou são atravessadas pela sua condição como arquiteta mulher em meio a tantos homens — em muitos casos, a única. Ser mulher influencia sobremaneira a atuação de Enilda Ribeiro ao longo da sua vida profissional e a posição que lhe é reservada na história da Arquitetura e Urbanismo. Ainda assim, foi uma mulher que se destacou quando os homens predominavam no campo, uma mulher que não receava em dizer que era comunista em um período de perseguições, uma mulher que viajava pelo Brasil e pelo mundo a defender sua profissão, uma mulher que não teve filhos e teve seu professor como companheiro de vida após ele se separar da primeira esposa. Enilda Ribeiro era uma mulher vivendo a liberdade à sua maneira, mesmo atravessada por uma sociedade machista e patriarcal em épocas em que esses adjetivos sequer eram problematizados.

Dessa forma, a preservação do Arquivo Enilda Ribeiro é uma maneira de valorizar e visibilizar a memória da arquiteta e suas contribuições para a profissão. Como foi visto, o arquivo guarda memórias do debate político-profissional na Arquitetura e Urbanismo, principalmente do seu caráter processual, de como os debates aconteceram, de como os profissionais e entidades se organizaram e dos desafios pelos quais passaram. Essas memórias só estão acessíveis hoje porque Enilda Ribeiro se dedicou a acumular os documentos durante suas atividades e a

salvá-los no momento da mudança de sede do IAB-RS, provavelmente ciente da importância das informações que eles guardavam, embora provavelmente ainda não tivesse planos de organizá-los para doação ao Instituto, como ocorreu posteriormente ao seu falecimento. A doação foi uma escolha dos familiares de Enilda Ribeiro e do seu secretário, a quem se deve também o reconhecimento.

No entanto, chegar a esse conhecimento sobre o Arquivo Enilda Ribeiro não foi tarefa simples. O início da pesquisa já se mostrou desafiador, pois tive que me direcionar a outros arquivos e instituições para buscar mais informações sobre a arquiteta. O que eu esperava encontrar no Arquivo Enilda Ribeiro, como projetos e fotografias, estava muito mais presente em arquivos externos do que no IAB-RS. No Arquivo Enilda Ribeiro, encontrei alguns registros como esses, mas escassos e envoltos por uma grande massa de documentos, predominantemente institucionais, cuja consulta muitas vezes se tornou tediosa. O arquivo era muito mais complexo e menos encantador do que eu imaginava. Mas juntar as peças do “quebra-cabeças” que o conjunto de documentos representava me fez perceber o encanto que ali estava escondido, menos óbvio do que eu estava imaginando. Pude identificar as memórias ali guardadas e compreender a sua importância como patrimônio. Dessa forma, este trabalho contribui para a compreensão e contextualização do Arquivo Enilda Ribeiro e para que ele ganhe visibilidade, com um olhar mais atento da comunidade e do IAB-RS para a sua valoração e preservação.

Os rastros do passado nos documentos do Arquivo Enilda Ribeiro me permitiram percorrer um caminho em busca das memórias da arquiteta e da profissão. No entanto, o que apresentei neste trabalho é apenas um dos caminhos possíveis, já que outras leituras e abordagens podem ser feitas em futuras pesquisas e investigações. Sob a perspectiva do patrimônio, procurei entender se aquele arquivo representava um suporte de memórias de Enilda Ribeiro e da profissão que, visando a sua preservação, pudesse ser patrimonializado. O patrimônio cultural pode ser entendido como instrumento de legitimação e preservação da memória, em sua dimensão política e processual. Assim, poderia ser também instrumento para garantir a preservação do Arquivo Enilda Ribeiro pelo IAB-RS, considerando todas as particularidades do acervo e do Instituto.

No entanto, não tive a intenção de chegar a uma resposta definitiva — o objetivo era propor uma discussão e apontar caminhos para uma possível

patrimonialização do Arquivo Enilda Ribeiro. Diferentes perspectivas e desafios estariam envolvidos nesse processo. Ao final da pesquisa, entendo que não há dúvidas de que o arquivo pode ser considerado um patrimônio cultural, dadas as memórias sobre Enilda Ribeiro e sobre a profissão que os documentos guardam.

No entanto, a patrimonialização cultural arquivística na contemporaneidade envolve etapas e instrumentos de legitimação que problematizam o processo no caso do Arquivo Enilda Ribeiro, que apresenta as especificidades de um arquivo pessoal, que envolve o nome de uma arquiteta ainda não amplamente reconhecida e que está guardado em uma instituição privada, não voltada para fins arquivísticos e com uma série de dificuldades de sustentação financeira. Apesar disso, as possibilidades de patrimonialização apontadas podem ajudar a embasar decisões institucionais que visem a preservação e a difusão do arquivo, a começar pelo tratamento arquivístico do conjunto documental, que deve ter sua continuidade garantida pelos responsáveis pela gestão do Instituto, por meio de políticas voltadas para os acervos.

É gratificante perceber que essas contribuições pretendidas pela pesquisa já começam a aparecer e impactar o meio social, mesmo antes da publicação do trabalho. Dois fatos principais evidenciam isso. No primeiro trimestre de 2024, foi executado o tratamento arquivístico do Arquivo Enilda Ribeiro, com o trabalho da arquivista Jamile Ghisio, que organizou os documentos por meio de um arranjo documental, digitalizou uma parcela dos documentos e os inseriu em repositório digital no site do IAB-RS, disponível para consulta pública. O projeto foi financiado por meio de edital do CAU/RS e foi motivado, em parte, pela visibilidade do acervo que esta pesquisa de mestrado provocou na entidade. Além disso, em 8 de março de 2024, foi publicada uma matéria no jornal Zero Hora, com o título “Pioneira da arquitetura no RS” ([ANEXO O](#)), que aborda o pioneirismo de Enilda Ribeiro como mulher na profissão e ressalta passagens marcantes da sua vida profissional. A publicação, que menciona o projeto financiado pelo CAU/RS, foi desenvolvida pela equipe de Comunicação do IAB-RS e contou com contribuições minhas e da arquivista Jamile Ghisio.

Ao longo do mestrado, também tive a oportunidade de apresentar recortes da dissertação em andamento em dois eventos acadêmicos. Em outubro de 2022, apresentei o trabalho intitulado “Fundo documental Enilda Ribeiro no Arquivo

Histórico do IAB RS: processos de institucionalização” no XL Encontro e XXV Congresso de Escolas e Faculdades Públicas de Arquitetura da América do Sul (ARQUISUR). Já em novembro de 2023, apresentei o trabalho “Arquivo pessoal Enilda Ribeiro: desafios da patrimonialização arquivística” no 5º Seminário História & Patrimônio: Diálogos e Perspectivas. Ambos os eventos foram oportunidades valiosas de mostrar os resultados parciais da pesquisa e trocar informações e experiências que certamente aprimoraram o seu desenvolvimento.

A potência da história de Enilda Ribeiro e das memórias que ela guardou em seu arquivo pessoal é tanta que abre mais inúmeras possibilidades de investigações futuras. Seria de grande valia um trabalho, técnico ou acadêmico, que contemplasse a história oral de pessoas que conviveram com Enilda Ribeiro, com relatos sobre suas relações, afetos e memórias. Nesta dissertação, o uso de entrevistas ou rodas de conversa chegou a ser cogitado, porém não entrou no escopo metodológico, já que o foco se voltou para os documentos, em grande volume a ser analisado. Ainda assim, foram levantados alguns nomes que teriam muito a contribuir com suas memórias, por sua proximidade com Enilda Ribeiro, como Salma Cafruni, David Léo Bondar, Arnaldo Knijnik, Ivan Mizoguchi e Telmo Magadan.

Além disso, alguns temas que se apresentaram durante a pesquisa no arquivo não puderam ser aprofundados, mas podem ser objeto de futuras investigações — o fazer arquitetônico de Enilda Ribeiro, a Associação Araújo Porto Alegre, o Movimento Gaúcho em Defesa da Cultura, o processo de desvinculação da Arquitetura do Sistema CONFEA/CREA e criação do CAU, as discussões sobre o Plano Diretor de Porto Alegre, a realização do I e do II Encontro Estadual de Arquitetos, os periódicos de Arquitetura e Urbanismo, entre outros. Para todos esses temas, o Arquivo Enilda Ribeiro guarda inúmeros documentos para pesquisa, agora mais bem contextualizados e organizados após a realização desta pesquisa e do tratamento arquivístico.

Finalizar este trabalho é também encerrar um ciclo. Minha relação com o IAB-RS se iniciou em 2020, como bolsista no Projeto de Extensão que pretendia organizar os acervos do Instituto. Foram manhãs e tardes de trabalho na organização da biblioteca, na separação de revistas para a hemeroteca, no planejamento dos espaços para os acervos e nas discussões sobre os melhores caminhos para a sua preservação. Pelo envolvimento com o trabalho, me tornei

Vice-Diretora Técnica do Centro de Memória do IAB-RS e participei das reuniões da Rede Brasileira de Acervos de Arquitetura e Urbanismo — um grande privilégio para quem ainda era estudante de graduação na Museologia. Mesmo em meio à pandemia de Covid-19, foi possível avançar significativamente na gestão dos acervos do IAB-RS. E foi essa empolgação que me motivou a ingressar no mestrado em Museologia e Patrimônio do PPGMusPa.

Porém, em 2022, após o encerramento do Projeto de Extensão, mas já como mestranda, essa relação passou a esfriar. Embora se mantivesse aceso por meio das escassas reuniões da Comissão de Acervos e da diretoria do Centro de Memória do IAB-RS, o trabalho perdeu continuidade com a saída de profissionais, professoras e estudantes extensionistas, ao fim da parceria com a UFRGS e o CAU/RS. No âmbito pessoal, me direcionei para outros interesses e objetivos que se mostraram prioritários. Esse distanciamento afetou meu envolvimento com a pesquisa, mas devia à Enilda Ribeiro a entrega de um trabalho consistente. O entusiasmo se refez novamente com a mensagem que recebi da arquivista Jamile Ghisio, no início de 2024, dizendo que estava trabalhando no tratamento do arquivo. Como já relatado, entendi esse fato como uma contribuição já visível do trabalho para a sociedade e para o IAB-RS, o que me impulsionou. Em conversas com a arquivista, foi possível trocarmos muitas informações sobre Enilda Ribeiro e impressões sobre o arquivo, que certamente aprimoraram tanto esta pesquisa, quanto o tratamento arquivístico. É dessa forma positiva, portanto, que encerro o ciclo da minha relação com o IAB-RS, que se iniciou em 2020 e se encerra em 2024, com altos e baixos, aproximações e distanciamentos, mas certamente repleta de gratidão e afeto.

A relação que criei com o IAB-RS me leva a desejar que a instituição encontre soluções para o devido tratamento, preservação e difusão dos seus acervos, tão ricos para preservar e propagar as memórias de uma Arquitetura mais humana, social e democrática. A UFRGS, sempre parceira desde o início do projeto com os acervos do Instituto, é um apoio importante para esse trabalho, cumprindo sua função social junto à comunidade. As lutas que marcam a história do IAB-RS, inclusive aquelas cujas memórias o Arquivo Enilda Ribeiro guarda, mostram a importância da entidade para a defesa do direito à cidade, à moradia, à cultura. São bandeiras que o IAB-RS historicamente defendeu e que se renovam diante de temas

contemporâneos, como a financeirização das cidades e a emergência climática. Mirar para o passado, ao preservar os acervos que guardam memórias da instituição, certamente contribuirá para fortalecer o campo profissional e a própria entidade nas desafiadoras lutas que ainda estão por vir por cidades mais justas e democráticas.

ANEXO B – Identificação das pessoas na visita de Maurício Cravotto ao IBA (1948)



Nº	Nome	Série	Curso
1	- Emílio Mabilde Ripoll	3ª	- Arquitetura
2	- Jorge Sirito de Vives	"	"
3	- Mário Jose Corrêa	"	"
4	- Sérgio Corrêa	1ª	- Urbanismo
5	- Nelly Peixoto Martins	"	"
6	- Demétrio Ribeiro Neto, Prof. de Composição de Arquitetura.		
7	- Enilda Ribeiro	3ª	- Arquitetura
8	- Jaime Lima dos Santos	"	"
9	- Alfredo Leboutte	"	"
10	- Moacyr Zamora	"	"
11	- Edgar Graeff, Prof. Assistente de Composição de Arquitetura.		
12	- Luiz Lampert Gaertner	3ª	- Arquitetura
13	- Fernando Petersen Lunardi	"	"
14	- Jair Amaury Koebe	"	"
15	- Paulo Valandro	"	"
16	- Tasso Olímpio Pufall	"	"
17	- Charles René Hugaud	"	"
18	- Antonio Magadan	"	"
19	- Bruno Felix Rossi	4ª	"
20	- Emil Achutti Bered	"	"
21	- Salomao Sibemberg Kruchin	"	"
22	- José Lorenzoni Ferreira	"	"
23	- Nelson Camargo Costa	"	"
24	- Elaine Lopes, Secretário do Instituto de Belas Artes.		
25	- Benito Castaneda, Prof. Desenho e Pintura, Curso de Artes Plásticas.		
26	- Luiz Ubatuba de Farias, Prof. de Física Aplicada.		
27	- Evaldo Paiva, Prof. do Curso de Urbanismo.		
28	- Ney Chrisostomo da Costa, Prof. de Geometria Descritiva e Materiais de Construção.		
29	- Eugenio Steinhoff, Prof. da Universidade de Porto Alegre.		
30	- Tasso Bolivar Dias Corrêa, Diretor do Instituto de Belas Artes e Prof. Curso de Música.		
31	- Maurício Cravotto		
32	- Athos Damasceno Ferreira, Escritor.		

Fonte: AHIA/UFRGS.

ANEXO C – Currículo profissional de Enilda Ribeiro

CURRÍCULUM VITAE

ENILDA RIBEIRO

Arquiteta e Urbanista

CREA 7329

CPF 002555560

Enderêço: Av. Sen. Salgado Filho, 360 ap. 171 - Pôrto Alegre.

1. Curso de Formação Profissional

1.1. Arquiteta diplomada pelo Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul em 1950.

2. Curso de pós-graduação

2.1. Urbanista diplomada pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1955.

3. Associações profissionais

3.1. Instituto de Arquitetos do Brasil
3.2. Sociedade de Engenharia do RGS

4. Participação em Congressos e Seminários

4.1. Congresso Brasileiro de Arquitetos - 1953
4.2. Seminário de Legislação Urbanística, sob a orientação do Prof. Hely Lopes Meirelles. 1961
4.3. Seminário de Engenharia de Tráfego Urbano - Rio de Janeiro - 1962
4.4. Seminário de Engenharia Aeroviária - Sociedade de Engenharia do RGS - 1962
4.5. Congresso Brasileiro de Arquitetos - Belo Horizonte - 1968

5. Atividades Didáticas

5.1. Instrutor de Ensino e posteriormente Assistente da Cadeira de Composições de Arquitetura na Faculdade de Arquitetura da UFRGS - 1953 a 1964.

6. Atividades Exercidas

- 6.1. Urbanista da Divisão de Urbanismo da Prefeitura Municipal de Pôrto Alegre - 1960-1964.
- 6.2. Integrante da Comissão de Racionalização dos Transportes Coletivos em Pôrto Alegre (representando a Divisão de Urbanismo da Prefeitura de Pôrto Alegre) 1963.
- 6.3. Integrante da Comissão de Organização de Concursos para Monumentos em Pôrto Alegre - 1962.

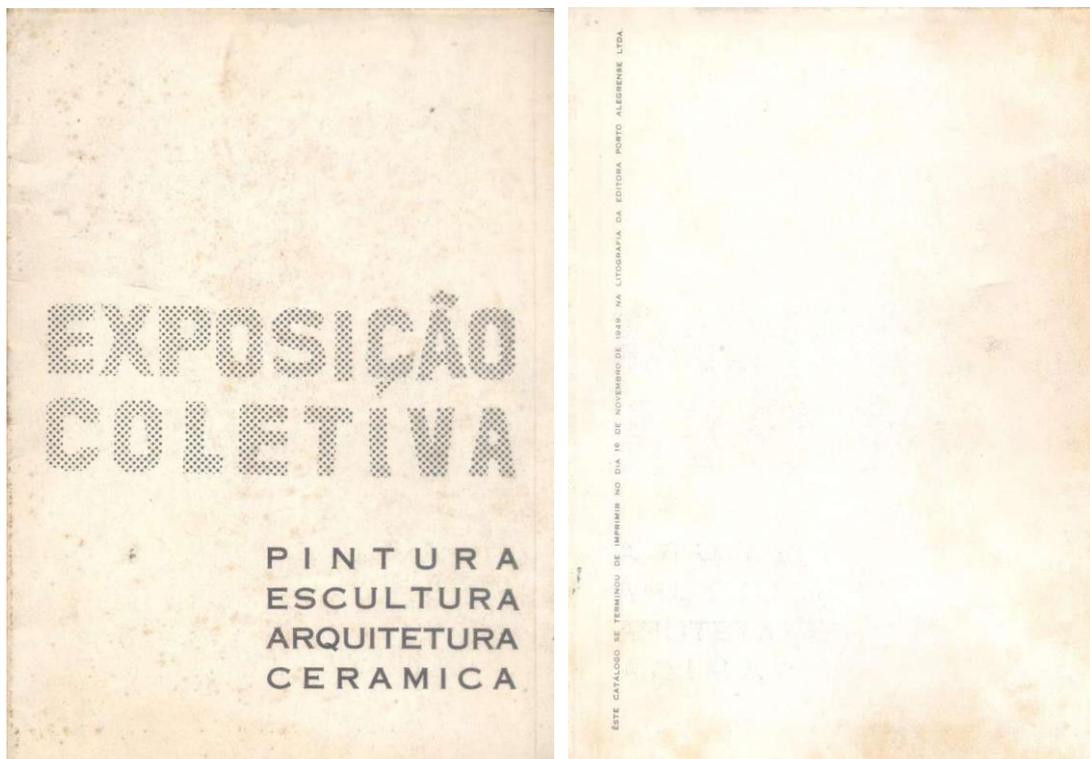
7. Projetos e Estudos

- 7.1. Plano Diretor de Gramado - 1956
(em colaboração - 1º lugar em Concurso Público de Pré-planos).
- 7.2. Plano Diretor de Panambi - 1958
(em colaboração - 1º lugar em concurso público de Pré-planos).
- 7.3. Plano Diretor de Marau - 1957
1º lugar em concurso público de pré-planos.
- 7.4. Plano Diretor de Espumoso - 1958
1º lugar em concurso público de pré-planos.
- 7.5. Plano Diretor de Tapera
(em colaboração - 1º lugar em concurso público de Pré-planos). 1957.
- 7.6. Estudos de Traçados Viários em Pôrto Alegre (na Prefeitura) 1960 - 1964.
- 7.7. Projeto da Praça dos Açorianos em Pôrto Alegre 1962
- 7.8. Novo traçado da Avenida Farrapos em Pôrto Alegre (em colaboração).
- 7.9. Pré-plano para a Urbanização do Delta do Jacuí premiado em 2º lugar no Concurso Público (em colaboração) - 1956.
- 7.10. Plano Pilôto para a cidade Universitária de Passo Fundo premiado em 2º lugar no concurso pú-

- blico (em colaboração) 1959
- 7.11. Pré-plano para a Cidade de Bento Gonçalves pre
miado em 2º lugar em concurso público.
 - 7.12. Plano Diretor Urbano de Rondinha(RS) em colabo-
ração - 1968
 - 7.13. Plano Diretor Urbano de Boa Vista do Buricá(RS)
em colaboração - 1970.

Enilda Ribeiro

ANEXO D – Catálogo da Exposição Coletiva de alunos do IBA, em 1949



ALICE SOARES

- 1 - MULHERES NA PRAIA - OLEO S/TELA - 31X40
- 2 - NATUREZA MORTA - OLEO S/ MADEIRA - 38X42
- 3 - COMPOSIÇÃO - OLEO S/ MADEIRA - 40X50
- 4 - VASO COM PAISAGEM - OLEO S/TELA - 60X50
- 5 - FLORES - OLEO S/TELA - 51X52
- 6 - FIGURA - PASTEL - 18X27
- 7 - FIGURAS - PASTEL - 18X27

GLENIO BIANCHETTI

- 8 - STELA - OLEO S/MADEIRA - 51X55
- 9 - AUTO RETRATO - OLEO S/MADEIRA - 52X41
- 10 - VASO DE FLORES - OLEO S/TELA - 55X54
- 11 - PAISAGEM - OLEO S/TELA - 39X47
- 12 - PEIXES - OLEO S/TELA - 47X39
- 13 - NÚ - OLEO S/MADEIRA - 52X41

ALICE E. BRUEGGEMANN



- 14 - TEMPERA SOBRE PAPEL - 50X30
- 15 - TEMPERA SOBRE PAPEL - 50X30
- 16 - FIGURAS - OLEO S/TELA - 60X45
- 17 - FIGURAS - OLEO S/TELA - 60X45
- 18 - MOÇA SENTADA - OLEO S/TELA - 50X45
- 19 - MOÇA - OLEO S/TELA - 65X85
- 20 - CABEÇA - OLEO S/TELA - 50X40
- 21 - CABEÇA - OLEO S/TELA - 35X45



PLINIO BERNHARDT



- 22 - JARRA COM VIOLINO - OLEO S/MADEIRA - 49X38
- 23 - JARRA AZUL - OLEO S/MADEIRA - 48X38
COLEÇÃO LUIZ C. ARAPEY
- 24 - COMPOSIÇÃO - OLEO S/MADEIRA - 48X48
- 25 - COMPOSIÇÃO - OLEO S/TELA - 63X81
- 26 - NATUREZA MORTA - OLEO S/TELA - 49X38

PAULO O. FLORES



- 27 - CITRE - OLEO S/TELA - 62X81
- 28 - FABRICA DE BOLINHAS NA PRAIA
OLEO S/TELA - 89X85
- 29 - PEIXE - OLEO S/TELA - 56X33
COLEÇÃO DR. CLOVIS ASSUNÇÃO
- 30 - CRUCIFICAÇÃO - OLEO S/TELA - 22X80
COLEÇÃO DR. CLOVIS ASSUNÇÃO



CHRISTINA H. BALBÃO



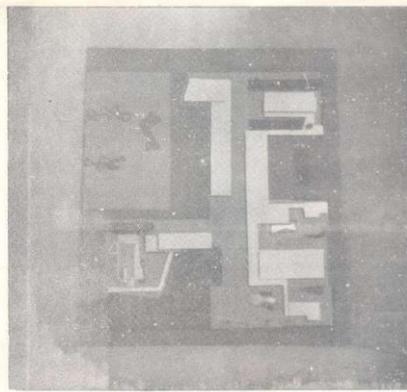
- 31 - COMPOSIÇÃO - TEMPERA S/TELA - 42X46
- 32 - COMPOSIÇÃO - TEMPERA S/TELA - 86.50X40
- 33 - COMPOSIÇÃO - TEMPERA S/TELA - 98X66
- 34 - COMPOSIÇÃO - TEMPERA S/TELA - 39X46.50
- 35 - COMPOSIÇÃO - TEMPERA S/TELA - 41X68
- 36 - COMPOSIÇÃO - TEMPERA E OLEO S/TELA - 60X60
- 37 - JARRO - OLEO S/TELA - 41X88
- 38 - BANDOLIM - OLEO S/TELA - 43X60

LEDA FLORES



- 39 - ESTUDO - GESSO PATINADO
- 40 - MULHER - GESSO PATINADO
- 41 - MULHER SENTADA - GESSO PATINADO
- 42 - GRUPO DE FIGURAS - GESSO PATINADO
- 43 - CABEÇA - GESSO

8



PAULO VALLANDRO

- 44 - CENTRO VICINAL - 1 PRANCHA E MAQUETE
- 45 - RESTAURANTE RODOVIÁRIO - 1 PRANCHA E MAQUETE
- 46 - CLUBE DE REGATAS - 3 PRANCHAS



CARLOS MAXIMILIANO FAYET

- 47 - RESTAURANTE RODOVIÁRIO - 1 PRANCHA E MAQUETE



10



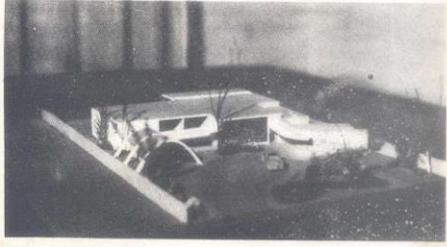
NELSON SOUZA

- 48 - RESIDENCIA SUBURBANA - 1 PRANCHA E MAQUETE
- 49 - COLONIA DE FERIAS - 2 PRANCHAS

LUIZ FERNANDO CORONA



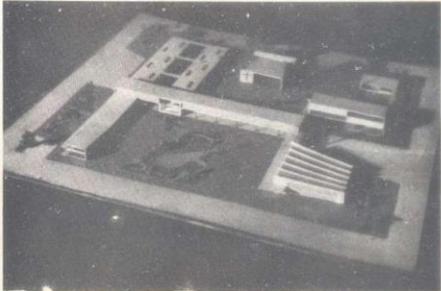
50 - RESIDENCIA PARA SANTA CRUZ - 1 PRANCHA E MAQUETE
 51 - RESIDENCIA PARA PORTO ALEGRE - 1 PRANCHA E MAQUETE
 52 - RESIDENCIA PARA PORTO ALEGRE - PRANCHA



ENILDA RIBEIRO



53 - ASILO PARA VELHOS INDIGENTES - 1 PRANCHA E MAQUETE
 54 - RESIDENCIA PARA CANOAS - 1 PRANCHA E MAQUETE
 55 - CENTRO VICINAL - 1 PRANCHA E MAQUETE



WILBUR OLMEDO





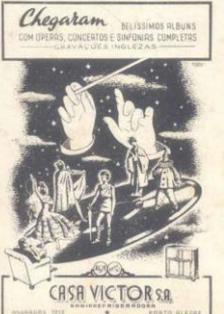
56 - NÚ
 57 - AMA
 58 - TROVADOR
 59 - BAIANA
 60 - NAMORADOS
 61 - MÃE
 62 - PALHAÇO
 63 - I PAR
 64 - JARRA
 65 - MÚSICOS
 66 - SAMBA
 67 - CHIMARRÃO

68 - MULHER SENTADA
 69 - HISTORIA
 70 - JOGANDO BOLITA
 71 - MOÇA
 72 - DANÇA
 73 - VASO

CASA DAS MOLDURAS




Chegam BELÍSSIMOS ALBUNS COM OPÉRAS, CONCERTOS E SINFONIAS COMPLETAS PARA SEUS INDIGENTES



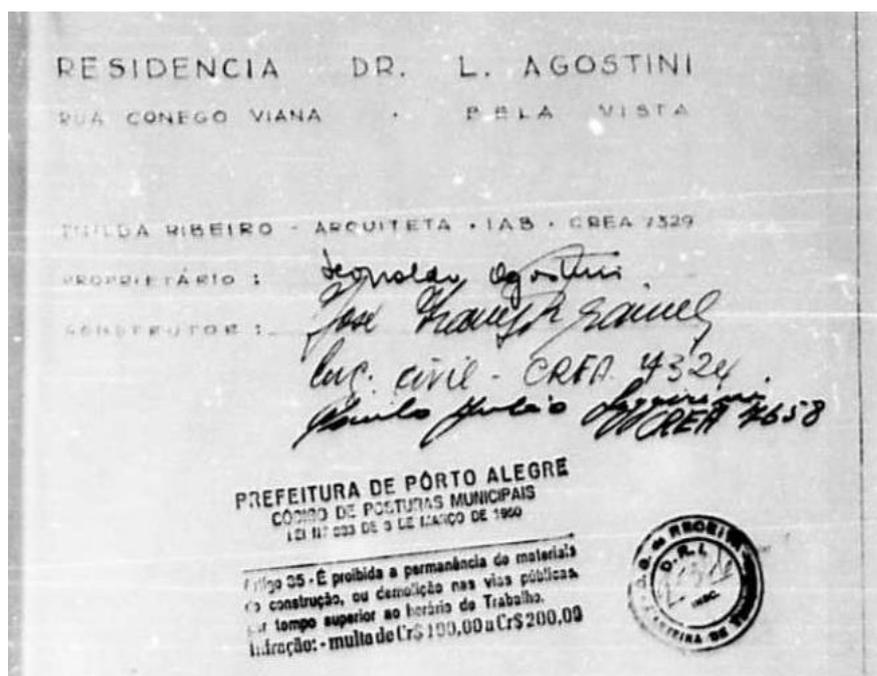
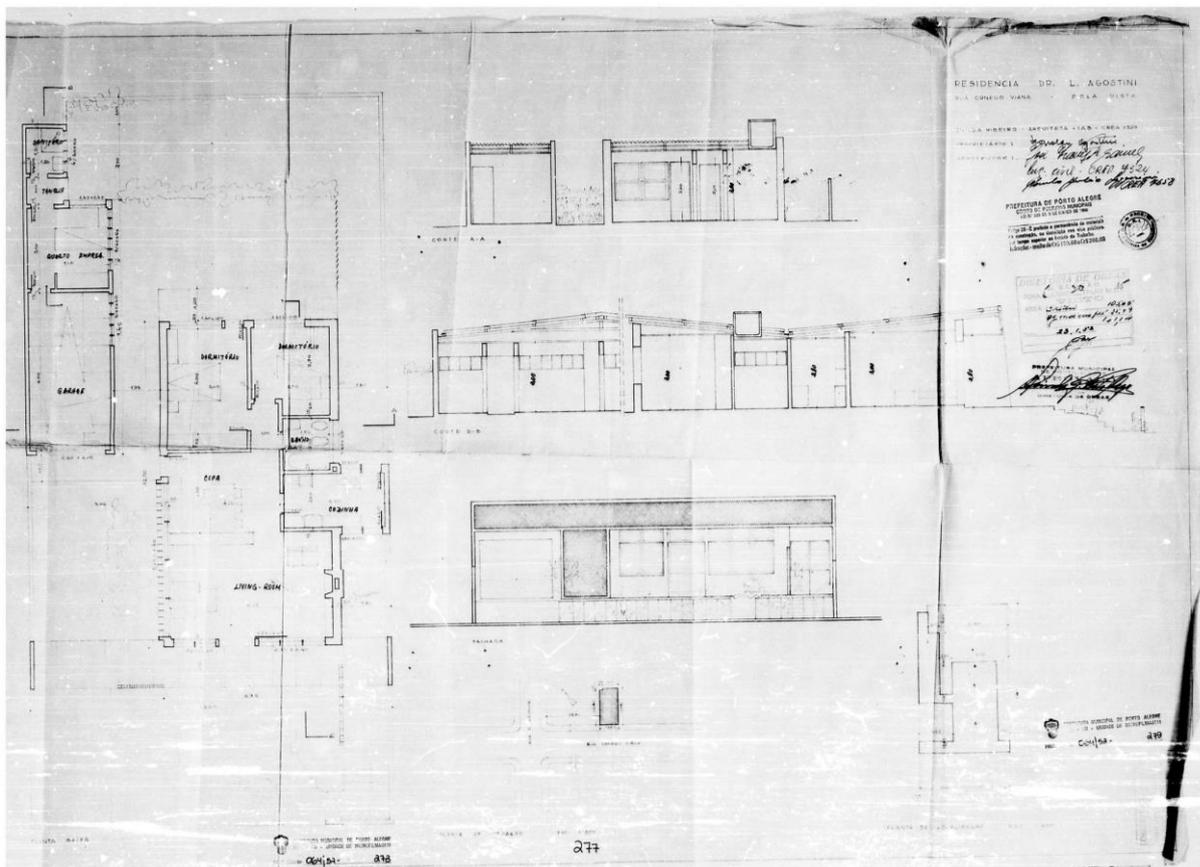
CASA Broadway

Decorações interiores - Têxteis para cortinas - Espelhos - Estofamentos - Requisitos de arte - Colchões de molas LINDAS

ZINZULADIAS, 1578 FONE. 9-1855

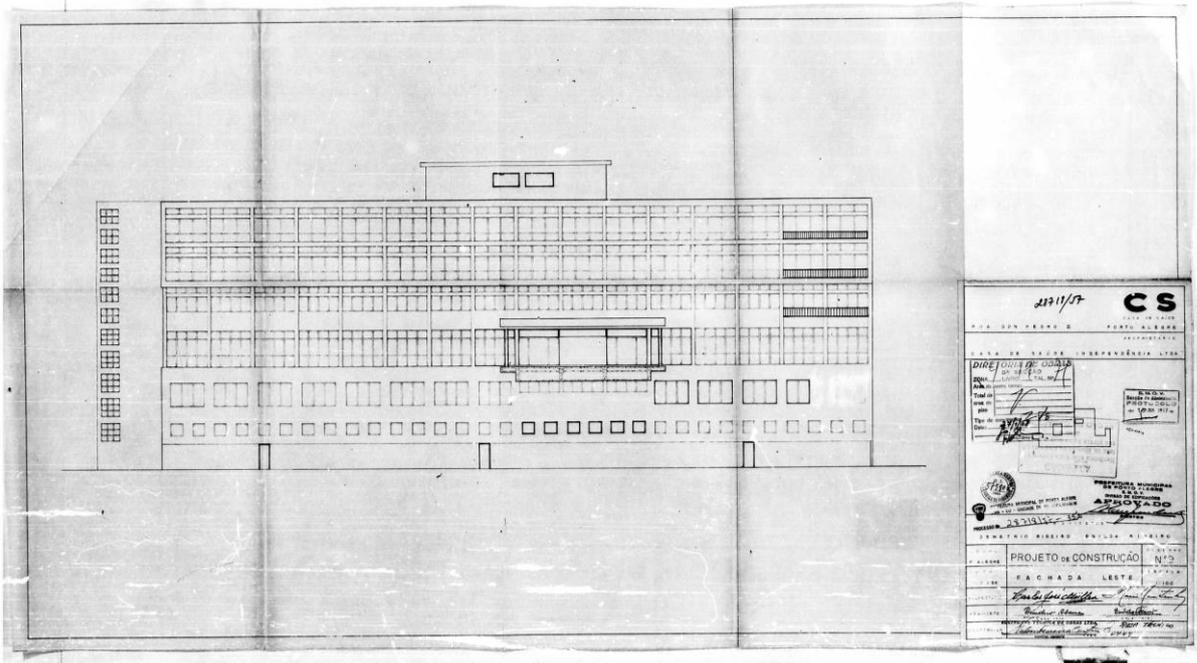
ANEXO E – Projetos de Enilda Ribeiro em Porto Alegre

Projeto residencial – Rua Cônego Viana (1952)



Fonte: Divisão de Gestão Documental (SMAP-PMPA).

Projeto Casa de Saúde Independência (1956)



LAGA 57590

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
 DIVISÃO DE EDIFICAÇÕES
APROVADO

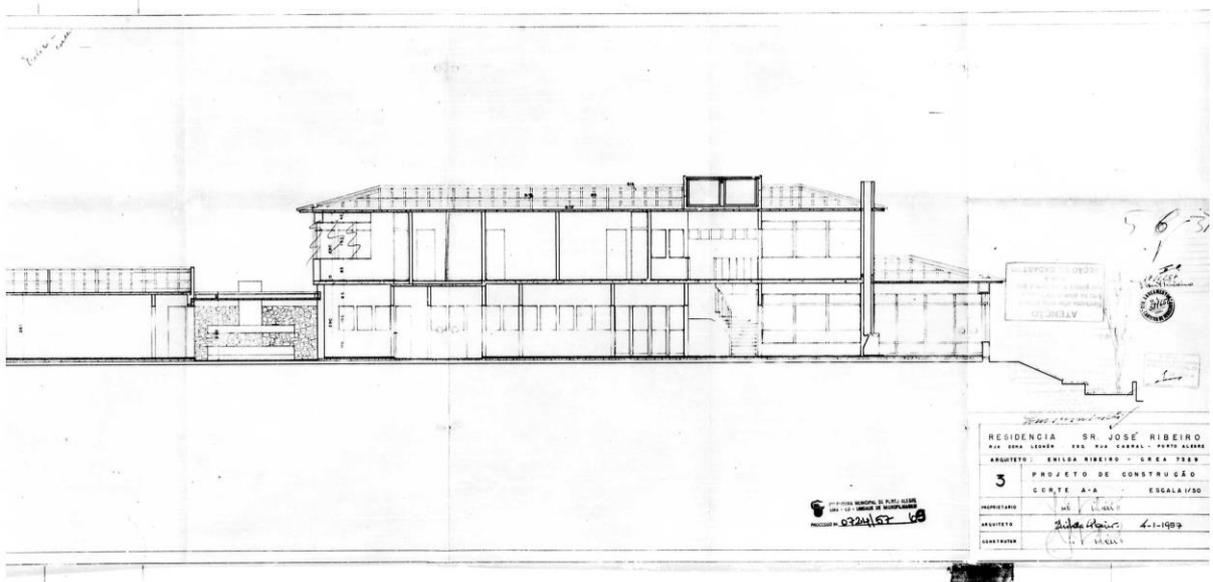
PROCESSO Nº 28718/56 - 352

DEMETRIO RIBEIRO ENILDA RIBEIRO

LOCAL PORTO ALEGRE	PROJETO DE CONSTRUÇÃO	DESENHO Nº 3
DATA 1/1/56	FACHADA LESTE	ESCALA 1:100
PROJETISTA Carlos José Miller	Enilda Ribeiro	Demétrio Ribeiro
ARQUITETO Demétrio Ribeiro	Enilda Ribeiro	REDAZOR
CONSTRUTORA SOCIEDADE TECNICA DE OBRAS LTDA	REDAZOR REDAZOR	REDAZOR

Fonte: Divisão de Gestão Documental (SMAP-PMPA).

Projeto residencial – Rua Dona Leonor (1957)



Enilda Ribeiro

RESIDENCIA SR. JOSÉ RIBEIRO	
RUA DONA LEONOR - ESQ. RUA CABRAL - PORTO ALEGRE	
ARQUITETO: ENILDA RIBEIRO - CREA 7329	
3	PROJETO DE CONSTRUÇÃO
	CORTE A-A ESCALA 1/50
PROPRIETARIO	José Ribeiro
ARQUITETO	Enilda Ribeiro 4-1-1957
CONSTRUTOR	José Ribeiro

Fonte: Divisão de Gestão Documental (SMAP-PMPA).

ANEXO F – Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) de Enilda Ribeiro

ART Nº 942895

CREA		REGISTRO DE CONTRATO E ACERVO TÉCNICO		ART Nº 942895	
CATEGORIA DE CONTRATO		CATEGORIA DE CONTRATO		CATEGORIA DE CONTRATO	
1	Nome do Contratado	Arq. ENILDA RIBEIRO		EIC	002 555 560 04
2	Endereço	Av. Independência, 50 Conj. 1906		Cidade	PORTO ALEGRE
3	Endereço exclusivo do Obra, Serviço ou Prestação de Serviço, do qual o profissional é Responsável Técnico perante a CREA-RS	RUA SETE DE SETEMBRO, 107		Telefone	24.9073
4	Nome do Contratante do Obra, Serviço ou Prestação de Serviço	MARIO MIRANDA VASCONCELLOS		Registro/CREA	
5	Endereço do Contratante	RUA SETE DE SETEMBRO, 107		CX/COG	005 949 030 68
6	Localidade	CENTRO		Telefone	22.4846
7	Cidade	PELOTAS			
8	RAMO DE ATIVIDADE	ARQUITETURA			
9	ATIVIDADE(S) TÉCNICA(S)	PROJETO			
10	DESCRIÇÃO SUCINTA DO TRABALHO	PROJETO ARQUITETÔNICO DE UM PREDIO RESIDENCIAL E COMERCIAL.			
11	QUANTIFICAÇÃO PRINCIPAL	427 m2			
12	VALOR DA OBRA OU SERVIÇO	5.000,00			
13	VALOR DOS HONORÁRIOS	78,81			
14	DATA DE INÍCIO	22 JUL 86			
15	INDICAÇÃO DE ATIVIDADE PROFISSIONAL COM OBJETIVO A REPARAR DE PERCENTUAL DA TAXA DE ART (Item 20)	I. A. B.			
16	DECLARAÇÃO VERDADEIRA DAS INFORMAÇÕES ACIMA	DECLARADO			
17	DATA DE ASSINATURA DO PROFISSIONAL	22 JUL 86			
18	ASSINATURA DO PROFISSIONAL	Enilda Ribeiro			
19	ASSINATURA DO CONTRATANTE	Mario Miranda Vasconcellos			
20	TAXA A RECOLHER	78,81			
21	AUTENTICAÇÃO MECÂNICA OU CARIMBO DO CREA-RS	01 JUL 22		78,81 ART Nº 942895	

Fonte: Arquivo do CAU/RS.

ART Nº 2520/73

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL		CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA		REGISTRO	
RUA CARONEL VICENTE, 454		PORTO ALEGRE - R. G. S.		04, 12, 73	
BAIXA DA ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA N.º 2520, 73				postado recebido	
LEON DZIEKANIAK		Proprietário		residente a	
Rua Av. Devaldo Aranha		N.º 1784		Cidade Porto Alegre	
Localização Av. Cel. Aparício Borges		1768		Porto Alegre.	
ENILDA RIBEIRO		ARQUITETO		7329	
responsável técnico pela execução de		construção		N.º CREA	
solicite baixa de sua responsabilidade por		Conclusão		conclusão ou distrato	
Observações:					
Porto Alegre		4 / 12 / 1973.			
Leon Dzikaniak		Enilda Ribeiro			
Assinatura do Proprietário		Assinatura do responsável pela execução			

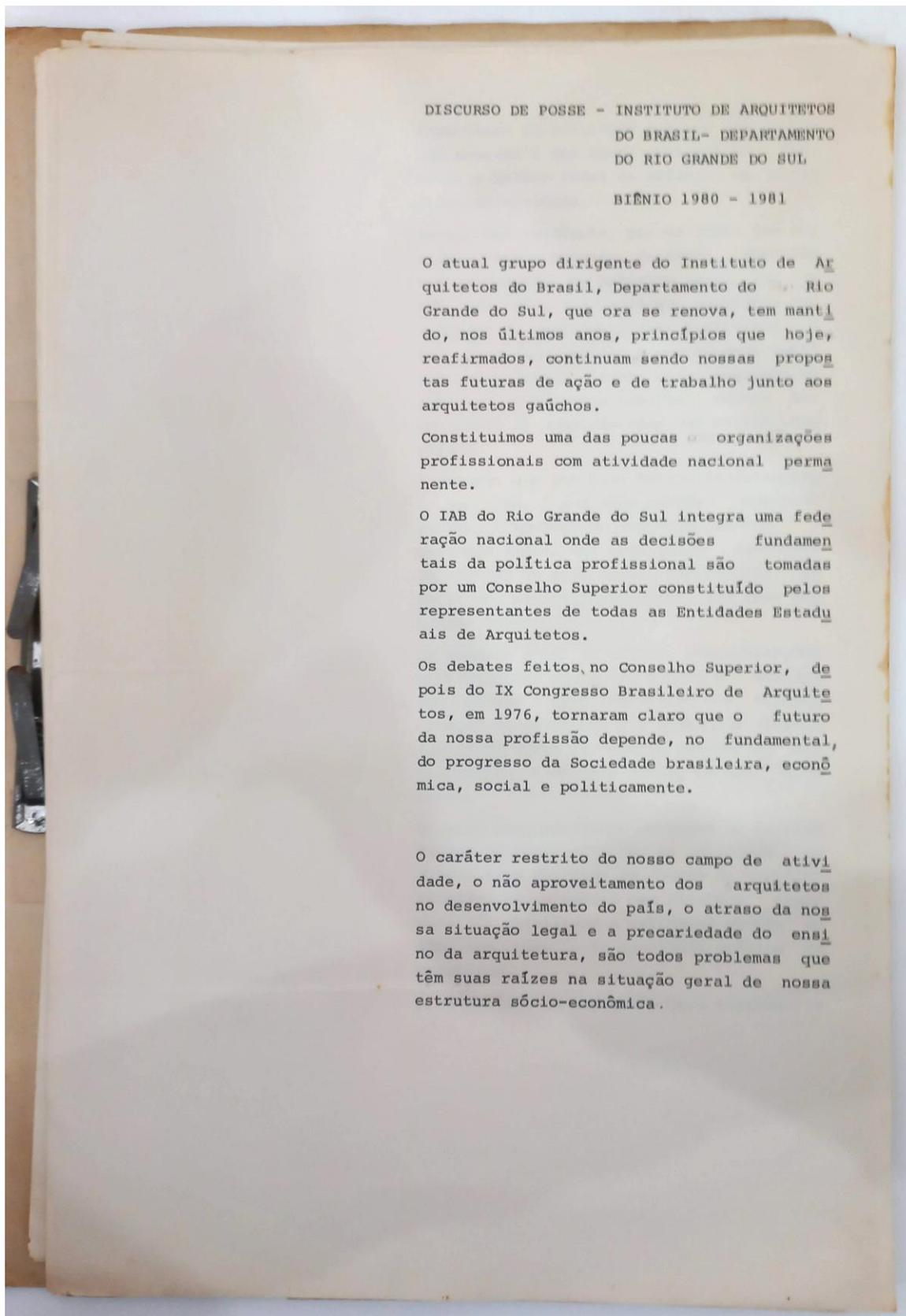
Fonte: Arquivo do CAU/RS.

Obs.: Foram encontrados oito registros de ARTs de Enilda Ribeiro no Arquivo do CAU/RS. Esses são apenas dois exemplares.

ANEXO G – Ficha funcional de Enilda Ribeiro na Prefeitura de Porto Alegre

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE		SMA – DIVISÃO DE PESSOAL	
RIBEIRO, ENILDA		SITUAÇÃO MILITAR	
ENILDA RIBEIRO		Aprezentou Certidão de Nascimento	
DATA DO NASCIMENTO		fornecida pela Oficial do Registro Ci -	
5 de abril de 1923		vil de Rio Grande, 1ª Zona, fls 137vº a	
NACIONALIDADE		138, do Livro nº A-38, sob o nº 5962.-	
Porto Alegre - RGSUL		Título Eleitoral 76.794/B	
NACIONALIDADE		OUTROS DOCUMENTOS	
Brasileira		Aprezentou Atestado de	
FILIAÇÃO		Bons Antecedentes, forne-	
José Ribeiro		cido pela SMOV, datado de	
Lauro Ribeiro		6 de dezembro de 1962.-	
ESTADO CIVIL		Carteira Profissional do	
Solteira.		Ministério do Trabalho nº	
INSTRUÇÃO		99.656, série 139#	
Superior			
INSPEÇÃO DE SAÚDE			
Pedido de Inspeção de saúde nº 9.361, de 1960, da SBA. "Está presente- mente apto como servidor não funcionário definitivo da Prefeitura."			
<i>Para Obiguel Testes, 505 - apto 32</i>			

Fonte: Divisão de Gestão Documental (SMAP-PMPA).

ANEXO H – Discurso de posse da chapa eleita para a gestão 1980-1981 do IAB-RS

Essa visão da realidade motivou uma discussão interna e que ainda continua no IAB, sobre a melhor forma de orientar as atividades da entidade.

Existe uma tendência, por um lado, que considera, neste momento, de maior importância as questões de política geral. Por outro lado, há a tendência que considera que o debate de questões gerais é elitista e sem resultado prático e que devemos continuar como antes, a lutar pelos pequenos objetivos e conquistas possíveis dentro das entidades já comprometidas com outros interesses.

A posição que tem sido defendida ultimamente pelo IAB, e que esta gestão pretende manter, é baseada na convicção de que a presença social dos arquitetos dependerá do sentido de suas lutas específicas, numa visão, não corporativista, dos seus problemas essenciais.

No momento atual as nossas reivindicações profissionais devem ser claras e audaciosas, porque o mais importante é a conscientização da categoria e o apoio que conquistar desta forma das demais categorias profissionais, e do meio social em que deve atuar.

O nosso posicionamento em todas as manifestações ou representações em entidades públicas será definido em função do trabalho coletivo da categoria nas Diversas Comissões que constituem a estrutura aberta do IAB, num trabalho de constante prática democrática.

A vitalidade da categoria será expressa a

partir do equacionamento de problemas co
muns com as demais Entidades Associativas
da Comunidade, para a definição da ação
política a ser desenvolvida, dentro de nos
sos princípios básicos.

A luta pela utilização da Arquitetura tem
sempre um sentido geral pois expressa a ne
cessidade que a sociedade, como um todo,
tem de encontrar soluções para seus proble
mas de vida urbana, de habitação, de meio
ambiente, de lazer e de cultura.

Temos a responsabilidade social de atuar
junto à comunidade afim de colaborar para
que o povo compreenda a situação desses
problemas que são fundamentais para a so
ciedade.

Essa atividade refletirá, necessariamente
o pensamento da maioria, na medida em que
houver uma participação mais expressiva dos
arquitetos nas atividades da Entidade.

A primeira função do IAB é o convívio entre
os arquitetos para que cada um possa ultra
passar os limites de sua situação profissio
nal isolada e debater, trocar idéias, for
mar e defender a sua opinião sobre a profis
são em seu conjunto e, assim contribuir pa
ra o desenvolvimento da arquitetura.

Para que o nosso convívio seja autêntico e
produza resultados eficazes, é condição im
portante que o IAB assuma uma postura inde
pendente, abrangente e crítica no trato dos
problemas gerais e livre de qualquer limita
ção.

A livre expressão democrática do pensamen
to dos associados é indispensável para a in

corporação à Entidade do maior número possível de arquitetos, necessária às suas plenas atividades.

Colegas,

Iniciamos esta nova gestão com essas perspectivas.

O IAB do Rio Grande do Sul prossegue nesta orientação que muito contribuiu, nestes últimos anos a definir a linha de ação do IAB nacionalmente.

O prestígio que este Departamento conquistou junto às demais unidades estaduais do IAB e o crescente número de associados que apoiam a organização, nas posições tomadas e nos compromissos feitos, nos levam a dizer que fazemos nossas essas posições e nossos os compromissos assumidos, no propósito de fortalecimento da Entidade e de satisfação aos colegas que corajosa e desinteressadamente trabalharam pela classe.

ANEXO I – Entrevista de Enilda Ribeiro ao jornal O Engenheiro, em 1980

ENTREVISTA

Enilda Ribeiro fala sobre o IAB/RS

Desde janeiro de 1980, o Instituto dos Arquitetos do Brasil, departamento do Rio Grande do Sul, tem uma nova diretoria, encabeçada — pela primeira vez em sua história — por uma mulher, a arquiteta e professora Enilda Ribeiro.

Na aproximação, que se vem acentuando, entre as categorias de engenheiros e arquitetos, é imprescindível que o **Engenheiro** divulgue e destaque a atuação do IAB/RS dentro do estado.

O ENGENHEIRO — Enilda, qual o objetivo principal da atual gestão do IAB/RS?

ENILDA — Congregar a categoria para discutir a situação da Arquitetura, de forma democrática, a partir das bases.

Essa perspectiva de ação é consequência de um processo que começou na gestão anterior, tendo sido proposta pelo mesmo grupo que hoje dirige o IAB/RS.

O ENGENHEIRO — Que processo foi esse?

ENILDA — Em 79, realizaram-se numerosas reuniões setoriais de arquitetos, coordenadas pela Comissão de Exercício Profissional, para levantar as condições de trabalho da categoria na área privada, pública, no ensino e no próprio escritório particular. As conclusões desses debates foram incluídas na

Declaração dos Arquitetos de Porto Alegre, levadas à reunião do Conselho Superior do IAB em julho e posteriormente ao X Congresso.

O ENGENHEIRO — E como prosseguiu essa sistemática de discussão aberta?

ENILDA — Este ano promovemos vários encontros regionais, em Santa Maria, Pelotas e Caxias do Sul, que culminaram no I Encontro Estadual dos Arquitetos, de 20 a 22 de junho.

O Engenheiro — Que ficou desse Encontro como participação democrática?

ENILDA — A proposta de ser criado um Conselho Estadual nos moldes do Conselho Superior, descentralizando os processos decisórios dentro do IAB/RS, e propiciando a participação mais efetiva das bases profissionais do interior do estado.

Assim, pretendemos realizar periodicamente os Encontros Estaduais e duas reuniões anuais do Conselho Estadual, antecedendo imediatamente as reuniões do Conselho Superior, como forma de levar as posições do IAB/RS que realmente refletem as posições da categoria. Não adianta uma diretoria se posicionar a respeito de tudo, se não encontra respaldo nos anseios das bases. Nosso jornal também deve ter um papel importante como

veiculação de nossa unidade.

O ENGENHEIRO — Voltando ao Conselho Estadual, como será criado?

ENILDA — A partir dos núcleos do IAB/RS existentes no interior.

O ENGENHEIRO — Que outros pontos se afirmaram no I Encontro Estadual?

ENILDA — Ficou evidente a preocupação da categoria com a inserção do desenvolvimento da Arquitetura no desenvolvimento global da sociedade

brasileira. Todas as questões apresentadas denunciavam um tipo de modelo econômico que limita o campo profissional, já que o papel do arquiteto está ligado necessariamente ao *Habitat* humano, ao planejamento do espaço onde vive o homem.

O ENGENHEIRO — Que outras atividades o IAB/RS pretende desenvolver?

ENILDA — Este ano, além da discussão sobre a regulamentação profissional, faremos seminários questionando uma série de projetos governamentais, envolvendo o espaço e a qualidade de vida, como os pólos econômicos, planos diretores urbanos (Bento Gonçalves revogou o que possuía), problema habitacional, patrimônio natural e cultural, etc.

O ENGENHEIRO — Com respeito à polêmica da legislação profissional...

ENILDA — A perfeita definição da especificidade de cada profissão deve partir da análise interna de cada setor, sendo que as atribuições destes deve partir da formação profissional com suas cargas curriculares. A importância social de cada profissão emana desse rol de competências.

A má interpretação dessas atribuições (codificadas na legislação) provém grandemente da cega especulação imobiliária, que tira o lucro do

máximo aproveitamento da mão-de-obra profissional. Al surge o problema do técnico de grau médio, que também deverá analisar suas atribuições dentro de seu contexto.

O ENGENHEIRO — E a questão do Conselho Regional de Arquitetura, Enilda?

ENILDA — A proposta dos arquitetos de terem seu conselho próprio secundando uma legislação própria e autônoma nada tem de escandalosa. Mesmo a longo prazo isso terá que acontecer. Somos uma categoria definida com uma profissão definida, que defendemos a integridade de nossa profissão, a especificidade de nossa formação profissional, e a fiscalização própria em órgãos eleitos democraticamente.

O ENGENHEIRO — Como se situa a mulher na Arquitetura?

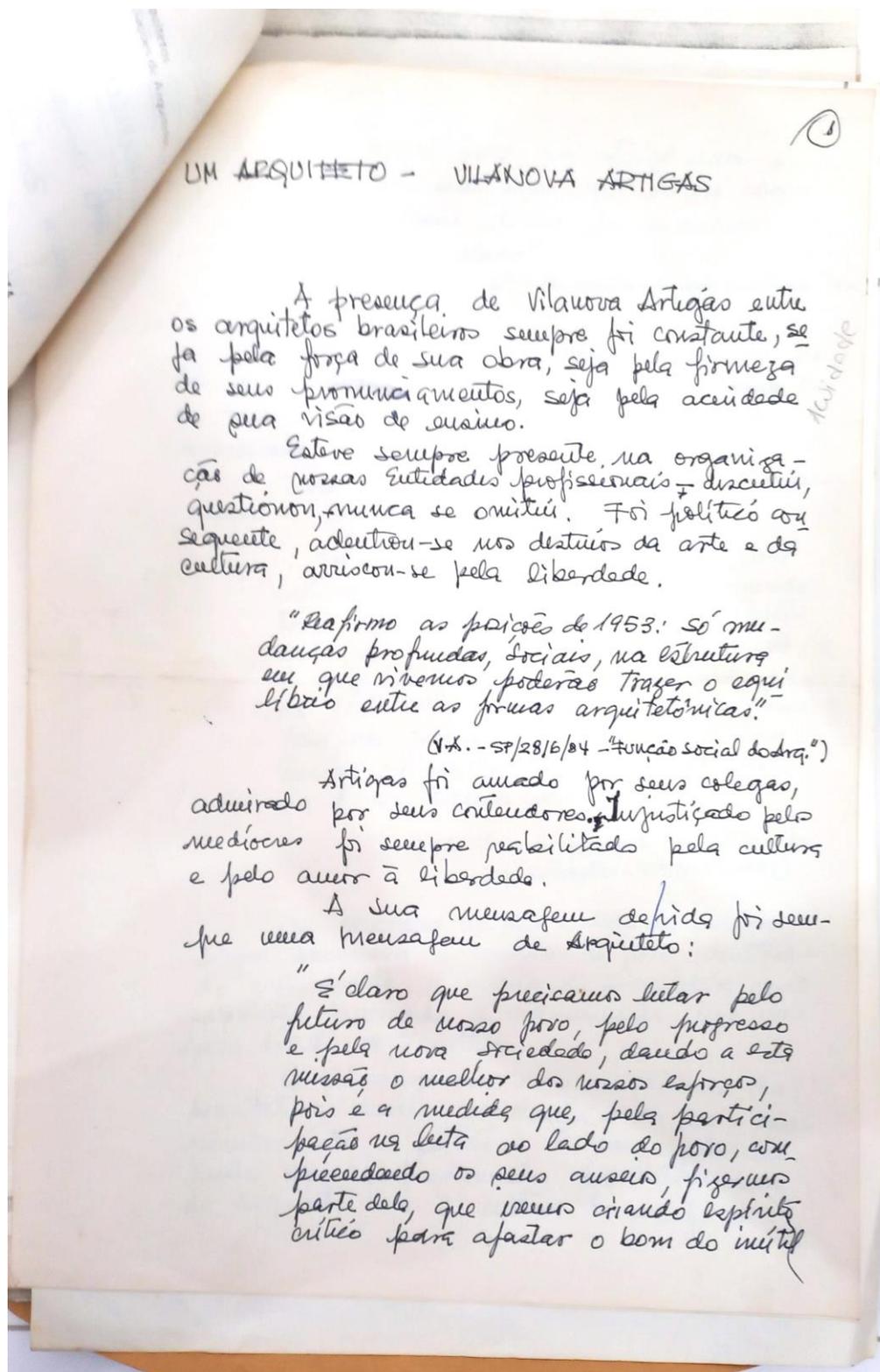
ENILDA — No I Encontro Estadual foi denunciada a discriminação da mulher na profissão em matéria de mercado de trabalho. Há firmas que não admitem mulheres na fiscalização das obras. O fato, porém, de haver um contingente feminino muito grande na Arquitetura acabará eliminando esses problemas. A pressão das mulheres na defesa de seus direitos deve ser exercida em todos os setores profissionais. Haja visto hoje a luta das mulheres brasileiras no setor do magistério.

TRIBUNA LIVRE

Fonte: O Engenheiro, mai./jun. 1980, nº 8. Arquivo Enilda Ribeiro, Caixa 14, AHDR/IAB-RS.

ANEXO J – Rascunhos e publicação do texto “Não abro mão de minhas utopias”

Texto rascunhado de próprio punho por Enilda Ribeiro e publicado na Revista Projeto com assinatura de Enilda Ribeiro e Arnaldo Knijnik em nome da direção do IAB-DN



UM ARQUITETO - VILANOVA ARTIGAS

Boat

A presença de Vilanova Artigas entre os arquitetos brasileiros sempre foi constante, seja pela força de sua obra, seja pela firmeza de seus pronunciamentos, seja pela acuidade de sua visão de ensino.

Esteve sempre presente na organização de nossas Entidades profissionais, discutiu, questionou, nunca se omitiu. Foi político consequente, adentrou-se nos destinos da arte e da cultura, arriscou-se pela liberdade.

"Reafirmo as posições de 1953: são mudanças profundas, sociais, na estrutura em que vivemos poderão trazer o equilíbrio entre as formas arquitetônicas".

(V.A. - SP/28.06.84 - "Função Social do Arq.)

Artigas foi amado por seus colegas, admirado por seus contendedores. Injustiçado pelos medíocres foi sempre reabilitado pela cultura e pelo amor à liberdade.

A sua mensagem de vida foi sempre uma mensagem de arquiteto:

"É claro que precisamos lutar pelo futuro de nosso povo, pelo progresso e pela nova sociedade, dando a esta missão o melhor dos nossos esforços, pois é a medida que, pela participação na luta ao lado do povo, compreendendo os seus anseios, fizermos parte dele, que iremos criando espírito crítico para afastar o bom do inútil na arquitetura, que atingiremos a "espontaneidade nova" que criará como interpretação direta dos verdadeiros anseios populares"

(V.A. - Os Caminhos da Arquitetura Moderna-1952)

Percorreu o país sempre a convite ou de sua entidade o IAB do qual foi fundador ou de Escolas de Arquitetura pelas quais era considerado mestre e exemplo.

Debateu a arquitetura moderna, defendendo e denunciando:

- "Vivemos uma crise profunda na cultura - e na arquitetura - no mundo todo, caracterizada pela irresponsabilidade do artista em relação à sociedade."*
- A arquitetura moderna foi montada para contribuir para a mudança social.
 - Isso pode não ser mais importante na Europa ou nos Estados Unidos, mas ainda é no terceiro mundo"

(V.A. - Concurso p/cargo de prof. titular do Dep. de Projetos - FAU/USP - 1984)

Carta do Editor

**"Não abro mão de
minhas utopias"**

Vilanova Artigas

Uma sucessão de tristezas e perdas. Assim foi este início de ano para os arquitetos paulistas que sofreram a morte de Plínio Croca, Vilanova Artigas, Samuel Roder, Barretinho e Daher, numa seqüência que abalou a todos.

A eles, a revista *Projeto* presta uma singela homenagem nesta edição e substitui a carta do editor pelo depoimento da Direção Nacional do IAB acerca de Vilanova Artigas (VW).

A presença de Vilanova Artigas entre os arquitetos brasileiros sempre foi constante, seja pela força de sua obra, seja pela firmeza de seus pronunciamentos, seja pela acuidade de sua visão de ensino. Esteve sempre presente na organização de nossas entidades profissionais, discutiu, questionou, nunca se omitiu. Foi político consequente, adentrou os destinos da arte e da cultura, arriscou-se pela liberdade.

"Reafirmo as posições de 1953: só mudanças profundas, sociais, na estrutura em que vivemos poderão trazer o equilíbrio entre as formas arquitetônicas." ("A Função Social do Arquiteto", junho/1984.)

Artigas foi amado por seus colegas, admirado por seus contendedores. Injustiçado pelos mediocres, foi sempre reabilitado pela cultura e pelo amor à liberdade. A sua mensagem de vida foi sempre uma mensagem de arquitetura.

"É claro que precisamos lutar pelo futuro de nosso povo, pelo progresso e pela nova sociedade, dando a esta missão o melhor dos nossos esforços, pois é à medida que, pela participação na luta ao lado do povo, compreendendo os seus anseios, fizermos parte dele, que iremos criando espírito crítico para afastar o bom do inútil na arquitetura, que atingiremos a 'espontaneidade nova' que criará como interpretação direta dos verdadeiros anseios populares." ("Os Caminhos da Arquitetura Moderna", 1952.)

Percorreu o país sempre a convite, ou de sua entidade, o IAB - do qual foi fundador -, ou de escolas de arquitetura pelas quais era considerado mestre e exemplo. Debateu a arquitetura moderna, defendendo e denunciando:

"Vivemos uma crise profunda na cultura - e na arquitetura - no mundo todo, caracterizada pela irresponsabilidade do artista em relação à sociedade. A arquitetura moderna foi montada para contribuir para a mudança social. Isso pode não ser mais importante na Europa ou nos Estados Unidos, mas ainda é no Terceiro Mundo." (Concurso para professor titular da FAU/USP, junho/1984.)

Um arquiteto no lato sentido da palavra, Artigas enunciava o conceito de povo identificado culturalmente, o conceito de arquitetura como expressão produzida e determinada por um povo dotado de uma cultura. A abrangência e a amplitude da arquitetura assim concebida - do sócio-econômico até o poético - são um apelo constante ao aprofundamento da intimidade do arquiteto com a cultura do seu povo.

"... Encontrar a beleza nas edificações. As casas que fiz têm esse sentido cidadão; elas ajudaram a construir São Paulo. Essa é a contribuição que dei. E a contribuição que dou à crítica de arquitetura é: não se ver os prédios isoladamente, mas como expressão de um momento histórico - a responsabilidade social da procura da forma arquitetônica como cultura é a consequência disso." (Concurso para professor titular da FAU/USP, junho/1984.)

É importante lembrar o significado dessa concepção no momento em que os processos econômicos da produção do espaço, a alienação cultural e a degradação do ensino ameaçam a arquitetura em sua unidade essencial.

A mensagem de Artigas é assim uma diretriz e uma bandeira no presente e no futuro imediato.

Arquitetos
Arnaldo Knijnik
Enilda Ribeiro
Instituto de Arquitetos do Brasil
Direção Nacional

projeto

Presidentes honorários
Fábio Penteadó
Alfredo Paesani

Editor
Vicente Wissenbach

Diretor comercial
Adail Rodrigues da Motta

Redatores
Denise Yamashiro,
Mauro Feliciano Alves,
Sílvia Penteadó

Arte/produção
Eliana T. Dias Leite,
Elizabel Jordão,
Paulo Caruso,
Rivaldo Luiz Jucá,
Sergio Fujiwara,
(secretário gráfico)

Supervisor gráfico
Vivaldo Tsukumo

Divisão de projetos
especiais
Eugênio Alex Wissenbach

Colaboradores
Anita Regina Di Marco,
Cláudio L. Pinto,
Cecília Pires,
Hugo Segawa,
Ruth Verde Zein,
Wanda Frias Pinto

Colaboração especial
Jornal do IAB/RS,
Jornal do IAB/SP,
Arquiteto/RS,
Arquiteto/SP,
Renovando/SARJ,
Boletim IAB/DF,
Boletim IAB/RJ,
Boletim IAB/Niterói,
Departamentos
estaduais do IAB,
Habitat/CNPq

Correspondentes
Luciano Guimarães (CE),
Geraldo Gomes
da Silva (PE),
Armando Branco (BA),
Álvaro Hardy Filho,
Eolo Maia (MG),
André Tomoyuki
Abe (ES),
Mauro Nogueira (RJ)

Arquitetos/consultores/
colaboradores
Alfredo Brito (RJ),
Abraão Sanoviz (SP),
Bernardo Klopfer (SP),
César Bergstron
Lourenço (SP),
Heléne Afanasief (SP),
Luiz Paulo Conde (RJ),
Márcia Aparecida de
Luca (SP),
Sérgio Teperman (SP),
Stenio Ferreira (RJ),
Vitor Lotufo (SP)

Publicidade
Adail Rodrigues da Motta,
Luís Carlos Onaga,
Eros Lelot Filho,
Cristiano Lelot,
Maurício I. de Oliveira,
Rita Sobral Pacheco,
Rosana Bruschi Alves
(assistente)

Serviço de atendimento
ao assinante
Maria Isabel Lorencetti

Projeto,
revista brasileira
de arquitetura,
planejamento, desenho
industrial, construção,
é uma publicação da
Projeto Editores
Associados Ltda.,
dirigida a arquitetos,
engenheiros civis,
construtores, órgãos
públicos, empresas de
planejamento e
faculdades de
arquitetura.

Redação, administração
e publicidade
Avenida Dr. Arnaldo,
1947, CEP 01255, São
Paulo, SP, tel. (011)
864-7477 (PABX)

Representante no Rio de
Janeiro
Space Planejamento
Publicitário
Praia do Flamengo, 66,
6º, cj. 611, bloco B,
CEP 22210, Rio de
Janeiro, RJ,
tel. (021) 285-6596

Composição
Bandeirante S.A. Gráfica
e Editora

Fotolitos
Argeloto Fotolitos,
Studiofoto e Fotolito
Cyrnil (capa)

Impressão e acabamento
CLY

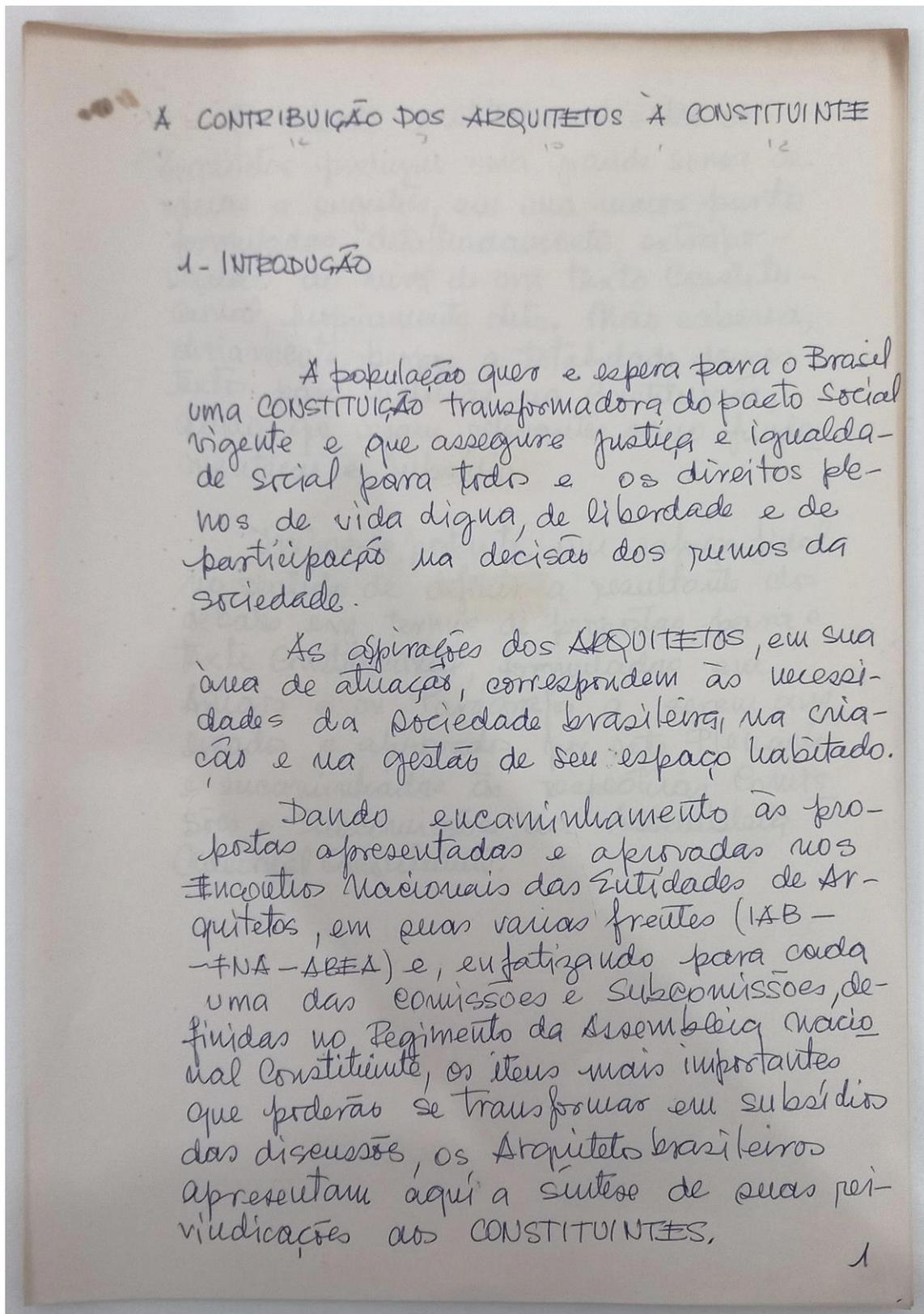
Edição 72
Fevereiro de 1985

Capa
Desenho de Luiz Carlos
Daher.
Coleção Ana Maria
Beluzzo

Projeto, publicação de Projeto Editores Associados Ltda., registrada no Cartório de 5ª Ofício sob o nº 1514/81, livro A, de acordo com a Lei de Imprensa. Marca registrada no INPI. Redação: Avenida Dr. Arnaldo, 1947, São Paulo, SP. Impressa na Companhia Lithographica Ypiranga, SP. Editor responsável: Vicente Wissenbach.

ANEXO K – A contribuição dos arquitetos à Constituinte

Carta rascunhada de próprio punho por Enilda Ribeiro e provavelmente enviada aos deputados constituintes com assinatura de IAB, ABEA e FNA (sem data identificada)



O debate constitucional entre os arquitetos produziu uma grande soma de ideias e sugestões, em sua maior parte formuladas detalhadamente, extrapolando ao nível de um texto Constitucional, propriamente dito. Não caberia, obviamente, propor a totalidade desses textos para inclusão na Constituição, ainda que sejam relevantes como fundamentações e Subsídios.

Impõe-se, portanto, um esforço final no sentido de definir a resultante dos debates em termos de propostas para o texto Constitucional, formuladas em Artigos e ou Parágrafos a serem analisados e aprovados por este Plenário e encaminhadas às respectivas Comissões e Subcomissões da Assembleia Nacional Constituinte.

Srs. Constituintes.

A população quer e espera para o Brasil uma constituição transformadora da realidade social vigente e que assegure justiça e igualdade social para todos e os direitos plenos a uma vida digna, à liberdade e à participação na decisão dos rumos da sociedade.

Dando encaminhamento às propostas apresentadas e aprovadas nos encontros nacionais de suas entidades - O Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), a Federação Nacional dos Arquitetos (FNA), a Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura (ABEA) - os arquitetos brasileiros apresentam aqui a síntese de suas reivindicações à Assembléia Constituinte

As aspirações dos arquitetos, em sua área de atuação, buscam expressar as necessidades da sociedade brasileira, na criação e na gestão de seu espaço habitado, garantindo o seu acesso à terra e ao direito à habitação.

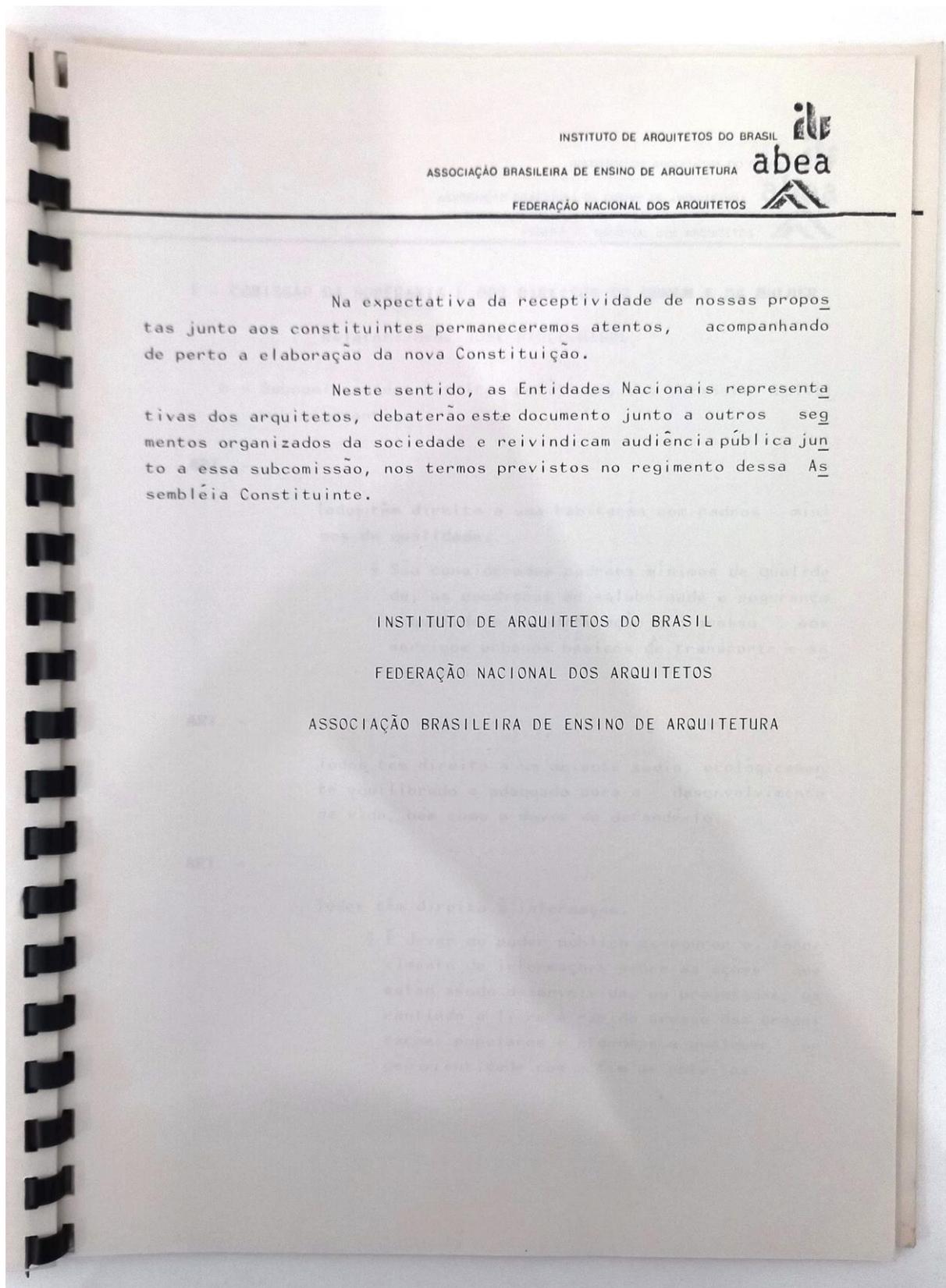
Neste sentido três pontos têm prioridade em nossas preocupações:

- Apontar caminhos e realizar avanços no sentido de uma reforma urbana que objetive uma melhoria de qualidade de vida para a sociedade brasileira.

- Construir um espaço de ação específico e privilegiado para expressão do poder local, resgatando a autonomia municipal e as garantias políticas e materiais de sua manutenção.

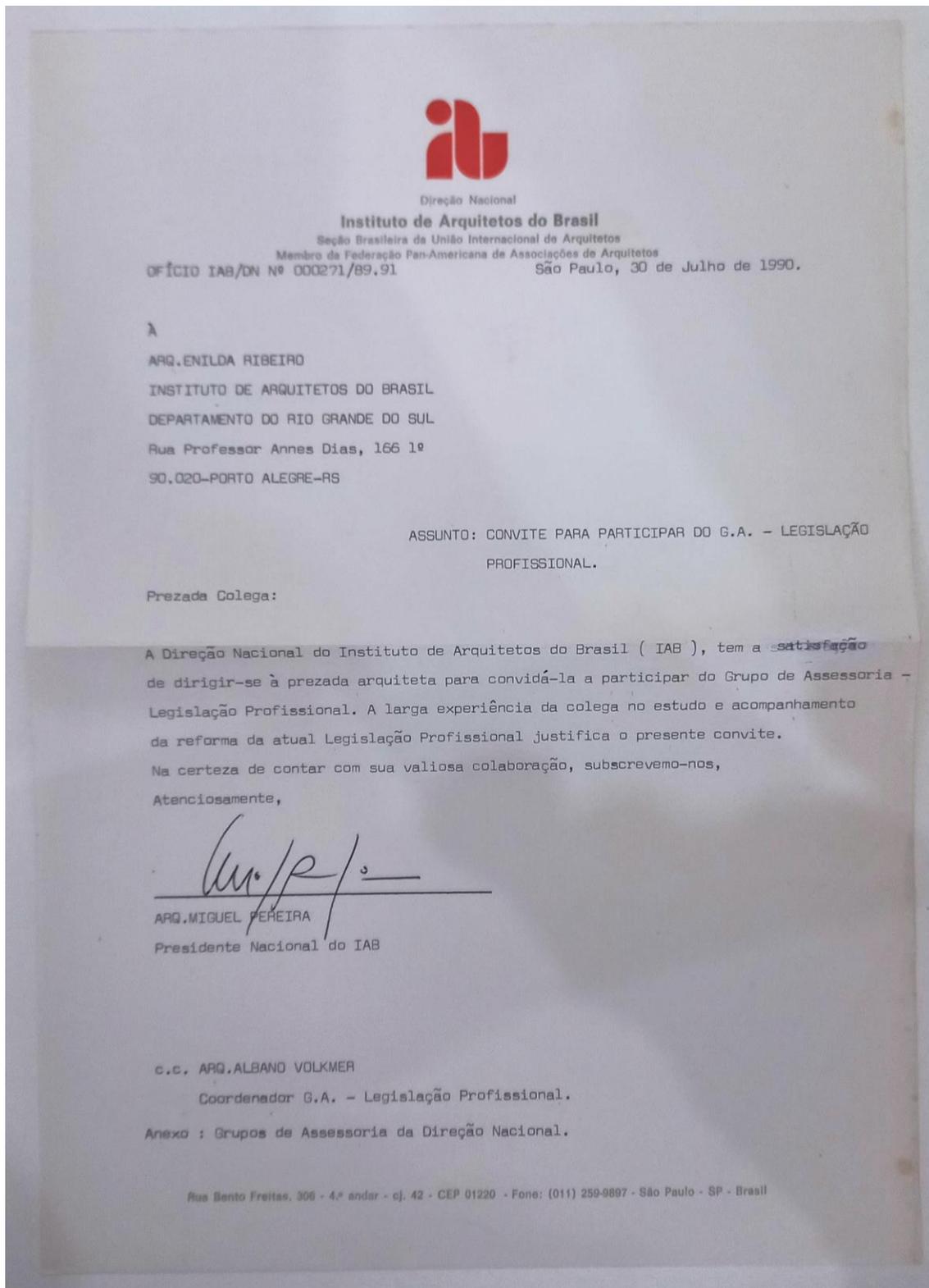
- Criar mecanismo efetivos de participação popular nas decisões de interesse público com vistas a garantir uma gestão democrática para nossas cidades.

.../...



ANEXO L – Convite da Direção Nacional do IAB

Convite do Presidente Nacional do IAB, arquiteto Miguel Pereira, para participar de grupo de assessoramento sobre Legislação Profissional, em 1990



Fonte: Arquivo Enilda Ribeiro, Caixa 6, AHDR/IAB-RS.

ANEXO M – Registros do acervo pessoal de Claudio Mendicelli

Exposição comemorativa aos 50 anos do prédio do Colégio Júlio de Castilhos (2008)



Homenagem a Enilda Ribeiro e Demétrio Ribeiro na exposição comemorativa (2008)



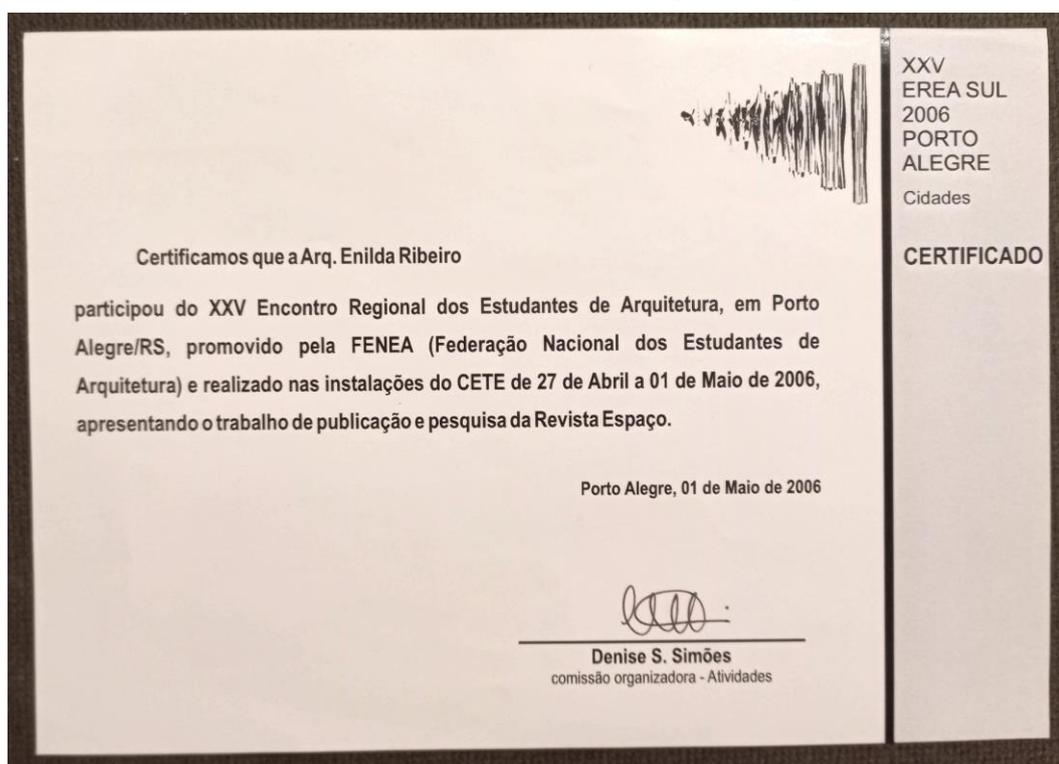
Enilda Ribeiro e Salma Cafruni na exposição comemorativa (2008)



Cartão dos alunos do Julinho em agradecimento a Enilda Ribeiro e Demétrio Ribeiro (2000)

Aos arquitetos
Enilda e
Demétrio Ribeiro

Aos arquitetos Enilda e Demétrio,
toda nossa admiração e carinho por
este maravilhoso projeto do Julinho.
Obrigado!!
Julianos de todos os tempos.
21/11/2000

Claudio Mendicelli e Enilda Ribeiro em Brasília (1985)**Certificado de participação de Enilda Ribeiro no XXV Encontro Regional dos Estudantes de Arquitetura (2006) (no ANEXO N, encontra-se um registro fotográfico desse evento)**

ANEXO N – Registros do acervo pessoal do arquiteto Cícero Alvarez

Enilda Ribeiro e Carlos Fayet em exposição alusiva ao restauro do Palácio da Justiça de Porto Alegre, na Assembleia Legislativa (2006)



Enilda Ribeiro, Emil Bered e Carlos Fayet com grupo de arquitetos no XXV Encontro Regional dos Estudantes de Arquitetura, para palestra sobre a experiência da Revista Espaço (2006)



ANEXO O – Publicação na Zero Hora sobre Enilda Ribeiro no Dia da Mulher 2024

ZERO HORA, SEXTA-FEIRA, 8 DE MARÇO DE 2024 40

ALMANAQUE GAÚCHO

PAULO CÉSAR TEIXEIRA INTERINO

Com Kênia Fialho | kenia.fialho@zerohora.com.br

almanaque@zerohora.com.br

Pioneira da arquitetura no RS



Enilda Ribeiro cumprimentando Maurício Cravotto, em 1948



Em um seminário com Maurício Cravotto, em julho de 1948, Enilda foi a única mulher no evento



Periódico "O Engenheiro", de 1980



Enilda Ribeiro na ficha de aluno do Instituto de Belas Artes

Neste Dia Internacional da Mulher, apresentamos a trajetória de uma arquiteta que fez história no Rio Grande do Sul. Formada no curso técnico de Arquitetura do Instituto de Belas Artes do RS, em 1950, Enilda Ribeiro foi a primeira mulher a concluir a formação na turma de Arquitetura, que também foi a primeira do Estado, segundo notícias da época.

Ainda estudante, ela foi uma das responsáveis pelo movimento Por Uma Faculdade de Arquitetura (Pu.f.a.), que originou o primeiro curso superior de Arquitetura independente no Estado, criado em 1952, na UFRGS. Em 1953, em parceria com Demétrio Ribeiro, seu companheiro, ela venceu o concurso de anteprojetos

para a construção do Colégio Júlio de Castilhos (um dos primeiros prédios modernistas da Capital). Enilda foi uma das editoras da Revista Espaço, com Luis Fernando Corona, Edgar A. Graeff e Carlos M. Fayet, entre outros profissionais.

Ela também atuou como professora do curso de Arquitetura da UFRGS. Em 1964, foi cassada pelo regime militar, com Demétrio e outras personalidades da área. Nos anos de 1980 e 1981, ela foi presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento Rio Grande do Sul (IAB-RS), marcando a busca pela equidade de gênero na diretoria da entidade. Bruna Tavares, copresidente do IAB-RS, destaca a

importância de Enilda para a instituição:

– Eu gostaria muito de ter conversado, em algum momento, com ela sobre os desafios que foram enfrentados, tanto no IAB-RS quanto em nível nacional, onde ela articulou a construção de ideias e diretrizes para a formação de um conselho próprio de arquitetura e urbanismo.

Hoje, a diretoria do IAB-RS é composta por 12 pessoas, sendo quatro homens e oito mulheres. Os diretores são divididos em setores como administrativo, financeiro, comunicação, cultural. Além disso, a atual presidência do instituto está organizada no formato de copresidência e é composta por quatro mulheres.

Desde o começo desse ano, a equipe do IAB-RS está debruçada sobre um projeto que busca rever todo o acervo de documentos de Enilda, o qual foi doado ao IAB após o seu falecimento, em abril de 2010.

São registros que mostram passagens da vida da arquiteta. O projeto tem patrocínio do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, o CAU.

– Ela tinha um tino para essa questão do registro. Inclusive, recortava muitas folhas de periódicos, revistas e jornais. A gente tem vários recortes da Zero Hora que a Enilda fazia. Sempre que o IAB aparecia na Zero Hora, ela recortava e guardava – destaca Bruna.

Colaboração: Kênia Fialho

“

A gente tem dificuldade em equilibrar lados, e esse é um exercício constante para nossas relações interpessoais.

MARJORIE ESTIANO,
atriz curitibana, cujo nascimento completa 42 anos.

Hoje na história

- Em 1929, nasce a apresentadora paulista Hebe Camargo. Ela faleceu em 2012.
- Nasce, em 1945, o músico e vocalista da banda The Monkees, Micky Dolenz.
- A atriz mineira Letícia Sabatella nasce em 1971.

Limites

GABRIEL ELIAS

Qual o ponto em que a chuva
Se torna tempestade
Deixa de ser melancólica
E passa a preocupar?
Qual será o segundo exato
Em que o amor invade
E o exato instante
Em que se deixa de amar?

Este espaço é destinado ao poema do leitor. Envie sua colaboração para o e-mail do Almanaque Gaúcho.

PIADA

- Por que não falta energia elétrica nos quartéis?
- Não sei, por quê?
- Simplesmente, porque todos os cabos já foram soldados!

HOJE É

Dia Internacional da Mulher

SANTODODIA

João de Deus

CORREÇÃO

- A Universidade de Passo Fundo (UPF) é uma instituição privada, e não federal como publicado na coluna de quarta-feira.
- Vitor Mateus Teixeira, o Teixeirinha, não foi aluno da UPF como publicado na mesma edição.

Há 30 anos

Terça-feira,
8 de março de 1994

O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, elevou ontem o tom dos ataques ao candidato à Presidência da República pelo PT, Luiz Inácio Lula da Silva. Em clima de campanha, FH censurou a "arrogância" de Lula e recomendou-lhe uma postura "mais humilde".



Há 40 anos

Quinta-feira,
8 de março de 1984

Contrariando posição anteriormente assumida, o líder do PMDB na Câmara, deputado Freitas Nobre, vai insistir na data de 11 de abril para a votação da Emenda Dante de Oliveira, que propõe o restabelecimento das eleições diretas para presidente da República.



Há 50 anos

Sexta-feira,
8 de março de 1974

A partir do dia 17, os usuários dos ônibus da Capital pagarão uma tarifa mais alta pela passagem. Preços de táxis também subirão. A bandeira da passagem de Cr\$ 1,20 para Cr\$ 1,50, enquanto a passagem de ônibus mais cara irá de Cr\$ 1,60 para Cr\$ 1,75.



Centro de Documentação e Informação/ZH

Fonte: Coluna Almanaque Gaúcho, Jornal Zero Hora, 8 mar. 2024.

REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, Cícero. **Palácio da Justiça de Porto Alegre**: construção e recuperação da Arquitetura Moderna em Porto Alegre 1952-2005. Orientador: Carlos Eduardo Dias Comas. 2008. 206 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/15332>. Acesso em: 21 nov. 2022.
- ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232 p. (Publicações Técnicas, 51). Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Diccion_Term_Arquiv.pdf. Acesso em: 11 set. 2022.
- ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 9-34, 1998. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2061>. Acesso em: 29 ago. 2022.
- BANDEIRA, Lourdes; MELO, Hildete Pereira de. **Tempos e Memórias**: Movimento Feminista no Brasil. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010. Disponível em: http://www.mulheres.ba.gov.br/arquivos/File/Publicacoes/TemposeMemorias_MovimentoFeministaNoBrasil_2010.pdf. Acesso em: 27 nov. 2022.
- BAUER, Caroline Silveira. **Avenida João Pessoa, 2050 - 3o. andar**: terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982). Orientadora: Claudia Wasserman. 2006. 283 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/7422>. Acesso em: 28 nov. 2022.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4. ed. São Paulo: Editora FGV, 2006. 318 p.
- _____. Patrimônio documental e ação educativa nos arquivos. **Ciências & Letras**, Porto Alegre, RS, n.27, p.151-166, jan./jun. 2000.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli, CAMARGO, Ana Maria de Almeida. **Dicionário de Terminologia Arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros - Núcleo Regional de São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura, 1996.
- BOHNS, Neiva Maria Fonseca. **Continente Improvável**: Artes Visuais no Rio Grande do Sul do Final do século XIX a meados do século XX. 2005. 383 f. Tese (Doutorado em Artes Visuais) – Instituto de Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/5394>. Acesso em: 20 mar. 2024.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina; PORTELLI, Alessandro. **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de

Janeiro: Ed. da FGV, 2006. p. 183-191.

BRASIL. **Ato Institucional Nº 1, de 9 de abril de 1964**. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm. Acesso em: 20 nov. 2022.

_____. **Ata da Sessão Solene do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, realizada em 22 de agosto de 1984**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, ano 122, n. 174, 6 set. 1984. Seção I, p. 13108-13109.

_____. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 fev. 2024.

_____. **Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002**. Regulamenta a Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4073.htm. Acesso em: 21 fev. 2024.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. Bases Antropológicas e expressões mundanas na busca patrimonial: memória, tradição e identidade. In: **Revista Memória em Rede**, Pelotas: v.1, n.1., 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Memoria/article/view/9564>. Acesso em: 15 fev. 2024.

CANEZ, Anna Paula. **Fernando Corona e os caminhos da arquitetura moderna em Porto Alegre**. 1ª ed., Porto Alegre: Unidade Editorial, 1998. 209 p.

CASAROTTO, Camila; CANEZ, Anna Paula. Fundo documental Enilda Ribeiro no Arquivo Histórico do IAB-RS: processos de institucionalização. In: XL Encontro e XXV Congresso de Escolas e Faculdades Públicas de Arquitetura da América do Sul (ARQUISUR), 2022, Porto Alegre. **Anais eletrônicos [...]**. Porto Alegre: Faculdade de Arquitetura, 2022. Disponível em: <https://www.sisgeenco.com.br/anais/arquisur/2022/trabalhos.html>. Acesso em: 17 nov. 2023.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural: Conceitos, Políticas, Instrumentos**. Belo Horizonte: Annablume / IEDS, 2009.

CATANI, Afrânio Mendes *et al.* (Orgs.). **O Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. 400 p.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. Tradução: Luciano Vieira Machado. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2006.

CICERO, Antônio. Guardar. In: **Guardar**: poemas escolhidos. Rio de Janeiro: Record, 2006. 3 ed.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 129-149, 1998. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2062>. Acesso em: 29 ago. 2022.

COSTA, Eduardo Augusto. Lucio Costa na Europa: o papel dos acervos e a arquitetura brasileira. In: **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 41, n. 02, p. 371-386, mai./ago. 2022. DOI: 10.25091/S01013300202200020010. Disponível em: <https://novosestudos.com.br/produto/edicao-123/>. Acesso em: 15 jan. 2024.

COUGO JR., Francisco Alcides. **A patrimonialização cultural de arquivos no Brasil**. Orientadora: Renata Ovenhausen Albernaz. 2020. 448 p. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/7423>. Acesso em: 18 ago. 2021.

CORONA, Eduardo. Vida e morte de uma revista. **Acrópole**, São Paulo, n. 390, nov. 1971. Disponível em: www.acropole.fau.usp.br/edicao/390. Acesso em: 15 nov. 2023.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Tempo Imperfeito: uma etnografia do arquivo. **Revista Mana**, n. 2, v. 10, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-93132004000200003>. Acesso em 15 ago. 2021.

CUTY, Jeniffer *et al.* A extensão universitária na preservação de acervos de arquitetura e urbanismo: a experiência de criação e organização do Centro de Memória do IAB-RS. In: **Anais do 39º Seminário de Extensão Universitária da Região Sul**. Santa Maria, 2021. Disponível em: <https://seurs.iffarroupilha.edu.br/>. Acesso em: 12 jun. 2022.

DAVALLON, Jean. El juego de la patrimonialización. In: ROIGÉ, Xavier; FRIGOLÉ, Joan; DEL MÁRMOL, Camila (org.). **Construyendo el patrimonio cultural y natural**: parques, museos y patrimonio rural. Valencia: Germania, 2014.

DORFMAN, Cesar. **Arquitecrônicas**. Porto Alegre: Libretos, 2017. 184p.

DUPRAT, Andréia Carolina Duarte. **Clube de Gravura de Porto Alegre e revista Horizonte (1949-1956)**: arte e projeto político. Orientadora: Paula Viviane Ramos. 2017. 283 f. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/165312>. Acesso em: 28 nov. 2022.

ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. da. Etnografia: Saberes e Práticas. **ILUMINURAS**, Porto Alegre, v. 9, n. 21, 2008. DOI: 10.22456/1984-1191.9301. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/9301>. Acesso em: 23 out. 2022.

FABRE, Daniel (Org.). **Écritures ordinaires**. Paris: Centre Georges Pompidou, Bibliothèque publique d'information, 1993.

FERREIRA, Letícia; LOWENKRON, Laura (orgs.). **Etnografia de documentos: pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias**. 1 ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2020.

FIORI, Renato Holmer. **Arquitetura moderna e ensino de arquitetura: os cursos em Porto Alegre de 1945 a 1951**. Orientadora: Maria Lúcia Bastos Kern. 1992. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992.

FISCHMANN, Daniel Pitta. **Modernas e Gaúchas: Residências Unifamiliares em Porto Alegre 1949-1970**. Orientadora: Marta Silveira Peixoto. 2023. 372 p. Tese (Doutorado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/256304>. Acesso em: 11 jan. 2023.

FUKUHARA, Rodrigo; TROITIÑO, Sonia. Fundo ou coleção? Um debate contínuo na Arquivologia. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 29, p. 124736, 2022. DOI: 10.19132/1808-5245.29.124736. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/124736>. Acesso em: 15 nov. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 10 ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/IPHAN, 2007. 256 p. (Coleção Museu, Memória e Cidadania)

HEYMANN, Luciana Quillet. O indivíduo fora do lugar. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 45, n. 2, p. 40-57, jul./dez. 2009. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapm/brtacervo.php?cid=1094>. Acesso em: 26 nov. 2023.

_____. Arquivos pessoais em perspectiva etnográfica. In: TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joelle; HEYMANN, Luciana (Orgs.). **Arquivos Pessoais: Reflexões Multidisciplinares e Experiências de Pesquisa**. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2013.

HOLZMANN, Lorena (org.). **Universidade e repressão: os expurgos na UFRGS**. 2.

ed. Porto Alegre: L&PM, 2008.

KOURY, A. P.; OLIVEIRA, B. S. de. A democracia e a questão urbana na constituinte brasileira (1987-1988). **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, [S. l.], v. 13, n. 4, 2021. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/Urbe/article/view/27692>. Acesso em: 3 jan. 2024.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LICHT, Flávia Boni; CAFRUNI, Salma (Orgs.). **Arquitetura UFRGS: 50 anos de histórias**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

LIMA, Ana Gabriela Godinho. **Arquitetas e Arquitetura na América Latina do Século XX**. 1. ed. São Paulo: Altamira Editorial, 2014. Disponível em: https://femininoeplural.files.wordpress.com/2014/03/arquitetasalxx_final.pdf. Acesso em: 28 ago. 2022.

LIRA, J. *et al.* Acervos de arquitetura como espaço histórico de formação. In: **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, [S. l.], v. 29, p. 1-31, 2021. DOI: 10.1590/1982-02672021v29e53. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/181058>. Acesso em: 31 maio. 2022.

MACHADO, Vania da Costa. **Memórias em arquivos pessoais: a trajetória de vida de Judith Cortesão a partir de seu arquivo pessoal**. 2016. 191 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural). Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/5439>. Acesso em: 29 ago. 2022.

MANSAN, Jaime Valim. **Os expurgos na UFRGS: afastamentos sumários de professores no contexto da Ditadura Civil-Militar (1964 e 1969)**. Orientador: Helder Gordim da Silveira. 2009. 323 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2303>. Acesso em: 28 ago. 2022.

MARQUES, Sergio Moacir. **Fayet, Araújo & Moojen: arquitetura moderna brasileira no sul - 1950 / 1970**. Orientador: Carlos Eduardo Dias Comas. 2012. 746 f. Tese (Doutorado em Arquitetura) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/65665>. Acesso em: 28 ago. 2022.

MARTINS, Camila Casarotto *et al.* A gestão dos acervos do Centro de Memória do IAB-RS durante a pandemia de Covid-19. In: **Anais do XI Seminário Internacional de Memória e Patrimônio: Memória e Patrimônio em Tempos de Pandemia**. Pelotas, 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/233764>. Acesso em: 30 mar. 2024.

MARTINS, Érica Maria de Barros. **Rompendo silêncios: visibilizando as mulheres**

arquitetas a partir da trajetória de Nícia Paes Bormann. 2019. 236 f. : Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo e Design) – Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/47805>. Acesso em: 28 ago. 2022.

MCKEMMISH, Sue. Provas de mim.... In: HEYMANN, Luciana. NEDEL, Letícia (orgs.). **Pensar os arquivos**: uma antologia. Tradução: Luiz Alberto Monjardim de Calazans Barradas. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

MELLO, Bruno César Euphrasio de. **O urbanismo dos arquitetos**: genealogia de uma experiência de ensino. Orientador: João Farias Rovati. 2016. 391 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/151140>. Acesso em: 28 ago. 2022.

MENEGHEL, Julia Pela. **Uma investigação sobre a linguagem projetual**: repertório e processos de projeto na obra de Maria do Carmo Schwab. 2023. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/38901>. Acesso em: 13 mar. 2024.

MOLINA, Talita dos S. **Arquivos privados e interesse público**: caminhos da patrimonialização documental. *Acervo*, [S. l.], v. 26, n. 2, p. 160–174, 2013. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/522>. Acesso em: 21 fev. 2024.

MORENO, Júlio; ECHEVERRIA, Leonardo. **Memória da luta pela criação do CAU e do ano de sua fundação**. Edição digital: CAU/BR, 2020. Disponível em: https://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2020/12/Memoria_final.pdf. Acesso em: 27 dez. 2023.

NUNES, Livia Fernanda Ribeiro. **Os 5 Professores Comunistas**: Demetrio Ribeiro, Edgar A. Graeff, Edvaldo P. Paiva, Enilda Ribeiro, Nelson Souza. Orientador: Fernando de Freitas Fuão. 2016. 252 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/158420>. Acesso em: 15 ago. 2021.

OLIVEIRA, Paulo Affonso Martins de (comp.). **Atos institucionais**: sanções políticas. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2000. 381 p. (Série documentos de história política, n. 4). Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/6384>. Acesso em: 21 nov. 2022.

OLIVEIRA, Suzana Vielitz de. **Os planos diretores e as ações de preservação de patrimônio edificado em Novo Hamburgo**. Orientador: Günter Weimer. 2009. 203 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/27781>. Acesso em: 21 nov. 2022.

OTTO, Marione Denise. **As sociedades praianas na arquitetura do litoral norte do Rio Grande do Sul**. Orientador: Claudio Calovi Pereira. 2016. 184 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/151339>. Acesso em: 21 nov. 2022.

PASTRO OLIVEIRA, S. D.; MARINHO, M. G. da S. M. da C. Diretas Já, um movimento social híbrido. **Revista Debates**, [S. l.], v. 6, n. 3, p. 129, 2012. DOI: 10.22456/1982-5269.31344. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/31344>. Acesso em: 3 jan. 2024.

PASSOS, Rafael (Coord.); ORTÁCIO, Sabrina (Org.). **IAB-RS 70 anos: 1948 - 2018**. Porto Alegre: IAB-RS, [2019?]. Disponível em: <http://www.iab-rs.org.br/upload/anexo/1427ad253f5d4c5c.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2022.

PEREIRA, Maria Lígia Leite. **Sistema CONFEA/CREA – 75 anos construindo uma nação**. Brasília: Confea, 2008. 252p. Disponível em: <https://www.confea.org.br/sites/default/files/2019-05/livro75anos.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2024.

PEREIRA FILHO, Hilário Figueiredo. **Memórias em disputa: a UNESCO e a patrimonialização de acervos documentais**. 2018. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.unirio.br/cch/escoladehistoria/Tese-Hilario.Pereira-Versao.Final.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2024.

PORTO, Andréa Halász Gáti. **Arquitetas no Recife: uma leitura de gênero das parcerias entre casais de arquitetos formados na década de 1960**. 2021. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/42951>. Acesso em: 28 ago. 2022.

RIBEIRO, Enilda; KNIJNIK, Arnaldo. “Não abro mão de minhas utopias” - Vilanova Artigas. **Revista Projeto**, n. 72, fev. 1985, p. 3 (Carta do Editor). Biblioteca do IAB-RS.

RIBEIRO, Enilda; CARVALHO, Vera Fabrício. Por Uma Faculdade de Arquitetura - PUFA. In: LICHT, Flávia Boni; CAFRUNI, Salma. **Arquitetura UFRGS – 50 anos de história**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002. p. 39-41.

RIBEIRO, Enilda; RIBEIRO, Demétrio; SOUZA, Nelson. Situação da Arquitetura Brasileira. In: XAVIER, Alberto (Org.). **Depoimento de uma geração: arquitetura moderna brasileira**. São Paulo: Cosac & Naify, ed. revista e ampliada, 2003. p. 204-207.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tomo III. Tradução: Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papius, 1997.

_____, Paul. **A Memória, A História, O Esquecimento**. Tradução: Alain

François *et al.* Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROVATI, João Farias. **La modernité estailleurs: "ordre et progrès" dans l'urbanisme d'Edvaldo Pereira Paiva (1911-1981)**. Orientador: Yannis Tsiomis. 2001. 425 f. Tese de Doutorado - Université de Paris VIII, Paris, 2001. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/77766>. Acesso em: 7 fev. 2024.

RUSCHEL, Simone Pretto. **A Modernidade na Avenida Farrapos**. Orientadora: Glenda Pereira da Cruz. 2004. 190 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, nov. 2004. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/5138>. Acesso em: 21 nov. 2022.

SEGAWA, Hugo. A fragilidade e o peso dos papéis. **Jornal da USP**, 17 set. 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/a-fragilidade-e-o-peso-dos-papeis/>. Acesso em: 15 jan. 2024.

SERRANO, Cinthia Lobato. **Arquitetura & Gênero**: o resgate de pioneiras no cenário profissional. Orientador: Marlice Nazareth Soares de Azevedo. 2013. 207 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/23840>. Acesso em: 28 ago. 2022.

SZEKUT, Alessandra Rambo. **Vertentes da modernidade no Rio Grande do Sul**: a obra do arquiteto Luís Fernando Corona. Orientador: Claudio Calovi Pereira. 2008. 349 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/18362>. Acesso em: 28 ago. 2022.

TERRA, Clarissa Mello Mattos. **A invisibilidade das arquitetas no Rio Grande do Sul**: 1951 a 2021. 2023. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://dspace.mackenzie.br/handle/10899/33931>. Acesso em: 13 mar. 2024.

TROYANO, Rodrigo. **Demétrio Ribeiro e o Julinho**: um projeto no caminho do ideário. Orientador: Luiz Antonio Bolcato Custódio. 2018. 261 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Centro Universitário Ritter dos Reis, Porto Alegre, 2018.

WEYH, Osmar. **Memórias femininas**: a formação da Biblioteca do IAB-RS e a coleção da arquiteta Glenda Pereira da Cruz. Orientadora: Jeniffer Alves Cuty. 2021. 126 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/234868>. Acesso em: 19 nov. 2023.

WISNIK, Guilherme. Tornar o acervo de Burtle Marx acessível é uma ação de soberania. **Folha de S. Paulo**, 9 fev. 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2024/02/tornar-o-acervo-de-burle-marx-acessivel-e-uma-acao-de-soberania.shtml>. Acesso em: 13 mar. 2024.

XAVIER, Alberto; MIZOGUCHI, Ivan. **Arquitetura Moderna em Porto Alegre**. São Paulo: Pini, 1987.